Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Carolina de Oliveira Silva Othero

TRADIÇÃO, LINGUAGEM E ORIENTAÇÃO: a escrita da história de Manoel Bomfim (1923-1931)

Belo Horizonte
2019

Carolina de Oliveira Silva Othero

TRADIÇÃO, LINGUAGEM E ORIENTAÇÃO: A ESCRITA DA HISTÓRIA DE MANOEL BOMFIM (1923-1931)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientador: Professor Dr. Douglas Attila Marcelino

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais

2019

907.2
O87t
2019

Othero, Carolina de Oliveira Silva

Tradição, linguagem e orientação [manuscrito] : a escrita da história de Manoel Bomfim (1923-1931) / Carolina de Oliveira Silva Othero. - 2019.

258 f.

Orientador: Douglas Attila Marcelino.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2. Bomfim, Manoel, 1868-1932. 3.Brasil – Historiografia . I.Marcelino, Douglas Attila . II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HISTÓRIA UFMG

"Tradição, linguagem e orientação: a escrita da história de Manoel Bomfim (1923-1931)"

Carolina de Oliveira Silva Othero

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Douglas Attila Marcelino - Orientador
UFMG

Prof. Dra. Angela Maria de Castro Gomes
UNIRIO

Profa. Dra. Luisa Rauter Pereira
UFOP

Profa. Dra. Maria da Glória de Oliveira
UFRRJ

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2019.

AV. ANTÔNIO CARLOS, 6.627 - PAMPULHA
31270.901 - BELO HORIZONTE - MG
e-mail: ppghis@fafich.ufmg.br
FONE: (31)3409-5068 FAX: (31) 3409-5044

AGRADECIMENTOS

E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar

Caminhos do coração – Gonzaguinha

Tanta, muita, diferente gente esteve presente na escrita desta dissertação.

Agradeço ao meu orientador, Douglas Attila Marcelino, por ter apontado caminhos para esta pesquisa e pela orientação, ao mesmo tempo, profissional e humana.

Meus sinceros agradecimentos às professoras Angela de Castro Gomes, Luisa Rauter Pereira e Maria da Glória de Oliveira, por terem aceitado o convite para participar da banca de defesa. À CAPES, agradeço o financiamento ao longo de todo mestrado. Às professoras Ana Paula Sampaio Caldeira, Alessandra Soares Santos e, novamente, Maria da Glória de Oliveira, sou grata pelas contribuições feitas no exame de qualificação, fundamentais para o prosseguimento da dissertação.

Agradeço a todos os professores, alunos e funcionários do Departamento de História da UFMG, pelos anos de aprendizagem e de convívio, que despertaram em mim o desejo de continuar a estudar e pesquisar.

Muitos colegas e amigos me acompanharam ao longo da escrita da dissertação. Agradeço aos colegas dos grupos de estudos "Ritualizações do Poder" e "Travessia". Esses foram espaços de debate de ideias, mas também de construção de laços de amizade, lugares em que me sentia acolhida e feliz. Um agradecimento especial aos colegas da minha turma de graduação, por tudo que aprendi e vivi com vocês.

Gostaria de agradecer a Hélia, pelo apoio e pela risada tão boa de ouvir. A Vinícius, agradeço o companheirismo, tão importante na graduação, no mestrado e, agora, em sala de aula. A Pedro Henrique, os debates, que muito ajudaram na escrita desse texto. A Luiza, a leveza e a alegria que sua amizade trouxe para minha vida. A Thiago, o carinho nos últimos meses de escrita desse trabalho. A Isabela, uma grande companheira, sou grata pela leitura do texto, pelas sugestões, pela presença e por tudo que sua amizade significa para mim. A Hanna, agradeço o

apoio diário. Obrigada por aceitar a bagunça de livros e papeis espalhados pela casa, por lavar as vasilhas quando eu estava muito cansada e pela ternura cotidiana. Aos amigos do Santo Agostinho, sou grata por todos os momentos bons que passamos juntos e pelos sorrisos que sempre me proporcionaram.

Minhas tias, tios, primas e primos sempre foram pessoas fundamentais em toda minha trajetória. Agradeço o carinho nos almoços de domingo, que sempre me fizeram sentir acolhida, feliz e segura.

Por fim, e mais importante, agradeço aos meus pais, Rosiléa e Marco Tulio, por todo apoio que sempre me deram, pela maneira bonita com que conciliaram cuidado e autonomia, proteção e liberdade na minha educação. A vocês, dedico esse trabalho, todo amor e gratidão que há em mim.

Resumo

Esta dissertação de mestrado tem como objeto a escrita da história em Manoel Bomfim, mais especificamente aquela produzida em sua trilogia sobre a "formação nacional". Os ensaios *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação* (1931) foram analisados a partir da perspectiva de uma história da historiografia preocupada com a escritura, ou seja, com a dimensão narrativa da escrita da história e com a centralidade da linguagem na construção do passado. Investigamos a partir de quais recursos narrativos uma determinada experiência temporal foi construída e elaborada, ao longo dos ensaios. Para isso, analisamos o aparato conceitual empregado pelo autor para representar o passado nacional, as estratégias discursivas utilizadas na construção de um enredo para a história do Brasil e as construções metafóricas. Escolhemos como estratégia principal analisar o emprego de dois conceitos que desempenharam papel central na urdidura da narrativa histórica na trilogia: tradição e formação. Analisar a mobilização desses termos foi um ponto de partida para se compreender o aparato representacional a partir do qual uma dada realidade passada foi figurada na trilogia. Investigá-los foi um modo de analisar a escrita da história de Bomfim, pensando algumas questões de ordem teórica, epistemológica e política que a perpassavam.

Duas preocupações mais amplas atravessam toda a dissertação. A primeira delas é investigar como a escrita da história de Manoel Bomfim buscou responder a dilemas que mobilizaram muito intelectuais ao longo da Primeira República, especialmente a possibilidade de construção de um Brasil moderno, a busca por uma definição da nação a partir da "língua nacional" e a sensação de crise na República brasileira. A segunda foi compreender como Manoel Bomfim escreveu uma história do Brasil apropriando-se de categorias conceituais, procedimentos analíticos e concepções epistemológicas presentes em diferentes campos disciplinares, todos eles em formação no Brasil. Para analisar essa escrita da história que conjugou diferentes saberes e teorias, especialmente aqueles provenientes da sociologia e da psicologia, colocamos a trilogia em diálogo com outra obra de Bomfim, publicada em 1923: o livro *Pensar e Dizer*: *estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*.

Palavras-chave: Manoel Bomfim; escrita da história; temporalidade; linguagem; república.

Abstract

This dissertation has as its object the history of Brazil written by Manoel Bomfim, more specifically his trilogy about the "national formation". The essays *Brasil na América* (1929), *Brasil na História* (1930) e *Brasil Nação* (1931) were analyzed from the perspective of a history of historiography concerned with the centrality of language in the construction of the past. Our objective was to investigate the conceptual apparatus used by the author to represent the national past and the discursive strategies mobilized in the elaboration of a plot to Brazilian history. We chose as our main methodological strategy the analysis of two concepts that played a central role in the historical representation throughout the essays: tradition and formation. Analyzing the use of these terms was a starting point to understand how a past reality was constructed in the narrative.

Two broader concerns are present in this dissertation. The first one is to investigate how the history of Brazil written by Manoel Bomfim sought to answer dilemmas that mobilized many intellectuals throughout the First Republic. Among these dilemmas were: the possibility of building a modern nation, the searching of a Brazilian identity in "national language" and the sense of crisis in the Brazilian Republic. The second concern is to understand how Manoel Bomfim wrote a history of Brazil using conceptual categories, analytical procedures and epistemological conceptions present in different disciplinary fields, all of them in formation at that time. In order to comprehend this writing of history that dialogued with different knowledge and theories, especially those from sociology and psychology, we analyze the trilogy together with another work from Bomfim, published in 1923: the book *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem.*

Keywords: Manoel Bomfim; writing of history; temporality; language; republic.

Sumário

INTRODUÇÃO 10

PARTE I: A ESCRITA DA HISTÓRIA E A CONFIGURAÇÃO DO TEMPO DA NAÇÃO 24

APRESENTAÇÃO 24
CAPÍTULO 1 - O PROBLEMA DA TRADIÇÃO E O TEMPO HISTÓRICO 31
A sociologia e os modos de se pensar as sociedades no tempo 31
A evolução das tradições nacionais e o tempo histórico 42
CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO DO BRASIL E A TEMPORALIDADE DA NAÇÃO 62
A aurora da civilização brasileira: a colônia e as origens das tradições nacionais 62
O crepúsculo da nação? Decadência brasileira, atraso nacional e o Brasil no mundo moderno 76

PARTE 2 - A ESCRITA DA HISTÓRIA ENTRE PALAVRAS E SÍMBOLOS 92

APRESENTAÇÃO 92
CAPÍTULO 3 - A TRADIÇÃO COMO "TESSITURA DE SÍMBOLOS": A DIMENSÃO HISTÓRICA DA LINGUAGEM 98
Os símbolos e sua dimensão social 102
As tessituras simbólicas no tempo e o poder da imaginação 110
CAPÍTULO 4 - A FORMAÇÃO NACIONAL E AS PALAVRAS 119
A língua nacional, a poesia popular e as tradições nacionais 122
Sentir a nação: o poder da poesia e o lirismo brasileiro 129
CAPÍTULO 5 - O INTELECTUAL E O MUNDO DOS SÍMBOLOS: A PALAVRA QUE É AÇÃO 144
A experiência, o sentimento e o conhecimento 147
A escrita da história, a ciência e a vida 157

PARTE 3 - A ESCRITA DA HISTÓRIA E A ORIENTAÇÃO DOS VIVOS 165

APRESENTAÇÃO 165
CAPÍTULO 6 - ESSA NÃO ERA A REPÚBLICA DOS MEUS SONHOS: A ESCRITA DA HISTÓRIA E OS MALES DO PRESENTE 172
As formas da república e da democracia no Brasil: a mentira oligárquica e a ausência do povo 174
As origens dos males da República: a formação e a educação política do povo brasileiro 183
CAPÍTULO 7 - A ESCRITA DA HISTÓRIA, A REPÚBLICA E O FUTURO DA NAÇÃO 204
Novos futuros para o passado: a tradição republicana e uma outra república possível 206
Os clarões da história nacional: desenterrando os tesouros do passado 212
A questão social: novos problemas e expectativas 226

CONSIDERAÇÕES FINAIS 236

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 244

INTRODUÇÃO

Em outubro de 1931, foi lançado no mercado editorial brasileiro o último volume de uma trilogia escrita pelo intelectual Manoel Bomfim (1868-1932). O livro *Brasil Nação: realidade da soberania brasileira,* publicado pela editora Francisco Alves em dois tomos, pôs fim a um projeto intelectual desenvolvido pelo autor nos anos finais de sua vida: o de escrever uma obra que pudesse pensar a formação nacional e suas particularidades, apontando os males que assolavam o presente e que dificultavam o progresso da nação brasileira. Esse projeto materializou-se em três ensaios, todos eles publicados pela editora Francisco Alves, cujos títulos foram *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, *O Brasil na História*: *deturpação das tradições, degradação política* e o já mencionado *O Brasil Nação,* publicados respectivamente nos anos 1929, 1930 e 1931.[1]

Em outubro de 1931, mês de lançamento da última obra da trilogia, alguns jornais do Rio de Janeiro, ao fazerem a crítica do recém-lançado livro de Bomfim, avaliaram a trilogia como um todo, atribuindo-lhe algumas intenções e características. O *Jornal do Brasil*, do dia 25 de outubro de 1931, em sua sessão "Bibliografia", caracterizou Bomfim como "ilustre pensador e *sociólogo*". A última obra do autor foi considerada "obra séria e *erudita*", que passava em revista a existência do Brasil através de "critérios largos de pensador e de *filósofo*". O livro foi descrito como pertencendo a "um conjunto de estudos", conformando "um trabalho ao mesmo tempo de crítica e de construção".[2] O *Diário de Notícias*, por sua vez, apresentou o ensaio *O Brasil Nação* a partir da seguinte manchete: "Um trecho do Brasil-Nação, a nova obra do *psychologo* dr. Manoel Bomfim". A notícia afirmava que os dois tomos da obra completavam uma série e ainda destacou a forma como "o ilustre *professor*" estudava "à luz de *copiosa documentação* a política do império e da república".[3] Por fim, o jornal *A Esquerda* assumiu um tom elogioso, afirmando que, com o último ensaio, Bomfim acabava a sua "grande obra de revisão da nossa história".[4]

[1] Há uma certa distância entre a data de publicação e o tempo de escrita desses ensaios. O primeiro ensaio, *O Brasil na América*, foi prefaciado por Bomfim em 1925 e, nele, o autor informou que a obra foi enviada para a impressão em setembro de 1927. O ensaio *O Brasil na História*, por sua vez, foi prefaciado em outubro de 1926, sendo que a obra foi dada à impressão em setembro de 1929. Por fim, o prefácio de *O Brasil Nação* foi escrito pelo autor em julho de 1928 e ele não informou quando entregou esse livro para o editor. Desse modo, se a trilogia foi publicada apenas nos anos 1929, 1930 e 1931, ela começou a ser escrita pelo menos a partir de 1925.
[2] *Jornal do Brasil*, 25 out. 1931, p.17. Grifos nossos.
[3] *Diário de notícias*, 31 out. 1931, p.11. Grifos nossos.
[4] *A Esquerda*, 27 out. 1931, p.3.

Esse pequeno exercício de recepção revela alguns aspectos sobre a trilogia e a organização do mundo intelectual no período em que ela foi escrita.[5] Primeiramente, ela foi considerada uma obra que buscava revisar a história do Brasil, leitura que repercutiu as constantes críticas feitas ao longo dos ensaio aos "maus historiadores", bem como as afirmações de Bomfim de que sua história seguia novos critérios e perspectivas analíticas. Para parte desses jornais, a trilogia possuía aquilo que se esperava da história científica naquele momento: "erudição notável" e "trato apropriado das fontes".[6] Apesar disso, Manoel Bomfim não foi caracterizado propriamente como historiador, mas sim como pensador, professor, sociólogo, psicólogo e, até mesmo, filósofo. Indefinição que aponta para um momento no qual as fronteiras disciplinares eram incertas. O "campo intelectual era pouco compartimentado institucional e profissionalmente", não havendo faculdades dedicadas à formação profissional de psicólogos, sociólogos e historiadores naquele momento.[7] Por outro lado, essa indefinição também pode ser atribuída à própria formação intelectual do autor, à sua atuação em campos disciplinares muito distintos e à forma como ele concebia o lugar dos diferentes saberes na compreensão das sociedades humanas.

Manoel Bomfim formou-se em medicina na faculdade do Rio de Janeiro em 1890, mas logo abandonou a profissão para atuar na área da educação, em diferentes cargos do funcionalismo público. Ele foi diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro entre 1898 a 1900 e entre 1905 a 1907. Atuou também como diretor do *Pedagogium*, o museu pedagógico brasileiro, entre 1896 e 1905 e ente 1911 e 1919, importante instituição para se compreender a

[5] Não há muitos trabalhos sobre a recepção da trilogia entre seus contemporâneos e não encontramos nenhum trabalho que tenha mapeado a vendagem das obras. Sobre a recepção que o ensaio *O Brasil na História* teve na imprensa contemporânea, ver o capítulo "Leituras e leitores de *O Brasil na História*" da dissertação de mestrado de Marina Rodrigues Tonon. TONON, Marina Rodrigues. *Reinventando o Brasil*: Manoel Bomfim e a crítica à historiográfica brasileira. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) – Assis: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, 2014. Ronaldo Conde de Aguiar também fez alguns comentários sobre a recepção do ensaio *O Brasil Nação* na imprensa no prefácio que escreveu para a segunda edição dessa obra publicada pela Topbooks em 1996. Ver: AGUIAR, Ronaldo Conde de. Um livro admirável. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*: realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p.22-34.

[6] Algumas notícias destacaram a preocupação documental dos ensaios. Nesse sentido, conferir, por exemplo, a sessão "Livros Novos" do *Correio da Manhã*, do dia 6 de julho de 1929, na qual o ensaio *O Brasil na América* foi considerado muito bem documentado; ou o *Correio da Manhã* de 3 de março de 1931, no qual um artigo sem autoria afirmou que o ensaio *O Brasil na História* foi escrito "à luz de documentos irrefutáveis". Hugo Ricardo Merlo, ao estudar a recepção de *Retrato do Brasil,* de Paulo Prado, afirmou que os artigos da imprensa associaram a cientificidade da obra à sua erudição notável e ao trato apropriado das fontes. Percebemos o mesmo em relação à recepção dos livros de Bomfim. MERLO, Hugo Ricardo. Os critérios de legitimação da historiografia brasileira entre 1920-1940: um estudo sobre a recepção do *Retrato do Brasil* (1928) de Paulo Prado. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (org.). *Escrever história*: história e historiadores nos séculos XIX e XX. Serra: Editora Milfolhas, 2017.

[7] GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p.38.

formação intelectual do autor.[8] Nela, Bomfim envolveu-se na formulação de diferentes projetos para a educação nacional, organizou uma biblioteca para a instituição, que contava com obras pedagógicas, mas também filosóficas, antropológicas e historiográficas, e conduziu as atividades de um laboratório de psicologia experimental, um dos primeiros do país.[9] O intelectual foi também professor da Escola Normal do Rio de Janeiro, instituição na qual ingressou em 1898 e onde ministrou as disciplinas Moral e Cívica, Pedagogia e Português. Bomfim atuou boa parte de sua vida nesses dois lugares sociais e, a partir deles, formulou um projeto de educação nacional que envolvia a alfabetização das crianças, a criação de escolas públicas, mas também uma reforma e regeneração mais ampla da sociedade brasileira a partir da cultura e das letras. Como apontou Angela de Castro Gomes, o campo educacional foi eleito por muitos intelectuais, ao longo da Primeira República, como espaço privilegiado para o engajamento na participação de um "projeto de nação moderna, mais democrática e mais civilizada".[10] Bomfim foi um desses intelectuais que se dedicaram a pensar uma educação nacional capaz de preparar o povo brasileiro para o trabalho, para a cidadania republicana e para o mundo moderno.[11]

Além dessa atuação institucional, dois outros eventos marcaram a trajetória intelectual do autor: as duas viagens realizadas para a Europa como membro de comissões nomeadas pela prefeitura do Rio de Janeiro e que tinham o objetivo estudar a organização do ensino público europeu. Na primeira viagem, realizada entre 1902-1903, Bomfim estabeleceu contato com

[8] GONTIJO, Rebecca. Manoel Bomfim, educador e "cientista da educação". In: GONTIJO. Rebecca (org.). *Manoel Bomfim*. Coleção Educadores. Recife: Ed. Massangana; Brasília: MEC, 2010. O *Pedagogium* foi o nome dado ao museu pedagógico brasileiro, criado pela reforma educacional Benjamin Constant em 1890 e de fato instituído em 1891. A instituição tinha como objetivo constituir-se como um centro de referência e modelo para a educação, assegurando a implementação de um sistema nacional de educação. Deveria também oferecer, de acordo com seu regimento, conferências e cursos científicos adequados ao fim da instrução, manter gabinetes e laboratórios para o estudo das ciências práticas, dirigir uma escola primária modelo e publicar uma revista de ampla circulação, acessível aos professores. Devido a dificuldades orçamentárias, alguns desses projetos não foram concluídos. A instituição foi fechada em 1919. Sobre o Pedagogium, ver: GONDRA, José Gonçalves. O veículo de circulação da pedagogia oficial da República: a Revista Pedagógica. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, vol. 78, n. 188/189/190, p.374-395, 1997.

[9] Acreditamos que a biblioteca do Pedagogium forneceu importantes condições materiais para as pesquisas de Bomfim, como acesso a livros e revistas científicas brasileiras e estrangeiras. Ronaldo Conde de Aguiar afirmou, por exemplo, que, no ano de 1899, Bomfim, como diretor do Pedagogium, contratou os serviços da livraria Luso-Brasileira pelo período de um ano para fornecer à instituição a assinatura de 39 títulos de jornais e revistas. Entre esses periódicos estavam: *Journal d'éducation populaire; Revue de sociologie*; *Revue d'antropologie, Monde moderne*, entre outros. AGUIAR, Ronaldo Conde de. *O rebelde esquecido:* tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. p.205-206. Sobre a atuação de Bomfim no laboratório de psicologia experimental, ver: PENNA, Antônio Gomes. Acerca dos psicólogos educadores na cidade do Rio de Janeiro: Manoel Bomfim, Maurício Campos de Medeiros, Plínio Olinto e Lourenço Filho. *Fórum educacional*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 3, p.7-34, jun./ago. 1989.

[10] GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p.13.

[11] BOTELHO, André. Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais. Campinas: Editora UNICAMP, 2002.

Alfred Binet (1857-1911), com quem estudou em Paris psicologia experimental e, mais especificamente, pedagogia experimental.[12] A partir dessa viagem, o autor aproximou-se mais efetivamente do campo da psicologia, aproximação que se manifestou em muitas de suas obras, inclusive em sua escrita da história.

Bomfim não apenas atuou nesses diversos campos disciplinares, ainda em formação, como também fez questão de ressaltar que o diálogo entre eles era fundamental para se compreender, em sua complexidade, as sociedades humanas. Um exemplo interessante foi a forma como pensou a psicologia. Para ele, o estudo da natureza psíquica, no homem, tinha de ser feito "numa convergência perfeita de sociologia, arqueologia, linguística, história e moral".[13] O autor também refletiu sobre a importância de se conferir um caráter sociológico ao ensino de história, de modo a permitir ao aluno melhor contemplar a "evolução social".[14] Esses exemplos indicam como não foi uma preocupação de Bomfim delimitar e especificar as identidades disciplinares do conhecimento e de sua própria prática enquanto autor. Justamente por isso, diferentes memórias disciplinares reivindicaram a sua figura e diversas análises buscaram pensar o lugar de suas obras na história da pedagogia, da antropologia, da psicologia e da historiografia no Brasil.[15]

A diversidade da produção bibliográfica de Manoel Bomfim foi, dessa forma, fruto de sua formação intelectual ampla, de um mundo intelectual com frouxas fronteiras disciplinares, mas também da própria concepção de conhecimento do autor. Ele escreveu livros didáticos,

---

[12] Segundo Gontijo, a pedagogia experimental fundava-se "na observação de fatos" com o objetivo de elaborar "métodos práticos destinados à avaliação da aprendizagem, à medição da inteligência e das aptidões das crianças". GONTIJO, Rebecca. Manoel Bomfim, educador e "cientista da educação", op. cit., p.17.

[13] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p.55. Essa obra teve apenas duas edições: a original de 1923, publicada pela pequena editora Electros e a de 2006, que será a utilizada ao longo dessa dissertação. Não houve qualquer tipo de alteração do texto original na segunda edição, que apenas modificou a grafia de algumas palavras para adaptá-las às normas ortográficas atuais.

[14] BOMFIM, Manoel. Metodologia da história. In: GONTIJO. Rebecca (org.). *Manoel Bomfim*. Coleção Educadores. Recife: Ed. Massangana; Brasília: MEC, 2010. p.45-64. Esse texto foi originalmente um capítulo do livro de Bomfim *Lições de Pedagogia*: teoria e prática da educação, publicado em 1915 pela editora Francisco Alves.

[15] Algumas interpretações acerca da figura de Bomfim e de sua atuação assumiram tons mais ou menos elogiosos a partir de meados da década 1990, período a partir do qual algumas de suas obras passaram a ser reeditadas. Nesse sentido, por exemplo, Darcy Ribeiro pensou Manoel Bomfim como "fundador da antropologia do Brasil e dos brasileiros". Antônio Cândido, por sua vez, ao escrever uma história da sociologia no Brasil, destacou a colaboração de Bomfim, em conjunto com a de Alberto Torres e Oliveira Vianna, para a "formação da sociologia no Brasil". Por fim, o Conselho Federal de Psicologia reeditou a obra *Pensar e Dizer,* em 2006, tornando-a parte da coleção "Clássicos da Psicologia Brasileira". Outros exemplos poderiam ser mobilizados na área da historiografia e da pedagogia. RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina*: males de origem. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2005. p.11-22. CÂNDIDO. Antônio. A sociologia no Brasil. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, vol. 18, n. 1, p.271-301, 2006. Sobre a memória e representações construídas sobre Bomfim e sua obra, ver o primeiro capítulo da dissertação de mestrado de Rebeca Gontijo, "Leituras e memórias: representações sobre um autor e sua obra". GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na história*. (Dissertação de mestrado). Niterói: UFF/Departamento de História, 2001.

entre eles *Através do Brasil* (1910) e *Primeiras Saudades* (1920); obras destinadas a professoras em formação, como *Lições de Pedagogia* (1915); livros sobre o psiquismo humano, como *Noções de psicologia* (1917) e *Pensar e Dizer*: *estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (1923); livros sobre zoologia e botânica e, por fim, quatro ensaios, que buscaram analisar a formação histórico-social do Brasil: *América Latina*: *males de origem* (1905) e uma trilogia, composta, como vimos anteriormente, pelos ensaios o *Brasil na América* (1929), *Brasil na História* (1930) e *Brasil Nação* (1931).[16]

Apesar dessa diversidade, a preocupação com a história nacional e, de modo mais amplo, com a "evolução" das sociedades humanas permeou muitas das obras escritas pelo autor, especialmente os ensaios sobre a formação social e histórica do Brasil, os livros didáticos, mas também aqueles que possuíam como objeto o psiquismo humano. O conhecimento histórico foi considerado fundamental para a compreensão da psicologia, da organização das sociedades e das particularidades da nação brasileira. Bomfim concebia o ensino e a escrita da história como formas de intervenção no mundo público, como meios de educar as mentes e os corações dos brasileiros. No entanto, a história escrita por Bomfim assumiu contornos muitos distintos dependendo do momento da trajetória intelectual do autor e do público para quem ele se dirigia.

Esta dissertação de mestrado tem como objeto a escrita da história produzida pelo autor em sua trilogia sobre a "formação nacional", publicada nos anos finais da vida de Bomfim. Os ensaios *O Brasil na América*, *O Brasil na História* e *O Brasil Nação* foram analisados a partir da perspectiva de uma história da historiografia preocupada com a escritura, ou seja, com a dimensão narrativa da escrita da história e com a centralidade da linguagem na construção do passado. Afinal, a operação historiográfica se materializa na fabricação de um texto, de uma narrativa.[17] Aqueles e aquelas que escrevem histórias utilizam-se de diferentes técnicas de linguagem figurativa para caracterizar os sujeitos e como eles mudam e se movem no tempo.[18] Partindo desses pressupostos teóricos, elaboramos as seguintes questões: quais recursos narrativos foram mobilizados por Manoel Bomfim, ao longo da trilogia, para tornar uma realidade passada dizível, imaginável e compreensível? Como, narrativamente, uma experiência temporal foi construída e elaborada? Para responder a essas questões, escolhemos

[16] Ronaldo Conde de Aguiar fez um levantamento bibliográfico muito completo dos livros publicados por Bomfim, bem como dos artigos que escreveu para a imprensa periódica. AGUIAR, Ronaldo Conde de. *O rebelde* esquecido, op. cit*.,* p.521-525.

[17] CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

[18] WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: WHITE, Hayden. *Ensaios sobre a crítica da cultura.* São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1994. p.114-115; ALBUQUERQUE JÍNIOR, Durval Muniz de. Tema, meta, metáfora: porque a historiografia teme e treme diante da literatura**.** *Linguagem: Estudos e Pesquisa*, UFG, vol. 17, n. 2, p.17-41, jul./dez. 2013.

como estratégia principal analisar o emprego de dois conceitos que desempenharam papel central na urdidura da narrativa histórica ao longo da trilogia: tradição e formação.

Conceitos funcionam como chaves explicativas ou chaves de leitura para determinada experiência histórica. Eles conferem uma coerência narrativa à representação do passado sob determinado ponto de vista.[19] Podemos pensá-los como recortes semânticos que asseguram a encenação escriturária. Mentalidade, classe social, povo, nação, civilização são palavras ao redor das quais se aglutinam várias sentidos e possibilidades interpretativas e a, partir delas, o relato histórico nomeia e figura a realidade passada, construindo um determinado edifício semântico.[20] No caso dessa pesquisa, buscamos compreender qual tipo de inteligibilidade Manoel Bomfim construiu para a história do Brasil a partir dos conceitos de tradição e de formação.

Em grande medida, o enredo da trilogia desenvolveu-se ao redor desses conceitos: o caráter brasileiro foi considerado resultado de "nossa formação histórica". Compreender esse processo formativo envolvia, para Bomfim, identificar as "genuínas tradições nacionais", como elas se formaram e evoluíram ao longo do tempo, dando uma feição particular à sociedade brasileira. As tradições foram personagens centrais na narrativa histórica do autor: elas eram forças históricas poderosas e silenciosas que moldavam as ações e as características dos sujeitos, ao mesmo tempo em que eram moldadas por eles. O primeiro ensaio da trilogia, *O Brasil na América,* dedicou-se a pensar a formação da nação brasileira a partir dos diferentes povos que se encontraram no Brasil. A obra narrou os primeiros 150 anos de colonização como uma "Idade de Ouro" e uma "Idade Heroica" da história brasileira. O mundo colonial foi pensado como período de configuração de importantes tradições nacionais. Entre elas, Bomfim destacou a tradição republicana-democrática, associada ao patriotismo dos colonos, às "lutas nativistas" contra a metrópole e à atuação das câmaras municipais, e a tradição de bondade, alegria e cordialidade que se configurou a partir do contato entre portugueses e indígenas e que se manifestava nas mais diferentes produções culturais brasileiras.

No entanto, a evolução da nação foi, para o autor, impedida de continuar sua marcha, desviada dos caminhos e potencialidades que se delimitaram em suas origens coloniais. A metrópole portuguesa passou por um processo de decadência a partir de fins do século XVII, que afetou profundamente a colônia brasileira, dificultando o prosseguir da nacionalidade e

[19] RODRIGUES, Henrique Estrada. O conceito de formação na historiografia brasileira. In: MEDEIROS, Bruno; SOUZA, Francisco Gouvea de; BELCHIOR, Luna Hlabi; RANGEL, Marcelo de Mello; Pereira, Mateus (org.). *Teoria e historiografia*: debates contemporâneos. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p.264.
[20] CERTEAU, Michel. *A escrita da história*, op. cit., p.103.

desvirtuando, abafando e, em alguns casos, até mesmo destruindo as tradições genuinamente nacionais. A degradação da metrópole e seus efeitos sobre a jovem nação foram objeto do segundo ensaio da trilogia, *O Brasil na História*, que teve como principal recorte cronológico o período que vai da decadência portuguesa até à Independência do Brasil. Por fim, o último livro, *O Brasil Nação*, analisou como os males causados no Brasil pela degradação portuguesa continuaram a atuar na vida da nação soberana. Bomfim abordou nesse último ensaio a história do Brasil desde o processo de Independência até os seus dias, chegando mesmo a escrever um posfácio criticando duramente a revolução de 1930, que, para ele, nada tinha de revolucionária. Uma das ideias repetida constantemente nessa obra foi a de que as tradições brasileiras foram impedidas de evoluírem devido às heranças da colonização portuguesa que atuaram ao longo de toda formação nacional de modo a enfraquecer a nacionalidade, impedindo o seu "progresso" e "aperfeiçoamento".

A partir dessa breve descrição do enredo da trilogia é possível perceber como as noções de tradição e formação conferiram uma inteligibilidade específica para a história nacional. Considerando a importância de ambos os conceitos, buscamos compreender quais sentidos para a experiência histórica e qual tipo de representação do passado eles possibilitaram e configuraram. Para isso, foi preciso investigar como esses conceitos se relacionavam com outros ao longo da trilogia, bem como abordar de que modo eles se associaram a outros recursos representativos, como as metáforas, a caracterização de personagens e a construção de uma estrutura de enredo.

Ao analisar essa urdidura da narrativa histórica ao longo dos ensaios não consideramos o texto como um produto apartado da realidade e da experiência. Ao tomar a escrita da história como objeto, buscamos justamente pensar as relações tensas e ambíguas que a escrita estabelece entre discurso e realidade, entre linguagem e experiência. Ou seja, a linguagem utilizada na escrita da história de Bomfim não estava descolada do mundo em que ele vivia, controlada e manipulada para ser um instrumento científico de interpretação do passado. A historicidade do mundo do historiador irrompe na linguagem em que ele se expressa e nos conceitos que ele emprega. Os conceitos são palavras que possuem uma carga semântica expandida, contendo em si uma grande diversidade de experiências históricas que são mobilizadas pelos sujeitos que os utilizam.[21] Especialmente com a modernidade, eles passaram por um processo de crescente historicização, ou seja, foram cada vez mais se tornando entes históricos, contingentes,

[21] KOSELLECK, Reinhart. História social e história dos conceitos. In: Reinhart. *Futuro passado*: contribuição para a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

mutáveis, e, por isso mesmo, inseridos em constantes debates políticos e intelectuais.[22] Levando em consideração a temporalidade dos conceitos e sua inserção em disputas pela nomeação da realidade, os termos empregados por Manoel Bomfim ao longo da trilogia foram pensados como parte de uma rede semântica e discursiva mais ampla, compartilhada por diferentes sujeitos históricos e permeada por constante disputas simbólicas.

Desse modo, analisar a mobilização dos conceitos de tradição e de formação foi um ponto de partida, uma estratégia heurística para se compreender o aparato representacional a partir do qual uma dada realidade passada foi figurada na trilogia. Investigá-los foi um modo de analisar a escrita da história de Bomfim, pensando algumas questões de ordem teórica, epistemológica e política que a perpassavam. Por fim, consideramos como essa escrita buscou responder a dilemas que mobilizaram muito intelectuais ao longo da Primeira República, especialmente a possibilidade de construção de um Brasil moderno, a busca por uma definição da nação e a sensação de crise na República brasileira. Afinal, é no mundo dos vivos que emergem os dilemas partir dos quais a historiografia vai visitar os mortos. Além disso, a historiografia é também um produto cultural, faz parte da intricada, complexa, heterogênea e conflitiva rede simbólica na qual estão inseridas as sociedades humanas. Por isso, os diálogos entre história da historiografia, história cultural e história intelectual podem ser tão ricos. Nesse sentido, buscamos também reconstruir as condições de produção e de possibilidade dos textos escritos por Bomfim, reinscrevendo-os no cenário em que foram produzidos e pensando como eles se apropriaram de outras produções culturais, incluindo outras histórias do Brasil.[23]

A dissertação está organizada em três partes. A primeira delas analisa como o tempo histórico foi configurado na trilogia ou, em outras palavras, como o tempo foi articulado na narrativa histórica de Bomfim. Investigamos alguns conceitos a partir dos quais a dimensão temporal das sociedades e os laços entre passado, presente e futuro foram representados. Ao longo da trilogia, as representações do tempo desenvolveram-se a partir de duas questões interligadas: a preocupação em compreender as forças histórico-sociais que moviam a evolução das sociedades e a busca por uma temporalidade brasileira, ou seja, pelo ritmo particular da história do Brasil. Os ensaios abordaram a dimensão temporal das sociedades humanas a partir do conceito da tradição e de algumas noções constantemente mobilizadas pelo emergente campo das ciências sociais, como as de evolução, imitação, adaptação e inovação. A partir

[22] PALTI, Elias José. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 35, p.4-23, dez. 2016.
[23] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica. *Ágora,* Santa Cruz do Sul, vol. 11, n. 1, p.31-47, jan./jun. 2005.

desses conceitos, foi possível investigar as características que o tempo histórico assumiu na trilogia e delimitar os tipos de relação que as coletividades poderiam, para Bomfim, manter com o seu passado. Buscamos também compreender como a história do Brasil escrita pelo autor conferiu uma temporalidade particular à sociedade brasileira, ao concebê-la como resultado de sua "formação histórica". Para além dos conceitos, analisamos algumas metáforas mobilizadas para representar os sentidos e o ritmo da história do Brasil, bem como o tipo de enredo que foi construído, ao longo dos ensaios, para o passado nacional.

Os modos a partir dos quais o tempo foi representado na trilogia foram tomados como indícios que revelavam os desafios próprios de uma experiência temporal e cultural vivida por Bomfim e alguns de seus contemporâneos. Entre esses desafios, estava o de se representar uma vivência social que foi, a partir da modernidade, cada vez mais experimentada como histórica, temporal e processual. Como falar sobre um mundo em movimento, marcado pela sensação de um cotidiano urbano que se acelerava? Em contraste com esse mundo, muitos intelectuais, principalmente a partir da década de 1870, interpretaram a história do Brasil a partir da noção de atraso, como se houvesse um descompasso entre as modernidades almejadas por eles e a forma como viam as condições objetivas da nação. A vontade de acelerar a evolução brasileira foi ponto de partida da reflexão de muitos daqueles que se voltaram para o passado da nação para pensar o ritmo singular de sua história e sua relação com o mundo moderno. Nesse sentido, o ordenamento que Bomfim fez do tempo na trilogia foi investigado em relação a esses dois dilemas que perpassavam o mundo cultural e intelectual em que ele viveu: a modernidade e o problema do atraso nacional. Para pensar essas questões, dialogamos com Reinhert Koselleck, especialmente com a sua teoria da experiência moderna do tempo e com sua história dos conceitos.[24] Tentamos pensar, como fez Koselleck, como a experiência do tempo se manifesta na superfície da linguagem.

A segunda parte da dissertação aborda as relações entre tradição e linguagem ao longo da trilogia. Nos ensaios, mas também nas obras do autor dedicadas à psicologia, podemos ver expressões como "tradição idiomática nacional", "tradição mental" e "mentalidade coletiva". Esses termos apontavam para a "semelhança mental e moral" e a "unidade de sentimento" que existiam, para Bomfim, entre os membros de uma coletividade. As particularidades mentais e morais das sociedades foram consideradas produtos de sua própria história: a literatura de uma

[24] Dialogaremos com a obra *Futuro Passado* de Reinhert Koselleck, mas também com autores que se preocuparam em pensar a experiência moderna do tempo e o moderno conceito de história em outros espaços que não o Europeu, especificamente no Brasil e no cotidiano urbano do Rio de Janeiro, e em momentos históricos posteriores ao abordado pelo historiador alemão, que analisa principalmente as mudanças semânticas que marcaram a configuração de uma modernidade europeia entre 1750 e 1850.

nação, a língua nacional e o folclore foram concebidos como expressões do percurso histórico de um povo e, mais importante ainda, como forças configuradoras de seus modos de pensar, agir e sentir. O que buscamos compreender foi como, ao longo da trilogia, essas manifestações linguísticas foram interpretadas como documentos, como indícios do processo de formação nacional. Para isso, examinanos os diálogos tecidos pelo autor com outras histórias do Brasil que também se preocuparam com a língua portuguesa e com a literatura brasileira. Os ensaios de Bomfim foram inseridos em um cenário mais amplo, no qual diversas produções intelectuais buscavam definir e delimitar as feições da nação a partir do idioma falado pelos brasileiros.

A partir das reflexões sobre as "tradições mentais" e a "língua nacional", a trilogia conferiu uma historicidade à linguagem e aos sentimentos humanos, bem como delimitou a importância das palavras na organização das sociedades. Para pensar essa historicidade, analisamos, além do conceito de tradição e de formação, o de símbolo, termo a partir do qual o autor pensou as características próprias da linguagem humana.[25] Qual tipo de escrita da história essa conjugação entre tradição, linguagem e símbolo permitiu? Veremos como a trilogia atribuiu à imaginação humana um grande poder de transformação histórico-social, afinal era ela que permitia a emergência do novo na história. As palavras, as ideias, a imprensa, os poetas e os "intelectuais" foram personagens centrais da narrativa histórica de Bomfim. Um exemplo foi o "lirismo brasileiro" que se desenvolveu ao longo do século XIX e que foi considerado revolucionário, uma vez que teria causado transformações radicais na sociedade brasileira. Por fim, partindo da preocupação do autor com os símbolos, analisamos como a atuação do "intelectual" ou dos "homens de pensamento" foi concebida por ele. Ao longo da segunda parte da dissertação, buscamos responder às seguintes questões: de que modo, para Bomfim, as palavras poderiam funcionar como um motor da transformação social? Quando e como elas poderiam ser também ação? Considerando a importância conferida pelo autor à linguagem, trabalhamos com a hipótese de que sua escrita da história era parte de um projeto mais amplo de transformação das feições da sociedade a partir dos símbolos.

[25] Por símbolo Bomfim compreendia qualquer tipo de representação criada pela mente humana a partir de uma série de associações. Nesse sentido, ideias, imagens, palavras e conceitos seriam símbolos que sinalizariam e representariam a realidade a partir de um processo de generalização e abreviação. Para o autor, "o aspecto generalizador constitui a essência mesmo da operação mental", sendo que a generalização só seria possível a partir dos símbolos. Tomemos um exemplo dado pelo próprio Bomfim a palavra "tesoura" é um símbolo que indica diretamente algo que existe no mundo sensorial e, ao escutarmos ou lermos essa palavra, automaticamente a associamos a uma imagem e à ideia de cortar. No entanto, há símbolos muito mais abstratos, como as ideias de justiça, de liberdade e de felicidade, que não têm correspondência imediata no mundo sensorial. No caso desses símbolos, eles só seriam apreendidos e mobilizados pela mente a partir de uma série de associações. À ideia de felicidade, por exemplo, associam-se as de alegria, de bem-estar, de prazer etc. Essas reflexões sobre os símbolos foram desenvolvidas por Bomfim na obra *Pensar e Dizer*. BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer,* op. cit., p.66.

A terceira e última parte da dissertação tem como objeto de investigação o modo como a trilogia narrou a "formação política da nação". Tal narrativa estava atrelada à sensação de crise do regime republicano brasileiro, compartilhada por muitos intelectuais. A década de 1920 foi especialmente agitada politicamente. Bomfim vivenciou de perto o movimento tenentista e suas reivindicações, o surgimento do Partido Comunista brasileiro, as comemorações dos 100 anos da Independência e o amargo diagnóstico de muitos intelectuais de que a nação era ainda marcada pelo atraso.[26] O autor fez parte de um grupo de intelectuais que decretaram, angustiados e desiludidos, que "não era essa a república dos meus sonhos!".[27] Identificamos as críticas feitas por Bomfim ao governo republicano e o seu diagnóstico acerca dos males que afetavam a República, especialmente o "oligarquismo", o "personalismo" e a "tirania" do Estado. Buscamos compreender como, a partir da noção de "formação política", a trilogia conferiu uma dimensão temporal a esses males, interpretados como resultado de um determinado processo formativo do Estado e do povo brasileiros.

A história escrita por Bomfim buscou tanto diagnosticar os males da "vida pública" brasileira, quanto elaborar outros futuros para a República. O autor propôs na trilogia uma regeneração do regime republicano a partir da verdadeira tradição republicana brasileira, que teria sido impedida de realizar-se ao longo da história do Brasil. Essa tradição foi vista como o caminho para "republicanizar a república",[28] como um tesouro soterrado, um patrimônio dos brasileiros que era preciso devolver ao presente. Ao narrar esse passado nacional republicano, Bomfim mobilizou a noção de que a história deveria ser uma "consagração orientadora", ou seja, essas experiências pretéritas deveriam ser consagradas porque seriam capazes de orientar os vivos na reconstrução do presente. Mas qual tradição republicana era essa? A partir de quais conceitos ela foi narrada? Quais eram seus principais personagens? Responder a essas questões foi uma forma de abordar a natureza da república almejada por Bomfim e de perceber como ele foi buscar no passado elementos possíveis para a construção de um outro futuro.

Nessa terceira parte da dissertação, analisamos os conceitos de tradição e formação em conjunto com os de república, democracia e opinião pública. A utilização desses termos ao longo da trilogia estava relacionada às lutas semânticas próprias daquele contexto, no qual projetos político-intelectuais muito diferentes disputavam o significado desses conceitos centrais para a auto-representação da comunidade política. Compreender as linguagens políticas

[26] MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992. p.6.
[27] VIANNA, Oliveira *apud* MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*, op. cit., p.23.
[28] MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*, op. cit., p.26.

empregadas por Bomfim foi uma forma de pensar as posições que a história do Brasil escrita na trilogia ocupou diante dessas disputas político-simbólicas.

Um dos pressupostos teóricos que guiou essa parte da dissertação foi o de que a historiografia é um dos recursos simbólicos que atuaram e atuam na configuração e na transformação do mundo político. Como propõe Rosanvallon, o político, mais do que uma determinada esfera da sociedade, pode ser pensado como o constante *trabalho* que possibilita a instituição da vida coletiva e como o processo contínuo de mobilização de mecanismos simbólicos capazes de representar a comunidade, sua organização e suas regras.[29] Acreditamos que a narrativa histórica também pode ser uma fonte importante para se pensar o político, no sentido proposto por Rosanvallon. A historiografia, especialmente a partir do século XIX, foi um discurso central na configuração de imaginários sociais e de memórias coletivas. Então, por que não a pensar como um dos mecanismos que tornam possível a instituição de uma vida coletiva a partir do simbólico? As narrativas do passado, entre elas a escrita da história, também participaram da problemática definição de conceitos centrais para a auto-representação das comunidades políticas modernas. No caso dessa dissertação, buscamos investigar como a trilogia escrita por Bomfim participou do trabalho de definição de conceitos centrais para o mundo político em que ele vivia, entre eles os de república e de democracia.

Por fim, é preciso explicitar e explicar algumas escolhas dessa pesquisa. Os ensaios da trilogia foram concebidos como uma representação do passado que se produziu *entre* vários saberes e disciplinas, especialmente a sociologia, a historiografia acadêmica escrita na Europa, a historiografia produzidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pelos Institutos Históricos e Geográficos regionais, e a psicologia. O esforço investigativo foi o de compreender como Manoel Bomfim escreveu uma história do Brasil apropriando-se de categorias conceituais, procedimentos analíticos e concepções epistemológicas presentes em diferentes campos disciplinares, todos eles em formação no Brasil. Para analisar essa escrita da história que conjugou diferentes saberes e teorias, especialmente aqueles provenientes da sociologia e da psicologia, colocamos a trilogia em diálogo com outra obra de Bomfim, escrita no começo da década de 1920: o livro *Pensar e Dizer*: *estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. Mas qual a relação entre essa obra, geralmente enquadrada como parte dos textos de psicologia do autor, e a sua escrita da história? Nela, o autor fez uma reflexão sobre a dimensão histórica e social da psique humana, diluindo as fronteiras entre os indivíduos e as sociedade e pensando de forma conjugada pensamento, sentimento e ação. Em *Pensar e Dizer,* podemos ver a

[29] ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010

mobilização de alguns conceitos que, mais tarde, foram empregados também na trilogia, bem como a presença de concepções epistemológicas que foram reafirmadas nos ensaios escritos nos anos finais da década de 1920. Evidenciar laços e continuidades entre essas obras foi uma forma de explorar novas perspectivas analíticas, levantando novas questões para se interpretar a história do Brasil escrita por Bomfim.

Ao propor o diálogo ente a trilogia e a obra *Pensar e Dizer* também buscamos mostrar como não é possível delimitar, entre os textos de Bomfim, aqueles que eram de caráter historiográfico, sociológico, pedagógico e psicológico. Até que ponto essas divisões presentes, explicita e implicitamente, nas diferentes leituras de suas obras não projetaram a atual divisão disciplinar para o passado? Um dos indícios de tal projeção é o fato da obra *Pensar e Dizer* não ter sido tomada como objeto de análise nas dissertações e teses dos campos da história da historiografia e do pensamento social brasileiro, mesmo contendo tantos elementos a partir dos quais se é possível investigar a escrita da história de Bomfim e os pressupostos teóricos, epistemológicos e políticos que perpassaram suas análises do social.

A trilogia foi concebida como uma série de ensaios, marcada por continuidades e descontinidades. No prefácio do primeiro livro, *O Brasil na América,* Bomfim afirmou: "este livro começa uma série – três, aplicada à apreciação das condições feitas à nação brasileira. Um mesmo pensamento em geral, em desenvolvimento perfeitamente distintos".[30] Como vimos, também a imprensa periódica leu os ensaios como um "conjunto de estudos", como uma "série", "uma obra". Tanto a afirmação de Bomfim quanto a recepção da obra na imprensa apontavam para as continuidades existentes na trilogia. Algumas preocupações perspassaram os três ensaios, entre elas o objetivo de se investigar a formação histórica do Brasil e o desejo de se desvendar as tradições que atuaram nas configurações das feições nacionais. Além disso, em alguma medida, um mesmo aparato conceitual foi mobilizado nas obras. Essas continuidades, no entanto, não fizeram da trilogia uma unidade coerente. O ensaio *O Brasil Nação* possui diferenças notáveis em relação aos outros dois. Nele, uma revolução brasileira foi defendida como único remédio para os males da nação, projeto que não esteve presente de modo explícito nas obras anteriores. Também nesse ensaio, a análise abriu-se para uma dimensão internacional: os problemas do Brasil foram compreendidos à luz dos dilemas do capitalismo e da democracia e abordados a partir de conceitos como "capital" e "classes sociais". Mesmo considerando essas descontinuidades, escolhemos tomar como objeto da dissertação os três ensaios. Essa escolha

[30] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América:* caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p.30.

permitiu-nos compreender como configurou-se um determinado enredo para a formação histórica do Brasil, o que não poderia ser investigado se tomássemos como objeto apenas um deles separadamente. Além disso, a leitura das três obras forneceu mais elementos para abordarmos a urdidura da narrativa histórica, pois foi possível compararar as metáforas, a construção de personagens e cenários, o tom geral da narrativa e os posicionamento do narrador em cada um dos ensaios.

PARTE I: A ESCRITA DA HISTÓRIA E A CONFIGURAÇÃO DO TEMPO DA NAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Em dezembro de 1878, João Capistrano de Abreu (1853-1927) publicou no *Jornal do Comércio* um necrológio a Adolfo Varnhagen (1816-1878), homenageando aquele que era considerado por muitos um dos mais importantes historiadores pátrios. Mais do que um elogio à atuação de Varnhagen, à sua preocupação erudita e documental, o texto pode ser considerado uma análise de Capistrano sobre os novos desafios que se colocavam para aqueles que queriam se dedicar à escrita da história do Brasil. Entre esses desafios, o mais urgente era a produção de uma narrativa histórica liberta das amarras do "empirismo crasso", que pudesse mostrar o sentido que perpassava os três séculos de existência da nação brasileira. Era preciso alcançar o "rationale da nossa civilização", ou seja, compreender o que caracterizava a *evolução nacional*. Para cumprir essa tarefa, a habilidade erudita de lidar com os documentos históricos que tanto possuía Varnhagen era, por si só, insuficiente, devendo conjugar-se com métodos e instrumentos teóricos capazes de revelar "as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de *um povo*".[31] Em resumo, faltava ao visconde de Porto Seguro uma "intuição de conjunto" capaz de conferir coerência e unidade à exposição do passado nacional.[32]

Essa nova agenda teórica e epistemológica proposta por Capistrano estava entrelaçada a um problema central desse contexto, não apenas para a historiografia, mas também para os debates políticos e intelectuais de sua geração: a necessidade de se pensar "o povo brasileiro". O conceito de povo foi um dos esteios do mundo moderno e em torno dele desenvolveram-se as grandes invenções políticas da contemporaneidade, entre elas, a cidadania, a democracia e a nacionalidade.[33] A ideia de soberania popular, um dos fundamentos políticos das sociedades contemporâneas, também se erigiu a partir desse conceito. No caso brasileiro, a década de 1870

[31] ABREU, J. Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.) História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015. Ebook versão Kindle. Grifos nossos.
[32] OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em Capistrano de Abreu.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p.57.
[33] PEREIRA, Luísa Rauter. *O povo na história do Brasil*: Linguagem e Historicidade no Debate Político (1750-1870). Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2017. Ebook versão Kindle.

foi um momento central para os debates sobre o povo, uma vez que a crescente propaganda republicana propunha a implementação de um sistema de governo que tinha como objetivo trazê-lo para o "proscênio da atividade política".[34]

No entanto, o sujeito soberano não existe objetivamente, não é uma entidade palpável de carne osso. Ele só ganhou existência através das sucessivas representações construídas sobre ele, que foram e são constantemente objeto de disputa.[35] A historiografia moderna foi uma das formas discursivas a partir das quais buscou-se responder esse desafio de "definição" do soberano do corpo político. Uma das possíveis maneiras de encontrá-lo, especialmente a partir do século XIX, passou a ser pensá-lo historicamente e, geralmente, associando-o ao conceito de nação. A historiografia, configurada enquanto campo científico, funcionou como importante "fonte produtora e legitimadora de memórias" nacionais, dando credibilidade a representações que sustentaram os nascentes Estados-nações.[36]

Foi como parte desse contexto mais amplo que Capistrano de Abreu lançou sua proposta de pensar o povo-nação a partir de sua história e, mais especificamente, a partir de sua *evolução.* A preocupação com o sentido da evolução brasileira foi uma questão central entre os fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX e nela estava, para muitos intelectuais, a chave para "encontrar" a nacionalidade. Angela de Castro Gomes, ao analisar os debates científicos e metodológicos sobre a escrita da história nesse período, indicou como a resposta à questão do sentido mais profundo da identidade nacional conjugava-se com a busca pela construção de um saber histórico científico e moderno. O sujeito da soberania foi tomado como objeto da ciência histórica, devendo ser por ela decodificado. O historiador moderno foi visto, nesses debates, como aquele que analisava com rigor metodológico suas fontes *e* dava-lhes sentido a partir da narrativa.[37] Os homens de letras que se dedicavam à escrita da história estavam preocupados com os fatos históricos, mas também em saber conferir a eles um sentido processual.[38] O rigor metodológico deveria conjugar-se com um olhar interpretativo e sintético capaz de desvendar os movimentos mais profundos da história, que se escondiam por detrás da linha superficial de acontecimentos, nomes e datas.[39] Esse debate, sobre a busca de um sentido mais profundo da

[34] CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados:* o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.11.
[35] ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010. p.75.
[36] CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo*: memória e o fim do fim da história. Coimbra: Alameda, 2016. p.46.
[37] GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*, op. cit., p.89-98.
[38] GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*, op. cit., p.123.
[39] TURIN, Rodrigo. *Tessitura do tempo*: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013, p.192. Turin se debruçou particularmente sobre as tentativas de Sílvio Romero, Capistrano de Abreu e José Veríssimo de pensar uma história profunda da nacionalidade a partir de diálogos com a etnografia.

história do Brasil, envolveu muitos intelectuais que, entre fins do século XIX e começo do século XX, assumiram diferentes posições em relação aos instrumentos mais eficientes para se "perfurar" a superfície da história em busca dos sentidos da evolução nacional.

Manoel Bomfim (1868-1932) refletiu sobre algumas dessas questões no seu texto *Metodologia da história*, capítulo do livro *Lições de pedagogia,* publicado em 1915 e destinado a professores em formação. Para ele, na "elaboração" da história, o mais importante não era "propriamente a compendiação dos fatos, e, sim, a orientação geral que preside sua escolha, os preceitos de crítica a que são submetidos, e o método com que são coordenados, no sentido de fazer contemplar e compreender a *evolução* social".[40] Alguns anos depois, Bomfim voltou a refletir sobre a evolução nacional, de forma mais densa, na sua trilogia dedicada a pensar a formação da nação e composta pelos ensaios *O Brasil na América*, *O Brasil na História* e o *Brasil nação*, publicados respectivamente em 1929, 1930 e 1931. Uma preocupação central dessas obras era investigar a "evolução progressiva da sociedade brasileira",[41] acentuando a "realidade do caráter do brasileiro, como resultado efetivo e necessários dos antecedentes, isto é, de nossa *formação histórica*".[42] Essa formação foi, para o autor, mal compreendida em seus aspectos gerais e mais importantes por maus historiadores, que, "enfartados de erudição morta",[43] fizeram "da história do Brasil um forçado enleio de sequências disparatadas, num todo confuso, desinteressante, nada estimulador e inspirador".[44] Esses historiadores não compreendiam que a história exigia a

> rigorosa coordenação de perspectivas vividas, planejadas em lógica. Sem isso, ela se anula em arrumação de relatos apenas cronologicamente dispostos, ou desorienta, com o amontoado de peripécias enfartadas da erudição caliginosa.[45]

A erudição, por si só, poderia ser caliginosa. Caligem é um nevoeiro denso capaz de impedir a visão. A erudição apartada de outros "métodos", era uma névoa espessa que encobria o sentido do passado. A "disposição cronológica" e a "compendiação dos fatos" foram considerados insuficientes para a elaboração da história, que exigia uma coordenação lógica capaz de revelar a evolução nacional. E, para Bomfim, a história nacional sofria terrivelmente

[40] BOMFIM, Manoel. Metodologia da História, op. cit., p.50. Grifos nossos.
[41] BOMFIM, Manoel. *O Brasil* Nação, op. cit., p.174.
[42] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*: deturpação das tradições; degradação política. Rio de Janeiro: Topbook; Belo Horizonte: Puc-Minas, 2013. p.83. Grifos nossos.
[43] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América,* op. cit., p.120.
[44] BOMFIM, *O Brasil na História*, op. cit., p.83. Sobre os modelos de "bons e maus historiadores" que Bomfim construiu no livro *O Brasil na História*, cf. GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da história na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 23, n. 45, 2003.
[45] BOMFIM, *O Brasil na História*, op. cit., p.57.

dessa insuficiência: os maus historiadores, com suas "histórias deturpadas", impediram o registro sincero e vivaz das tradições nacionais, cabendo a um bom historiador desenterrar tais tradições, trazê-las à tona, pois nelas estava a chave para a compreensão das particularidades da nação.

Dessa forma, compreender a *formação histórica nacional* e conferir-lhe um *sentido* envolvia para Bomfim pensar as tradições nacionais, como elas se formaram e evoluíram ao longo do tempo, dando uma feição particular à sociedade brasileira. A problemática das tradições nacionais foi recorrente na trilogia. Nos ensaios, Bomfim mergulhava no passado em busca das "genuínas tradições brasileiras", personagens centrais da narrativa histórica do autor, concebidas como forças capazes de moldar as ações e as características dos sujeitos, ao mesmo tempo que eram moldadas por eles. Além de delimitar as tradições nacionais, os ensaios também empreenderam uma reflexão de natureza teórica sobre o lugar da tradição no presente. Bomfim concebia a tradição como um "passado vivo"[46] e orientador, como a própria "sociedade em continuação",[47] ou seja, como força que possibilitava unir o passado, o presente e o futuro das coletividades de modo a conferir-lhes uma coerência temporal.

Os conceitos de tradição e de formação foram, desse modo, instrumentos teóricos e categorias analíticas a partir dos quais o autor pôde representar o tempo histórico e construir uma narrativa sobre o percurso histórico brasileiro. A problemática da formação das tradições nacionais pode ser considerada um dos fios condutores da escrita da história de Bomfim. Fio esse que, se seguido, pode indicar as formas por meio das quais o tempo foi representado na narrativa do autor. É essa configuração do tempo histórico na trilogia que será o objeto de análise desta primeira parte da dissertação. Buscaremos compreender como o autor, em sua história do Brasil, ordenou o tempo, ou seja, como representou o passado em suas relações com o presente e com o futuro, e quais recursos narrativos utilizou para construir essa representação.

Esse problema de pesquisa foi delimitado a partir do pressuposto teórico de que as formas de se experimentar o tempo não são dadas naturalmente e, em grande medida, são culturais e históricas: elas estão relacionadas às maneiras com as quais as experiências são elaboradas em situações concretas.[48] A historiografia foi um dos artefatos socioculturais que permitiu, de diferentes formas e em diferentes contextos, a elaboração do passado de acordo com as expectativas dos sujeitos históricos. Especialmente ao longo da modernidade ocidental,

[46] BOMFIM, *O Brasil na História*, op. cit., p.193.
[47] BOMFIM, *O Brasil na História*, op. cit., p.34
[48] KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias histórica. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição para a semântica dos tempos históricos, op. cit.

a prática historiográfica configurou-se como importante agente na demarcação das fronteiras entre o passado e o presente.[49] No caso do autor aqui estudado, a elaboração da experiência histórica e a demarcação de um passado nacional se deram a partir de conceitos e metáforas, a partir dos quais Bomfim tratou da evolução das sociedades no tempo e construiu sentidos para a história brasileira. A experiência histórica também se organizou na trilogia a partir de um determinado enredo, que permitiu uma compreensão específica do processo de formação nacional.

A questão central a ser tratada será: *como* um tempo histórico se configurou na escrita da história de Manoel Bomfim? Essa questão, no entanto, se desdobra em algumas outras: qual noção de processo histórico foi construída ao longo da trilogia? Como essas concepções teóricas conformaram a história do Brasil escrita pelo autor? Qual temporalidade teria marcado, para ele, a evolução histórica brasileira? Como Bomfim pensou o percurso histórico da nação em relação às discussões sobre o moderno e a modernidade que agitavam o campo intelectual nos anos 1920? Para respondê-las iremos investigar os recursos narrativos a partir do quais um tempo histórico configurou-se na trilogia, tendo como foco da análise os conceitos de tradição e de formação. Investigá-los pode ser uma maneira de pensar como Manoel Bomfim ordenou o tempo histórico a partir de desafios impostos por uma experiência do tempo que era sua, mas também a de muitos dos seus contemporâneos.

O autor morou no Rio de Janeiro entre os anos 1888 até sua morte, em 1932. Na capital federal, vivenciou as mudanças introduzidas no cotidiano por aceleradas inovações tecnológicas, entre elas o telégrafo sem fio, o telefone, o cinematógrafo, a fotografia, o avião, o automóvel, que transformaram radicalmente a percepção e a sensibilidade urbanas.[50] O próprio Bomfim, ao descrever as grandes cidades, pensou-as como "vastas aglomerações" onde fervilhava "a vida moderna".[51] Todo esse fervilhar, com as suas muitas inovações técnicas e científicas, marcou profundamente a forma de se viver o cotidiano urbano. Uma das formas nas quais esse impacto se materializou foi a sensação de aceleração do tempo. Nesse sentido, Machado de Assis, numa crônica de março de 1894, questionou-se: "O que é o tempo? É a brisa

[49] CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. A prática historiográfica moderna desenvolveu-se, para Certeau, a partir da produção de um lugar social considerado capacitado e legitimado a compreender o passado. A delimitação desse lugar produziu um distanciamento em relação à experiência passada de que se fala, o que possibilitou toma-la e produzi-la enquanto uma alteridade. Nesse sentido, as fronteiras que dividem passado e presente, sua maior ou menor porosidade, também são históricas.
[50] VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*: *turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.22.
[51] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.51.

fresca e preguiçosa de outros anos ou esse tufão impetuoso que parece apostar corrida com a eletricidade"?[52]

Ao buscar compreender esse mundo em movimento acelerado, Bomfim, mas também outros intelectuais, refletiram sobre "o moderno", tentando compreender o lugar do Brasil nessa modernidade. Em muitos sentidos, as reflexões de Koselleck sobre a experiência moderna do tempo podem ajudar a compreender a forma como esses intelectuais vivenciaram o tempo histórico e procuraram ordená-lo a partir da narrativa histórica. Para esse autor, a experiência moderna do tempo configurou-se, no mundo europeu, entre os anos de 1750 e 1850 e pode ser caracterizada pela crescente disjunção entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, pela sensação de aceleração do tempo e por um futuro cada vez mais aberto, ou seja, mais permeado pela imprevisibilidade. É nesse processo que emergiu o conceito moderno de História, que remetia não mais para um relato ou narrativa do acontecido, mais sim para a história em si, pensada como um complexo de acontecimentos, como um processo que tinha realidade própria com características imanentes.[53] Nesse complexo processo de configuração de uma experiência moderna, houve uma crescente historicização e temporalização da forma com a qual o mundo foi vivido e concebido pelos homens.

Acreditamos que essa sensação de um tempo acelerado, bem como o delineamento de um futuro radicalmente aberto estiveram presentes em muitos dos projetos e vivências que marcaram o mundo intelectual na primeira República. No entanto, a experiência moderna do tempo não foi vivida de forma unívoca, ou seja, foram muitas as formas de se experimentar e, principalmente, de se narrar o tempo nessa chamada modernidade. Diferentes sensibilidades modernas se configuraram, o que implicou em ordenamentos distintos do tempo. Especialmente nas periferias do capitalismo e em países que foram marcados historicamente pela condição colonial, as temporalidades se entrecruzaram gerando tensões e imbricações particulares entre o moderno e a tradição, entre o cosmopolitismo e o nacionalismo.[54] É levando em consideração essa pluralidade e tensão que buscaremos pensar como os textos de Bomfim e de alguns de seus contemporâneos teceram o tempo histórico de acordo com os desafios e contextos que eles viveram.

---

[52] ASSIM, Machado de *apud* VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil republicano*: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.354.

[53] KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos; Historia Magistra Vitae: sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento. In: *Futuro Passado,* op. cit.

[54] VELLOSO, Monica Pimenta. *História & modernismo.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.31.

Para além dos conceitos, algumas metáforas mobilizadas ao longo da trilogia serão também analisadas, uma vez que elas foram recursos narrativos a partir dos quais o autor representou o tempo, o social e a história, construindo imagens sobre eles.[55] Os jogos de imagens produzidos por essas metáforas impactam fortemente o leitor, potencializando a capacidade da narrativa de elaborar sentidos e significados para a experiência histórica. Por isso, as construções metafóricas elaboradas por Bomfim em seus ensaios não devem ser tomadas como simples recursos estéticos e estilísticos, uma vez que desempenharam também uma função cognitiva na narrativa, ou seja, auxiliaram na representação do passado que o autor queria fazer conhecível e compreensível.

O problema da configuração do tempo histórico na trilogia será abordado em dois capítulos. No primeiro deles, analisaremos os conceitos de tradição e formação em conjunto com os de evolução, imitação e educação, de modo a compreender como a dimensão temporal dos laços sociais foi representada por Bomfim. Buscaremos mapear os diálogos do autor com o emergente campo da sociologia, bem como delimitar qual tipo de relação, para ele, a sociedade brasileira deveria manter com o seu passado, se quisesse se livrar de heranças que dificultavam o progresso da nação. No segundo capítulo, investigaremos de que modo esses conceitos foram mobilizados como chaves interpretativas para a história do Brasil e como, a partir deles, a trilogia conferiu uma dimensão temporal à vida social brasileira, concebendo-a como resultado de processos e como um mundo em formação. Por fim, buscaremos pensar qual tipo de estrutura de enredo os ensaios construíram para a "formação histórica" nacional a partir da delimitação de épocas e períodos na história do Brasil.

[55] Essa discussão sobre as metáforas e os sentidos que elas podem produzir numa obra historiográfica está diretamente inspirada no artigo: DECCA, Edgar Salvadori de. As metáforas de identidade em Raízes do Brasil: decifra-me ou te devoro. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p.424-439, Jul./Dez. 2006.

CAPÍTULO 1 - O PROBLEMA DA TRADIÇÃO E O TEMPO HISTÓRICO

A sociologia e os modos de se pensar as sociedades no tempo

A sociologia, campo científico que emergiu e se consolidou na Europa ao longo do século XIX, foi mobilizada como um saber central por muitos homens de letras interessados em perfurar a superfície dos acontecimentos em busca do sentido mais profundo da evolução nacional.[56] Capistrano de Abreu, no seu já citado necrológio a Varnhagen de 1878, pensou essa ciência como um "facho luminoso" capaz de revelar o modo como se elaborou a vida social no Brasil. Seria urgente, para esse historiador, que a História se apropriasse dos métodos novos e dos instrumentos teóricos dessa disciplina de modo a ser possível se escrever uma História Pátria "digna do século de Comte e Spencer".[57] Manoel Bomfim fez eco às preocupações de Capistrano, ao afirmar, em um texto de 1915, que o diálogo com a sociologia era uma das formas de conferir ao ensino de história um caráter mais racional.[58] Algumas anos depois, em 1924, Oliveira Vianna (1883-1951), em seu discurso de posse no IHGB, também se referiu à importância desse diálogo, pensando-o como fundamental para a História moderna. Para ele, não era possível "realizar nenhum trabalho de interpretação do passado sem recorrer às diversas ciências sociais, aos seus princípios, aos seus métodos, aos seus dados objetivos".[59] Nesses anos que separaram o necrológio de Capistrano e o discurso de Vianna no IHGB, houve uma ascensão dos saberes das ciências sociais, seus métodos e teorias como instrumentos privilegiados para se reinterpretar a nação e seu passado.[60]

---

[56] Alguns dos possíveis marcos cronológicos para se pensar a emergência das ciências sociais como um campo disciplinar na França são: a utilização do termo sociologia por Comte no início do quarto volume do seu *Curso de filosofia positiva*, publicado em 1838, e a nomeação de Durkheim como *chargé de cours* em ciências sociais e pedagogia na Faculdade de Letras de Bordeaux em 1887. Cf. VARGAS, Eduardo Viana. *Antes tarde do que nunca:* Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p.97 e 116.

[57] ABREU, Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*,* op. cit.

[58] BOMFIM, Manoel. Metodologia da História, op. cit., p.46. Capistrano de Abreu era um aturo muito lido, referenciado e admirado por Bomfim.

[59]VIANNA apud GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p.76.

[60] NICOLAZZI, Fernando. Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil. 1870-1940. *XIV Jornadas Interescuelas*. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013. p.7; DETONI, Piero Di Cristo Carvalho. *Síntese como desafio historiográfico na primeira república.* Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP/Departamento de História, 2013; NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-19361. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 36, n. 73, 2016; GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*, op. cit., p.10.

A década de 1870 foi um momento importante para pensarmos essa apropriação dos saberes das ciências sociais pela intelectualidade brasileira. Um "bando de novas ideias" chegavam no país.[61] Para José Veríssimo, o "evolucionismo spenceriano, o monismo haeckeliano e "o positivismo comtista" "foram as principais formas do pensamento novo introduzidos no Brasil".[62] Segundo o autor, o "salutar alvoroço" causado pelas "ideias modernas" abalou os espíritos, atuando sobre a consciência e o entendimento dos brasileiros.[63] Essas teorias, apesar de muito diferentes entre si, tinham como um pressuposto compartilhado a noção de que a "Sociedade" era um sujeito coletivo, imerso em uma temporalidade processual.[64] Em alguma medida, a emergência das ciências sociais como campo disciplinar pode ser pensada como um esforço cognitivo que buscava lidar com uma vivência social cada vez mais experimentada e concebida como histórica, temporal e processual. Como pensar uma sociedade em movimento? Esse foi o desafio que autores como Comte, Taine, Haeckel, Spencer e Gabriel Tarde buscaram responder, todos eles lidos avidamente pelos brasileiros a partir das últimas décadas do século XIX. A partir de suas teorias sociais, o evolucionismo, em suas diferentes formas, tornou-se uma corrente teórica fundamental para a compreensão das sociedades humanas e sua dimensão temporal.

Esse "bando de novas ideias" forneceu pressupostos analíticos para se investigar as coletividades e sua história que se diferenciavam dos até então existentes. Entre eles estavam a importância de se considerar de forma conjugada a paisagem física e a social, a concepção de que a sociedade era um organismo no qual as partes estavam intimamente relacionadas e a noção de hereditariedade social, que envolvia, entre outros aspectos, as categorias de raça, etnia e tradição.[65] Por fim, podemos ver a valorização de uma postura epistemológica baseada em procedimentos cognitivos como a generalização e a dedução, bem como a aposta na

[61] CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito:* o historiador Ramiz Galvão na biblioteca nacional. Porto Alegre: Ed. PUCRS; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017. p.265.
[62] VERÍSSIMO, José. O positivismo no Brasil apud CHACON, Vamireh. *História das ideias sociológicas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p.33. Texto publicado por Veríssimo na Revista Brazileira em 1895.
[63] VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Editora UNB, edição digital, 2015. p.148. Importante destacar que, nesse texto de 1916, Veríssimo nomeou como "modernismo" o movimento de ideias que invadiram o Brasil a partir de 1870 e colocaram fim, em sua perspectiva, ao romantismo.
[64] Podemos considerar a "Sociedade" como um dos muitos coletivos singulares que emergiram no vocabulário político e científico europeu no processo de crescente temporalização e historicização do mundo que marcou a modernidade.
[65] REZENDE, Maria José de. Sílvio Romero, Euclydes da Cunha, Manoel Bomfim e o evolucionismo sociológico. *Cadernos CERU*, série 2, n. 14, 2003. p.261.

possibilidade de construção de leis e princípios gerais que pudessem explicar a evolução das sociedades no tempo.

Foram muitos os intelectuais brasileiros que mobilizaram esses novos critérios de inteligibilidade e as novas ferramentas conceituais para interpretar e reescrever a história da sociedade brasileira. Os ensaios produzidos por autores como Sílvio Romero (1851-1914), Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha (1866-1909), Manoel Bomfim, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Gilberto Freyre (1900-1987) desempenharam um papel importante para a emergência do "social" como categoria explicativa central para se compreender o povo-nação.[66] No entanto, é preciso levar em consideração que tal categoria estava envolvida em constantes disputas de natureza epistemológica e política. Devido a essas divergências, a sociedade brasileira e sua evolução foi representado de maneiras muito diferentes nesses chamados "ensaios de interpretação histórica".[67]

O caso de Manoel Bomfim é especialmente interessante porque é possível perceber descontinuidades na forma como o autor pensou o mundo social entre sua obra de 1905, *A América Latina: males de origem*, e os ensaios que compuseram a trilogia escrita no final da década de 1920. O livro de 1905 tinha como tese central a ideia de que o atraso dos países latino-americanos era fruto de um parasitismo social, através do qual as metrópoles ibéricas sugaram toda a riqueza das colônias, mantendo-as numa situação de opressão que dificultou a evolução dessas nacionalidades. A partir da metáfora do parasitismo, Bomfim pensou a situação do Brasil por meio de explicações de natureza histórico-social, deslocando a análise dos determinismos raciais, climáticos e mesológicos, disseminados em sua época.[68] No entanto, a valorização do fator histórico-social se deu a partir da de uma linguagem biologicista, pautada em contantes comparações e analogias entre organismos sociais e biológicos, ainda que o autor demarcasse as diferenças entre eles.[69] Essa linguagem, central no ensaio de 1905, foi menos utilizada nas obras escritas nos anos finais da década de 1920. Nelas, a tese do parasitismo social continuou presente, mas deixou de ser o principal fio condutor da narrativa. A trilogia

[66] BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do Brasil. In: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 22, n. 1, 2001. p.58; PEREIRA, Luísa Rauter. Povo e evolução: a geração de 1870. In: PEREIRA, Luísa Rauter. *O povo na história do Brasil*, op. cit.

[67] Nicolazzi pensou os ensaios produzidos por esses autores como "ensaios de interpretação histórica", marcados pela tentativa de uma compreensão profunda da realidade nacional a partir do passado e do processo de formação da sociedade. NICOLAZZI. Fernando. Ordem do tempo e escrita da história, op. cit., p.8.

[68] BOTELHO, André. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil*: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.125.

[69] SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência*: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Moderna, 1981.

concentrou-se, mais do que a obra de 1905, em pensar as singularidades que caracterizaram a "formação histórica" do Brasil. As analogias e metáforas retiradas do saber médico e biológico passaram a conviver com novas preocupações acerca do mundo simbólico e cultural.[70]

Essas mudanças foram demarcadas por alguns leitores de Bomfim. Flora Sussekind e Roberto Ventura apontaram como diferença central entre o ensaio de 1905 e aqueles escritos ao longo da década de 1920 o maior "interesse por aspectos nacionais". O deslocamento para uma análise que tinha a nação como centro foi explicado pela "maior ênfase no nacional e na brasilidade" no mundo intelectual a partir de 1922.[71] André Botelho também identificou a mesma mudança, afirmando que, na trilogia, a análise centrou-se no problema da formação brasileira e esteve mais marcada por uma preocupação com a definição da identidade nacional.[72] A maior centralidade conferida às particularidades nacionais configurou uma escrita da história e uma interpretação dos processos sociais diferentes daquelas presentes no ensaio de 1905.

Sem dúvida, Bomfim já havia atribuído grande importância ao passado nacional na explicação do presente no ensaio *América Latina*, afirmando que os males do Brasil eram frutos de sua história. No entanto, o mundo histórico foi representado de forma diferente na trilogia. Nela, Bomfim narrou de maneira mais detalhada os eventos históricos e a atuação de personagens, preocupando-se com as diferentes interpretações historiográficas existentes. Essa preocupação fica evidente nos novos diálogos estabelecidos nos ensaios escritos em 1920 e que não estavam presentes na obra de 1905. Capistrano de Abreu,[73] João Ribeiro (1860-1934)[74] e Varnhagen,[75] autores centrais para a trilogia, não foram mencionados ao longo do ensaio *América Latina*. Além disso, as análises de fontes primárias multiplicaram-se, sendo que muitas delas foram acessadas a partir da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, das revistas dos Institutos Históricos e Geográficos regionais e dos Anais da Biblioteca Nacional,

[70] Para Gontijo, nas obras de Bomfim dos anos 1920, "o psicologismo se tornou mais forte, disputando espaço com a homologia entre o biológico e o social ainda utilizada". GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na história*. Niterói: UFF/Departamento de História, 2001. (Dissertação de mestrado). p. 93. Gontijo não explicita o que ela entende por "psicologismo", mas podemos pensar que esse termo aponta para a maior preocupação de Bomfim, ao longo da trilogia, com uma psicologia social ou coletiva, que tinha como objeto as relações que se estabelecem entre os indivíduos e o mundo simbólico-cultural.

[71] SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência*, op. cit., p.18.

[72] BOTELHO, André. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil, op. cit., p.125.

[73] Bomfim cita diretamente a obra *Capítulos da História Colonial* de Capistrano, além de dialogar com as anotações que o historiador fez para a edição de 1917 da *História do Brasil* de Frei Vicente de Salvador e para a edição de 1900 da *História topográfica e bélica da nova colônia do Sacramento do Rio da Prata*, obra de Pereira de Sá e que foi publicada originalmente em 1734.

[74] O diálogo com a obra de João Ribeiro se deu a partir dos seus livros *História do Brasil*: curso superior e *A língua nacional*.

[75] Varnhagen, apesar de ser considerado o maior exemplo de "mau historiador", é citado diversas vezes ao longo da trilogia. Entre suas obras, as que foram citadas diretamente por Bomfim foram *História Geral do Brasil* e *História da Independência*.

meios preciosos para Bomfim ter contato com os documentos históricos. Nesse sentido, é possível afirmar que entre 1905 e 1929, Bomfim aproximou-se mais de uma produção historiográfica sobre o Brasil.

Relacionada a essa maior diálogo com a historiografia brasileira, é possível perceber também uma descontinuidade na forma de se abordar o processo histórico-social. Na obra *América Latina,* Bomfim enfatizou a existência de leis precisas a partir das quais a evolução social poderia ser compreendida. As ciências sociais foram pensadas, naquele momento, como um instrumento capaz de delimitar as regularidades, princípios e constâncias que explicavam o funcionamento dos organismos sociais. Nas palavras do autor:

> Uma verdade, porém, é hoje universalmente aceita – que as sociedades existem como verdadeiros organismos, sujeitos como os outros a *leis categóricas*. Deste consenso unânime vem exatamente o considerar-se a sociologia como ciência, isto é – o estudo de um conjunto de fatos dependentes de *leis fatais*, tão fatais como as da astronomia ou da química.[76]

Seria o parasitismo social uma dessas leis fatais que regiam os organismos sociais? Em alguma medida sim. No ensaio *América Latina,* a mobilização do conceito de parasitismo por Bomfim apontava para a existência de um princípio sociológico que se manifestava nas relações entre as sociedades: um grupo social que parasitasse outro acabaria por degenerar-se; por outro lado, o organismo social que sofresse o parasitismo seria impedido de evoluir pois teria sua energia e vigor roubados. Talvez seja excessivo pensar em um determinismo social rígido no ensaio *América Latina*, mas certamente está presente uma concepção de que o processo sócio-histórico era marcado por tendências e princípios gerais que se manifestavam na evolução de diferentes sociedades.

A crença de Bomfim na viabilidade de formulação de leis sociais é melhor compreendida quando levamos em consideração sua admiração por August Comte (1798-1857), caracterizado como um dos "gênios da civilização moderna".[77] Na epígrafe do capítulo "Organismos biológicos e organismos sociais" do ensaio *América Latina,* por exemplo, há uma

[76] BOMFIM, Manoel. *América Latina*: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2005. p.57.
[77] BOMFIM, Manoel. *América Latina*, op. cit., p.278. É importante lembrar que Bomfim começou o seu curso de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1886, e lá permaneceu até 1890, quando mudou-se para o Rio de Janeiro. Essa instituição foi um importante espaço intelectual de circulação e divulgação da filosofia positivista e dos trabalhos de Comte, amplamente citados e mobilizados nas teses defendidas pelos alunos do curso. Nesse sentido, a admiração de Bomfim por Comte também pode ser pensada a partir da experiência do autor nesse espaço de sociabilidade intelectual. Sobre o lugar da faculdade de medicina da Bahia na trajetória intelectual de Bomfim, ver: AGUIAR, Ronaldo Conde de. *O rebelde esquecido,* op. cit., p.117-118. Sobre a Faculdade de Medicina da Bahia como importante centro de difusão do positivismo no Brasil, cf.: CHACON, Vamireh. *História das ideias sociológicas no Brasil*, op. cit., p.23-24.

citação do pensador francês que é um bom indício de como o autor apropriou-se de parte dos pressupostos epistemológicos do positivismo, especialmente da noção de que a sociedade era um organismo vivo, sujeito às leis biológicas, mas também às leis sociais, mais complexas e de natureza diferente das primeiras.[78]

Os ensaios escritos ao longo dos anos 1920, por sua vez, enfatizaram a ideia de que a evolução social era marcada também pelo acaso, o que conferiu ao processo histórico uma feição mais maleável e indeterminada, não passível de ser reduzida a leis categóricas e fatais. Comte, um gênio para Bomfim em 1905, foi duramente criticado. O autor, em *O Brasil na História*, convidou o leitor a contemplar "a obra de Comte" e perceber o quanto ela era "rígida, em proporções geométricas, incompatível com a *maleabilidade da vida*".[79] A crítica ao pensador francês prosseguiu: ele foi acusado de "prender" a evolução do espírito humano a míseras três leis, algo impensável, uma vez que o progresso foi definido, nesse momento, como um "transformar incessante e indefinido",[80] que se fazia "em realizações quase do acaso".[81] Mesmo as diferenças metodológicas entres as ciências humanas e as naturais foram melhor demarcadas ao longo da trilogia. Em uma nota do livro *O Brasil na América*, por exemplo, Bomfim afirmou que não se estenderia muito em uma argumentação de natureza biológica para combater a ideia de superioridade de uma raça sobre outras porque o ensaio não era um trabalho de "ciência positiva",[82] termo que se referia àquelas ciências capazes de delimitar leis precisas para a compreensão dos fenômenos, o que não era o caso da história.

Como explicar essas diferenças e descontinuidades entre o ensaio de 1905 e os escritos no final da década de 1920? Situando a trajetória de Bomfim em uma experiência cultural e intelectual mais ampla e compartilhada, podemos pensar nos impactos que a Grande Guerra de 1914 teve na forma como intelectuais brasileiros vivenciavam e narravam o tempo. Diante do horror, da violência e do inesperado do conflito, a marcha da história não parecia tão mais compassada e previsível. Cresceu a desconfiança em relação a evolucionismos e filosofias da

[78] BOMFIM, Manoel. *América Latina*, op. cit., p.57. A citação mobilizada por Bomfim foi a seguinte: "*La biologie doit d'abord fournir le point de départ nécessaire de l'ensemble des spéculations sociales, d'apres l'analyse fondamentale de la sociabilité humaine et des diverses conditions organiques qui déterminent son caractère propre*". Uma possível tradução é: A biologia deve, em princípio, fornecer o ponto de partida necessário para as especulações sociais, procedida pela análise fundamental da sociabilidade humana e das diversas condições orgânicas que determinam seu caráter próprio.
[79] BOMFIM, Manoel. *Brasil na História*, op. cit., p.78. Grifos nossos.
[80] BOMFIM, Manoel. *Brasil Nação*, op. cit., p.432.
[81] BOMFIM, Manoel. *Brasil na História*, op. cit., p.260.
[82] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América,* op. cit., p.414.

história muito rígidos, marcados apenas por um dinâmica temporal do acúmulo e da continuidade.[83] Perplexo, Bomfim afirmou:

> Assistimos a uma luta que, praticamente, envolveu toda a espécie, e foi a mais extensa e mortífera que a história tem registrado. (...). Durante anos, esteve a *humanidade* nessa obra *anti-humana,* de destruição intensiva, nela aplicando tudo que a inteligência pôde criar.[84]

A destruição causada pela guerra questionava fortemente a noção de progresso como uma evolução contínua e incessante. O imprevisível irrompia como algo a ser definitivamente levado em consideração. A ênfase no acaso e no indefinido presente na trilogia pode ser pensada em relação a essa experiência temporal que se conformou a partir da guerra. Mas, *como* esse tempo permeado pela indefinição e pelo "incessante transformar" configurou-se na *escrita* de Bomfim? Para responder a essa pergunta, analisaremos o aparato conceitual mobilizado por ele para pensar a evolução temporal das sociedades. Quando investigamos os conceitos empregados pelo autor ao longo de sua trajetória, percebemos que um termo central para pensar o processo histórico ao longo da trilogia, o de tradição, não recebeu a mesma atenção em *A América Latina*. Explorar algumas definições de Bomfim desse conceito pode ser um caminho para se entender a forma como ele pensou o social e sua dimensão temporal na década 1920, bem como a maneira como essa reflexão teórica se fez presente na história do Brasil que ele escreveu nos livros *O Brasil na América, O Brasil na História* e *O Brasil Nação*.

Em uma das muitas definições elaboradas ao longo da trilogia do conceito de tradição, Bomfim afirmou que "toda tradição" era "passado, mas passado vivo, orientador e que está aí".[85] Mas, como exatamente o passado poderia viver no presente? Uma das respostas foi a de que parte do passado vivia nos indivíduos, em seus costumes, pensamentos e ações. Tal afirmação pode ser melhor compreendia se situada nas discussões de Bomfim e seus contemporâneos sobre as relações existentes entre os indivíduos, a sociedade e o passado. Para isso, a análise de outra obra, escrita alguns anos antes da trilogia, parece ser central. Em 1923, Bomfim publicou o livro *Pensar e dizer*, no qual buscava compreender o funcionamento da linguagem e dos símbolos na vida psíquica. Se, num primeiro momento, esses escritos podem parecer irrelevantes para se pensar a sua escrita da história, essa impressão se dilui na leitura da obra. Nela, Bomfim pensou a formação do psiquismo humano como eminentemente social, diluindo as fronteiras rígidas entre o indivíduo e a sociedade e pensando a psicologia de forma

[83] GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*, op. cit., p.87.
[84] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.54. Grifos do próprio Bomfim.
[85] BOMFIM, Manoel. *Brasil na História*, op. cit., p.193.

histórica.[86] As faculdades psíquicas mais complexas, como pensar, se expressar e realizar juízos morais e estéticos, não foram vistas como uma herança biológica ou como respostas diretas a instintos, mas sim produtos da imbricada relação entre o indivíduo e as tradições sociais. Nas palavras de Bomfim: não "herdamos formas instintivas de reação para a realização de nossas relações com o meio, e devemos recebê-las da *tradição social*, mediante a educação".[87] A ideia de educação trabalhada nessa obra foi bastante ampla, indicando não apenas processos formais, centrados em instituições educacionais, mas também a capacidade das relações sociais de educarem os indivíduos recém-vindos ao mundo. "O homem assimila por imitação a sociedade que o recebe e o educa", disse o autor.[88] As relações sociais exerceriam uma ação educadora sobre os indivíduos, uma vez que esses configurariam seus modos de pensar, sentir e agir imitando o mundo social ao seu redor.

A imitação, no entanto, não foi concebida como um processo de simples repetição mimética, pois conteria em si a possibilidade de inovação, uma vez que as consciências individuais, ou, "os espíritos" se formavam na "refração ativa de tudo que ocorre na tessitura da sociedade".[89] Ao adjetivar essa relação como ativa, o autor apontou para a capacidade do indivíduo, nesse processo de imitação, de produzir o novo, o diferente. O próprio Bomfim indicou, no livro *Pensar e Dizer*, os diálogos a partir dos quais ele realizou essas reflexões sobre a imitação como categoria para se pensar os laços sociais. Segundo o autor, Gabriel Tarde (1843-1904), Walter Bagehot (1826-1877), James Mark Baldwin (1861-1934) e Thomas Carlyle (1795-1881) trataram do lugar da imitaçã na vida social.

Entretanto, podemos levantar a hipótese de que foi a sociologia de Tarde a que mais impactou Bomfim para pensar as relações sociais, uma vez que ele conjugou a ideia de imitação com a de inovação, como o fez o sociólogo francês. O conceito de imitação foi utilizado por Tarde para explicar a propagação e o compartilhamento de ideias, vontades, sentimentos, paixões e crenças entre membros de uma mesma coletividade.[90] No entanto, o ato de imitar não reproduzia ou copiava o mundo social, uma vez que ele era procedido de inovações e invenções, geralmente ínfimas. E por que era possível a inovação ou o surgimento da diferença? A resposta de Tarde foi a de que a imitação no mundo social era um processo mediado pela mente dos sujeitos: diferentemente da repetição mecânica que organizava o mundo físico, nas sociedades,

[86] PORTUGAL, Fernando Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. *Estudos e pesquisas em psicologia*. Rio de Janeiro, UERJ, ano 10, n. 2, 2010. p.599.
[87] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.39, grifos nossos.
[88] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.48.
[89] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.32.
[90] VARGAS, Eduardo Viana. *Antes Tarde do que nunca*, op. cit., p.255.

a repetição era um processo mediado e mediato, o que possibilitava o surgimento das inovações e da diferença.[91] O ato de imitar era a base dos laços sociais, ligava os indivíduos e permitia que as sociedade evoluíssem de modo coerente, mas não mecânico. Os sujeitos não reproduziam o mundo social como máquinas repetidoras, uma vez que, a partir da mediação imitativa, as ideias, comportamentos e sentimentos se propagavam em fluxos irregulares, não totalmente previsíveis e não sujeitos a causalidades retilíneas. [92]

Apropriando-se de parte das teorias e categorias conceituais de Tarde, Bomfim pensou as relações sociais como forças educadoras e homogeneizadoras, capazes de produzir vínculos entre os indivíduos que se formavam "imitando" o "meio social". Por outro lado, a partir dessas mesmas relações socias, havia também a possibilidade da emergência da diferença e do novo, pois no processo de imitação os sujeitos produziam adaptações nas ideias, nos costumes, nos modos de vida. O conceito de imitação desempenhou, dessa forma, um papel importante no modo como Bomfim pensou a historicidade das relações sociais, uma vez que ele permitiu abordar o processo histórico-social e o pertencimento dos sujeitos às coletividades tanto em termos de continuidade quanto de ruptura. Os indivíduos, ao mesmo tempo, pertenciam *e* se diferenciavam do meio social no qual viviam. Se eles eram conformados pelas tradições sociais, essas também eram conformadas por eles a partir das adaptações inventivas que faziam. Justamente por isso, as tradições não foram pensadas como forças sócio-históricas que agiam no mundo de forma independente dos indivíduos, de modo determinista. Alem disso, elas estavam em constante movimento, pois eram adaptadas na "dinâmica social" imitação-adaptação que caracterizava para o autor o mundo social.

Nessa "dinâmica social" elaborada por Bomfim na obra *Pensar e Dizer,* não era possível pensar as relações entre as tradições sociais e os indivíduos de forma mecânica ou previsível. Em consonância com tal percepção, a sociedade foi pensada como uma trama viva:

---

[91] LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*: a construção de *Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.74-81.

[92] LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*, op. cit., p.81. A categoria imitação foi muito mobilizada por diferentes ramos das ciências sociais em fins do século XIX, especialmente pela psicologia social. Para além dos autores citados por Bomfim, Gustave Le Bon (1841-1931) e Scipio Sighele (1868-1913) empregaram esse conceito para descrever o comportamento das massas. No entanto, diferentemente de Tarde, eles não o conjugaram com o de inovação, pensando a imitação como um processo mecânico, imediato e não mediado. Além disso, podemos ver em suas obras a mobilização de um vocabulário médico e uma linguagem biológica não existente nas obras de Tarde. Le Bon chegou mesmo a pensar a imitação a partir da noção de raça: os indivíduos tendiam a repetir, inconscientemente, os comportamentos que caracterizavam a alma de sua raça. Luiz Costa Lima construiu um panorama bem completo da utilização desse conceito na Europa em fins do século XIX, mostrando também como ele desempenhou um papel importante no ensaio *Os sertões* de Euclides da Cunha, que estabeleceu um diálogo direto com Sighele e indireto com Le Bon. Cf. LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*: a construção de *Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.64-87.

> Para bem compreender a vida do espírito, fora preciso representar cada indivíduo como sendo um nó *vivo*, numa teia igualmente viva e ativa, a sociedade – espécie de trama, urdida em todos os sentidos possíveis, e cuja atividade se manifestasse justamente como produto dos nós. Metáfora ainda assim seria insuficiente, porque a realidade da existência humana, como vida social, inclui relações cuja complexidade e extensão alcançam todo o planeta, através de *milênios* de civilização.[93]

Quando comparamos essas construções teóricas desenvolvidas na obra *Pensar e dizer* (1923) com as presentes na obra *América Latina* (1905), percebemos que a primeira conferiu maior ênfase à capacidade dos sujeitos de produzir inovações e à dinamicidade dos laços sociais. Essa diferença é um possível fator explicativo para as mudanças na concepção de evolução social do autor ao longo dos anos que separaram o ensaio de 1905 e a trilogia. A ideia de que o indivíduo era capaz de produzir a diferença em sua imbricada relação com a tradição fez com que o processo histórico assumisse feições mais maleáveis e imprevisíveis, não redutíveis a leis sociais rígidas e fatais. Dessa maneira, a crescente preocupação de Bomfim com o indivíduo e sua formação psíquica afetou a forma como ele abordou a evolução social e, consequentemente, a historicidade das sociedades humanas.[94]

A partir da metáfora da teia viva percebemos também como a dimensão temporal foi considerada central para se abordar os laços sociais: a sociedade foi vista como produto de um processo de longa duração que agia diretamente sobre os indivíduos. Afinal, a "vida social" estava inserida em relações que incorporavam "milênios de civilização". A sociedade humana existia, para Bomfim, "como um todo, de organização livre, resultado de uma *formação milenar*", que tinha a tradição como um dos "fatores mais importantes".[95] A vida social possuía uma dimensão temporal que se manifestava nas tradições, ou seja, no passado que ainda vivia e atuava no presente. Nesse sentido, as tradições eram aquilo que permanecia nas feições de uma sociedade, mesmo com o passar do tempo, conferindo-lhe uma coerência histórica e evolutiva. Como os indivíduos recém-chegados imitavam o mundo social ao seu redor, aspectos desse mundo iam se perpetuando: a evolução das coletividades humanas envolvia cadeias imitativas que, em alguma medida, permitiam também inovações e adaptações.

Depois de investigarmos como a noção de tradição foi definida por Bomfim ao longo da obra *Pensar e Dizer,* podemos afirmar que, a partir dela, o autor pôde responder a duas

[93] BOMFIM, Manoel. *Pensar e dizer*, op. cit., p.40. Grifos nossos.
[94] Os diálogos de Bomfim com a psicologia se estreitaram ao longo de sua trajetória intelectual. Entre 1905 e 1929, ano de lançamento do livro *O Brasil na América*, o autor publicou três livros que discutiam fenômenos psicológicos: *Noções de psicologia* (1916), o livro aqui abordado, *Pensar e dizer* (1923), e o *Método dos testes* (1928). Esse transitar de Bomfim entre a psicologia, a história e a sociologia foi constante nas obras escritas pelo autor ao longo da década de 1920, que não se preocuparam em delimitar as fronteiras e separações entre essas disciplinas.
[95] BOMFIM, Manoel. *Pensar e dizer*, op. cit., p.46.

questões centrais, que estavam na agenda de debates do campo das ciências sociais naquele momento. A primeira delas era o problema dos laços sociais ou da solidariedade social, que buscava explicar por que e como os indivíduos se ligavam uns aos outros na formação das coletividades. O que explicava as semelhanças entre os membros de uma mesma sociedade? A tradição social, pensada como força conformadora dos indivíduos, era capaz de responder a essa pergunta. A segunda questão era a da dinâmica social, que se propunha a investigar como as sociedades evoluíam no tempo, mantendo sua unidade e coerência.[96] O conceito de tradição, mobilizado em conjunto com os de imitação e adaptação, permitiu a Bomfim pensar a evolução como um processo temporal marcado pela continuidade e pela coerência, mas que não era mecânico, uma vez que nele havia lugar para as novidades. Nesse sentido, esse conceito foi um importante instrumento analítico, capaz de temporalizar tanto o mundo social quanto a formação das subjetividades nele inseridas. Ele foi uma ferramenta teórica a partir da qual o autor pensou a individualidade dos sujeitos e sua existência entrelaçada à vida da coletividade, bem como os tipos de laços que ligavam o presente, o passado e o futuro de uma sociedade.

Quando comparamos a interpretação da "dinâmica social" presente na obra *Pensar e Dizer* com a forma como o social foi abordado no ensaio de 1905*, América Latina*, percebemos como os diálogos estabelecidos pelo autor com as ciências sociais mudaram ao longo de sua trajetória. Bomfim se distanciou de determinismos sociais mais rígidos e elaborou uma abordagem mais aberta à ação dos homens no mundo. A partir do o conceito de tradição, o passado foi visto como importante força configuradora do presente. No entanto, as tradições poderiam ser adaptadas pelos indivíduos na construção do futuro. Uma temporalidade maleável, aberta ao futuro *e* atrelada ao passado desenhou-se na obra *Pensar e dizer.* O mundo social foi delimitado como um objeto que deveria ser pensado no tempo, não por meio de leis rígidas, mas sim a partir da capacidade dos homens de adaptarem as tradições sociais que os conformaram. A crença em princípios gerais que regiam todos os organismos sociais deixou de ter a mesma importância para Bomfim, o que lhe permitiu um olhar mais atento às particularidades das configurações sociais e sua "formação" ao longo do tempo.

[96] Para Gontijo, a questão da solidariedade social foi uma questão central que permeou as obras de Bomfim. GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*, p.93. Sobre essas questões conferir também a obra de Vargas, anteriormente citada, especialmente o capítulo "A produção dos saberes relativos ao social".

A evolução das tradições nacionais e o tempo histórico

O problema da dimensão temporal dos laços sociais abordado no livro *Pensar e Dizer* continuou a ser objeto de reflexão de Bomfim ao longo da trilogia, na qual os conceitos de tradição, evolução, imitação, sugestão e educação também foram mobilizados. De modo geral, a dinâmica social foi pensada de modo semelhante nessas quatro obras escritas ao longo da década de 1920 pelo autor. No entanto, diferenças e descontinuidades também existiram. O termo tradição passou a ser acompanhado de maneira muito mais constante pelo adjetivo "nacional" na trilogia. Podemos pensar que houve, por parte de Bomfim, uma ênfase maior na dimensão nacional das tradições. Essa adjetivação foi explicada da seguinte maneira pelo autor:

> A sociedade humana existe e se desenvolve em sociedades parciais, de valor nacional, que englobam agrupamentos menores, ou de valor mais restritivo. E a vida humana se reduz ao desenvolvimento desses agrupamentos, em que se incorpora a vida de uma tradição.[97]

A história da humanidade deveria ser compreendida como a história das diferentes sociedades nacionais, com suas respectivas tradições. Era preciso narrar como essas tradições se formaram, se desenvolveram e se consolidaram; ou como decaíram e se encontraram com outras tradições para formar novas nações. A história universal era a história das nações, agentes históricos singulares e que tinham percursos evolutivos próprios.

Para desenvolver essa formulação, Bomfim comparou metaforicamente, tanto no *Brasil na América* quanto no *Brasil na História,* os percursos evolutivos das nações com os de animais. Um dos exemplos dado pelo autor foi a comparação ente o leopardo e o jabuti. O primeiro animal, ao longo de sua evolução, tornou-se cada vez mais leve e veloz para alcançar suas presas. O jabuti, por outro lado, teria evoluído no sentido oposto: seu casco se tornou mais grosso e ele mais pesado e lento, o que foi fundamental para assegurar sua maior proteção.[98] Os exemplos de Bomfim se multiplicam mostrando os diferentes percursos evolutivos dos animais: "mais flexibilidade ou virulência na serpente, mais língua no tamanduá, mais visão no lince"[99]. As nações também evoluíam da mesma forma: a partir do apuro e reforço de suas *qualidades específicas*, que se configuraram ao longo de suas trajetórias históricas. Qualquer progresso possível em uma dada "sociedade nacional" se dava a partir do aprimoramento das tradições nacionais, ou seja, das qualidades e características delimitadas no passado e que se perpetuaram

[97] BOMFIM, Manoel, *O Brasil na História*, op. cit., p.37.
[98] BOMFIM, Manoel, *O Brasil na História*, op. cit., p.31-32.
[99] BOMFIM, Manoel, *O Brasil na América*, op. cit., p.60.

temporalmente. Nesse sentido, os percursos das nações eram singulares e incompreensíveis a partir de princípios universais.

Nessas construções metafóricas ao redor dos animais é possível perceber como Bomfim se contrapôs, ao longo da trilogia, a evolucionismos unilineares, como o de August Comte e Herbert Spencer, que pensavam que as sociedades humanas, em sua evolução, passariam pelas mesmas etapas e situações. Mais uma vez, na elaboração dessa visão, o diálogo com Gabriel Tarde pode ter sido importante. O sociólogo francês foi um dos autores que ampliaram o conceito de evolução ao refutar a tese de repetições na história.[100] Em suas palavras a "evolução linguística, jurídica, religiosa, política, econômica, artística, moral não é uma rota única, mas uma rede de vias onde os cruzamentos abundam".[101] Interessante ressaltar que Sílvio Romero, autor com quem Bomfim estabeleceu polêmicas e discordâncias, também se apropriou das obras de Tarde para pensar a mesma questão. Romero, ao analisar a obra de Tarde, afirmou que o autor "teria combatido a ideia de que as sociedades tiveram o mesmo ponto de partida e teriam o mesmo ponto de chegada".[102] A negação da ideia de que os povos passavam pelos mesmos estágios evolutivos foi central tanto para Romero quanto para Bomfim para pensar a originalidade brasileira, o que seria inviável se a evolução da nação fosse pensada como um processo de simples repetição de uma história que já havia se desdobrado em outros espaços e em outros momentos.

Essa formulação de Bomfim em relação aos percursos evolutivos das sociedades envolvia, entretanto, alguns outros elementos relacionados à refutação dos evolucionismos unilineares. O autor utilizou-se constantemente ao longo da trilogia de termos como "alma nacional", "gênio nacional", "espírito nacional", "caráter nacional", "essência nacional" e "energias nacionais". Esse vocabulário remetia para formas de se pensar a nação que se desenvolveram entre fins do XVIII e ao longo do século XIX e que se tornaram peças-chave na construção de narrativas nacionais, fossem elas de caráter historiográfico, literário ou político. Essas formas foram elaboradas por autores, debates e discursos, a partir dos quais se configuraram diferentes maneiras de se imaginar e narrar a nação. Entre esses autores, podemos mencionar, por exemplo, Ernest Renan (1823-1892) e Fustel de Coulanges (1830-1889), que pensaram as nacionalidades a partir de ideias como consciência coletiva e sentimento de

[100] REZENDE, Maria José de. Silvio Romero, Euclydes da Cunha, Manoel Bomfim e o evolucionismo sociológico, op. cit., p.259.
[101] TARDE *apud* VARGAS, Eduardo Viana. Antes Tarde do que nunca, op. cit., p.200. Segundo Chacon, o debate e apropriação das teorias de Tarde no Brasil significaram um "signo amenizador das rudezas evolutivas darwinianas". CHACON, Vamireh. *História das ideias sociológicas no Brasil*, op. cit., p.51.
[102] ROMERO, Silvio *apud* REZENDE, Maria José de, Silvio Romero, Euclydes da Cunha, Manoel Bomfim e o evolucionismo sociológico, op. cit., p.259.

pertencimento; Jules Michelet (1798-1874) e sua história da França, que teve o gênio do povo como personagem central; e Johann Gottfried von Herder (1744-1803), cuja filosofia concebeu a nação a partir da cultura, da tradição, da sensibilidade, da raça e da língua.[103] Essas narrativas sobre o "caráter nacional" se forjaram no século XIX "concomitantemente à formação dos Estados nacionais contemporâneos" e criaram representações que, em grande medida, informaram a autopercepção das sociedades contemporâneas, bem como as diferentes análises científicas do social.[104] No caso de Manoel Bomfim, sua escrita da história estava mais entrelaçada à noção de caráter nacional que se formou a partir das obras de Herder e de Michelet. Aprofundar um pouco a análise das formulações e ideias desses autores pode ser uma boa maneira de compreender as formas pelas quais a trilogia pensou a evolução nacional.

Herder, em sua obra *Outra filosofia da história para a educação da Humanidade* (1774), voltou-se contra a ideia de Voltaire e de outros iluministas franceses de que uma razão universal impulsionava um desenvolvimento uniforme da civilização.[105] Para o filósofo alemão, cada grupo humano deveria ser compreendido como sendo unicamente produto de sua história particular. A história de cada povo-nação configurava sua alma ou gênio nacional, que se expressava em todas as suas realizações: seus valores, crenças, tradições e linguagens. Nesse sentido, o filósofo abordou as nações como individualidades culturais, que teriam dado diferentes contribuições para a história da humanidade. Extremamente impactado por essa crítica de uma razão universal, Wilhelm von Humboldt (1767-1835) dialogou com Herder e também pensou as especificidades das culturas ao longo da história. A natureza comum da humanidade só se manifestava, para esse autor, em individualidades, que seriam as entidades nacionais. Cada povo teria um caráter nacional distinto, presente na *totalidade* de suas manifestações, sendo que os feitos e conquistas de cada povo estavam baseados nas qualidades intrínsecas da nação. Nesse sentido, Humboldt refletiu sobre a formação de cada nação em termos de auto realização, ou seja, do cumprimento de potencialidades presentes em sua própria história. Essas formulações de ambos os autores tiveram um grande impacto em diferentes áreas do conhecimento e levaram vários pensadores a se debruçarem sobre as particularidades culturais e sobre a historicidades dos valores e das formas de se pensar e de se agir. Entre esses

[103] DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.83.
[104] PEREIRA, Luísa Rauter. *O povo na história do Brasil*, op. cit.
[105] Essa discussão sobre as obras de Herder e Humboldt e de como elas configuraram a ideia de espírito nacional estão baseadas no seguinte texto: BUNZL, Matti. Franz Boas and the Humboldtian tradition: from Volksgeist and Nationalcharakter to an anthropological concept of culture. In: STOCKING, George. *Volkgeist as Method and Ethic: Essays on Boasian Ethnography and German Anthropological Tradition*. Madison: Univesity of Wisconsin Press, 1996. p.17-78.

pensadores poderíamos citar, por exemplo, os historiadores Leopold Von Ranke, Johann Gustav Droysen e o antropólogo Franz Boas.

O relato forte e emocional com que Michelet narrou a história da França também instaurou um modo específico de se pensar a nação. O próprio Bomfim tinha o historiador francês como um exemplo devido ao "tom humano" de sua narrativa.[106] No prefácio de 1869 de sua *História da França,* Michelet afirmou que, antes dele, a França tinha apenas anais, e não uma história. "Ninguém penetrara no infinito detalhe dos desenvolvimentos diversos de sua atividade (religiosa, econômica, artística etc.). (...). Fui o primeiro a vê-la como uma alma e uma pessoa".[107] Ele teria sido capaz de captar "a personalidade da França", não de forma superficial, mas de forma profunda, pois a seguiu em suas "origens históricas", vendo-a "sair do fundo do tempo".[108] Nessas formulações de Michelet, havia um desejo de uma história-total, capaz de perscrutar os detalhes mais recônditos da nação até ser capaz de compreendê-la como um conjunto, como uma entidade com personalidade própria e definida. Essa personalidade deveria ser captada pelo olhar do historiador, capaz de vê-la se formando no tempo, desde suas origens históricas. Ou seja, só seria história aquela narrativa capaz de apreender a configuração da alma nacional. O resto era simples crônica.

Essas diferentes abordagens que se desenvolveram em finais do século XVIII e durante o século XIX permitiram pensar a nação como uma entidade eminentemente histórica cuja historicidade configurava uma alma, pulsante em todas os âmbitos da vida de um povo. Bomfim apropriou-se de parte dessas elaborações sobre o caráter nacional em sua escrita da história. Isso não quer dizer que o autor foi necessariamente um leitor sistemático de Herder, Humboldt, Ranke e Michelet, muito menos que ele repetiu suas teses.[109] As formulações desses autores circularam de muitas formas, inclusive se mesclando, e se tornaram peças-chave na compreensão e na configuração de diferentes narrativas nacionais. É próprio das ideias se descolar de obras específicas e circular, no espaço e no tempo, tornando-se em alguns casos lugares-comuns, passando a habitar e significar mundos e contextos diferentes daqueles para os

[106] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.125. Bomfim citou diretamente a *História da França* de Michelet no ensaio *O Brasil na América*.
[107] MICHELET, Jules apud LIMA, Michelle Schreiner. Jules Michelet (1789-1874). In: BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio (org.). *A construção da história como ciência:* de Ranke a Braudel. Petrópolis: Vozes, 2013. p.50.
[108] [108] MICHELET, Jules apud LIMA, Michelle Schreiner. Jules Michelet (1789-1874), op. cit., p.45.
[109] Bomfim citou diretamente o livro *História da França* de Michelet no ensaio *O Brasil na América* e se referiu mais de uma vez ao longo da trilogia às qualidades estéticas da obra do historiador francês. O diálogo com a historiografia alemã é mais difícil de mapear e seria preciso uma pesquisa que analisasse outras fontes primárias para pensá-lo. No entanto, podemos ver em diferentes textos de Bomfim um elogio mais amplo ao pensamento alemão e, mais especificamente, referências a Goethe, Leibniz, Hegel e Wundt. Sobre essa questão, cf.: TONON, op. cit., p.49.

quais elas foram formuladas. Além disso, essas formas de pensar o caráter nacional poderiam ter sido conhecidas por Bomfim através de fontes muito diversas. Entre elas podemos pensar, por exemplo, a psicologia dos povos de Whilhem Wundt (1823-1920),[110] autor citado diretamente por Bomfim, ou até mesmo a obra de Capistrano de Abreu, leitor de Ranke e de outros autores do historicismo alemão.[111] A reflexão sobre o caráter nacional foi central para os debates da geração de 1870 na sua tentativa de compreender o povo-nação, que também fizeram parte da formação intelectual de Bomfim.

Em relação a essa discussão, Angela de Castro Gomes, apontou para uma "presença historicista na produção historiográfica brasileira das décadas iniciais do século XX".[112] A autora citou como exemplo a historiografia de João Ribeiro e a forma na qual "a problemática historicista das singularidades das culturas através do tempo e do espaço" perpassaram suas obras e discursos. Nesse sentido, as discussões no campo intelectual nas primeiras décadas do século XX apontavam para a relativização da ideia de uma única história da civilização, da qual todos os povos participavam. Foi também crescentemente questionada nesse momento a concepção de que havia um único passado e um único futuro para todos os homens.[113] Esse debate sobre a alma ou caráter nacional, bem como as formulações teóricas nele envolvidas circularam tanto nos livros de autores brasileiros como na imprensa.

Dialogando com essa forma de imaginar a nação a partir de sua singularidade histórico-cultural, Bomfim conferiu importância central às tradições nacionais em sua história do Brasil. Elas se expressavam, para o autor, na totalidade das manifestações do povo brasileiro: nos costumes, na literatura, nas instituições, nos sentimentos, nas religiões e no que Bomfim chamou de "alma popular", referindo-se a manifestações culturais não eruditas. A nação foi concebida, dessa forma, como uma totalidade, uma que vez todas as partes eram expressão e estavam em consonância, ou pelo menos *deveriam* estar, com as tradições nacionais. Também é perceptível a ideia de que os povos eram individualidades que moviam a história. Em *O Brasil*

[110] Para Wundt, a psicologia científica dividia-se em dois ramos: a psicologia fisiológica, compreendida como o estudo dos fatos elementares da consciência individual, e a psicologia dos povos, que deveria investigar os produtos culturais coletivos, como a linguagem, religião, costumes, arte e moral. Especialmente esse último ramo de sua psicologia se estruturou a partir do diálogo com a filosofia de Herder e de Humboldt, especificamente com a forma como esses filósofos conceberam a linguagem. Cf: GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, educador e "cientista da educação"? In: GONTIJO, Rebeca (org.). *Manoel Bomfim* (Coleção educadores), op. cit., p.22; FARR, Robert M. A emergência da psicologia como ciência natural e social na Alemanha. In: FARR, Robert M. *As raízes da psicologia social moderna*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1996. p.37-60.

[111] Sobre a apropriação de Capistrano das obras de Ranke, cf. SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. *Capistrano de Abreu*: História Pátria, Cientificismo e Cultura – A Construção da História e do Historiador. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

[112] GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores,* op. cit., p.209.

[113] GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores,* op. cit., p.124.

na América, Bomfim se referiu, por exemplo, ao primeiro século da colonização brasileira como um período no qual "nós [os brasileiros] nos *individualizamos*, por evolução inconfundível".[114]

Nesse sentido, a trilogia pode ser caracterizada como uma narrativa do percurso evolutivo singularizante e individualizante da nação brasileira, que buscava encontrar o que havia de único e tradicional na trajetória nacional. No primeiro ensaio, *O Brasil na América,* Bomfim se propôs a levar os olhos do leitor em direção ao "nascer das tradições brasileiras", aos "lances em que a nacionalidade se revelou", convidando-o a contemplar "o Brasil em formação".[115] Para cumprir esse objetivo, a primeira parte da obra foi intitulada de "Origens". A narrativa iniciou-se na história da Lusitânia, ainda na Antiguidade, acompanhando o evoluir dos portugueses e a relação que eles estabeleceram ao longo da história com os povos romanos, germanos e árabes. Como explicar tal recuo temporal? Bomfim estava se apropriando de uma historiografia que, desde meados do século XIX, pensou a história do Brasil a partir do encontro de três raças.[116] Sendo o português uma delas, era preciso compreender suas características. Essa chave interpretativa da singularidade nacional teve uma longa duração, apareceu em muitas narrativas sobre o país e se cristalizou como uma forma privilegiada de modelar e de configurar o passado nacional.[117] Se podemos pensar na longa duração de tal chave interpretativa, é imprescindível também destacarmos as descontinuidades dentro dela, especialmente as diferentes concepções de raça. A noção de raça que Bomfim empregou ao longo da trilogia tinha um conteúdo mais histórico-cultural do que propriamente biológico. Os três ensaios se desenvolveram a partir de uma ideia de "raça histórica", ou seja, consideraram as diferenças entre as raças como fruto das distintas evoluções que os povos tiveram.[118] Como afirmou Matos, Bomfim relativizou a noção de raça a favor dos conceitos de tradição e cultura.[119] E é justamente por isso que ele inclui em sua história do Brasil não só "o português",

[114] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.339.
[115] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.28.
[116] Segunda Gomes, a história do Brasil como a história de um povo constituído por três raças foi uma das "mais clássicas questões do pensamento social brasileiro desde a segunda metade do século XIX" (GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores,* op. cit., p.191).
[117] O texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Karl Von Martius, publicado em 1843 na revista do IHGB, desempenhou papel central na conformação dessa chave interpretativa e foi uma obra citada e consagrada por diferentes intelectuais que construíram uma história nacional a partir da noção de três raças fundadoras. Sílvio Romero considerou a obra de Martius uma das "principais teorias da história do Brasil". Bomfim caracterizou-o como "um alemão, em critério de verdadeira ciência". ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira.* Tomo primeiro: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. 3ª ed., aumentada. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1943. Coleção Documentos Brasileiros. p.46; BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.199.
[118] PEREIRA, Luísa Rauter. *O povo na história do Brasil*, op. cit.
[119] MATOS, Sérgio Campos. Manoel Bomfim e Oliveira Martins: olhares cruzados sobre Brasil e Portugal. In: SARMIENTO, Cristina Montalvão; PASCHOAL, Lúcia Maria (coord.). *Culturas cruzadas em português*: redes de poder e ralações culturais. Coimbra: Alameda, 2015. p.56.

mas o encontro entre os lusitanos e outros povos, pois esses contatos teriam sido configuradores da "alma nacional portuguesa".

Essa ideia fica clara quando o autor caracterizou os romanos e os árabes como "povos educadores" de Portugal. Assim como as sociedades educavam os recém-chegados, as nações também se educavam mutuamente em seus encontros históricos. Bomfim explicitou melhor essa ideia de povos educadores e sobre o lugar desses encontros na história no seguinte trecho do *Brasil na História*:

> Desde que, numa mesma sociedade, se aproximam e se misturam gentes feitas em civilizações diferentes, chocam-se respectivas tradições, e sobrevém um abalo de toda a organização social preexistente em cada um dos grupos misturados. (...). Pouco importa que haja, ou não, luta entre os povos (...), que uma das civilizações seja ostensivamente vencedora: dado o encontro de tradições há, necessariamente, o influxo recíproco, cujo primeiro efeito é a quebra de coesão primitiva de cada um dos povos, um começo de desagregação social por onde se insinuam as energias reformadoras – instinto de *imitação*, *sugestões* mútuas, fórmulas orientadoras, novas realidades a utilizar.[120]

A categoria "imitação", utilizada por Bomfim para pensar os laços sociais que unem os indivíduos, foi mobilizada na trilogia também para pensar historicamente os encontros entre os povos. Nesse choque de tradições, os influxos eram recíprocos, de forma que o passado das civilizações que se encontravam *permanecia* nas novas civilizações que se formavam. Nas sucessivas unificações sociais, que caracterizavam para Bomfim a história humana, não havia uma simples "substituição com eliminação do passado", mas sim recomposições, em que "o passado" era "parte integrante, formando, muitas vezes, uma subestrutura para as novas organizações instituídas".[121] Os novos povos se formavam imitando os costumes e modos de vida dos antigos, que desempenhavam, desse modo, a função de povos educadores. Nesse sentido, por exemplo, Florença desempenhou importante papel de "educadora" dos povos bárbaros que invadiram o Império Romano. Pouco importava que o império tivesse sido derrotado: seus costumes foram elementos ativos na conformação de novas tradições nas "sociedades bárbaras".[122] Do mesmo modo, o português foi considerado "educador e organizador" da nova sociedade brasileira, uma vez que parte considerável das tradições lusas moldaram os modos de ser do Brasil em formação. O conceito de imitação também desempenhou na trilogia uma importante função narrativa: a partir dele, Bomfim pensou o encontro entre os povos e abordou a relação das sociedades com seus passados, que era

[120] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.184.
[121] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.186.
[122] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.60.

simultaneamente de pertencimento e diferenciação, uma vez que, como vimos anteriormente, toda imitação implicava necessariamente alguma adaptação e algum grau de inovação. Os exemplos históricos que contemplavam essa relação entre imitação e inovação foram muitos ao longo do ensaio: os romanos, mesmo tendo derrotados os etruscos e gregos, construíram toda sua civilização com base na herança desses povos; os germanos, ao derrotar os romanos, moldaram-se a boa parte dos costumes dos derrotados; os portugueses seriam resultado da combinação da tradição fenícia com a tradição celta.

A partir desse aparato conceitual que envolvia os termos imitação, adaptação, sugestão e educação as tradições nacionais brasileiras foram inseridas por Bomfim em uma longuíssima trama: a formação histórica do Brasil pertencia à história de Portugal, que pertencia à história de muitos outros povos. Inserção, no entanto, que não negava a singularidade da nação e das tradições nacionais, uma vez que, como vimos anteriormente, os novos povos se formavam a partir dos antigos, num processo em que havia combinações e uma nova configuração de características. Considerando a antiguidade das tradições que agiam no presente, parecia haver algo de literal na afirmação de Bomfim de que: "através de milênios de civilização, em cada indivíduo, o espírito" se formava "resumindo e condensado a experiência geral da espécie".[123]

A construção de uma narrativa histórica que encadeava tal quantidade de eventos revela alguns aspectos sobre a forma como o tempo foi representado pelo autor. Nessa representação, o passado foi concebido como um processo que articulava eventos que possuíam significado como parte de uma trama maior. A noção processual de tempo, na qual o passado é concebido como *um* complexo de acontecimentos interligados, central para o desenvolvimento da moderna concepção de História, desempenhou um papel importante na escrita da história de Bomfim. A narrativa do autor representou o passado como eventos concatenados, de modo que o tempo histórico se desdobrava em longas cadeias de acontecimentos. Essa representação fica ainda mais clara em sua definição de evolução como "longa sucessão de formas e estados derivados".[124] O mundo contemporâneo foi considerado fruto de uma longa evolução e era nesse processo evolutivo que estava a chave para esclarecer e interpretar o presente. Nesse sentido, a forma como Bomfim pensou a evolução histórica estava imbricada a um dos pressupostos que se configurou a partir do moderno conceito de história: o de que a verdade

[123] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.40.
[124] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.40.

das coisas se revela no processo temporal.[125] O processo tornava por si só significativo o que quer que carregasse consigo.[126]

Foi a partir dessa noção processual e evolutiva de tempo histórico que a vida social brasileira foi narrada por Bomfim. A nação ganhou uma dimensão temporal em sua narrativa como parte de um longo processo evolutivo que ao mesmo tempo lhe explicava e lhe conferia identidade. A preocupação de Bomfim com a "formação histórica brasileira" era expressão dessa concepção de passado como evolução, que se fez presente inclusive no subtítulo do primeiro livro da trilogia, "caracterização da formação brasileira". Devido a essa forma de conceber o passado, podemos pensar a trilogia em relação a uma escrita da história que representou o tempo a partir dos conceitos de formação e de evolução, termos que inclusive intitularam várias obras, entre elas: *Formação História do Brasil*, de Pandiá Calógeras, *Formação história da nacionalidade brasileira* (1910), de Oliveira Lima, *Evolução do povo brasileira* (1922), de Oliveira Vianna, e *Evolução Política do Brasil* (1933), de Caio Prado Júnior.[127] Podemos mencionar também *História do Brasil*: curso superior (1900), de João Ribeiro, cujos capítulos VI e VIII receberam o título "Formação do Brasil";[128] *Casa grande e senzala* (1933), cujo subtítulo é "Formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal"; e *Raízes do Brasil* (1936), uma vez que a metáfora das raízes indica uma realidade histórica que vai processualmente se formando e evoluindo.

Ao analisar essa escrita da história, Durval Muniz de Albuquerque Júnior indicou como a ideia de formação ou evolução serviu como fio condutor que costurava um conjunto de eventos dispersos e complexos de modo a urdir a trama da história brasileira em sua totalidade e unidade.[129] Não foi esse tipo de urdidura que fez Bomfim ao associar a história da Lusitânia às tradições nacionais brasileiras? A própria metáfora da formação, segundo Durval, remetia para um postulado central do pensamento historicista,[130] ou seja, "o pressuposto de que para compreender qualquer realidade social ou humana era preciso recorrer-se à sua história, ao

[125] PEREIRA, Luísa Rauter. *O povo na história do Brasil*, op. cit.
[126] ARENDT, Hannah. O conceito de história moderno e antigo. In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o presente.* São Paulo: Perspectiva, 2011, p.117.
[127] Gontijo, em sua dissertação identificou Bomfim como parte dessa tradição historiográfica que buscou pensar a formação nacional. GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na história*, op. cit., p.162.
[128] HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e fisionomias*: a História do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000. p.81.
[129] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. No entreluzir das afeições: o científico, o poético e o político na historiografia de formação do Brasil. In: *A dinâmica do historicismo*: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p.216.
[130] Albuquerque Júnior definiu historicismo como uma concepção filosófica que teve como formuladores iniciais Herder e Schelling, que foram também os precursores do romantismo na Alemanha. Hegel também é considerado pelo autor como expressão "do historicismo e do romantismo na filosofia ocidental", matriz filosófica da qual saiu o materialismo histórico, também visto como um tipo de historicismo. *Ibidem, op. cit.,* p.218.

passado que a formou e que lhe daria sentido, à busca das raízes, das bases, dos fundamentos do que seria a realidade contemporânea da sociedade estudada'.[131]

Essa urdidura de eventos muito distintos a partir da ideia de "formação nacional" tinha como característica o fato de que era a nação o espaço a partir do qual os narradores falaram nesses textos.[132] Se a nacionalidade foi concebida como o resultado de um processo temporal, se ela era o fim para o qual a narrativa caminhava, esse fim tinha uma dimensão configuracional, ou seja, era ele que configurava e estruturava toda a urdidura da trama narrativa.[133] Nesse sentido, o conceito de formação foi mobilizado como uma chave analítica e explicativa privilegiada: a formação da nação era um enredo que conferia aos eventos e aos movimentos dos personagens do passado um sentido mais amplo. A partir dele, muitos intelectuais buscaram construir uma perspectiva sintética e nacional para a história, capaz de organizar os fatos e os documentos a partir de aspectos gerais e de critérios que extrapolassem a ordenação cronológica dos eventos no tempo, especialmente aquela realizada pela cronologia da "vida oficial".[134]

No caso específico da trilogia, a ideia de "formação do Brasil" foi construída, entre outros recursos narrativos, a partir de algumas metáforas envolvendo o termo "germe". As virtudes dos portugueses, como a capacidade de organização política, a coragem e a plasticidade, foram caracterizadas como forças essenciais no germinar do Brasil.[135] No mesmo sentido, na história de Portugal estariam, para Bomfim, os germes da futura nação.[136] Pensando em termos figurados, germe pode indicar a ideia de origem ou causa de algum processo, apontando para uma realidade que vai se conformando a partir de um princípio gerador, sendo que essa realidade era a própria nação brasileira. O passado foi concebido como um começo germinal do presente e um antecedente esclarecedor.[137] No entanto, e para explorar um outro aspecto da metáfora, poderíamos tomar o termo germe em seu sentido literal: embrião de uma planta presente em uma semente. O próprio autor sugere essa ligação ao pensar Portugal, como lugar "donde caiu *a semente* para o Brasil". A ideia faz ainda mais sentido se considerarmos a

[131]ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. No entreluzir das afeições, op. cit., p.219.
[132]ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. No entreluzir das afeições, op. cit., p.224.
[133] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna: método, narrativa e verdade em Capistrano de Abreu, *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n.1, p.28-54, 1988. p.47-49.
[134] RODRIGUES, Henrique Estrada. O conceito de formação na historiografia brasileira, op. cit., p.261; HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e fisionomias,* op. cit., p.81.
[135] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América,* op. cit., p.39.
[136] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.52.
[137] Angela de Castro Gomes caracterizou nesses termos a concepção de tempo histórico presente na revista *Cultura Política*, que circulou entre os anos de 1941 e 1945. Eles também se aplicam muito bem à forma como Bomfim pensou o processo histórico. A revista *Cultura Política* dialogou com e divulgou obras dessa historiografia preocupada com a "formação nacional", especialmente as obras de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. GOMES, Angela de Castro. História e historiadores, op. cit., p.163.

formação botânica de Bomfim[138] e os longos trechos dedicados a pensar as relações dos colonos portugueses com a terra brasileira. Os "pioneiros" portugueses construíram, para ele, uma sociedade agrícola estável, na qual a terra era lavrada com zelo. Essa relação foi analisada no seguinte trecho do *Brasil na América:*

> No amanho, pela cultura, a terra se entrega ao homem (...); e só deste modo é possível obter que a exploração colonial seja desde logo a verdadeira formação de novas sociedades. E porque o Brasil começou assim, aqui tomou forma *a primeira nova paisagem humana, desenvolvida sob o influxo da civilização europeia*.[139]

Os portugueses teriam, no processo de colonização, se filiado à terra a partir de uma colonização agrária e estável. Eles criaram laços com o solo que se converteram em fonte de patriotismo e de resolução para se erguer a nova sociedade. Foi assim que tomou *forma* a nova paisagem humana que se desenvolveu no Brasil. O que fica claro nesse trecho é que os colonos trouxeram com eles, em suas experiências individuais, não apenas o passado de Portugal, mas também a experiência histórica da Europa, associada em muitos momentos da trilogia à "civilização",[140] e a "obra geral da civilização". Bomfim pensou, em termos metafóricos, que a civilização europeia foi uma semente transportada para o Brasil com a colonização. Semente que aqui germinou e cresceu, espalhou-se numa terra nova, adaptando-se a ela e criando raízes profundas. Considerando que a narrativa histórica é também um movimento de filiação a memórias, passados e identidades coletivas, o autor construiu com essa metáfora e com suas escolhas narrativas uma historiografia que filiou a experiência histórica brasileira à europeia, e, em alguma medida, à história da "experiência geral da espécie humana" sem, no entanto, abrir mão da singularidade nacional.[141] A nação pôde, dessa forma, associar-se a outros coletivos singulares, como a "sociedade humana" e a "civilização", a partir da imagem da história do Brasil como o germinar de uma semente que conteria em si a experiência histórica europeia. O conceito de civilização foi muito mobilizado nos debates intelectuais da geração de 1870 com o propósito de "integrar o Brasil na cultura ocidental e de dar um sentido universal aos

[138] Bomfim também estudou botânica e zoologia, sendo que publicou em 1904, pela Editora Garnier, o livro *Elementos da zoologia e botânica gerais*.
[139] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.91. Grifos nossos.
[140] Na trilogia, em alguns momentos o termo civilização aparece no singular, denotando as conquistas morais, sociais, técnicas e culturais da humanidade, que são também denominados por Bomfim como "patrimônio da humanidade". Em outros, o termo aparece no plural, indicando os múltiplos percursos evolutivos das nações como civilizações singulares.
[141] Edgar de Decca mostra como Sérgio Buarque de Holanda, ao construir jogos de metáforas a partir do termo fronteiras, construiu a ideia da Península Ibérica como o elemento de transposição do sentido europeu para outros continentes. DECCA, Edgar Salvadori de. As metáforas de identidade em Raízes do Brasil, op. cit.

acontecimentos nacionais".[142] Ao longo das primeiras décadas do século XX, vários foram os projetos intelectuais que buscaram conjugar e integrar o nacional e o cosmopolita, o autenticamente brasileiro com o universal. Acreditamos que Bomfim estava buscando responder a esse dilema de pensar a experiência histórica nacional em relação a uma experiência mais ampla, qualificada pelo autor algumas vezes como humana, outras como ocidental ou como moderna. Dessa forma, as metáforas envolvendo o termo germe e semente, bem como o conceito de imitação, permitiram a construção de pontes e sentidos compartilhados entre essas diferentes experiências históricas.

Após consideramos a concepção processual e evolutiva de tempo que se configurou na trilogia, bem como a ideia de formação histórica presentes nas obras, fica mais claro como a mobilização do conceito de tradição não buscava valorizar o passado, numa atitude passadista, mas sim pensar, selecionar e narrar um passado específico, aquele considerado configurador do presente. Investigar as tradições nacionais e como elas se formaram no tempo era fundamental para se explicar a "realidade brasileira", compreensível apenas nos seus "antecedentes históricos". No entanto, na maioria das vezes, os homens não tinham, para Bomfim, *consciência* das tradições que atuavam tanto na configuração de suas formas de pensar, agir, sentir, quanto na organização da vida social. Essa ideia foi desenvolvida pelo autor de forma clara no texto *Metodologia da História*, no qual Bomfim afirmou que a educação comum e espontânea incorporava o indivíduo à tradição, mas incorporava-o "de um modo quase *inconsciente*". O indivíduo vivia nela, deixava-se levar por ela, mas, realmente, "não conhecia os fatores dessa tradição".[143] A tradição atuava na vida social como os órgãos atuavam dentro do organismo humano. Podemos viver toda uma vida sem saber o funcionamento dos nossos órgãos, mas sem dúvida conhecê-los parece ser a melhor maneira para saber como agir em relação à nossa a saúde.[144] A metáfora é reveladora: apontava para a ideia de que a tradição agia nas sociedades de forma silenciosa, mas poderosa; ela era uma força histórica ativa, mas apenas um olhar treinado poderia realmente revelá-la.

Caberia à história e às ciências sociais a formulação desse olhar capaz de desvelar a tradição e, mais especificamente, as tradições nacionais. É nesse sentido que Bomfim pensou que a História deveria ser o registro das tradições, de seus "feitos característicos e expressivos"[145]. A importância de se encontrar as genuínas tradições nacionais não estava,

[142] PEREIRA, Luísa Rauter. *O povo na história do Brasil*, op. cit.
[143] BOMFIM, Manoel. Metodologia da História*,* op. cit., p.47. Grifos nossos.
[144] BOMFIM, Manoel. Metodologia da História*,* op. cit., p.47-48.
[145] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América,* op. cit., p.55.

entretanto, apenas no fato de que elas eram chave de compreensão para o presente. Elas também desempenhavam uma função importante em relação ao porvir. O progresso e a evolução só eram possíveis, para Bomfim, no influxo das tradições nacionais, na realização das potencialidades da nação. Seriam os próprios contornos e feições do passado a apontar os rumos que a ação social deveria assumir na construção do futuro. Dessa forma, apreender o sentido do processo histórico a partir do qual se formaram e se desenvolveram as tradições nacionais era fundamental para se poder atuar nesse processo com maior efetividade. Até mesmo no último ensaio da trilogia, *O Brasil Nação*, no qual Bomfim adotou um discurso revolucionário, a tradição foi considerada como fundamental para se delinear uma revolução inspirado na realidade nacional.

O conhecimento histórico, ao ser considerado responsável por revelar as tradições nacionais, torná-las conscientes, assumia um papel central na orientação dos homens e na organização do futuro. A história foi concebida como um saber necessário para o presente poder se relacionar com a tradição e desvendar sua atuação, de modo que o homem não fosse "prisioneiro passivo dela". Podemos pensar essas formulações de Bomfim como indício de um certo desejo de controle das tradições pelos homens através do saber historiográfico. Michel de Certeau, ao pensar a configuração da escrita moderna da história, caracterizou-a como tentativa de substituir a obscuridade da tradição enquanto "corpo vivido" pelo enunciado de um "querer saber" ou de um "querer dominar" esse mesmo corpo. Esse "querer" transformou a tradição recebida em texto produzido.[146] A prática historiográfica moderna muitas vezes concebeu e abordou o corpo social como uma opacidade silenciosa a ser decodificada, ou melhor, codificada em escrita pela historiografia. Essa pretensão de desvendamento esteve presente na gramática de muitas filosofias da história, que, em suas diferentes manifestações, apostaram na faculdade da razão de tornar a história transparente de modo a iluminar e acelerar a perfectibilidade humana.[147] Acreditamos que esse "querer controlar" a tradição a partir da historiografia, de modo a impulsionar o progresso esteve presente ao longo da trilogia. Nesse sentido, Bomfim atribuiu as seguintes funções à narrativa histórica: esclarecer, explicitar, desvelar, trazer à consciência, à tona e à claridade. Educar a nação seria uma tarefa de

[146] CERTEAU, Michel de. Escritas e histórias. In: CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.16.
[147] CATROGA, Fernando. O canto do galo do novo amanhecer. In: CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo*: memória e o fim do fim da história. Coimbra: Alameda, 2016. p.167. O termo gramática das filosofias da história é utilizado pelo historiador português Fernando Catroga para apontar as ideias estruturantes e comuns a essas filosofias.

conscientização que permitiria desvendar a atuação das tradições e, consequentemente, controlar melhor os efeitos do passado que persistia no presente.

A preocupação de Bomfim em tornar as tradições conscientes e conhecidas dizia muito de seu desejo de que o presente não fosse apenas guiado pelo passado, mas pudesse também *diferenciar-se* dele, quando necessário. Tão importante quanto identificar e narrar as tradições era pensar em que medida os homens deveriam adaptá-las. Um trecho do livro *O Brasil na História* revela algumas formulações em relação a essas questões:

> A facilidade dos *automatismos*, a realidade do menor esforço, garantem a *conservação* precisa e útil. Aí, como fatalidade de organização psíquica – *estratificação* de inconscientes, mantem-se o poder do passado sobre o presente; mas, evidentemente, tal só deve manter-se enquanto não é embaraço e turbação à vida que prossegue. De outro modo, dá-se a salutar reação do consciente para dominar o inconsciente e eliminá-lo. Quer dizer, eliminar o passado.[148]

A partir desse trecho podemos abordar a forma como Bomfim pensou a dinâmica social como resultante de uma tensão, na qual forças ou tendências diferentes se contrapunham no processo histórico-social. Ao par imitação/inovação, apropriado de Tarde e reinterpretado, foram acrescidas outras dicotomias e construções metafóricas que permitiram ao autor pensar o evoluir das sociedades nacionais. Para ele, as sociedades humanas tendiam a desenvolver-se a partir da imitação, do hábito, de automatismos inconscientes, pelos quais o passado era repetido. A tradição – "poder do passado sobre presente" – possuía, como vimos, um valor "aglutinativo": costumes, instituições, sentimentos gerais e ideias se consolidavam a partir dela e garantiam a estabilidade do mundo social.

No entanto, esse processo tinha limites. A solidez das estruturas sociais poderia se converter em fonte de injustiça, de exploração dos homens uns pelos outros, e, por fim, em obstáculo ao progresso humano.[149] Para explicar melhor a ideia, Bomfim utilizou-se da metáfora do crustáceo: as sociedades, assim como esses animais, precisavam, em um certo momento, de quebrar a casca para crescer.[150] O passado se acumulava em camadas formando uma casca que enrijecia a sociedade, tornando-a sólida e dando-lhe forma. No entanto, depois de um certo momento, a experiência passada poderia se tornar um peso para a evolução. Era preciso então a inovação, a desordem, o caos e até mesmo a revolução para instaurar uma

[148] BOMFIM, Manoel. *Brasil na História*, op. cit., p.223.
[149] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.219.
[150] Essa metáfora foi retirada por Bomfim da obra *Sociologia Pura* do sociólogo americano Lester Frank Ward (1841-1913). BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.218. Para uma breve descrição da atuação de Ward como sociólogo e sua importância para a instituição da sociologia como campo científico e como disciplina universitária nos Estados Unidos, ver: https://www.britannica.com/biography/Lester-Frank-Ward.

ruptura com o passado, quebrar a casca, sem que, no entanto, essa ruptura fosse total.[151] Nas palavras de Bomfim: "em toda desordem há o germe de uma nova ordem, ou o *retemperar* de uma tradição".[152] É nesse sentido que, em alguns momentos da trilogia, especialmente no último ensaio, *O Brasil Nação*, Bomfim mencionou a importância das revoluções na história humana, uma vez que elas davam fim a instituições já sem utilidade, renovavam as classes dirigentes que exploram o povo. Em resumo, elas permitiam às sociedades livrar-se de um passado que já era inútil:

> (...) devemos contar com as crises de aparente desordem, prontos a não admitir que o preconceito da ordem venha embaraçar o verdadeiro progresso. Não é raro que a luta interna, violenta, intransigente, tenha de resolver crises na evolução política de um povo: 1644, na Inglaterra, 1789, na França... são crises necessárias, salutares, mesmo.[153]

A ordem não foi vista como um fim da evolução social ou um objetivo a ser perseguido pelas coletividades. Pelo contrário: várias nações desapareceram consumidas na miséria de uma ordem definitiva. Os povos modernos, por sua vez, fizeram-se por meio de revoluções. A Revolução Francesa, a Comuna de Paris e a Revolução Russa foram consideradas exemplos paradigmáticos da importância das agitações na dinâmica social: elas eram um "arejamento fecundo", a partir do qual as instituições se transformavam e os direitos políticos e sociais eram conquistados.[154]

Essas revoluções eram exemplos de como a vida só prosseguia a partir da mudança e da transformação constante, da agitação que gerava o novo. Para comprová-lo era preciso apenas olhar o mundo:

> O oceano palpita e vive na fúria dos vagalhões, na tormenta da tempestade. A terra firma se refaz na convulsão dos terremotos, que deslocam e arrasam, com o jorro das larvas, os milenares estratos acamados; a atmosfera depura-se e equilibra-se na desordem das porcelas e vendavais (...). Pelo resto dos espaços, cataclismo estelares reformam repetidamente as paisagens celestes. Pois que vida é incessante transformação, nunca será – *nem simples desenvolvimento uniforme*, nem queda para a paralisia, nem a desordem caótica, mas uma fatal evolução, por entre crises de

[151] Gontijo apontou o elogio que Bomfim conferiu à desordem, associando-o à crítica que o autor fazia ao conservadorismo das elites brasileiras. GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*, op. cit., p.181.
[152] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.220. Grifos nossos.
[153] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América,* op. cit., p.363-364.
[154] Essa importância conferida às revoluções é uma significativa diferença entre a trilogia e o livro *Pensar e Dizer*, analisado anteriormente. Na obra de 1923, havia espaço para a emergência do novo e para a atuação dos sujeitos a partir da adaptação das tradições. No entanto, as transformações históricas e a agência dos indivíduos foram pensadas a partir de adaptações que se faziam paulatinamente e não de modo abrupto e radical, como é o caso da revolução.

> aparente desordem, onde se extinguem as formas esgotadas, e se definem as novas formas.[155]

Tempestades e terremotos eram exemplos de como a vida pulsante evoluía. Mas eram também elementos a partir dos quais Bomfim construiu metáforas para figurar o tempo. O tempo que passava era, sem dúvida, evolutivo e estava sempre em marcha, mas ele não era homogêneo, pois as sociedades não se desenvolviam de modo uniforme e contínuo. O céu mais azul abria-se depois de tempestades e tormentas que sacodiam a atmosfera. Desordens, revoluções e agitações faziam parte do caminho evolutivo.

Se a imitação e o poder do passado sobre o presente foram associados ao inconsciente, ao hábito, Bomfim relacionou a revolução, a inovação e a emergência do novo na história ao consciente e seu poder de imaginar, aspirar, sonhar, conceber e idealizar. Para o autor, era a imaginação que se precipitava "para traçar a curva sobre o porvir";[156] era ela que permitia a "humanidade realizar-se" sob "novas formas", "extraindo a vida da vida mesmo".[157] A "marcha da evolução" foi representada a partir da figura de uma corrente de água que escorria em direção ao futuro. Mas o que movia as águas do tempo? O movimento tinha como causa a diferença entre o que existia e as "aspirações dos que sabiam imaginar" e podiam conceber "novas formas de harmonia humana".[158] Até mesmo a vitória revolucionária era, para Bomfim, a vitória de um ideal.[159] É nesse sentido que o progresso foi pensado principalmente como psíquico e mental, dizendo respeito a essa capacidade da consciência humana de imaginar, aspirar e criar ideais.[160]

As tensões entre imitação e inovação, inconsciência e consciência, automatismo e imaginação faziam as nações evoluírem, promovendo a *adequação necessária* entre passado, presente e futuro. A "nação, organização natural, viva", fazia-se "*por igual, do passado, presente e futuro"*, e era a educação que guardava do passado o bem já conquistado, depurando-o e "aliviando-o de todo *peso morto*".[161] Voltemos para a metáfora da corrente de água mencionada anteriormente: o fluxo do tempo era como uma corrente de água que, se corria livre, prosseguia como vida ativa em movimento. "Enquanto presas, alagadas, mortas, as águas" serviam apenas "ao fermentar da podridão".[162] A podridão representava o que autor pensou

[155] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação,* op. cit., p.461-462.
[156] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação,* op. cit., p.577.
[157] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação,* op. cit., p.290.
[158] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.223.
[159] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação,* op. cit., p.577.
[160] A forma como Bomfim pensou o lugar das ideias na evolução das sociedades será trabalhada na parte II dessa dissertação.
[161] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação,* op. cit., p.548. Grifos nossos.
[162] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.223.

como o "peso morto" do passado, ou seja, o passado que se prolongava inadequadamente no presente, também associado ao longo da trilogia a termos como fóssil, bolor, ruína, cadáver, ou seja, a tudo que se decompunha por velho demais. Era esse peso morto que deveria ser rompido pela consciência humana e sua capacidade de imaginar e criar. As crises e os conflitos poderiam ser capazes de interromper a decomposição e a podridão que tomavam conta das sociedades quando elas estavam saturadas de passado, quando as instituições e costumes antigos começavam a se acumular e entulhar o presente.

O "retemperar" das tradições nacionais acontecia, para Bomfim, a partir dessa depuração do passado do que já não era mais útil para a vida e para o presente. É nesse sentido que a tradição não foi pensada como um passado estático e sempre igual a si mesmo, mas sim como algo em constante movimento. A capacidade do presente de negociar com o passado, alterando as tradições, permitia com que as nações evoluíssem, mantendo os seus traços característicos. Por isso, a história nacional foi vista "como o *ajuste* entre o gênio nacional e a experiência adquirida".[163] As tradições, expressão da própria vida da nação, eram "identidade em desenvolvimento, constantemente apurada".[164] A humanidade se "desenvolvia" ao longo da história devido a essa capacidade do presente de apurar as tradições, de não se deixar "fossilizar" nem incrustar seus "destinos nas *estratificações mortas* das eras".[165] O termo "estratificação morta" resume bem o ordenamento do tempo que propôs Bomfim: um presente que estivesse soterrado pelo seu passado colocaria em risco a sua própria evolução, a sua capacidade de progredir. O passado em excesso era um perigo para a vida humana, constituindo-se, muitas vezes, como vetor de injustiça e de imobilização.

Nesse sentido, podemos pensar vida e morte como um último par antitético que, junto com imitação-inovação, automatismos-criação, inconsciência-consciência, revelava como forças opostas atuavam, para autor, na formação das sociedades, tencionando-se de modo a permitir a evolução humana. Esses termos desempenharam tanto uma função analítica quanto uma função prescritiva na trilogia. A partir deles, Bomfim analisou e conferiu uma inteligibilidade ao movimento temporal das sociedades nacionais. Por outro lado, eles também foram mobilizados pelo autor para prescrever o tipo de relação que os homens do presente deveriam ter com o passado. E o recado foi claro: a imitação inconsciente e automática das tradições tinha um limite. Se não houvesse alguma adaptação dos legados e das heranças

[163] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação,* op. cit., p.138.
[164] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.225.
[165] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação,* op. cit., p.558.

recebidas, as sociedades corriam um sério risco de serem soterradas por um passado inútil que apenas pesava na construção do porvir.

A partir desses conceitos e metáforas, a trilogia configurou narrativamente o tempo histórico. As sociedades nacionais evoluíam, mas essa evolução não possuía feições homogêneas e mecânicas. Como vimos, esses ensaios foram escritos em um momento marcado por muitas transformações sociais, políticas e culturais. A grande guerra, a crise do regime republicano oligárquico brasileiro, o processo de urbanização e de industrialização no início do século XX, bem como novas referências teóricas e literárias, permitiram uma reconfiguração das sensibilidades temporais.[166] Um tempo vivenciado apenas a partir do acúmulo e apreendido por meio de leis sociais parecia cada vez menos possível. Tal impossibilidade se manifestou de forma clara, por exemplo, no texto *Letras e política*, de Tristão de Ataíde, publicado em 1924, no livro *Às margens da história republicana.* Segundo o autor:

> Não há, em história, períodos e ciclos de caracterização fixa, de limites incontornáveis. A vida de um povo, como a de um espírito, é um longo tecido a um tempo contínuo e descontínuo. Tudo se liga no tempo e tudo evolui desagregadamente no espaço.[167]

O tecido temporal parecia mais desagregado para Tristão, mas também para outros intelectuais que buscavam compreender os tipos de laços que ligavam o presente ao passado e atuar a partir dessa compreensão. No caso de Bomfim, vimos como ele pensou que a construção do futuro desejado envolvia a capacidade de se valorizar as tradições nacionais, mas também de saber adaptá-las e renová-las, quando necessário. O tão ansiado progresso exigia que os brasileiros lidassem com as heranças da formação nacional que ainda atuavam sobre o presente. Em alguma medida, era necessário reagir ao "poder do passado" e selecionar o que se queria ou não preservar da trajetória histórica da nação.

A mesma necessidade de reação e seleção foi proclamada por Carlos Drummond de Andrade, em uma entrevista em 1925:

> Sofro a pressão atmosférica do passado. Nós todos. Mas convém *reagir* contra o excesso de pressão. Ou por outra, pegar na palavra tradição, virar, revirar, extrair o suco e repudiar o bagaço. O suco é simplesmente isto: respeito discreto pela obra de

[166] Entre as novas referências teóricas e literárias que participaram da reconfiguração das sensibilidades temporais e que foram amplamente apropriadas pela intelectualidade brasileira estavam os textos de Spengler, Bergson e Nietzsche, bem como os movimentos estéticos futurismo, cubismo e surrealismo.
[167] ATAÍDE, Tristão de. Política e letras. In: CARDOSO. Vicente Licínio (org.). *À margem da história da República*. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1990. p.212.

> antepassados (....). O bagaço, o enorme bagaço consiste no amor às fórmulas caducas; fetichismo de tudo que é antigo, carunchoso.[168]

Era possível ficar apenas com o suco da tradição. Que fosse jogado fora o bagaço! Pensando nesse mesmo desafio, Bomfim afirmou que caberia aos homens "retemperar" as tradições nacionais, dar a elas um gosto mais condizente com o presente e com o mundo moderno, só assim o peso morto do passado que insistia em prosseguir poderia ser eliminado.

***

Ao longo do capítulo, vimos como Bomfim desenvolveu nos ensaios da trilogia uma rede conceitual e metafórica a partir da qual ele pensou a vida social e sua historicidade. Em seu diálogo com o campo das ciências sociais e com a emergente psicologia social, o autor utilizou-se de conceitos como "imitação", "sugestão" e "educação" para analisar a dimensão temporal das sociedades e o encontro dos povos ao longo da história. Essa dimensão foi abordada principalmente a partir do conceito de tradição, que, em conjunto com o de formação e o de evolução, permitiu ao autor temporalizar a vida brasileira, pensá-la na longa duração a partir de uma concepção de tempo marcada por longas cadeias de acontecimentos que se entrelaçavam.

Se havia acúmulo na história, a concepção evolutiva de Bomfim também abriu espaço para a destruição e para a emergência do novo, concebido como produto da consciência humana. Se havia, por parte do autor, um "querer saber" que buscou desvelar e escrutinar a atuação do passado no presente, podemos verificar, em alguns momentos da trilogia, uma admiração pelo imprevisível e pelo incontrolável que a evolução humana poderia assumir. Em um momento no qual debatia-se o desafio de se construir um "Brasil moderno", Bomfim sustentou a ideia de que qualquer progresso só seria viável em acordo e em *negociação* com o percurso histórico no qual as tradições nacionais se formaram. Tradição e progresso e até mesmo tradição e revolução não se opunham, pelo contrário, deveriam se equacionar como única forma possível de se pensar o futuro. Nas tensões próprias do processo histórico-social, as tradições se retemperariam, adaptar-se-iam ao novo, sem deixarem de ser o fio condutor que conferia coerência temporal às nações, sujeitos centrais da história do Bomfim.

[168] ANDRADE, Carlos Drummond. Ta'i! O mês modernista. In: BATISTA, Maria Rossetti; LOPEZ, Telê Porto Ancona; LIMA, Yone Soares de (org.). *1º tempo modernista:* 1917/1929. Documentos. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. p.259. Artigo publicado originalmente no jornal carioca *A Noite,* em 29 de dezembro de 1925.

Depois de mapeada essa rede conceitual e metafórica mobilizada pelo autor e as formulações de natureza teórica nela envolvidas, vejamos agora como esses elementos se fizeram presentes no enredo que Bomfim construiu para a história do Brasil. Investigaremos como, ao redor deles, a trilogia construiu uma narrativa sobre a "evolução brasileira". Procuraremos entender, mais especificamente, como o autor atribuiu uma temporalidade singular à nação. Como essa tensão entre automatismos e inovação, inconsciência e consciência, entre passado e presente, manifestou-se na história do Brasil escrita por Bomfim? Como essas forças sociais (imitação, sugestão, adaptação) atuaram na conformação da vida social brasileira? A partir dessas questões buscaremos pensar as características e o sentido que a evolução nacional adquiriu nos ensaios da trilogia e como um ritmo temporal brasileiro configurou-se na escrita do autor. Para isso, selecionamos três problemas centrais dos ensaios e que ajudam a pensar a forma como, na narrativa, configurou-se um tempo histórico nacional: o problema das origens, da decadência e o lugar do Brasil no "mundo moderno".

CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO DO BRASIL E A TEMPORALIDADE DA NAÇÃO

A aurora da civilização brasileira: a colônia e as origens das tradições nacionais

O ensaio *O Brasil na* História, primeiro livro da trilogia escrita por Manoel Bomfim em fins da década de 1920, tinha como um dos seus objetivos pensar a singularidade da formação histórica brasileira quando comparada aos processos de formação nacional ocorridos nas Américas castelhana e inglesa.[169] Para o autor, a "história colonial" era a mais "nacionalizadora" e "educadora", pois nela os brasileiros poderiam ver o nascer das tradições nacionais, "o anunciar da nacionalidade", tomando consciência de sua própria singularidade. Os primeiros 150 anos da "vida colonial" foram pensados como uma "Idade do Ouro", uma "Idade Heroica", muito contrastante com a decadência do presente republicano brasileiro, marcado pela corrupção generalizada e pela negação das tradições genuinamente brasileiras.[170] Por esses motivos, a história colonial seria uma "montanha de beleza", na qual, ao se subir, poder-se-ia respirar um "sopro de vivificante aurora". Assim Bomfim aconselhou seus leitores: purifiquemo-nos, reanimemos nesse sopro![171] O passado colonial foi construído no ensaio como um momento de origem, capaz de reanimar o ânimo brasileiro, tão descrente com o presente vivido na república, e de revelar as verdadeiras feições do Brasil, esquecidas e ignoradas pelas elites dirigentes que comandavam o país. A formação do Brasil estava entrelaçada à formação desse universo colonial, abordado por Bomfim no primeiro ensaio da trilogia.

De forma provocativa, Edgar de Decca, ao analisar a obra *Raízes do Brasil*, caracterizou o "universo colonial" das origens nacionais como uma "maravilhosa criação modernista, bem ao gosto de Paulo Prado no seu *Retrato do Brasil* (1928) e de Gilberto em *Casa Grande e*

[169] Foi o próprio Bomfim que estabeleceu essa divisão, pensando que, historicamente, no processo de colonização, existiriam três Américas: a portuguesa, a castelhana e a inglesa. Apesar de traçar algumas semelhanças entre o povo brasileiro e os povos castelhanos, denominando ambos de povos "neo-ibéricos", o autor destaca, ao longo de sua narrativa, mais as características singulares e únicas do Brasil do que as proximidades históricas. Por isso mesmo, o autor no primeiro ensaio da trilogia recusou o termo *América Latina* como indicador de uma unidade cultural ou histórica. Bomfim ainda afirmou que só o utilizara em sua primeira obra *América Latina*: males de origem porque era através dele que os europeus difamavam e inferiorizavam os povos sul-americanos a partir de teses racistas e deterministas.

[170] As críticas de Bomfim em relação ao seu presente é uma constante nos três livros da trilogia. Em *O Brasil na História,* por exemplo, o autor caracterizou a república na qual viva como um "infame oligarquismo" (BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.85).

[171] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.28.

Senzala" (1933).[172] O autor chamou a atenção para a importância que essas narrativas conferiram à colônia, forjando uma interpretação historiográfica que viu nesse período a chave para se pensar as singularidades nacionais. Poderíamos acrescentar às obras mencionadas por Decca os livros *O espírito da sociedade colonial* (1933), de Pedro Calmon, e *Populações meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Viana, que também abordaram a história colonial como um momento inaugural na formação da nova sociedade. Desvendar essa história significaria compreender a original contribuição brasileira para a civilização. Uma interpretação semelhante da "vida colonial" esteve presente no ensaio "*O Brasil na América".* Não coincidentemente, entre os livros da trilogia, esse foi o que representou o passado com cores e imagens mais vibrantes e vivas, o que revela uma relação de proximidade emocional e de identificação do autor com esse mundo colonial.

Mas como exatamente o ensaio narrou esse "mundo brasileiro em formação"? A partir de quais recursos narrativos a história de Bomfim construiu esse maravilhoso universo colonial? O livro foi dividido em duas partes: "Origens" e "O primeiro Brasil", cada uma delas com cinco capítulos. Na primeira parte, Bomfim abordou a formação da nação a partir dos seus "elementos formadores" ou "três raças formadoras", como indicamos anteriormente. No entanto, mais do que propriamente os elementos formadores, o que realmente importava para o autor era como esses elementos ou raças se combinaram para originar um "povo misturado", também denominado em alguns momentos de "povo mestiço". O Brasil que existia de fato, "tradicional", "efetivo e real, era, desde os primeiros anos *mistura*".[173] Por isso mesmo:

> O Brasil, como agrupamento-povo, não poderia ser considerado simples soma de elementos étnicos, estimados isoladamente: o português – A, o negro – B, o índio – C, para chegar ao tipo apenas composto A-B-C. Tais dissertadores discorrem como se fora possível que *tradições* se encontrassem, conservando-se impermeáveis entre si, sem reciprocidade de influxos, sem consequências na *vida social e intelectual* que se originou desse encontro. Ora, em vez disso, todos sabemos: mais do que os sangues, caldeiam-se as *tradições*, logo que raças diferentes se encontram. Combinam-se as qualidades de espírito, e completam-se as respectivas manifestações, numa expressão vivamente nova e original.[174]

O trecho indica algumas das concepções de Bomfim acerca do encontro de tradições que teria caracterizado a formação do Brasil. Primeiramente, podemos perceber que o mais importante nesses encontros não foi o misturar de sangues, ou seja o encontro físico-orgânico, mas sim o misturar das tradições, suas manifestações espirituais e suas consequências na vida social e

[172] DECCA, Edgar Salvadori de. As metáforas de identidade em Raízes do Brasil, op. cit., p.435.
[173] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.183.
[174] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.36. Grifos nossos.

psíquica. Para o autor, não existia civilização racial e "a civilização de um determinado povo depende em primeiro lugar do seu modo de viver".[175] Justamente por isso Bomfim criticava ironicamente os que, por exemplo, buscavam compreender a poesia popular brasileira a partir de "tal ou qual pigmento, ou cabelo ou crânio". O que era um absurdo, uma vez que o que importava era verificar como, do encontro das três tradições, veio a constituir-se "uma poesia popular de aspecto próprio, em valor específico".[176] Entre os que caíram nesse erro estava, para Bomfim, Sílvio Romero, que, de forma equivocada, teria caracterizado a "alma brasileira" como tendo "recantos de índio, outro de português, ao lado do que ele dá como de puro negro".[177] Aquele de que de fato quisesse entender a história deveria, desse modo, buscar as *combinações*, as *sínteses* que originaram um modo de vida brasileiro e não considerar isoladamente cada uma das raças que se encontraram em território nacional.

Para compreender como se formou tal modo de vida, no entanto, era preciso conhecer bem cada um dos elementos formadores e indicar como eles contribuíram para a formação da "alma brasileira". O ensaio caracterizou-os nos capítulos "Colonos formadores", "O gentio: sua incorporação no Brasil nascente" e no tópico "Os negros" do capítulo "O cruzamento na formação da sociedade brasileira". Acompanhar brevemente essa caracterização pode ser um modo de entender as escolhas a partir das quais o autor narrou as origens do Brasil.

Os colonos portugueses que chegaram no Brasil no primeiro século de colonização eram herdeiros de um "Portugal heroico", que abriu o Atlântico, iniciou as grandes navegações e, com isso, inaugurou "a era moderna".[178] O Portugal da dinastia de Avis foi, para Bomfim, o primeiro país a se organizar politicamente na Europa: era um Estado unificado, diferentemente da Espanha, marcada por terríveis divisões entre facções. Os portugueses exploraram os mares de forma "rigorosamente científica", ganhando o mundo para a "civilização europeia". No entanto, o momento áureo da história portuguesa logo levou o país à decadência: o mercantilismo e o tráfico de escravos, chamado por Bomfim de "negreirismo", transformaram a nação heroica, vivaz e desbravadora em nação parasita, a viver apenas de sugar a riqueza de suas colônias, sem nada produzir, nem desenvolver por contra própria. Tal decadência se completou e se apossou do espírito português a partir da dinastia dos Bragança, que chegou ao poder em 1640.

[175] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.417.
[176] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.415.
[177] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.403.
[178] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.53.

A descrição de Bomfim de um Portugal heroico estabeleceu-se a partir de um diálogo constante com as obras do intelectual português Oliveira Martins (1845-1894), membro da geração de 1870 portuguesa[179] que também idealizou a sociedade portuguesa dos tempos medievais e dos finais do século XIV e do século XV.[180] No seu livro *O Brasil e as colônias portuguesas* (1880), citado por Bomfim, Martins desenvolveu a ideia de que a colonização na África e na América, nos seus primórdios, obedeceram aos impulsos mais felizes do gênio indagador e audaz do português.[181] Nesse sentido, o Brasil apareceu em sua obra como uma espécie de persistência possível dos caracteres positivos que o autor atribuiu aos homens do período de Avis.[182]

Bomfim, dialogando com essa tese de Martins, também considerou os primeiros portugueses que vieram colonizar o Brasil fruto desse Portugal heroico, anterior ao processo de decadência. Esses homens trouxeram consigo a capacidade de organização política, a coragem e a bravura dos tempos de heroísmo. Por isso, puderam rapidamente construir uma nova pátria, estável, baseada na agricultura e na conquista de novos territórios. Mais importante ainda era o fato de que os colonos portugueses eram "plásticos" e "assimiladores", sem "preconceito de raças", o que fez com que a colonização rapidamente absorvesse os "índios":

> O português organizador e educador desta nova sociedade, teve que diluir a sua influência na grande massa de índios incorporados à vida colonial; houve uma desenvolvida mistura de gente (...). O encontro dos povos, aqui, foi mais do que o simples domínio, realizado nas colônias espanholas. Foi, desde logo, a absorção dos naturais para a formação da população colonial. Mais *plástico* e *assimilador*, fraco em número, afeito ao convívio de povos bárbaros, sem grandes zelos de sobranceria, o português, no Brasil, juntou-se francamente, *em sangue e costumes*, aos indígenas. O português foi o mais humano dos colonizadores (...).[183]

O português possuía uma plasticidade que lhe permitiu moldar-se a parte das tradições indígenas". Essa mistura não ocorreu nas colônias espanholas, uma vez que o colono espanhol era muito mais "orgulhoso", marcado por "preconceitos de raça". Bomfim mobilizou os termos

[179] A chamada geração de 1870 portuguesa refere-se a um conjunto de intelectuais portugueses que se empenharam em reformar a nação portuguesa a partir de ideais republicanos e/ou socialistas. Entre esses intelectuais estavam: Oliveira Martins, Teófilo Braga, Antero de Quintal e Eça de Queirós. As obras desses autores portugueses foram lidas e tiveram muita repercussão no Brasil, especialmente para se pensar a história nacional. Cf.: FRANCHETTI, Paulo. Oliveira Martins e o Brasil. *Remate de Males*, n. 22, 2002.

[180] MATOS, Sérgio Campos. Manoel Bomfim e Oliveira Martins: olhares cruzados sobre Brasil e Portugal, op. cit., p.49. O diálogo com Oliveira Martins esteve presente na obra *América Latina:* males de origem e em toda a trilogia. Ao longo dos três ensaios, Bomfim citou diretamente as seguintes obras do autor português: *Os filhos de d. João I*, *O Brasil e as colônias portuguesas* e *História de Portugal*.

[181] FRANCHETTI, Paulo. Oliveira Martins e o Brasil, op. cit.

[182] FRANCHETTI, Paulo. Oliveira Martins e o Brasil, op. cit.

[183] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.107-108.

"incorporação", "assimilação" e "absorção" para pensar essas relações entre os portugueses e índios destacando como ela, em alguns momentos, assumiu também uma feição violenta:

> Sim: o índio foi incorporado à população; mas em geral foi sacrificado na sua liberdade, contrariado nos seus impulsos, no ato mesmo em que o incorporavam violentamente, desumanamente, na chamada civilização dos brancos. Tudo isso se fez, necessariamente, através de muita resistência, à custa de sofrimentos e dores, com o aspecto, algumas vezes, de verdadeiras lutas.[184]

Houve violências e maus-tratos. Apesar disso, as sociedades indígenas não foram dizimadas, mas sim absorvidas nas populações coloniais, numa grande mistura de sangue, costumes e culturas. A partir desses encontros, o "índio" se constituiu como um fator essencial na formação da nação brasileira, que se deu numa "feliz combinação dos elementos étnicos que, no primeiro momento, aqui se misturaram".[185] O resultado foi que os primeiros brasileiros muito mais reproduziam as tradições indígenas, vivendo "numa caboclagem tinta de cristianismo".[186]

Muitos leitores de Bomfim comentaram o lugar central que foi atribuído ao "índio" nos ensaios da trilogia. Gilberto Freyre, por exemplo, considerou excessiva a valorização que o autor fez das populações naturais, caracterizando como exagerada a forma como o ensaio *O Brasil na América* delimitou a influência indígena na formação da agricultura brasileira. Para Freyre, o problema de Bomfim era que ele era "indianófilo até as raízes do cabelo".[187] Mas como exatamente se deu essa "valorização" do elemento indígena na formação nacional? A caracterização do "índio" ao longo do ensaio *O Brasil na América* envolveu uma constante tensão entre uma capacidade de alteridade e uma visão hierarquizadora das culturas. No capítulo "O gentio: sua incorporação no Brasil nascente", o autor pintou um quadro vivo das atividades econômicas dos indígenas, teceu considerações sobre suas formas religiosas e sobre seu deslocamento ao longo da história no território do Brasil. Bomfim escreveu sobre várias nações indígenas,[188] considerando suas particularidades: os tupinambás, tamoios, guerens, cariris, onaguas, nheengaíbas, entre outros povos, apareceram na trilogia para mostrar a quantidade e a diversidade dessas populações. Com base em cronistas do período colonial como Jean de Lery, Hans Staden, Antônio de Nóbrega, Frei Vicente de Salvador e Frei Antônio de Santa Maria Jabotão, mas também a partir de uma etnologia produzida nos quadros do IHGB e dos

[184] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.135.
[185] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.108.
[186] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.109.
[187] FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2013. p.164.
[188] O próprio Bomfim utilizou-se do termo nação para se referir a esses povos indígenas.

Institutos Históricos e Geográficos regionais, Bomfim caracterizou, por exemplo, os tupis como exímios agricultores, capazes de cultivar roças de mandioca, milho, abóbora, pimenta e abacaxi; os onáguas, por sua vez, foram considerados os descobridores da borracha. O autor, ao analisar o relato de Jean de Léry acerca das crenças religiosas dos povos indígenas, considerou-o "desorientado pelos preconceitos europeus", uma vez que que buscava encontrar "no caboclo formas religiosas análogas às suas".[189] Outro exemplo interessante foi quando Bomfim comparou a última arte da guerra dos europeus, os gases asfixiantes de mostarda, com uma "espécie de pimenta brava" que, segundo os relatos de Hans Staden, os tamoios queimavam em frente aos entrincheiramentos inimigos. O autor concluiu ainda: "ora, da pimenta à mostarda a distância não é muita".[190]

Nessas afirmações de Bomfim, percebemos uma análise e uma aproximação das culturas indígenas marcadas não pelo diagnóstico da falta, mas sim pelo reconhecimento da multiplicidade de formas possíveis que o humano pôde assumir ao longo da história. Nesses momentos, a narrativa considerava o passado a partir da multiplicidade dos percursos civilizatórios dos diferentes povos, o que permitiu que o futuro também fosse concebido como mais aberto, como não mais sujeito a um único *telos*. Talvez essa aproximação do universo indígena, o reconhecimento desse outro a partir de uma diferença possível e não apenas a partir da barbárie tenha sido um dos caminhos que permitiu Manoel Bomfim se posicionar de maneira crítica em relação ao positivismo e ver o processo histórico-temporal de forma mais plural. No entanto, essa capacidade de pensar a alteridade e de abordar a diversidade dessas culturas foi limitada, em muitos momentos da trilogia, pela homogeneização operada por termos como "brasis", "índios", 'gentio" e "selvagens", bem como pela tentativa de abordar a multiplicidade desses povos a partir da questão da contribuição para "formação nacional". Bomfim também caracterizou as sociedades indígenas como "atrasadas" em suas formais econômicas e mentais, caracterização que revela que a crítica aos evolucionismos unilineares conviveu, ao longo da trilogia, com uma visão que de alguma maneira classificava e hierarquizava as sociedades humanas e suas evoluções.

Por fim, o último "elemento formador" abordado pelo ensaio foi "o negro". Ao pensar o lugar do "negro" na formação nacional, o autor teceu longas críticas a autores racistas, especialmente à Oliveira Viana, denominado de "etnólogo oficial".[191] Bomfim criticou a afirmação de Vianna de que os negros e os índios não tinham dado ao Brasil nenhum elemento

[189] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.139.
[190] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.412.
[191] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.139.

de valor, bem como sua ideia de que havia "uma diferença de estrutura, substancial e irredutível" entre a mentalidade do negro e o branco.[192] Pensando a influência social do negro na formação e na caracterização nacional, o autor a considerou menor do que a do índio, uma vez que o fluxo migratório de negros começou a se intensificar apenas após 1750, momento no qual as tradições nacionais já haviam se configurado, sendo que elas agiram muito mais sobre as populações negras do que essas sobre elas.[193] No entanto, o negro teve um papel importante na acentuação da mistura, uma vez que aproximou a tradição do senhor àquelas dos homens do povo, cujo viver se aproximava-se mais ao dos indígenas.

O que parece interessante destacar é a forma como Bomfim abordou o cotidiano da escravidão. O influxo da raça negra foi considerado "mais sensível sobre as famílias brancas", especialmente sobre as novas gerações, que se formavam "no contato com a negra carinhosa, desinteressada, meiga e absorvente, e que, dando o seu leite e a sua dedicação, está dando a própria alma, que implantará no ânimo nascente do senhor-moço".[194] As relações dos escravos com os senhores foram marcadas, para o autor, por uma "afetividade submissa", uma vez que os "negros amam o próprio senhor, o tirano odiento".[195] A expressão "afetividade submissa" parece uma contradição em termos, quase um oximoro a indicar, justamente, a convivência de opostos: a afetividade e a violência.[196] No entanto, como quando tratou do elemento indígena, a ênfase na mistura das tradições e na ideia do português como povo que assimilou as outras raças silenciou muito da violência dessas relações sociais. Esse silenciamento fica evidente em duas afirmações de Bomfim: a de que escravidão no Brasil teria sido mais "humana" e "branda" do que a praticada nos EUA, o que era comprovado pela própria mistura entre brancos e negros que existiu ao longo da história brasileira, mas não na história americana; e a de que as revoltas escravas teriam sido poucas e esparsas, exceções em relação à lógica da submissão afetiva.[197]

Esses exemplos revelam como a ideia de assimilação e mistura, em muitos momentos dos ensaios, obscureceram os conflitos, as relações de poder e de mando que marcaram a

[192] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.193.
[193] GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*, op. cit., p.163.
[194] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.203.
[195] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.203.
[196] Nessas caracterizações de Bomfim podemos perceber uma valorização da dimensão cotidiana e afetiva das relações sociais que também apareceria, posteriormente e de forma muito mais detalhada e desenvolvida, em *Casa-grande e senzala*, obra na qual o português também foi caracterizado por sua "plasticidade". Michelle Kettner, ao analisar essas semelhanças, afirma que Bomfim foi um "precursor" de muitas das ideias de Gilberto Freyre. KETTNER, Michele de Nascimento. Manoel Bomfim: ensaiando a mestiçagem em *América Latina. Ciência e trópico,* vol.34, n.1, p,135-154. A ideia de precursor não parece, no entanto, adequada, uma vez que ela tem pouco valor enquanto categoria analítica, servindo mais para construir hierarquias dentro de memórias disciplinares. No entanto, podemos pensar, sem dúvida, que Freyre foi leitor de Bomfim, citando diretamente em *Casa-grande e Senzala* os ensaios *O Brasil na América, O Brasil na História* e *América Latina.*
[197] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.203-204.

escravização de povos indígenas e africanos. Nos termos de Bomfim: "o colono traz para as suas carícias a índia, como, depois, traz a negra; *iguala-se* a ela no lar que institui";[198]. A "escravidão aqui foi sempre doméstica. E, por isso mesmo, na promiscuidade admitida, menos feroz".[199] Desde "os primeiros tempos, na terra do Brasil, a colonização portuguesa e a sua catequese tenderam a formar uma população relativamente homogênea, sem preconceitos de raça, sobre a base de um largo cruzamento".[200] As carícias, a ausência de preconceitos e a promiscuidade admitida instauraram, para Bomfim, situações de igualdade e de assimilação, ainda que não constantes, entre o colono, a índia e a negra. Esses trechos do ensaio são bons indícios de como, em alguns momentos, o narrador da trilogia encantou-se pelo maravilhoso universo colonial que ele mesmo construiu a ponto de conceder pouco lugar à violência e ao conflito na "Idade de Ouro" do Brasil.

Assim caracterizados os "elementos formadores" brasileiros, o ensaio *O Brasil na América* narrou as relações que se estabeleceram entre essas populações, utilizando-se das categorias imitação e sugestão, bem como da noção "retemperar", que analisamos no capítulo anterior. O encontro entre os povos, bem como os desafios impostos pelas novas situações, levou a um reformular ou, nas palavras de Bomfim, a um "retemperar" das antigas tradições: circunstâncias históricas fizeram com que os povos imitassem os modos de vida uns dos outros, numa tal combinação que resultou numa *síntese* das antigas características. Esse novo mundo social se configurou, para o autor a partir do "instinto de imitação", de "sugestões mútuas", que se organizaram em "fórmulas orientadoras" e "novas realidade".[201] Ou seja, foi no *cotidiano das relações sociais*, no contato entre os povos e, consequentemente, no encontro com o passado que eles carregavam consigo, que as novas tradições nacionais se formataram. Os antigos costumes se dobraram aos novos exemplos. Podemos perceber como as categorias imitação e sugestão permitiram a Bomfim uma análise focada na vivência cotidiana, uma vez que, como vimos anteriormente, os processos designados por essas categorias eram pensados na rede das relações sociais nas quais os indivíduos estavam inseridos. Nesse sentido, a trilogia se desdobrou a partir da ideia de que as inovações eram produtos da interação entre os sujeitos históricos e as tradições, da adaptação dessas por aqueles. As tradições nacionais foram pensadas, a partir desse esquema conceitual, como resultado de um processo de influxos recíprocos. Os exemplos foram muitos e construíram um retrato de um *modo de vida* brasileiro,

[198] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.116.
[199] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.346.
[200] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.340.
[201] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.185.

cujo nascimento a narrativa descreveu. Modo que se manifestava nos detalhes da *vida cotidiana*.

"A mulher do povo", por exemplo, não cuidava do seu bebê "como era de uso nas portuguesas de 1700, nem como se fazia nas aldeias do gentio ou nas choças de Angola".[202] A navegação do interior, por sua vez, "deixou de ser a que se fazia em Portugal, e também não era a simples pirogagem do tupi; veio a fazer-se na combinação do que havia de melhor, num e no outro caso".[203] A farinha de mandioca era, até os dias de Bomfim, o "alimento nacional" ao redor do qual desenvolveu-se todo um vocabulário "guardado do tupi": tapioca, manipueira, maniçoba, aipim, macaxeira. O português logo que aqui chegou tratou de gostar daquilo que a terra e o cultivo indígena podiam lhe dar e rapidamente se adaptou ao que depois viria ser a alimentação corrente. O "nordestino", segundo Bomfim, comia a farinha de mandioca como faziam os "índios de Cardim": de arremesso.[204] O léxico brasileiro também foi considerado produto vivo dessas misturas: nele haveriam de três a quatro mil palavras filiadas ao tupi-guarani. O próprio "abrandamento ou suavização geral do falar brasileiro" em relação ao falar português era "efeito do falar indígena".[205] Um último exemplo é o dos "cantos populares brasileiros". Bomfim, dialogando com o livro de Leonardo Mota,[206] *Os cantadores* (1921), descreveu os cantos, jograis e desafios dos homens do povo, nos quais a alma popular cantava e se expandia. Alma popular que muito se diferenciava da "musa popular portuguesa", lírica, dolente e piegas, estando mais próxima do modo de ser dos tupis. Esses cantos eram "a poesia espontânea do povo", a expressão da "tradição do caboclo destemido, orgulhoso da sua coragem e alegre".[207]

Esses exemplos mostram como os encontros entre os povos, bem como as novas situações históricas, produziram uma série de misturas e adaptações que deram origens a novas tradições. A ideia de "povo misturado" configurou-se, assim, como espécie de chave de leitura mobilizada por Bomfim para se pensar as origens da alma nacional e suas manifestações. As

---

[202] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.185.
[203] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.185.
[204] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.115. "Índios de Cardim" refere-se aos povos indígenas retratados pelo jesuíta Fernão Cardim em seu *Tratado da terras e gentes do Brasil*, elaborada na década de 1580. Esse tratado foi mobilizado por Bomfim como fonte primária no primeiro ensaio da trilogia. Comer a farinha de mandioca de arremesso é leva-la à boca com os dedos das mãos.
[205] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.112.
[206] Leonardo Mota (1891-1948) foi um intelectual cearense que teve atuação bastante ampla como professor, conferencista, cronista de rádio e jornalista. No entanto, o autor ficou mais conhecido pela sua atuação como folclorista. Publicou os livros *Violeiros do Norte* (1925), *Sertão alegre* (1928), *No tempo de Lampião* (1930), ente outros. Para mais informações sobre o autor, conferir o seu perfil na página da Academia Cearense de Letras: http://www.academiacearensedeletras.org.br/membro.php?mem=149.
[207] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.109.

tradições nacionais eram produto de uma síntese observável na alimentação, nos costumes, na língua e nas produções culturais dos brasileiros. O foco nas tradições como forças históricas configuradoras e silenciosas, em conjugação com as categorias de imitação e sugestão, permitiu ao autor pensar, desse modo, uma história do Brasil profundo, que seria visível menos nos fatos e nas datas e mais no cotidiano das relações sociais, no modo de vida dos brasileiros anônimos.

A busca de Bomfim por uma história da civilização brasileira e de seus costumes não se configurou, no entanto, como um esforço isolado no campo intelectual. Gomes apontou como, entre os fins do XIX e os anos 1930, houve uma crescente valorização da "história social", entendida como "tudo que excede" a história política dos grandes eventos, personagens, acordos diplomáticos e militares.[208] Um texto interessante para se pensar essa valorização do "social" e do "cotidiano" é o "A propósito do curso de história da civilização brasileira", de Afonso Taunay, produzido em 1934 como um "texto-roteiro" das atividades acadêmicas da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo. Para o autor já não era mais "a história militar e a administrativa" as únicas que interessavam "aos autores e públicos brasileiros". Os historiadores deveriam também se dedicar aos assuntos "da história econômica e religiosa, os da história literária, artística e científica, e, sobretudo os da *história dos costumes*". Essa história dos costumes deveria ser feita como uma pintura capaz de ensaiar "a reconstituição da vida de outrora" e trazer para o leitor "cenas da vida comum". Para Taunay, se muito restava a ser feito na construção de uma história da civilização brasileira, um trabalho considerável já havia sido realizado por autores como Capistrano de Abreu, Alcântara Machado e Gilberto Freyre.[209]

A tentativa de se pensar uma história da civilização brasileira e da formação de seus modos de ser também estiveram presentes na trilogia, que dialogou com esses autores que Taunay pensou como cultores de uma história dos costumes, com exceção de Freyre, que produziu a maior parte de sua obra após a morte de Bomfim. Especialmente no ensaio *O Brasil na América*, várias imagens e quadros vivos foram construídos ao redor da vivência cotidiana de sujeitos históricos anônimos que, a partir de suas relações sociais, adaptaram as tradições herdadas. Essas adaptações conformaram as tradições nacionais, que eram a própria alma do Brasil. Entre esses sujeitos históricos anônimos retratados por Bomfim estavam: a mulher do

[208] GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*, op. cit., p.123.
[209] TAUNAY, Afonso. A propósito do curso de História da Civilização Brasileira. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.). *História e historiadores no Brasil*: do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015. Ebook versão Kindle

povo, os mamelucos, o caboclo, os cantadores populares e os bandeirantes.[210] Na "cultura do açúcar, e no dominar do sertão torturado das secas", formaram-se "as gentes do norte" que, para Bomfim, tanto caracterizavam o Brasil.[211] Já no sul, os bandeirantes foram pensados como agentes fundamentais para a formação da nação. Sua rotina foi detalhada numa narrativa que, em alguns momentos, assumiu tons épicos. Os temíveis e aventurosos mamelucos de Piratininga foram caracterizados como "criadores de caminhos", que riscaram todo o interior do Brasil", obra "essencialmente civilizadora", responsável por distender "a colônia por todo o sertão",[212] dilatando o território e o modo de vida brasileiros. A vida cotidiana dos paulistas foi retratada de forma a construir um personagem rústico, dotado de coragem e valentia e que, a partir do contato com o indígena e sua cultura, pôde desvendar os "segredos da terra". Dezenas e dezenas de léguas de "natureza crua" eram percorridas, segundo Bomfim, por esses "sertanistas", que faziam escalas em apenas "seis ou sete casais de roceiros". Se não havia comida, eles roíam raízes de árvores; se não havia o que beber "sugavam o sangue dos animais".[213] A caracterização da atuação dos bandeirantes é um dos exemplos que revela a força imagética da narrativa de Bomfim ao reconstruir o que ele pensou como um modo de vida brasileiro em formação. Podemos, em alguns trechos do ensaio, imaginar esses sujeitos históricos, quase tocá-los e senti-los. A cuidadosa construção desses personagens indica a importância que eles possuíam para Bomfim: neles estavam sintetizadas a própria formação da nação e suas tradições.

Se a ideia de um "povo misturado" esteve presente para se pensar o cotidiano das relações sociais e das produções culturais, ela também se tornou chave de leitura para os próprios eventos históricos. Um exemplo interessante é a forma como Bomfim narrou as batalhas que ocorreram ao longo do século XVI e XVII contra os franceses, os ingleses e os holandeses para a proteção do território "brasileiro". Esses povos, mesmo estando melhor armados, perderam as batalhas pois enfrentaram "exércitos de *mamelucos* e filhos da terra, a melhor gente que se podia desejar, em bravura e resignação com que sabia sofrer a fome, a chuva, o sol".[214] E o que movia esses exércitos mamelucos, o que lhes conferia tamanha força?

[210] Muitos desses personagens estiveram presentes também nos livros didáticos escritos por Bomfim. Em *Através do Brasil*, por exemplo, um dos personagens principais, Juvêncio, foi descrito como um caboclo valente e astuto.
[211] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.333.
[212] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.306.
[213] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.306. Esse trecho é uma citação direta do livro *Paulística* (1925), de Paulo Prado. O diálogo com Prado foi central para a construção do personagem bandeirante ao longo da trilogia. O livro *Vida e obra do bandeirante* (1929) de Alcântara Machado também foi mobilizada no ensaio *O Brasil na História* nesse mesmo sentido.
[214] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.216. Grifos nossos.

Para Bomfim, foi o vigor de um patriotismo nascente o principal motor a impulsionar a defesa e a conquista do território brasileiro. Aqueles homens já haviam se enraizados na terra e se sentiam unidos por uma ideia de pátria. Eles possuíam consciência de pertencerem a uma mesma nação, o que os levava a defendê-la e expandi-la. Mas, tão importante quanto o patriotismo, foi a mistura de tradições que também se expressaram na vitória dessas guerras.

Tomemos o exemplo da expulsão dos franceses do Maranhão, em 1616, pelas tropas comandadas por Martim Soares Moreno. Bomfim fez questão de destacar a participação dos povos indígenas nas batalhas contra os franceses. E, mais ainda, a vitória só foi possível porque Soares Moreno, apesar de ser português, soube se adaptar ao novo território, aos seus costumes, assimilar os povos indígenas e suas tradições para a empreitada de defesa da pátria brasileira. Vejamos como Bomfim descreveu esse personagem: Moreno frequentava "as tabas dos indígenas", "amava-lhes os costumes" e tinha relações com várias nações. Os seus exércitos contaram com 5.000 *flecheiros* e ele tomava os navios franceses à frente dos soldados índios, nas *suas canoas*. Por fim, o próprio Moreno se apresentava "nas vestes dos seus comandados; donde a lenda de que ele se vestia e paramentava como índio".[215] Podemos pensar, assim, que Moreno era a personificação da figura do português "assimilador" que se adaptou ao novo mundo, que vivia em meio aos "brasis" e até amava-lhes. Outro grande herói que apareceu na história do "primeiro Brasil" de Bomfim, mais especificamente na expulsão dos franceses da Paraíba, foi Jerônimo de Albuquerque, descrito por Bomfim como "o valente mameluco", neto do grande morubixaba tupi Uirá-Ubi.[216] Esses heróis não eram apenas homens excepcionais, mas sim indivíduos nos quais emanava a própria alma nacional. Eles resumiam as qualidades do povo, representavam os princípios formadores da nação brasileira e assim sintetizavam em si mesmos a formação da nacionalidade.[217]

Desse modo, tanto o mundo social e cotidiano, quanto a história político-militar; tanto os grandes homens quanto os sujeitos anônimos foram mobilizados por Bomfim para pensar a formação da civilização brasileira e a origem das tradições nacionais. Perpassando essas análises com diferentes focos estava a ideia de um "povo misturado", que indicava não apenas

[215] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.219.
[216] Outros morubixabas apareceram ao longo do ensaio *O Brasil na América*, ente eles: "Diabo Grande, Assento de Pássaro, Milho Verde, Pau Seco, Jacaúna, Mel-Redondo, Ubaúma, Tavira, Zorobabé". Bomfim os caracterizou como "grandes figuras de índios em participação íntima com a vida da colônia". BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, p.137. O chefe temiminó Arariboia, por exemplo, aparece tanto no livro *O Brasil na América* quanto no livro didático *Primeiras Saudades*, como tendo sido fundamental na conquista da baía de Guanabara frente aos tamoios e franceses, em 1567. Cf. BOMFIM, Manoel. *Primeiras Saudades.* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920. p.148-152.
[217] GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*, op. cit., p.184.

os encontros físicos, mas também os novos modos de viver, de pensar e de agir que se produziram a partir deles. Fica claro como as categorias "mestiço", "mistura" e "povo mestiçado" designavam para Bomfim, mas também para outros homens que se apropriaram delas nas primeiras décadas do século XX, conteúdos morais, políticos, sociais e até mesmo estéticos.[218] Como apontou Luísa Rauter Pereira, a ideia de mestiçagem foi central para o desenvolvimento de uma abordagem sociológica do povo brasileiro por intelectuais da geração de 1870, especialmente por Sílvio Romero, Annibal Falcão e Joaquim Nabuco.[219] Romero, por exemplo, pensou o mestiço como raça histórica específica do Brasil e, por isso, capaz de conferir singularidade à nação e seu processo de formação.[220] João Ribeiro, alguns anos depois, também se utilizou do adjetivo mestiço para caracterizar a raça mameluca, considerada por ele a raça nacional. Para ele, a formação do Brasil confundia-se com a formação dessa raça, uma vez que a "cultura nacional" era expressão de sua psicologia. Nesse sentido, o mameluco, enquanto um mestiço, foi um dos elementos capazes de conferir à nação uma homogeneidade integradora na narrativa histórica construída por Ribeiro na sua *História do Brasil*: curso superior.[221] O que podemos perceber, a partir desses exemplos, é que, entre fins do século XIX e começo do século XX, o conceito de raça passou a envolver possiblidades analíticas que extrapolavam uma determinação biológica rígida, permitindo uma caracterização histórica, social e política da população brasileira.

A partir da ideia de "povo misturado", da descrição do cotidiano colonial e da investigação das novas relações sociais que se estabeleceram no encontro de tradições, Bomfim narrou a formação de um mundo brasileiro, que se deu ao longo dos séculos XVI e XVII. Com a expansão do território, a "cultura do açúcar" e a luta contra os "estrangeiros", o Brasil pôde individualizar-se, entrando assim para a história universal e para o jogo das nações.[222] Ou seja, em consonância com a ideia de que a história da humanidade se desenrolava a partir da história das nações, que analisamos anteriormente, Bomfim pensou esses dois primeiros séculos como os de surgimento de uma nova individualidade – o Brasil – com novas potencialidade e formas de se expressar no mundo. O mundo colonial consolidou-se a partir de tradições fortes e vivazes que aglutinavam os brasileiros e permitiam-lhes aspirar um futuro em comum. Entre essas tradições estavam: um forte espírito de autonomia, presente na atuação dos bandeirantes e na

[218] GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*, op. cit., p.192.
[219] PEREIRA, Luísa Rauter. Povo e evolução: a geração de 1870 In: PEREIRA, Luísa Rauter. *O povo na história do Brasil*, op. cit.
[220] PEREIRA, Luísa Rauter. *O povo na história do Brasil*, op. cit.
[221] HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e fisionomias,* op. cit., p.104.
[222] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.35.

defesa do território; a tradição republicana, que se conformou a partir das câmaras legislativas e sua atuação em prol do bem comum;[223] uma bondade cordial e alegre, fruto das misturas com os povos indígenas e que se expressava tanto no modo de vida das populações do sertão quanto na "alma popular" e suas produções culturais; e, por fim, um enraizamento na terra que permitiu o desenvolvimento de uma agricultura próspera. O passado dos povos que aqui se encontraram subsistiu na nova ordem social, mas foi reconfigurado, adaptou-se às novas situações históricas. Reconfiguração que permitiu a emergência de um novo povo.

A partir dessa narrativa do nascimento das tradições nacionais, o primeiro livro da trilogia, *O Brasil na América*, construiu um tempo das origens para a nação. Delimitar origens pode ser um trabalho de legitimação do presente, que é inserido numa genealogia que o torna lógico, necessário, familiar e justificável. No caso da trilogia, a delimitação das origens nacionais exerceu um papel oposto: seu objetivo era justamente deslegitimar o presente, principalmente o sistema republicano em que o autor vivia. O Estado republicano e suas classes dirigentes eram, para Bomfim, não só alheios às tradições nacionais, como muitas vezes as combatiam e difamavam. Nesse sentido, a origem funcionou, ao longo dos ensaios, como um espelho no qual o presente poderia ver suas deformações e imperfeições. O mundo colonial carregava consigo um tesouro primitivo, um segredo que permitiria a nação encontrar-se consigo mesma, tomando consciência de suas potencialidades. Não é essa ideia que está em jogo quando Bomfim afirmou que a história colonial era a mais "educadora" e a mais "nacionalizadora"?

As origens brasileiras foram pensadas como balizas para o porvir: não em termos de um passado para o qual a nação deveria retornar, o que seria impossível em uma concepção de tempo linear e que apontava para o futuro, mas sim como um tempo no qual o presente poderia melhor compreender a si mesmo, no qual as genuínas tradições nacionais poderiam ser encontradas de modo a orientar a ação futura. Nesse sentido, o mundo colonial assumiu tons quase míticos, que se esboçaram nos termos "Idade de Ouro" e "Idade Heroica", utilizados por Bomfim para se referir aos primeiros 150 anos da colonização. Em vários momentos dos ensaios, a colônia apareceu como fonte de modelos que poderiam guiar a construção do futuro, bem como de arquétipos de um modo de ser nacional que poderia balizar a ação dos sujeitos. Em grande medida, a narrativa de Bomfim buscou reaproximar o presente dessas origens, com toda as potencialidades nelas delimitadas e não realizadas. Essa tentativa de reaproximação se

[223] A forma como Bomfim pensou o republicanismo como uma das mais importantes tradições nacionais será melhor investigada na parte 3 dessa dissertação.

materializou no retrato elaborado da vida colonial no ensaio *Brasil na América*: as cores vivas, a cuidadosa construção imagética dos personagens, o tom épico conferido às guerras coloniais e às bandeiras buscavam estabelecer uma relação de empatia, admiração e identificação entre o leitor e esse mundo histórico onde nasceram as tradições nacionais.

A questão que nos resta responder agora é porque a nação teria se afastado de suas origens, ou, em outras palavras, porque as tradições que se formaram nesse mundo colonial tiveram sua evolução tão dificultada e, em alguns casos, até mesmo suspensa. Para Bomfim, a distância entre "os destinos anunciados com a primeira tradição" e o que finalmente prevaleceu era tão grande que os brasileiros quase não se reconheciam como "continuidade histórica".[224] Esse distanciamento foi diagnosticada pelo autor como uma verdadeira tragédia nacional: "Hoje, sufocados no ambiente deste Brasil, (...), quase duvidamos dessa idade heroica; e, se reconhecermos a realidade histórica, dobrada ao destino implacável, indagamos: que milagre de perversão nos trouxe de tanta glória a tanta miséria?".[225] O que fez a evolução brasileira assumir um percurso que foi de origens heroicas em direção à terrível e infame realidade vivenciada por Bomfim em seu presente? Para compreender esse enredo conferido pelo autor à história do Brasil, é preciso analisar a forma como a trilogia pensou a decadência nacional e suas consequências.

O crepúsculo da nação? Decadência brasileira, atraso nacional e o Brasil no mundo moderno

O percurso civilizacional brasileiro esboçado na colônia foi, para Bomfim, interrompido e dificultado. Em suas palavras: "o movimento civilizador se retardou".[226] A metrópole portuguesa passou, a partir de fins do século XVI, mais especificamente a partir do tombamento do último rei de Avis em 1595,[227] por um processo de decadência e de degeneração que refletiu diretamente sobre a vida da colônia brasileira. A ideia da decadência portuguesa foi desenvolvida por Bomfim no ensaio *América Latina* de 1905 e desempenhou papel importante na história do Brasil narrada, anos depois, na trilogia. As consequências dessa decadência na vida colonial foram analisadas no livro *O Brasil na História,* enquanto a obra *O Brasil Nação* pensou suas repercussões na vida do Estado brasileiro soberano, a partir de 1822. Em contraste com o tom épico do primeiro livro, os outros dois foram predominantemente marcados por um

[224] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.243.
[225] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.36.
[226] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.237.
[227] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.22.

sentimento de raiva e de indignação diante da metrópole decaída e das emanações pútridas que ela lançou sobre a jovem e vigorosa nação brasileira que acabara de sair de sua "Idade de Ouro".

Muitos autores analisaram a forma como Bomfim pensou a decadência portuguesa e suas consequências para a colônia brasileira. Sérgio Campos de Matos mostrou como a reflexão do autor dialogou diretamente com a geração de 1870 portuguesa, cujos intelectuais tomaram a questão da decadência como um problema central de seus debates.[228] Bomfim, em um trecho do ensaio *O Brasil na História*, afirmou que a história portuguesa se desenvolveu de forma que "não pudesse haver ali, a evolução mediante a qual, de 1650 em diante, a Europa criou a vida científica, política e industrial em que estamos".[229] Para o autor, a nação portuguesa se mostrou, nesse período, "como que fora da marcha do progresso humano".[230] Essa ideia de que Portugal alijou-se da evolução europeia durante seu processo de decadência esteve presente em muitas obras dos intelectuais portugueses da geração de 1870, que se questionavam: quais eram as causas dessa decadência?[231] Entre os intelectuais dessa geração, Oliveira Martins foi o que mais se fez presente nas obras de Bomfim. Para Matos, as obras desse autor português foram ponto de partida para Bomfim compreender a história de Portugal e da colonização portuguesa.[232] No livro *O Brasil e as colônias portuguesas* (1880), Martins desenvolveu duas teses que foram apropriadas pelo autor aqui estudado: a de que o Brasil se formava como nação forte, na mesma época em que Portugal mergulhava na mais profunda decadência; e a de que parte dos males da sociedade metropolitana foram transmitidos para o Brasil.[233] Entre esses males, estava o caráter do Estado português, considerado verdadeiro corruptor da sociedade por Martins.[234] Vejamos como essas ideias foram apropriadas e mobilizadas por Bomfim ao longo da trilogia.

Com o desenvolvimento do mercantilismo e do tráfico de escravos, Portugal logo organizou-se, para o autor, como uma sociedade parasita, cuja economia era totalmente dependente de suas colônias. A partir da ideia do parasitismo social, presente tanto na trilogia quanto na obra *América Latina*, Bomfim construiu algumas metáforas que o permitiram pensar

[228] MATOS, Sérgio Campos. Manoel Bomfim e Oliveira Martins, op. cit., p.47.
[229] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.318-319.
[230] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.293.
[231] Um texto importante para se compreender a discussão sobre a decadência portuguesa e que instaurou muitos debates foi *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, conferência de abertura de Antero Quental para as Conferências Democráticas de 1871. Cf. FRANCHETTI, Paulo. Oliveira Martins e o Brasil, op. cit., p.235.
[232] MATOS, Sérgio Campos. Manoel Bomfim e Oliveira Martins, op. cit., p.60.
[233] FRANCHETTI, Paulo. Oliveira Martins e o Brasil. op. cit.
[234] BOTELHO, André. Manoel Bomfim e o Estado Autocrático Brasileiro: Apontamentos para uma agenda de pesquisa. *Achegas*, n.31, set./out. 2006. p.7

as formas com as quais a metrópole explorava a colônia brasileira.[235] O estado português era como uma tênia com muitas ventosas, um carrapato que se agarrava ao corpo da colônia, uma mosca-varejeira a sugar seu sangue. Todas essas imagens apontavam para a forma como a exploração colonial apropriou-se da riqueza produzida no Brasil.[236] Outra faceta da decadência portuguesa, associada ao mercantilismo e ao parasitismo, foi o bragantismo, termo utilizado por Bomfim para pensar a forma como a política e o Estado portugueses se organizaram sob a dinastia de Bragança, que governou Portugal de 1640 até 1910. A "tradição política portuguesa", o bragantismo, foi pensada como resultado do caráter das classes dirigentes portuguesas que por todo esse tempo ocuparam o poder. Tirânicos, espoliadores, corruptos e indiferentes ao bem comum, esses governantes organizaram-se em um Estado autocrático totalmente descolado dos interesses da sociedade.

Ao longo do processo de colonização, especialmente a partir de 1650, essa tradição política portuguesa contaminou o Brasil a partir dos funcionários metropolitanos que aqui governavam de forma despótica. Eles foram descritos por Bomfim como "ineptos, brutais, corruptos, (...), estranhos à terra, infensos aos seus legítimos interesses".[237] A contaminação teria se completado com a vinda de D. João VI, a partir da qual o Estado português, com seu "aparelho administrativo e político", instalou-se diretamente na vida brasileira.[238] Bomfim narrou com muito desprezo a vinda dos "fujões" para o Brasil, questionando-se: "poderiam ser piores esses aparelhos de governo impostos ao Brasil"?[239] A metrópole "sugava, estiolava, oprimia" a colônia, comunicando-lhe "toda a miséria da sua vida social e política, até transmitir-lhe, de modo imediato, o próprio Estado bragantino, em que se realizava essa miséria".[240]

A colonização portuguesa e, posteriormente, a vinda da corte foram pensadas como processos a partir dos quais conformou-se uma "tradição política" perversa também no Brasil. Analisando a forma como Bomfim pensou a decadência brasileira, Botelho afirmou que o termo bragantismo apontava para a ideia de que os males do Brasil eram herança de um Estado autocrático português que aqui se instalou e se enraizou.[241] As classes dirigentes ao longo da

[235] SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência,* op. cit., p.34. Para esses autores, as metáforas construídas por Bomfim ao redor do parasitismo permitiram-no pensar tanto as relações de dominação entre as classes quanto as relações imperialistas entre as nações.
[236] SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência*, op. cit., p.37.
[237] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.396.
[238] Ao usar termos como aparelho político e administrativo, Bomfim indicava que sua preocupação não era apenas com o caráter dos membros das elites dirigentes portuguesas, mas também com a estrutura institucional do Estado português.
[239] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.417.
[240] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.382.
[241] Botelho define autocracia como usufruto privatista do poder. BOTELHO, André. Manoel Bomfim e o Estado Autocrático Brasileiro, op. cit., p.6.

história do Brasil, inclusive em sua história republicana, perpetuaram essa herança. Ideia que fica clara neste seguinte trecho em que Bomfim, ao falar do Estado que se implementou após a Independência, refletia ao mesmo tempo sobre a república em que vivia: "O Portugal bragantino, única escola política dos nossos dirigentes de então (*e de hoje*), tanto se caracterizava pela corrupta tirania como pela incapacidade de inspirar a sua política em realidades".[242]

A partir desse processo de decadência, a formação da nação estruturou-se, para o autor, por meio de um constante conflito entre as tradições nacionais e a tradição política bragantina. A evolução do Brasil foi dificultada pelo Estado metropolitano e, posteriormente, pelo próprio Estado brasileiro, pois ambos teriam abafado, contaminado e, até mesmo, difamado, através de historiadores oficias, as tradições nacionais, que tiveram sua plena realização impedida.[243] O Estado e as classes dirigentes que o compunham foram considerados os grandes responsáveis pela miséria política brasileira, uma constante "desgraça", que, desde meados do século XVII, dificultava a evolução da sociedade brasileira. Por isso, a narrativa histórica de Bomfim, especialmente nos livros *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*, construiu-se a partir de uma série de antagonismos e oposições que representavam forças opostas na evolução brasileira: sociedade e Estado, povo e governantes, portugueses e brasileiros, nação e classe dirigente, tradições nacionais e tradições políticas bragantinas.[244] A história do Brasil foi narrada, desse modo, como a história de uma nação impedida de desenvolver suas próprias tradições devido a um Estado tirânico e alheio às necessidades nacionais.

Acreditamos que alguns outros elementos podem ser explorados na maneira como Bomfim pensou a decadência de Portugal e suas consequências para a colônia brasileira, de forma a contribuir com as discussões acima e a iluminar outros aspectos da reflexão do autor acerca do tempo histórico. A trilogia não apenas narrou a decadência da nação portuguesa, mas também pensou o que significava a decadência no processo histórico-social. No livro *Brasil na História*, o autor afirmou que o principal sintoma de uma sociedade que passava por um processo de decadência ou degeneração era o de reduzir o valor do passado *à explícita*

[242] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.444. Grifos nossos.
[243] Bomfim utiliza-se do termo história oficial no ensaio *O Brasil na História* para pensar a escrita da história associada ao Estado bragantino e que difamou e distorceu importantes tradições brasileiras. O maior exemplo de historiador ligado ao poder estatal era, para o autor, Varnhagen, considerado mercenário e pouco patriota.
[244] Esses antagonismos foram identificados por Gontijo, em seu artigo citado anteriormente, como uma das chaves de leitura da história nacional do autor. Sussekind e Ventura, por sua vez, afirmaram que, a partir dessas oposições, Bomfim abordou os conflitos de classe no Brasil. Por fim, André Botelho enfocou principalmente no antagonismo sociedade e estado e nas interpretações de Bomfim sobre o Estado bragantino. A forma como Bomfim pensou o bragantismo e construiu essas oposições será analisado de forma mais aprofundada na parte 3 dessa dissertação, no qual abordaremos como o autor pensou o político a partir do conceito de tradição.

conservação. Esse efeito degenerativo teria anulado muitas nações ao longo da história.[245] Como vimos anteriormente, a evolução das sociedades foi pensada por Bomfim a partir de pares antitéticos como imitação-inovação, inconsciência-consciência, automatismo-criação. Além disso, o autor enfatizou que o progresso de uma nação dependia de uma adequação correta e constante entre passado, presente e futuro. Em consonância com esses pressupostos, a trilogia pensou a decadência como *um excesso de passado no presente*, mais especificamente o excesso de um passado morto, que persistindo em existir, transformava-se em peso para as sociedades, dificultando a construção do futuro.

Esse era, para Bomfim, o caso do Brasil, onde o presente estava *saturado de passado*. Com a decadência nacional, fruto da herança política portuguesa, passou a haver um *excesso de passado morto* no presente, retardando o progresso nacional. O conservantismo das classes dirigentes, corruptas e degradas, fez com que a evolução brasileira pendesse para a imitação, o automatismo, a imobilidade, o que impossibilitava a inovação, a criação e o movimento.[246] Esse foi um importante fator explicativo mobilizado pelo autor para explicar o atraso nacional e a lentidão da evolução brasileira a partir de meados do século XVII. Associada aos conceitos de degeneração e decadência, a discussão sobre o atraso desenvolveu-se na trilogia também a partir de um conjunto de metáforas, a partir das quais Bomfim atribuiu à história nacional um *ritmo* excessivamente lento. Explorar algumas dessas metáforas pode ser um caminho possível para compreender as formas narrativas e poéticas a partir das quais a trilogia representou um percurso histórico brasileiro e sua temporalidade própria.

Os senadores durante o período regencial foram caracterizados, por exemplo, como "lesmas", a "apegarem-se" a nação. Para Bomfim, 1831 foi um importante momento para as tradições nacionais: elas se manifestaram fortemente numa propaganda liberal vigorosa que expulsou o "embusteiro" imperador e propôs um projeto mais democrático para o Brasil. As classes governantes, no entanto, rapidamente controlaram esse movimento genuinamente nacional: foram lesmas que, com sua imobilidade, impediram a evolução em potência que se manifestava na propaganda liberal.[247] Os políticos conservadores do Império brasileiro também foram pensados como patos a grasnarem para a parte viva e vibrante da nação que mostrava sua indignação na revolução farroupilha.[248] Os patos são animais desajeitados, têm voo curto, lento

[245] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.43-44.
[246] A crítica de Bomfim ao conservadorismo das classes dirigentes foi considerada por Antônio Cândido uma importante contribuição política do autor, considerado um "radical". CÂNDIDO. Antônio. Radicalismos. *Estudos Avançados*, vol. 4, n. 8, jan./abr., 1988.
[247] A figura da lesma aparece nas páginas 150 e 178 do ensaio *O Brasil Nação*.
[248] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.148-150.

e baixo, são incapazes de percorrer longas distâncias, assim como as elites imperiais, incapazes, para Bomfim, de uma visão política de longo alcance, ridículas com seus títulos de nobreza em terras americanas.

Para além das metáforas envolvendo animais, Bomfim representou o atraso a partir de uma série de termos associados à podridão e à decomposição. Eles caracterizaram o que ele pensou como passado morto: aquele que se prolongava excessivamente, tornando-se inadequado, não condizente com as necessidades e características do presente. Nesse sentido, os oligarcas do Senado no Império foram descritos como "bolorentos",[249] uma vez que eram expressão de um passado que perdurou muito além do que devia, contaminando todo o mundo brasileiro. O bolor também foi utilizado para pensar o Estado durante o período republicano, caracterizado como uma trama de "larvas entre bolores".[250] Ou seja, mesmo a recém-proclamada república já se decompunha de velha e de podre, pois o arcaísmo político do Estado bragantino persistiu no novo regime. Nas palavras de Bomfim, a República se fez "num mergulho pelo passado negro de mandonismo e dos capitães-mores".[251] A figura do cadáver também foi mobilizada para designar esse passado morto que impedia a evolução do presente. O Brasil foi, para o autor, "distorcido da sua marcha natural – acorrentado ao cadáver de uma nação".[252] O cadavérico Portugal em decomposição contaminou, assim, a nação brasileira em plena marcha evolutiva, recém-saída de sua Idade de Ouro.

Há ainda, ao longo da trilogia, metáforas associadas a imobilidade, que remetiam para um tempo que não passava, para uma evolução que tinha se tornado quase imóvel de tão lenta. O estado bragantino foi constantemente caracterizado como um peso nos ombros da nação que buscava se movimentar. Sobre a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, por exemplo, Bomfim afirmou que "Portugal estava aliviado de todo aquele peso podre, que a esquadra de fujões, em novembro de 1807, trouxe para aqui".[253] Outra metáfora recorrente foi a da crosta. Sobre "a Nação, ingênua e confiante" estendeu-se uma "crosta infectante, vivaz – o bragantismo, e nunca mais nos foi possível descansar dessa miséria".[254] A palavra crosta tem como possível significado o de camada endurecida sobre uma superfície. Nesse sentido, a estrutura política metropolitana e suas classes dirigentes, herdadas pela República, funcionavam como uma força imobilizante, uma vez que, devido a sua rígida permanência, impediam o crescimento e o

[249] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.184.
[250] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.534.
[251] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.559.
[252] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.271.
[253] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.415.
[254] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.198.

desenvolvimento natural da nação. A imagem do fóssil e o verbo fossilizar também foram mobilizados para construir o retrato do percurso histórico brasileiro. Nesse sentido, o Segundo Reinado foi considerado um "mundo mentalmente fóssil", comandado por bacharéis de Coimbra "inaptos para a vida moderna" e incapazes de um pensamento inovador, vivo e original.[255] A mentalidade dos bacharéis fossilizou, ao longo da história, todo o mundo brasileiro, impedindo as transformações que poderiam construir uma nação moderna e levar a um maior progresso.

Por fim, há um conjunto de metáforas que associaram o passado a restos, ruínas e despejos. Não coincidentemente, elas foram mais recorrentes na obra *O Brasil Nação*, na qual o discurso revolucionário de Bomfim apontou para uma vontade de acelerar o tempo nacional, o que fez com que, nesse último ensaio, o futuro desejável aparecesse como radicalmente diferente do passado.[256] O autor pensou que uma revolução brasileira deveria ser um movimento a partir do qual a nação seria "projetada no torvelinho" que lhe *aceleraria "a marcha* de ascensão".[257] O passado, lugar do qual se queria afastar de forma acelerada, foi representado como um monte de ruínas, no meio do qual havia apenas alguns tesouros, as tradições nacionais que se formaram na colônia. No entanto, o movimento de degradação da nação pelas classes dirigentes foi considerado tão violento no último ensaio da trilogia que poderia até mesmo soterrar o que sobrou dos tesouros brasileiros. Nas palavras do autor: "para nós [brasileiros], enquanto ainda pacificamente *parados*, já nos submergimos num dique de *despejos*".[258] Seria necessário, assim, "um transe que de todo extinguisse a passada experiência *política*".[259] O espírito revolucionário deveria fundir as *ruínas* que habitavam o presente e a partir delas organizar um novo cosmos.[260] Bomfim alertou o leitor: se permanecermos "fora do progresso, seremos afastados e eliminados pelos que marcham resolutamente para o futuro. É uma marcha que não espera".[261] O Brasil deveria eliminar totalmente o passado bragantino, ruína sem sentido que entulhava o presente. Essa era única forma da nação brasileira colocar-se em

[255] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.158-159.
[256] A hipótese aqui é a de que, do primeiro ensaio para o terceiro, houve uma crescente vontade de acelerar o tempo brasileiro, de afastar-se do passado, especialmente do passado bragantino, que vai assumindo tons cada vez mais negativos.
[257] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.575.
[258] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.559.
[259] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.559. Grifos nossos. Perceba-se que o passado que se quer eliminar, o passado morto, é principalmente o político. As tradições genuinamente nacionais que caracterizavam a sociedade brasileira, por sua vez, deveriam ser preservadas. Aqui mais uma vez podemos ver a oposição entre o mundo político e a sociedade.
[260] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.575. Grifos nossos.
[261] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.519-520.

movimento como o resto dos povos e afirmar a "sua capacidade de realização no mundo moderno".[262]

A partir dessas metáforas, Bomfim construiu uma representação do passado nacional e do percurso histórico brasileiro, conferindo-lhe uma temporalidade própria. A vida nacional foi caracterizada por um passado que não passa, pela lentidão e imobilidade, de modo que o Brasil narrado pelo autor tinha como característica central a persistência de uma herança política inadequada, perpetuada por elites políticas incapazes e indiferentes ao povo e às verdadeiras tradições nacionais. Essas elites foram consideradas as grandes responsáveis por essa lentidão: elas eram as lesmas, os patos, o peso, a podridão que sufocava, enfim, tudo o que retardava a evolução da nação e a educação do Brasil para o mundo moderno. Nesse sentido, pensar o atraso nacional era pensar também a estrutura do Estado brasileiro, "tirânico", "personalista", "espoliador",[263] e os governantes corruptos que o compunham.

Essa figuração do tempo histórico brasileiro nos ensaios estava inserida nos debates sobre o atraso nacional, que tiveram lugar central no campo intelectual brasileiro, principalmente a partir da geração de 1870. Os intelectuais dessa geração tinham como projeto acelerar o progresso do povo através de reformas na estrutura social, econômica e política.[264] Muitas das ideias desenvolvidas nesse período foram apropriadas e reformuladas pelos homens de letras que buscavam pensar a modernidade ao longo da década de 1920.[265] Nessas discussões intelectuais, a ideia de atraso se configurou nas tentativas de se pensar a nação a partir de sua inserção em um todo abrangente e universal, que se expressava em termos como a "moderno" e "civilização".[266] A mesma tentativa esteve presente na trilogia, na qual Bomfim se questionou, um tanto quanto angustiado, "com quanto tem contribuído o Brasil para a vida moderna?". Explorar brevemente o que era para o autor a vida moderna pode ser um caminho para compreender melhor as metáforas que ele utilizou para representar a temporalidade brasileira.

Sem dúvida o "moderno" era, na experiencia cultural e temporal que marcou as primeiras décadas do século XX, um adjetivo ambíguo, dentro do qual cabiam distintos projetos, posturas e sentimentos. Em diferentes discursos que circulavam na imprensa havia uma euforia com as novidades tecnológicas, com a velocidade e com a ação, uma das facetas

[262] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.556.
[263] Esses são os termos utilizados pelo próprio Bomfim para caracterizar esse Estado
[264] PEREIRA, Luísa Rauter. *O povo na história do Brasil*, op. cit.
[265] As relações entre a geração intelectual de 1920 e a geração de 1870 é explorada por Mônica Pimenta Velloso, para quem "já existiam determinadas tradições filosóficas no pensamento brasileiro que vão ser retomadas, e sobretudo reelaboradas, ao longo da década de 1920" (VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional, op. cit., p.358).
[266] NICOLAZZI, Fernando. Ordem do tempo e escrita da história, op. cit., p.3.

dessa "experiência cultural modernista".[267] "Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade", proclamou Menotti Del Picchia, em um discurso de 1922.[268] Bomfim também associou o "mundo moderno" em que vivia à velocidade:

> Hoje, a vida do espírito é muito mais intensa e *acelerada* que nos períodos de dois ou três séculos antes (...). Num século: vapor, eletricidade industrial, telegrafia, telefonia, microbiologia, radiografia, cinema, aviação... mudaram a face do mundo.[269]

A vida moderna era marcada por intensas transformações. Na trilogia, Bomfim caracterizou-a a partir de sua constante mobilidade: as sociedades contemporâneas tinham grande capacidade de renovação, pois se livravam de forma mais eficiente do passado morto. Aí estava a explicação para as inovações que mudavam a face do mundo. Se havia "patente superioridade nos povos" que compunham "as civilizações atuais", toda ela estava em "lutarem vantajosamente contra *o peso do que já foi*, destruindo-o, (...), afastando-o, para não ficarem mortos com ele".[270] A capacidade de destruição do passado morto fazia com que o mundo moderno fosse marcado por grande agitação e instabilidade:

> No avançar pela vida, as sociedades, de mais em mais complexas, tornam-se cada vez mais instáveis, isto é, mais possuídas do espírito revolucionário, ou, se o termo horripila, mais infensas à rigidez das fórmulas e à fixidez das estruturas. Se não, voltemo-nos para o mundo dos nossos dias – um generalizado fogaréu: grande guerra, revoluções e mutações intestinas que nela se incluíram, propagandas intensíssimas, perspectivas de revolução essencial por toda parte, e esse generalizado mal-estar em que os povos se agitam.[271]

O "mundo moderno" era um generalizado fogaréu. Nele, o espírito revolucionário se opunha à rigidez das estruturas e às fórmulas fixas. Essa caracterização da modernidade como mudança constante é especialmente importante para compreendermos como o autor pensou a temporalidade brasileira. Em contraste com a vida moderna em movimento, o percurso histórico da nação foi pensado, como vimos anteriormente, a partir da lentidão e da imobilidade. É ao redor dessa representação contrastante que a ideia de atraso se configurou na trilogia, o que fica

[267] SEVCENKO, Nicolau. Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p.78-88, 1993.
[268] PICCHIA, Paulo Menotti Del apud MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*, op. cit., p.38.
[269] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.360.
[270] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.588. Grifos nossos.
[271] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.561.

claro no seguinte trecho no qual Bomfim compara a vida do Brasil ao longo do século XIX com a vida europeia:

> Parecíamos *fora do tempo*, sem continuidade com o resto do mundo, onde, à onda revolucionária, sucedera o pensamento romântico, seguido das prodigiosas descobertas da ciência, (...), a eterna questão social, para grandiosas esperanças, por entre *incertezas angustiosas* e *explosões formidáveis*. E o Brasil continuava intoxicado no *perene* bragantismo (...).[272]

Esse trecho do ensaio *O Brasil Nação* nos permite pensar vários aspectos da forma como Bomfim pensou a modernidade e o atraso nacional. O Brasil estava "fora do tempo", termo que apontava para o diagnóstico de uma disritmia entre a vida moderna, permeada de mudanças, revoluções e explosões, e a temporalidade brasileira, que se arrastava como lesma e voava como um pato de voo curto e lento. Havia uma espécie de dissincronia na vida da nação, uma vez que heranças políticas do passado bragantino insistiam em sobreviver deslocadas das necessidades e expectativas do presente: elas eram verdadeiras ruínas em meio ao mundo moderno. Ao mesmo tempo, no entanto, como vimos anteriormente, a história do Brasil esteve, ao longo da trilogia, inegavelmente atrelada a esse mundo. Como seria diferente, se a nação foi pensada como uma *semente* da civilização europeia que germinou em terras americanas? Muitos das ideias que configuraram o espírito moderno, como as de justiça e liberdade, também foram forças ativas na história do Brasil. Um exemplo dado pelo autor foi o "influxo [na vida brasileira] das reivindicações revolucionários do século XVIII" que tiveram por aqui uma "repercussão sem igual".[273] Nesse sentido, o incômodo em relação ao atraso nacional se torna ainda mais evidente: ao longo da trilogia, o moderno apareceu como um horizonte sempre presente na história brasileira, mas nunca plenamente realizável ou atingível devido às elites governantes corruptas e alheias à sociedade, que apenas a parasitavam. Devido à atuação do Estado, o Brasil se encontrava "cada vez mais distanciado do que convém à vida moral, política e mental do mundo moderno".[274]

Acreditamos que essas formulações e metáforas desenvolvidas por Bomfim estavam tentando responder a uma questão central nos debates intelectuais das primeiras décadas do século XX, que era a do *ritmo* do percurso histórico brasileiro. Lidar com esse problema envolvia pensar de forma conjugada a nacionalidade e a modernidade: como a formação histórica do Brasil inseria-se no "mundo moderno"? Se o cotidiano urbano era experimentado

[272] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.287-288. Grifos nossos.
[273] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.41
[274] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.58.

a partir da aceleração e de um presente fugidio, a evolução nacional pareceu para muitos intelectuais em descompasso com o tempo da modernidade, uma vez que era marcada pela lentidão, pelo atraso ou até mesmo pela imobilidade. Atraso pensado, entre outros aspectos, como resultado de um passado que sobrevivia de modo deslocado e inadequado em meio ao presente. Esse diagnóstico esteve presente, por exemplo, em *Os Sertões*, quando Euclides da Cunha afirmou que o que separava o litoral e o sertão não era apenas uma distância espacial, mas sim uma distância temporal. Nas célebres palavras do autor: entre litoral e sertão havia três séculos de distância. Ou seja, um passado distante ainda sobrevivia entre os sertanejos, num claro descompasso com o litoral onde havia "lampejos da vida civilizada". Havia uma percepção de "temporalidades em choque": a velocidade do automóvel e as imagens em movimento do cinema conviviam com Antônio Conselheiro e com os modos de vida arcaicos do sertanejo.[275] Impressão muito parecida foi expressada por Alceu Amoroso Lima em um texto escrito em 1924: "Um mundo muito moderno se sobrepõe, ou antes, se insere aqui a um mundo muito passado".[276]

O ritmo da sociedade brasileira também foi questão para Sérgio Buarque de Holanda quando este afirmou em *Raízes do Brasil* que os brasileiros eram desterrados em sua própria terra. Sentir-se estrangeiro em sua própria terra pode ser interpretado como sentir-se deslocado entre os seus contemporâneos, deslocamento que vem da consciência de ao mesmo tempo pertencer *e* não pertencer a uma experiência moderna do tempo e do mundo, uma vez que temporalidades muito diferentes pareciam, para o autor, coabitar a nação brasileira.[277] A ideia do descompasso também foi muito importante em *Raízes*, cujo argumento central era a existência de uma disritmia entre "a estrutura da personalidade brasileira" e a moderna estrutura da democracia liberal.[278]

Uma concepção comum perpassando essas interpretações e a trilogia era a de um "desacordo na ordem histórica": o que havia de moderno no Brasil convivia com as feições arcaicas da nação. Convivência que resultava em contrastes desconcertantes e desorientadores.

---

[275] A noção de temporalidades em choque foi mobilizada por Francisco Foot Hardman para pensar a experiencia temporal dos modernistas brasileiros, que não eram apenas os de 1922, mas também diferentes intelectuais que desde fins do século XIX, vivenciaram mudanças radicais nas percepções do espaço e do tempo. HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.290.

[276] ATAÍDE, Tristão. Política e Letras apud NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história*: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.4.

[277] Essas interpretações da obra *Os sertões* e *Raízes do Brasil* foram desenvolvidos por NICOLAZZI, Fernando. Ordem do tempo e escrita da história, op. cit., p.4-5.

[278] WAIZBORT, Leopoldo. *Raízes do Brasil*: inércia e transformação lenta. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. MOTEIRO, Pedro Meira e SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). São Paulo: Companhia da Letras, 2016. p.465-470.

A perpetuação de certas heranças da formação histórica da nação era um empecilho à sua inserção no ritmo da modernidade. No entanto, é importante ressaltar que essa concepção de disritmia em relação ao tempo moderno não foi explicada da mesma forma pelos autores. Além disso, diferentes tipos de projetos de atuação e intervenção foram elaborados para resolver a questão do atraso brasileiro. No caso do autor aqui estudado, percebemos como o atraso foi visto como consequência de dirigentes retrógrados, corruptos, que não se importavam com a "felicidade geral" e que mantinham viva uma herança política inadequada ao mundo moderno.[279] O povo, por sua vez, possuía tradições que poderiam, caso se desenvolvessem plenamente, ser forças importantes para impulsionar o progresso nacional e para permitir a nação brasileira afirmar a sua potencialidade de realização no mundo moderno. Se já vimos que progresso e tradição deveriam conjugar-se para Bomfim, o mesmo pode ser dito em relação à modernidade e a tradição. Compreender o ritmo e as particularidade do percurso histórico brasileiro era, desse modo, imprescindível para a definição das formas possíveis que uma modernização brasileira poderia assumir.[280]

Por fim, um último elemento deve ser ressaltado em relação à forma como Bomfim concebeu o mundo moderno. Em alguns momentos da trilogia, o adjetivo "moderno" caracterizou uma situação social e política desejável, associada à verdadeira democracia, à liberdade, à autoconsciência e à capacidade de transformação do presente. Nesses momentos da narrativa, a necessidade de o Brasil pertencer a esse mundo funcionou como um argumento que justificava as transformações que o autor julgava necessárias para o país. Essa abstrata experiência moderna era uma espécie de horizonte em relação ao qual a nação deveria ajustar-se, ainda que no seu ritmo próprio e de acordo com suas particularidades. Inclusive, em alguns momentos da trilogia, essa palavra deixava de ser abstrata e ganhava contornos concretos: modernos eram o sistema federativo da República norte-americana, a forma com a qual a opinião pública tinha voz na política francesa, a economia argentina, o pensamento de Leibniz

[279] Para André Botelho, Bomfim fez parte de uma longa tradição intelectual que viu no Estado e não no povo as causas do atraso nacional. Foram muitas as interpretações formuladas antes e depois da trilogia que narraram a história nacional a partir dessa chave de leitura. Botelho citou, por exemplo, o caso do liberal Tavares Bastos que, ao longo do Segundo Reinado, interpretou o descompasso do Brasil em relação ao mundo moderno como consequência da estrutura do Estado e das elites imperiais. Alguns anos depois da trilogia, Raymundo Faoro, em sua obra *Os Donos do Poder,* também atribuiu um dos mais graves problemas nacionais, o patrimonialismo, ao Estado brasileiro e às elites políticas, chamadas pelo autor de estamento político-burocrático. Por fim, poderíamos acrescentar a esses autores Jessé de Souza, que publicou, em 2017, um livro cujo título é, sugestivamente*, A elite do atraso*. Cf. BOTELHO, André. Manoel Bomfim e o Estado Autocrático Brasileiro, op. cit.

[280] MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 1, n.2, p.220-238, 1988. p.237. Moraes pensou que a geração modernista, especialmente a partir dos anos de 1924, empenhou-se em pensar e representar uma temporalidade nacional. Acreditamos ser possível estender esse projeto também para alguns autores que se dedicaram a narrar a história do Brasil nesse mesmo período.

e Goethe e as "prodigiosas descobertas das ciências", com suas "formidáveis aplicações práticas". A nação precisava ritmar-se a esse tempo da modernidade, entrar em compasso com ele.

Por outro lado, em outros momentos da trilogia, o autor pensou o mundo moderno de modo bem menos otimista, criticando o horror e as injustiças que, para ele, também o permeavam. Um exemplo interessante nesse sentido é a comparação feita por Bomfim entre as sociedades indígenas brasileiras e o Ocidente. Em suas palavras: "o comunismo em que vivia o índio" era "talvez, o avesso a esse *progresso à ocidental* – o progresso da riqueza, de requintes, de exaltação pessoal e, por isso mesmo, de desigualdades e de injustiças".[281] Bomfim prosseguiu a comparação afirmando que "as cultas sociedades modernas" se contorciam em um "fermentar inumano", incompatível com "a verdadeira felicidade", diferentemente dos povos indígenas, nos quais, apesar do atraso econômico e mental, havia toda justiça possível.[282] Uma das inumanidades que se destacavam nessas sociedades cultas era a "monstruosidade das organizações sociais feitas no predomínio de uma classe sobre as outras".[283] O mundo moderno era, assim, um mundo de desigualdades escandalosas, do "polvo-capital", que com seus muitos tentáculos explorava a tudo e a todos.[284]

A primeira guerra mundial foi também constantemente mobilizada para pensar uma tragédia própria ao mundo moderno: a apropriação das descobertas científicas com o objetivo de matar e destruir. A Grande Guerra tirou da ciência, para o autor, "todo um requinte de destruição e morticínio"[285]. Esse evento teve grande impacto para a história da humanidade, uma vez que, para Bomfim, "toda a espécie humana foi alcançada pelos efeitos do conflito-voragem, em que se esgotaram as forças econômicas, e se subverteram grandes ideais, alguns já em parte realizados".[286] Ou seja, parte importante das realizações do mundo moderno foram colocadas em questão e ameaçadas pela guerra. As mesmas armas de destruição usadas no conflito permitiram o "imperialismo" que as "nações rapaces" impunham à África e a Ásia. Bomfim convidou o seu leitor a olhar para

> o que os alemães, belgas, franceses têm feito com os pobres negros africanos, à título de colonização. (...). Por parte dos franceses, o caso é o mais criminoso: tratam com populações – marroquinos e indochineses, de civilização comprovada pelo tempo e

[281] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.146. Bomfim utilizou-se do termo comunismo indígena para indicar que não haviam grandes desigualdades sociais e econômicas entre esses povos.
[282] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.147.
[283] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.166-167.
[284] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação,* op. cit., p.571.
[285] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.42.
[286] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação,* op. cit., p.39-40.

> que, no entanto, são reduzidas à condição de alimária vil, exterminadas pelas bombas de aviões, encadeados, os sobreviventes em longas correntes de ferro, que os prendem por gargalheiras... E não se pejam de que tal espetáculo se mostre nos jornais filmados.[287]

Não bastava a perversidade da colonização! Ela ainda era filmada...

Nesses momentos da trilogia, a discussão sobre a modernidade ganhou maior complexidade e o moderno foi concebido, como fonte de admiração e de indignação, um tempo de conquistas, mas também de violências jamais vistas. Essa ambiguidade na qual se misturavam atração e repúdio, sedução e rechaço pode ser pensada como uma das características da modernidade, enquanto experiencia individual e coletiva, uma vez que o novo ao mesmo tempo que exercia fascínio também atemorizava.[288] Pensando em termos de tipos ideais, Francisco Foot Hardman delimitou duas concepções de mundo que se desenvolveram a partir do processo da modernidade. Uma delas, eufórica-diurna-iluminista, caracterizava-se pela adesão aos valores de uma civilização técnico-industrial e por uma espécie de utopia tecnológica e futurista. No outro polo, estava uma concepção melancólica-noturna-romântica, marcada pelo signo da revolta em relação ao mundo fabricado nas fornalhas da revolução industrial e permeada, muitas vezes, por uma postura anticapitalista.[289] Em alguns momentos, a trilogia aproximou-se dessa atitude mais soturna em relação ao moderno. Especialmente no ensaio *O Brasil Nação* as críticas feitas por Bomfim em relação à concentração de capital nas mãos de poucos evidenciavam "os males em que se" contorciam "as sociedades modernas, onde o trabalho" era "inexoravelmente espoliado e tiranizado pelo privilégio prático do capitalismo".[290]

No entanto, mesmo quando caracterizado de maneira mais ambígua, um elemento pareceu estar sempre associado ao mundo moderno: sua constante mobilidade e transformação. Foi nesse sentido que Bomfim pensou que as sociedades modernas e cultas fermentavam, fervilhavam, imagens que remetiam para as aceleradas mudanças pelas quais elas passavam, algumas delas inclusive vivenciadas pelo próprio autor. E qual poderia ser o destino desse mundo em constante "fermentação"? Bomfim parecia não ter uma resposta para essa pergunta.

---

[287] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.111-112.
[288] PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, p. 279-290, 1995. p.286.
[289] Hardman pensou essas duas concepções como tipos ideais e modelos analíticos, ressaltando que nas diferentes manifestações socioculturais e estético-literárias esses tipos nunca se deram de forma pura, havendo vários tipos de imbricações e posturas concretas. HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas, op. cit., p.292.
[290] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.434.

Talvez, por isso mesmo, o autor também associou o tempo moderno a uma "angustiosa incerteza", uma vez que ele parecia prenhe de horrores, mas também de promessas.

Nesse sentido, a trilogia expressou um desejo de colocar a nação também em movimento, assim como estava todo o mundo ao seu redor; de permitir-lhe um futuro aberto, o que não parecia possível dentre da imobilidade da história brasileira. Para o autor, o povo brasileiro foi "possuído e levado por maus feitores, espoliado em corpo e alma, *sem direito sequer de esperar e preparar o futuro*".[291] A única forma de construir o futuro era livrar-se do passado morto que imobilizava o presente: era preciso destruir uma herança política que, em ruínas, pesava sobre o ombro da nação. Essa destruição significaria uma verdadeira revolução: finalmente as tradições nacionais poderiam expressar-se e a sociedade brasileira desenvolveria todas as potencialidades latentes em sua alma nacional, que foram impedidas de realizar-se ao longo de sua história. Para o autor, o próprio povo deveria ser o agente dessa revolução. Povo esse que foi chamado a agir de modo a despedaçar as correntes que lhe prendiam e a colocar a nação em movimento. Nesse momento, o povo deixava de ser apenas objeto da narrativa histórica e passava a ser também um interlocutor: "Povo! Povo infeliz! Povo, mártir eterno! Tu és do cativeiro o Prometeu moderno".[292] O novo Prometeu deveria destruir as correntes e finalmente caminhar rumo ao futuro.

***

Ao longo da trilogia, Bomfim buscou delimitar as características da evolução nacional, investigando seu ritmo e dinâmicas próprios. A partir do diálogo com uma historiografia historicista e romântica, o autor pensou que cada nação possuía um percurso histórico singularizante e individualizante que se manifestava em suas tradições. Esse percurso se tornou pensável e representável na trilogia a partir do conceito de formação, que conferiu uma dimensão temporal e processual às feições das nações. As tradições nacionais deveriam ser desveladas pelo historiador e seu saber, pois nelas estariam delimitados os caminhos que o presente deveria trilhar de acordo com as potencialidades nacionais. Em grande medida, a trilogia buscou encontrar tais tradições e acompanhar sua evolução. Nessa busca, a história escrita por Bomfim conferiu o seguinte enredo à formação nacional: a nação surgiu de origens heroicas e individualizantes, mas sofreu um horrível processo de decadência, cujas

[291] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.383.
[292] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.361. Esse foi um trecho do poema "Prometeu" de Castro Alves, mobilizado por Bomfim para refletir, ao mesmo tempo, sobre o lirismo nacional e o povo brasileiro.

consequências ainda assombravam o presente vivido pelo autor. Como fruto desse processo, constitui-se uma tradição política perversa que, em oposição às tradições nacionais e em disritmia com a sociedade, impôs-lhe uma evolução excessivamente lenta, quase imóvel. Em contraste com o mundo moderno em movimento, o Brasil se arrastava como lesma pela história. Esse ritmo da história nacional foi figurado ao longo dos ensaios a partir de uma série de metáforas contrastantes mobilizadas para representar a evolução do Brasil e o mundo moderno. De um lado, as construções metafóricas ao redor da nação remetiam para a lentidão, para a fixidez e para a paralisia que a formação nacional assumiu após a degeneração. A modernidade, por outro lado, foi representada a partir de metáforas associadas à velocidade, instabilidade, imprevisibilidade e fluidez. Ao atribuir esse ritmo temporal à trajetória histórica da nação, os ensaios adotaram um tom de revolta e indignação, convidando o leitor a intervir nessa realidade e acelerá-la.

PARTE 2 - A ESCRITA DA HISTÓRIA ENTRE PALAVRAS E SÍMBOLOS

APRESENTAÇÃO

Em 1921, João Ribeiro lançou, pela editora Monteiro Lobato, o livro *A língua nacional*. Segundo o próprio autor, era uma obra que se destinava "à curiosidade dos amadores e estudiosos do idioma português na América".[293] Nela, em pequenos verbetes, Ribeiro apresentava ao leitor alguns "brasileirismos", ou seja, palavras e expressões que apenas existiam no português brasileiro, analisando como esses termos estavam relacionados à história nacional e às tradições regionais. O autor explicou a história de expressões como: "beber água de chocalho", derivada de "crenças populares" do "Norte" e "estar na pindaíba", proveniente, segundo ele, de línguas indígenas. Além de apresentar os brasileirismos, o livro se posicionava contra os puristas que insistiam em prender o português brasileiro àquele falado em Portugal, não aceitando as transformações semânticas, ortográficas e gramaticais pelas quais a língua havia passado em terras brasileiras. Nas palavras de Ribeiro: "Parece todavia incrível que nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão de palavras".[294] Era óbvio que a gramática não poderia ser a mesma que a dos portugueses, uma vez que as expressões brasileiras envolviam "estados de alma" diferentes daqueles que se expressavam na língua lusitana. A dependência linguística foi vista como algo temível para qualquer nação, pois ela significava também uma dependência de pensamento inaceitável. Os gramáticos e eruditos, quando corrigiam supostos erros, estavam, na verdade, a "mutilar ideias".

Alguns anos depois, em 18 de março de 1924, Oswald de Andrade lançou, no jornal paulista *O Correio da Manhã,* o seu polêmico manifesto Pau-Brasil. Com uma tom irreverente e com uma estética inovadora, ele atacava, como João Ribeiro, os eruditos que buscavam conservar a pureza da língua. O manifesto clamava por uma "língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos.

[293] RIBEIRO, João. *A língua nacional e outros estudos linguísticos.* Petrópolis: Editora Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979. p.49.
[294] RIBEIRO, João. *A língua nacional e outros estudos linguísticos,* op. cit., p.51.

Como somos".[295] O texto de Oswald pode ser lido como parte de anseios mais amplos que congregavam intelectuais: o de promover uma aproximação entre a literatura e a prática fonética, bem como de introduzir a linguagem coloquial na poesia.[296] O eu-lírico deveria adotar a língua do povo! O livro de João Ribeiro e o manifesto Pau-Brasil podem ser um ponto de partida para pensarmos como as questões relativas à linguagem agitaram a paisagem intelectual nas primeiras décadas do século XX e configuraram uma verdadeira agenda de debates, nos quais se refletia sobre a dimensão histórica da língua e a sua importância na formação da nação. Afinal, se os brasileiros eram como falavam, pensar a língua era uma forma de se investigar a identidade nacional, de conhecer suas singularidades. Mais ainda, compreender o desenvolvimento histórico do idioma português em terras brasileiras poderia ser um caminho para o entendimento do próprio processo de formação nacional. No caso do livro de João Ribeiro, percebemos uma tentativa de escrever não apenas uma história *da* língua, mas o desejo de se pensar a história do Brasil *na* língua.[297] As mais diferentes expressões linguísticas foram tomadas como documentos que, se bem analisados, revelariam muito sobre o passado brasileiro.

Além de expressar as singularidades da formação nacional, a língua também foi compreendida por diversos homens de letras como um dos mais importantes elos na formação de um sentimento de pertença à comunidade nacional. Eliana Dutra, ao analisar diferentes artigos publicados no *Almanaque Garnier* entre 1903 e 1914, apontou o "peso que questões da língua ocupavam na comunidade de letrados", que escreviam artigos sobre literatura brasileira, folclore, contos e cantos populares, brasileirismos e variações dialetais locais.[298] Também a *Revista do Brasil,* publicada entre 1914 e 1925, foi um espaço no qual a língua nacional foi amplamente discutida e "constantemente apontada como importante fator de coesão nacional, figurando como elemento significativo nas várias tentativas de caracterizar a nação brasileira".[299]

Por que tamanha atenção foi dada ao idioma português falado no Brasil? O que a língua e a linguagem significavam para esses intelectuais? Todos esses debates evidenciavam bem o lugar central que diferentes manifestações linguísticas ocuparam na definição do povo-nação.

---

[295] ANDRADE. Oswald de. Manifesto da Poesia Pau-Brasil. In: SCHWARTZ, Jorge (org.). *Vanguardas latino-americanas*: polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: Iluminuras, 1995. p.136.
[296] SCHWARTZ, Jorge. Introdução. In: SCHWARTZ, Jorge (org.). *Vanguardas latino-americanas*, op. cit., p.50-51.
[297] PETRI, Verli; SCHNEIDERS, Carolina M.; SCHERER, Amanda. A *Língua Nacional* de João Ribeiro: alguns apontamentos. *Polifonia*, Cuiabá, Mato Grosso, vol. 22, n. 31, p.53-72, jan./jun. 2015. p.55.
[298] DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*, op. cit., p.83.
[299] LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.242.

Historicamente, muitos Estado-nações europeus buscaram configurar-se também a partir de fronteiras linguísticas: os poderes centrais combateram ferozmente os dialetos e ensinar a língua nacional foi considerado uma das principais funções do processo de escolarização, em plena expansão em diversas sociedades europeias no século XIX.[300] Muitos foram os intelectuais que pensaram a nação, sua história e suas características a partir de diferentes manifestações linguísticas e culturais, como a literatura, o folclore, os cantos populares e a própria estrutura dos idiomas. No caso do Brasil, não foi diferente: no desenvolvimento de imaginários e identidades nacionais, a língua, pensada em sua dimensão histórica e social, ocupou um lugar importante. As discordâncias intelectuais apontavam também para o fato de que a linguagem foi tomada não apenas como um meio para a definição da nação, mas também como um problema filosófico, em torno do qual foram construídas diferentes percepções e definições do humano e de sua historicidade.

Manoel Bomfim, em muitas de suas obras, fez da linguagem um objeto de reflexão e envolveu-se em polêmicas acerca da "língua nacional", combatendo os formalismos e purismos linguísticos. Em vários momentos de sua obra *Pensar e Dizer* (1923), ele criticou os gramáticos, filólogos e eruditos que impediam a evolução do idioma brasileiro com sua rigidez gramatical. Para ele, os "vernaculistas de classicismo e eruditismo" não tinham o direito de intervir "no verdadeiro movimento idiomático, em que se realiza a evolução da língua. (...). *A língua pertence ao povo*; esta é a propriedade que se deve defender e não a suposta pureza vernácula, fórmula insensata de resistência ao progresso e enriquecimento da língua".[301] A "asfixia gramatical"[302] foi considerada um absurdo, uma força imobilizadora da evolução mental da nação. O povo era o "soberano da língua"[303] e os gramáticos em nada poderiam mudar isso. No caso do Brasil, não era diferente. Os brasileiros possuíam tradições nacionais próprias e tinham direito a um idioma diferente do de Portugal:

> A tradição brasileira se fez, é uma realidade; nela há de haver pensamento, e esse, na medida das suas energias, afirmará um caráter – terá o seu idiomatismo.[304] (...). O idiomatismo, como caráter vivo numa tradição mental e numa língua em uso, evolui enquanto vive, e, com isto, tende a acentuar os seus traços, a divergir cada vez mais do tronco donde vem (...).[305]

[300] LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil*, op. cit., p.240-242.
[301] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p.360. Grifos nossos.
[302] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, *op. cit.,* p.33.
[303] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, *op. cit.,* p.349.
[304] Bomfim define idiomatismo como "caráter ou fisionomia da língua" e como "o que vive numa língua e a distingue, de uma tradição para outra". BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.325.
[305] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, *op. cit.,* p.330-331.

A nacionalidade constituía-se, entre outros aspectos, por tradições mentais, que estavam intimamente relacionadas com o idioma nacional e que permitiam aos brasileiros compartilhar não apenas uma língua, mas também sentimentos, ideias, valores morais e estéticos.

Ao longo da trilogia sobre a história do Brasil escrita por Bomfim alguns anos depois, em fins da década de 1920, podemos ver a mesma tentativa de pensar a formação das tradições nacionais a partir de manifestações linguísticas. Nos livros *O Brasil na América* (1929)*, O Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação* (1931), o autor abordou o idioma nacional, analisando o lugar que as línguas indígenas ocupavam nele; mencionou os traços singulares do folclore e dos cantos brasileiros; e analisou obras de autores considerados centrais na literatura nacional, especialmente os poetas românticos. Essas manifestações foram tomadas como documentos, indícios a partir dos quais a formação nacional poderia ser melhor compreendida. Em outros momentos dos ensaios, entretanto, a língua e, de modo mais abrangente, a linguagem eram vistas não apenas como documentos, mas também como agentes. Palavras, conceitos e ideias assumiam o lugar de protagonistas históricos, agindo no mundo. O lirismo brasileiro foi caracterizado, por exemplo, como "revolucionário" e a imprensa, como personagem de destaque em momentos históricos chaves para a nação. A imaginação apareceu ao longo da trilogia como uma importante fonte de transformação da história, especialmente aquela que se manifestava a partir da poesia e da arte.

Essa inserção de Bomfim nos debates históricos, filosóficos e estéticos acerca da linguagem teve uma especificidade, que foi a sua relação com o campo da psicologia. Nesse sentido, a preocupação com a língua nacional e com o poder transformador da imaginação presente na história do Brasil escrita por ele é melhor compreendida quando analisada em diálogo com outros trabalhos do autor, especialmente com o livro *Pensar e Dizer,* no qual ele abordou a psicologia em sua dimensão social. Nessa obra, a linguagem foi pensada como condição da consciência individual, mas também da vida social, que se organizava a partir de "símbolos", ou seja, das representações mentais que os homens criavam e recriavam. Nesse mesmo livro, Bomfim pensou que as tradições eram forças sociais que se configuravam como uma "tessitura de símbolos", como uma "rede" de palavras, conceitos e outras representações, a partir das quais se formavam as ideias, os sentimentos, as ações coletivas e os valores. A vida das sociedades estava intimamente atrelada a diferentes manifestações linguísticas por meio das quais os homens se comunicavam, construindo e reconstruindo o "ambiente moral e social" do qual faziam parte.

O objetivo desta segunda parte da dissertação será analisar essa relação estabelecida por Bomfim entre a tradição e a linguagem tanto na obra *Pensar e Dizer* quanto nos ensaios *O Brasil na América, O Brasil na História* e *O Brasil Nação*. Pensar essa relação pode ser um caminho para se investigar algumas questões relativas à escrita da história do autor, entre elas: qual o papel que a imaginação desempenhava, para Bomfim, no processo histórico? Qual o poder das palavras na transformação do mundo social? Quais feições foram atribuídas à nação a partir da interpretação de diferentes manifestações linguísticas? E, por fim, quais tipos de laços a linguagem estabelecia entre os membros de uma comunidade nacional? Para responder a essas questões, investigaremos alguns conceitos elaborados por Bomfim, pensando as relações estabelecidas entre eles, especialmente os conceitos de símbolo, de linguagem e de tradição. Buscaremos também entender como e porque as manifestações linguísticas foram tomadas pelo autor aqui estudado como documentos centrais para se investigar o passado nacional.

As elaborações conceituais e teóricas presentes na escrita da história de Bomfim não estavam descoladas da configuração político-cultural e social na qual o autor viveu e escreveu. Afinal, os mortos são visitados a partir de demandas, desafios e emergências do presente de quem escreve a história. Por isso, pensaremos aqui como essas elaborações estavam relacionadas a dois problemas que permeavam os debates político-intelectuais naquele momento. O primeiro deles era a própria definição da nação, conceito central para a auto-representação da comunidade política e que, por isso mesmo, era problemático, envolvendo constantes disputas simbólico-políticas. Disputas que muito se acirraram ao longo da década de 1920, momento que foi visto por muitos intelectuais como de crise generalizada do regime oligárquico republicano.[306] Investigaremos qual história do Brasil o autor construiu a partir da análise da língua nacional e a quais demandas de sentido essa representação buscava responder. Abordaremos também quais tipos de projetos político-culturais se delinearam a partir dessa concepção de nação que conferiu lugar central para a linguagem.

Outro problema que Bomfim tentava responder era qual lugar os homens de pensamento ou os intelectuais deveriam ocupar na comunidade nacional. A primeira República foi um momento de crescente profissionalização dos homens de letras, no qual o campo intelectual deu consideráveis passos no sentido de uma maior autonomização. A imprensa crescia e se profissionalizava. Diferentes projetos editoriais e instituições intelectuais se multiplicavam nas

[306] Para se pensar os anos 1920, a sensação de crise na República, os novos projetos político-culturais e narrativas sobre o passado que emergiram nesse período, ver, por exemplo: MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

grandes cidades.[307] As novas técnicas de impressão permitiram uma grande diversificação e barateamento da imprensa periódica, que passou a fazer parte do cotidiano de um número cada vez maior de brasileiros.[308] Nesse cenário de profissionalização e de abertura de novos espaços de atuação, era urgente para esses intelectuais delimitar o seu lugar na sociedade. Muitas foram as tentativas de se estabelecer modelos e propostas de intervenção intelectual. Os investimentos de Bomfim em compreender o poder da imaginação e da linguagem estavam relacionados com esse esforço mais amplo e compartilhado de pensar a atuação dos intelectuais na comunidade nacional e as maneiras a partir das quais suas palavras poderiam agir no mundo.

Essas questões consistirão no pano de fundo a partir do qual desenvolveremos o problema central dessa segunda parte da dissertação. A relação estabelecida por Bomfim entre tradição e linguagem será pensada em três capítulos. No primeiro deles, analisaremos como o autor concebeu a linguagem e seu papel na configuração das tradições sociais, tendo como foco o diálogo estabelecido por ele com o campo da psicologia. Para isso, abordaremos o conceito de símbolo, instrumento analítico-conceitual a partir do qual Bomfim pôde pensar a dimensão histórico-social da linguagem e dos sentimentos. No segundo capítulo, investigaremos como a trilogia escrita pelo autor se debruçou sobre diversas manifestações linguísticas, que foram consideradas documentos a partir dos quais o passado nacional poderia ser compreendido. Examinaremos os diálogos tecidos por Bomfim com outras histórias do Brasil que também se preocuparam com a língua portuguesa e com a literatura nacional. Por fim, em um último capítulo, analisaremos como o autor pensou o poder da imaginação não apenas no passado, mas também no presente, indicando as formas a partir das quais as palavras dos intelectuais poderiam atuar como motor de transformação histórica. Buscaremos delimitar as características narrativas e epistemológicas que as obras científicas deveriam ter, para Bomfim, para serem de fato forças capazes de reconfigurar as feições da sociedade brasileira.

[307] Podemos pensar, por exemplo, na criação da Academia Brasileira de Letras em 1897, e na Universidade do Brasil, em 1920

[308] Para se pensar de forma mais panorâmica as transformações que ocorreram na imprensa e no campo intelectual nesse período, ver: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983; MARTINS, Ana Luiza. Revistas ilustradas a serviço da República: imagem, literatura e técnica. In: SILVA, Armando Malheiro; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; SALMI, Stefano. *República, republicanismos e republicanos*: Brasil, Portugal e Itália. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

CAPÍTULO 3 - A TRADIÇÃO COMO "TESSITURA DE SÍMBOLOS": A DIMENSÃO HISTÓRICA DA LINGUAGEM

O psicólogo Francisco Portugal, ao analisar a obra *Pensar e dizer* de Bomfim, afirmou que ela pode ser interpretada como uma "rica elaboração conceitual em defesa da formação coletiva do espírito humano".[309] O livro, publicado em 1923, voltava-se contra os psicólogos e médicos que abordavam os fenômenos psíquicos apenas a partir do indivíduo e da base orgânica e biológica da psicologia humana. Para o autor, a psicologia era "condicionada pela organização biológica individual *e* pelas relações sociais", sendo que "a sua elucidação" se devia "fazer pela observação da atividade pessoal *e* a interpretação dos fatos sociais".[310] A obra era também uma crítica àqueles que consideravam possível investigar o psiquismo humano, em sua complexidade, apenas a partir da psicologia experimental, baseada em experiências laboratoriais que começaram a se espalhar pelo mundo a partir de fins do século XIX.[311]

O que é curioso é que Bomfim foi diretor de um laboratório de psicologia, provavelmente o primeiro do Brasil, e realizou, com o apoio de outros médicos, psicólogos e estudantes da Escola Normal, alguns experimentos.[312] No entanto, ele desiludiu-se com a psicologia experimental: sozinha, ela não poderia compreender as relações psíquicas em suas bases sociais e históricas. As limitações dos laboratórios foram descritas pelo autor da seguinte maneira:

> A dinâmica do pensamento humano não poderia conter-se na estreiteza do laboratório; deforma-se, anula-se. (...) . Tomem o albatroz, ou mesmo o tico-tico, atem-no, já encerrado numa gaiola e, agora, tentem estudar-lhe a dinâmica do voo! Pois, foi mil

[309] PORTUGAL, Fernando Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. *Estudos e pesquisas em psicologia*. Rio de Janeiro, UERJ, ano 10, n. 2, 2010. p.601.
[310] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.41. Grifos nossos.
[311] O primeiro laboratório de psicologia experimental dos EUA foi fundado em 1875, pelo médico e psicólogo William James (1842-1910). No mesmo ano, Wilhelm Wundt (1832-1920) fundou um laboratório em Leipzig, na Alemanha. A partir de então, a psicologia experimental se espalhou pelo mundo e passou a ser um importante ramo da psicologia científica. Para mais informações, conferir: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. *Helena Antipoff*: psicólogo e educadora. Rio de Janeiro: Fundação Miguel Cervantes, 2002. p.104. No caso do Brasil, os laboratórios de psicologia começaram a se organizar a partir de começo do século XX. Entre eles estavam o laboratório do *Pedagogium*, coordenado por Bomfim e que começou a realizar seus trabalhos por volta de 1906; o laboratório da Colônia de Psiquiatria do Engenho de Dentro e o laboratório da Liga Brasileira da Higiene Mental, ambos criados em 1923. Sobre os laboratórios brasileiros, conferir: ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia*: ciência e profissão, n. 32, p.44-65, 2012.
[312] PENNA, Antônio Gomes. Acerca dos psicólogos educadores na cidade do Rio de Janeiro: Manoel Bomfim, Maurício Campos de Medeiros, Plínio Olinto e Lourenço Filho. *Fórum educacional*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 3, p.7-34, jun./ago. 1989.

> vezes mais insensata a pretensão de conhecer o conjunto do espírito, pelo que se obtém nas simples pesquisas a lápis e aparelhos.[313]

Se o laboratório não era suficiente, como então observar a mente humana em pleno voo? Em sua dimensão coletiva e social? Para Bomfim, o melhor método a ser adotado era o "método interpretativo e documentário", que consistia na interpretação dos "documentos de pensamento e de linguagem" que as mais diferentes sociedades produziram e legaram ao longo da história humana.[314] Era preciso realizar a "análise interpretativa da longa obra em que o espírito humano se tem revelado".[315] Como a linguagem era a condição do pensamento humano, meio pelo qual ele se formulava e se expressava, as diferentes manifestações linguísticas poderiam ser interpretadas para se compreender a mente em funcionamento, em sua dimensão coletiva, social e histórica. As palavras, os modos de se expressar, os conceitos abstratos, a literatura (prosa e poesia), os textos de natureza filosófica e científica, mas também outros tipos de linguagens, como a escultura e a pintura, poderiam ser interpretados como documentos para a psicologia entender a "experiência mental socializada".[316]

Nesse método interpretativo, o autor considerava que

> o mais importante será sempre a *investigação histórica* e a interpretação dos *documentos linguísticos*. Na linguagem, está a condensação sensível e explícita do psiquismo humano *socializado*, como ele é, no sentir, no pensar e no agir. Para apreciar o seu dinamismo, devemos considerar que ele é essencialmente ativo; se o imobilizamos, ele desaparece. É a máquina que existe em trabalho; para compreender a estrutura, temos que apreciá-la nas inter-relações sociais. Isolada ela não tem sentido. O homem tem uma existência de mais de 200.000 anos (...). A linguagem reflete, perfeitamente, esse longo desenvolvimento, que se fez, sempre, sob o influxo social.[317]

O próprio Bomfim indicou na obra *Pensar e dizer* a partir de quais diálogos ele construiu esse método documental e interpretativo, fornecendo ao leitor algumas referências de sua biblioteca.[318] Entre esses diálogos, Wilhelm Wundt apareceu como um constante interlocutor. Bomfim apropriou-se especialmente das relações estabelecidas pelo psicólogo alemão entre

---

[313] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.45.
[314] Para pensar o método interpretativo de Bomfim, estamos dialogando com as análises que a psicóloga Mitsuko Antunes fez da obra *Pensar e Dizer.* ANTUNES, Mitsuko Makino. A contemporaneidade da obra de Manoel Bomfim. In: BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit*.,* p.17-25; ANTUNES, Mitsuko Makino. "Pensar e dizer: estudo do symbolo no pensamento e na linguagem", de Manoel Bomfim, 1923. *Em Aberto*, Brasília, ano 9, n. 48, p.24-26, 1991.
[315] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.47.
[316] Bomfim adotou uma concepção muito ampla de linguagem. O livro *Pensar e dizer* dedicou um tópico à escultura e outro à pintura, por exemplo.
[317] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.52. Grifos nossos.
[318] Não se tem notícia ainda de registros ou documentos que ajudem a pensar a biblioteca de Bomfim. Aqui a tentativa é reconstruir tal biblioteca a partir das citações mais constantes e dos autores mais mencionados em seus livros.

linguagem e pensamento, bem como de sua abordagem dos fenômenos mentais coletivos e dos produtos culturais criados por comunidades humanas.

Para Bomfim, Wundt e outros "sábios de laboratórios", ao perceberem as limitações da psicologia experimental, foram levados para um "dualismo".[319] Por dualismo, o autor referia-se ao fato de que esses sábios reconheceram a necessidade de se abordar de maneira distinta o substrato orgânico e biológico da mente humana e sua dimensão coletiva e histórica. Esse apontamento de Bomfim fica mais claro quando consideramos que Wundt, ao longo de sua trajetória, acabou por distinguir a sua psicologia em dois ramos ou áreas investigativas distintas, mas relacionadas: a psicologia fisiológica e a psicologia dos povos (*Volkerpsychologie*).[320] Os objetos de estudo da segunda eram a linguagem, a religião, os costumes, o mito, a magia, ou, nas palavras do próprio Wundt, os "produtos mentais que são criados por uma comunidade humana e que são, por conseguinte, inexplicáveis em termos meramente da consciência individual, pois eles pressupõem uma ação recíproca de muitos".[321] Além dessa dimensão coletiva, a consciência individual tinha também uma dimensão temporal, uma vez que ela era condicionada por uma história anterior, a respeito da qual as experiências de laboratório pouco poderiam dizer. A mente foi assim interpretada como um fenômeno histórico, que poderia ser investigado a partir de suas manifestações externas, ou seja, a partir da linguagem.[322] Bomfim, ao interpretar a obra de Wundt, afirmou que ele insistia que "os fatos da linguagem" fossem "estudados para a elucidação da psicologia do pensamento".[323] A partir dessa diálogo, o autor tomou a linguagem como elemento central na elaboração de uma psicologia que tivesse uma dimensão histórica e social, que pudesse pensar de forma conjugada a individualidade dos sujeitos e o lugar da sociedade na configuração da psique humana.[324]

Certamente Bomfim não foi o único a se preocupar com a dimensão social da psicologia. Outros autores brasileiros se questionaram como seria possível pensar a psique humana para

[319] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.45.
[320] FARR, Robert M. A emergência da psicologia como ciência natural e social na Alemanha. In: FARR, Robert M. *As raízes da psicologia social moderna*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1996. p.37-60.
[321] WUNDT, Whilm. *Elements of Folk Psychology* apud FARR, Robert M. A emergência da psicologia como ciência natural e social na Alemanha, op. cit., p.47.
[322] Segundo Farr, Wundt interpretou a mente como um fenômeno histórico, apropriando-se de uma tradição alemã que, desde finais do século XVIII, vinha dando grande atenção à linguagem, aos símbolos e à consciência e cujos principais autores foram Herder, Hegel e Humboldt. FARR, Robert M. *As raízes da psicologia social moderna*, op. cit., p.45.
[323] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.51.
[324] Wundt não foi a única referência de Bomfim na construção de sua psicologia social. As noções de imitação e sugestão da psicologia social francesa, especialmente de Tarde, desempenharam um importante papel no livro. O médico e psicólogo William James e o psicólogo social James Mark Baldwin, ambos americanos, também foram diálogos importantes para Bomfim. Esses autores e ideias participaram da delimitação de uma nascente psicologia social tanto na Europa quanto na América.

além da consciência individual, sendo que as respostas encontradas foram as mais diversas. Lia-se com entusiasmo a psicologia dos povos de Wundt, a psicologia das massas ou das multidões desenvolvida por autores como Gustave Le Bom e Scipio Sighele, a sociologia de Gabriel Tarde, que possuía densas reflexões psicológicas, e a psicologia de William James.[325] Pelo que se sabe, no Brasil, o primeiro livro que adotou o termo psicologia social no título foi *Pequenos estudos de psicologia social* (1921), de Oliveira Vianna, no qual o autor partiu de algumas premissas da psicologia de Hippolyte Taine para pensar como o meio físico e o meio social atuavam sobre a pisque individual e coletiva.[326] Em alguma medida, a *História da Literatura Brasileira* (1888), de Sílvio Romero, também pode ser pensada como uma obra que buscou alcançar as dimensões sociais da psicologia, uma vez que supunha ser "possível uma etnologia, ou psicologia dos povos (Volkerpsychologie)", que, para ele, estava associada à fatores como o clima, a raça, o meio e a história.[327] A partir da análise da literatura, mas também das manifestações populares e anônimas, o autor delimitou uma psicologia nacional que tinha como característica central "a propensão (...) para se esperar a iniciativa do poder", e, no que era referente à vida intelectual, "para imitar desordenadamente tudo quanto é estrangeiro".[328]

As obras de Viana e Romero, citadas anteriormente, mas também a obra *Pensar e Dizer,* permitem-nos pensar no desenvolvimento por parte desses autores de uma abordagem psicossocial que conjugava as preocupações e o instrumental conceitual-analítico da sociologia e da psicologia. No entanto, o que era singular e o que mais diferiu o livro *Pensar e dizer* dos anteriores foi a tentativa sistemática de Bomfim de investigar o lugar que a linguagem desempenhava na organização social: ela foi considerada uma "instância mediadora entre o sujeito e a sociedade da qual ele faz parte".[329] Nesse sentido, podemos ver um esforço teórico do autor em compreender como as diferentes manifestações linguísticas permitiam o pensamento, a afetividade e a moralidade; mas também a ação coletiva e social.

[325] BOMFIM, Elizabeth de Melo. *Psicologia social no Brasil*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003. Ver especialmente o capítulo "Os precursores da psicologia social no Brasil", p.15-25. Para a autora, Manoel Bomfim, Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna foram os principais "precursores" desse ramo da psicologia no Brasil.
[326] BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p.191.
[327] ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, especialmente o capítulo IX: "Psicologia nacional prejuízos de educação imitação do estrangeiro".
[328] ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, op. cit., tomo 2, p.58.
[329] ANTUNES, Mitsuko Makino. A contemporaneidade da obra de Manoel Bomfim, op. cit., p.21.

Os símbolos e sua dimensão social

Para compreender como Bomfim concebeu a linguagem será preciso analisar, anteriormente, um outro conceito: o de símbolo. Esse conceito ocupou um lugar central nas reflexões teóricas de Bomfim, como indica o próprio subtítulo da obra "*Pensar e dizer*: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem". Mas, o que o autor compreendia por símbolo? Qual papel a simbolização desempenhava na psique humana? Para Bomfim, era a direção simbólica do pensamento a principal diferença entre o homem e o animal. Por símbolo, o autor compreendia qualquer "representação" produzida pela consciência humana a partir de um processo de abstração e que poderia ser instrumento tanto do pensamento quanto da comunicação. O processo de "simbolização" foi descrito nesses termos:

> A realidade que devemos conhecer, e a que devemos nos adaptar, envolve-nos de uma tal complexidade que seria impossível destrinchá-la de modo direto, atendendo em cada momento todas as suas particularidades. Graças à abstração, desprezamos o urdume das particularidades, e elevamos o pensamento à essência das coisas, porque as simplificamos em generalizações. Mas todo esse trabalho estaria perdido, se não tivéssemos a capacidade de isolar as generalizações e mantê-las distintas, prendendo-as a símbolos. Assim dominamos o complexo da realidade, e podemos entrar com as abstrações generalizadas para a atividade mental (...). O conhecimento perfeito, em ordem estável e utilizável na experiência mental, passou necessariamente pelas três fases: realidade, ideia e símbolo.[330]

O símbolo foi concebido como uma "representação evocadora", ou seja, como um "sinal mental" capaz de evocar abstrações e generalizações. Tomemos um exemplo que foi dado pelo próprio autor. A palavra mesa é um símbolo da ideia de mesa; quando a ouvimos ou a falamos não estamos pensando ou nos referindo a uma mesa específica, mas sim, a uma abstração a partir da qual o sujeito consegue reconhecer e tomar consciência dos atributos típicos de uma mesa: seu formato e sua função de suporte.[331] Havia para o autor diferentes tipos de símbolos usados na comunicação humana: a onomatopeia da criança que começava a abstrair a realidade, os gestos e mímicas, o desenho esquemático, a pintura, a escultura e as palavras. A palavra, ou o símbolo verbal, foi considerado o símbolo mais frequente na vida em sociedade e também o mais eficiente, pois consistia "num termo sintético e breve, que resume e exprime, de modo abreviadíssimo, um complexo de elementos e processos múltiplos, substituindo-se perfeitamente a eles, na mente de quem o evoca e na de quem é por ele impressionado".[332] Quando a consciência se deparava com uma palavra, ela automática e instantaneamente

[330] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.119.
[331] O exemplo da mesa foi desenvolvido em BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.72.
[332] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.70-71.

evocava uma série de associações. A ideia mar, por exemplo, foi considerada riquíssima de aspectos, pois nela estariam envolvidas outras ideias como água, sal, imensidão, litoral, ondas. No entanto, quando alguém se deparava com essa palavra todas essas associações e aspectos eram evocados simultaneamente. O termo "mar" evocava uma ideia classificada por Bomfim como geral, relativamente simples. No caso de ideias mais abstratas, como universo, vida e nutrição, o número de associações e aspectos evocados eram maiores e muito mais complexos. Desse modo, os símbolos abreviavam e resumiam "sistemas detalhados de associações"[333] e a mente funcionava a partir de um verdadeiro jogo de representações, organizado e possibilitado pela simbolização.

Devido a essas características, o símbolo foi considerado um "instrumento" central do pensamento humano, uma vez que ele substituía longos encadeamentos e uma série de associações por uma simples representação, por um sinal mental que condensava e unificava ideias, experiências e estados de consciência, evocados automaticamente, sem nenhum dispêndio de energia. Toda energia economizada pelo automatismo da simbolização era canalizada para a construção do pensamento, que poderia assumir um viés complexo, abstrato e generalizado.[334] Nesse sentido, pensar e simbolizar não foram considerados operações distintas. Pelo contrário, o pensamento necessitava dos símbolos para se organizar. Eles não eram simples roupagem na qual as ideias se encaixavam prontas e acabadas. As ideias só existiam nas formas dos seus símbolos e se moviam sob a "intricada tessitura" por eles formada.[335]

No entanto, não apenas o pensamento se organizava em símbolos, mas também os sentimentos e as ações. A vida emotiva, moral e estética também era regida pela simbólica. Para Bomfim, "na simbolização" estava "a condição indispensável para a *cultura dos sentimentos* e o apuro da afetividade": paixões e sentimentos existiam nas sociedades humanas vinculados a símbolos, a partir dos quais os indivíduos definiam e reconheciam suas afeições.[336] Os mais diversos afetos humanos, como os sentimentos nutrido pelos próximos, os sentimentos morais e a estética, pensada como a forma na qual o mundo é sentido, dependiam de símbolos de diferentes naturezas. As palavras fraternidade e igualdade foram pensadas por Bomfim como exemplos de símbolos afetivos: elas afetavam os sujeitos, organizavam sua moralidade e,

[333] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.68.
[334] Segundo Bomfim, havia uma "lei de economia de energia" que fazia com que o corpo e a mente gastassem o mínimo possível de energia para desempenhar as tarefas que lhes eram requeridas. O símbolo, por abreviar longas associações, era uma importante ferramenta de pensamento e impedia o dispêndio de energia inútil.
[335] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.364.
[336] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.170. Grifos nossos.

consequentemente, seus sentimentos e ações. O retrato de um amigo querido também funcionava como um símbolo desse tipo: "Vejo o retrato de A., e, antes de lembrar o bem que ele me tem feito, sem nenhuma representação explicita dos motivos de minha gratidão, sinto intumescer-se-me o peito numa profunda emoção".[337] Ou seja, o retrato era um símbolo que teve o poder de condensar toda a vida de amizade com A., todos os momentos vividos que automática e instantaneamente foram evocados e se manifestaram no sentir. Os símbolos afetivos foram considerados aqueles que permitiam determinados sentimentos se condensarem e se materializarem; o sujeito era afetado por eles sem, muitas vezes, nem mesmo racionalizar o motivo dessa afetação. Afetação que também dava forma e estímulo para o agir.

Na abordagem de Bomfim da vida afetiva, percebemos como os sentimentos e emoções dos homens e mulheres não eram simples resposta à estrutura biológica do indivíduo. Para construir essa interpretação da afetividade humana, o autor dialogou com o médico e psicólogo americano William James, para quem a personalidade, embora decorresse de instintos, desenvolvia-se em condições sociais.[338] A partir dessa apropriação, Bomfim considerou que os instintos eram "sublimados" e modificados a partir da vida em sociedade, sendo que os símbolos foram considerados elementos centrais nessa "*cultura* dos sentimentos". Ao empregar a palavra cultura, o autor estava apontando para o fato de que os sentimentos eram cultivados, ou seja, formavam-se e apuravam-se na vida coletiva. As mais diferentes sociedades tiveram os seus poetas e artistas, que cantaram os sentimentos e o mundo, permitindo o compartilhamento de afetos e de formas de vivenciar a realidade circundante. "Toda a eficácia e todo o estímulo que a atividade artística em si contém", prosseguia "a cultura de afetos", como convinha "aos destinos humanos".[339] Por isso, as artes, e mais especificamente, a poesia, eram "documentos de pensamento e de linguagem" fundamentais para se compreender os símbolos afetivos de uma comunidade, sendo que, tanto no livro *Pensar e dizer* quanto na trilogia, vários poemas foram transcritos e analisados por Bomfim com esse objetivo.

Devido a suas "virtudes condensadoras" e a sua capacidade de unificar diferentes ideias e sentimentos, os símbolos afetivos também foram considerados centrais para o "culto religioso ou patriótico". "Para a Cristandade", por exemplo "a Cruz é o símbolo perfeito da glória divina, ante o qual se postam todas as consciências". [340] No caso do culto patriótico, símbolos muito diversos poderiam remeter à pátria, condensando suas características e sua história, fazendo as

[337] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.81.
[338] BOMFIM, Elizabeth de Melo. *Psicologia social no Brasil*, op. cit., p.17.
[339] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.160.
[340] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.130-131.

consciências senti-la e amá-la. Entre eles, estavam as paisagens naturais. No caso dos brasileiros, seus corações "vibravam intensamente" quando divisavam "as encostas verdes, em chão de argila, característicos de nossa natureza". "As sonoridades de Guarani", ópera de Carlos Gomes, e as "visões poéticas de Alencar" também foram pensadas como símbolos que despertavam e expressavam o patriotismo brasileiro.[341]

Os homens, seus sentimentos e ideias, moviam-se e formavam-se, desse modo, a partir de diferentes "motivos simbólicos".[342] Depois de analisarmos o que Bomfim concebia por símbolo, podemos compreender sua definição de linguagem como o "jogo da simbólica viva" em que se fazia o pensamento e a afetividade, e a partir do qual os sujeitos poderiam se comunicar:

> Vivo, penso dentro deste mundo onde vivo: como agem e se refletem sobre o meu pensamento todas as coisas do mundo a que pertenço? A vida, o homem, a natureza, o universo... tudo isto é matéria de símbolo.[343]

Os símbolos assumiram, desse modo, lugar central na psicologia de Bomfim. Resta-nos, no entanto, ainda compreender como eles eram adquiridos pelos indivíduos, ou, em outras palavras, como se dava, para Bomfim, o processo de aquisição da linguagem. Os símbolos eram aprendidos pelas crianças desde a tenra infância a partir de sua convivência com os adultos. Era a sociedade que fornecia aos indivíduos as palavras a partir das quais eles poderiam construir um tipo de consciência sobre o mundo e sobre si mesmos. Ideias existiam, desse modo, como "valores mentais socializados" e compartilhados em símbolos. Os homens e mulheres só se comunicavam porque possuíam palavras em comum. Era, assim, no "clarão dos símbolos", que os espíritos "se iluminavam uns para os outros" e podiam entender-se "numa frase, num movimento de fisionomia", num simples gesto.[344] Por serem o meio de comunicação entre as consciências e por permitirem o compartilhamento de ideias, valores e sentimentos, os símbolos foram considerados fundamentais para a organização das sociedades humanas. "O corpo social" constituía-se, nessa perspectiva, "como agrupamento de pessoas, contidas e enleadas na complexa *tessitura de símbolos*".[345]

---

[341] Esses símbolos de patriotismo foram trabalhados em BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.144-145.
[342] Além dos símbolos de ideias e dos símbolos afetivos, Bomfim abordou os símbolos estéticos, os símbolos de vontade, os símbolos numéricos, os símbolos de valores históricos, entre outros, sendo que o autor ressaltou que essas classificações eram apenas esquemáticas e que, no "mentalismo", um mesmo símbolo poderia desempenhar diversas funções e características.
[343] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.113.
[344] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.224.
[345] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.228. Grifos nossos.

As palavras rede, tessitura, redil e trama apareceram muitas vezes ao longo do livro *Pensar e dizer,* tanto para indicar as relações que os símbolos mantinham entre si nas consciências individuais quanto as relações estabelecidas entre o indivíduo e a sociedade.[346] A psicologia individual, em sua complexidade, só era possível devido à vasta e intricada "tecedura de noções e representações associadas" que caracterizava a linguagem humana, em sua dimensão simbólica. Por outro lado, os símbolos tinham uma existência social prévia aos indivíduos, que os enlaçava à "experiência mental" da sociedade que os recebia. A linguagem foi pensada como um elemento central na formação dos indivíduos, concebidos como seres de capacidades intelectuais, emotivas e morais, que faziam parte de uma coletividade e que compartilhavam entre si uma rede simbólica. As relações sociais possuíam, desse modo, uma dimensão linguística, e foram caracterizadas como "laços psíquicos" e como "associação de consciências".

Mas, se os sujeitos estavam enlaçados em uma tessitura compartilhada de símbolos, cada consciência guardava também a sua subjetividade e a sua particularidade. Homens e mulheres possuíam as mesmas palavras para pensar e dizer, mas o seu pensamento e sua expressão tinham também uma "tonalidade pessoal". A simbólica era adaptada e constantemente modificada pelos indivíduos de acordo com suas histórias pessoais, suas memórias, suas necessidades, fatores que o autor pensou como "personalismo mental". O espírito projetava-se sobre os símbolos que a sociedade lhe fornecia. Isso só era possível porque eles eram, para Bomfim, uma espécie de "invólucro permeável": muitas ideias e associações poderiam estar sob um mesmo símbolo, sem que ele perdesse sua forma.[347] O autor deu alguns exemplos ao longo do livro *Pensar e dizer*. Ele pensou no significado da palavra "caranguejo" para um homem que viveu no litoral e para um sertanejo. O primeiro, desde criança, conheceu bem o animal, participou de pescarias, recebeu mordidelas. O termo então era associado a essas lembranças, até mesmo à sensação das mordidelas. Ao sertanejo, um dia apresentaram-lhe o caranguejo, que lhe pareceu estranho, "uma aranha enorme", bem esquisita. Ora, o termo caranguejo, para ele, carregaria sempre essa estranheza e essa surpresa da primeira visão.[348] E quão diferente era "o boi do açougueiro, do *bos taurus* de Cuvier?!".[349] O primeiro associava o

[346] A forma como Bomfim tratou as relações entre indivíduo e sociedade foi analisada no capítulo 1 dessa dissertação.
[347] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.72.
[348] O exemplo do caranguejo foi desenvolvido pelo autor em BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.95-96. Interessante pensar como a figura do sertanejo ocupava um lugar central no imaginário intelectual nesse momento. Até mesmo nos exemplos do livro de psicologia de Bomfim ele aparece...
[349] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.107.

animal aos cortes precisos de carne que seus clientes lhe demandavam. Cuvier, por outro lado, como estudioso de zoologia, fez do boi um objeto de sua ciência.

Os exemplos apontavam para uma relação dinâmica entre os indivíduos e os símbolos, de modo que a existência social prévia da simbólica não significava uma anulação da individualidade. Pelo contrário, eram as subjetividades que davam vida nova e constante aos símbolos. Nessa forma dinâmica de pensar as relações entre pessoas e símbolos, podemos ver como Bomfim tentou resolver um problema da psicologia social, que foi o de como conjugar a ideia do indivíduo dotado de singularidade com a ideia de sociedade. A invenção moderna de indivíduo, como um ser de consciência isolada e singular, permitiu a construção de um campo de saber específico ao longo do século XIX: a psicologia.[350] Essa concepção moderna de individualidade conviveu, no entanto, com a invenção da sociedade como uma coletividade, como um organismo social em que as partes estavam interligadas e existiam em conjunto. O desafio de se conjugar a individualidade e a singularidade do eu com a dimensão social da vida humana, de se pensar o indivíduo *e* o organismo social foi enfrentado pela nascente psicologia social, campo com o qual Bomfim muito dialogou. Nesse sentido, podemos pensar, como fez Francisco Portugal, que a simbólica funcionou na obra *Pensar e dizer* como uma "noção-dobradiça operando entre o individual e o coletivo" e que foi um conceito chave para a psicologia social de Bomfim. O símbolo foi tomado como "ponto de convergência das consciências individuais e das formações coletivas".[351] Ele não emanava de um eu cuja existência o antecedia, e que era totalmente apartada da sociedade. Por outro lado, a simbólica não era absolutamente autônoma em relação aos espíritos, uma vez que ela vivia neles, e neles se modificava. O indivíduo era um ser "perfeitamente definível", mas estava, ao mesmo tempo, entrelaçado no "corpo social" a partir da tessitura simbólica.[352]

Aprofundando a análise da relação estabelecida entre os indivíduos e os símbolos, percebemos como, para Bomfim, ela possuía não apenas uma dimensão social, mas também uma dimensão histórico-temporal. Na obra *Pensar e dizer*, o autor buscou analisar as diferenças

[350] Por invenção moderna do indivíduo, compreendemos o processo no qual a individualidade tornou-se um dos valores culturais mais significativos nas sociedades ocidentais na modernidade. As ideias de personalidade e de singularidade do sujeito se constituíram nesse processo. É difícil estabelecer marcos para esse processo de individualização moderno, mas o século XIX foi um momento importante para a consolidação do eu como um sujeito dotado de autenticidade, unicidade e profundidade. Não coincidentemente, a psicologia se consolida como ciência também nesse período. Para pensar essa invenção do indivíduo moderno, cf.: TAYLOR, Charles. *As fontes do self*: a construção da identidade moderna. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2018; MARCELINO, Douglas Attila. Os funerais como liturgia cívica: notas sobre um campo de pesquisa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 31, n. 61, p.125-144, 2011.

[351] PORTUGAL, Fernando Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim, op. cit., p.605-606.

[352] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.237.

entre as tessituras simbólicas no tempo e no espaço, bem como as maneiras pelas quais elas se transformavam historicamente. Cada sociedade nacional tinha o seu próprio "sistema de símbolos", associado às suas tradições e ao seu percurso histórico. A experiência mental de cada coletividade era, dessa maneira, singular e configurava uma forma particular de sentir, de dizer e de pensar. Este era mais um dos motivos da incompletude do laboratório na investigação da psicologia humana: o "mentalismo" era sempre localizado, variava muito ao longo do tempo e do espaço. Nesse sentido, por exemplo, a psicologia do chinês pouco poderia ser compreendida a partir de pesquisas laboratoriais que tomassem indivíduos de sociedades ocidentais como base:

> A *tradição mental* no chinês, a forma de evolução do seu pensamento, no *sistema de símbolos* que lhes são próprios, deram à sua inteligência um regime relativamente discordante das nossas abstrações; o seu pensamento simbólico tem, evidentemente, outros trâmites, que não se explicariam em pesquisas isoladas e limitadas a nós ocidentais.[353]

O exemplo do chinês evidencia bem como as sociedades eram caracterizadas por distintas *tradições mentais*, formadas por sistemas de símbolos particulares, que tiveram uma evolução específica. Outro exemplo interessante foi o da catedral medieval. As consciências dos homens nesse período eram "a imagem da catedral que a época nos deixou, e que tão bem simboliza a ascensão, a harmonia, o equilíbrio e a segurança".[354] Os modos de pensar e de viver desses homens medievais materializaram-se em sua arquitetura, que simbolizava, nesse sentido, toda um modo de viver desse período. As épocas históricas também deixaram, desse modo, seus símbolos.

Nesse esforço de pensar as particularidades do mentalismo em diferentes tempos e espaços, Bomfim atribuiu um lugar central para história. Para ele, "tanto como a linguagem, a história" deveria "ser investigada, sistematicamente analisada" por aqueles que desejavam "conhecer a atividade psíquica". E, com isso, a própria história se refundaria. Refundação que se fazia necessária, uma vez que, para Bomfim, "a vida da humanidade" era muito "mal *apresentada* e *interpretada*".[355] O conhecimento histórico poderia assumir uma nova perspectiva, um novo olhar se os fenômenos psíquicos e a linguagem fossem abordados com mais atenção e cuidado, se eles fossem melhor *interpretados.* Analisar os "documentos de pensamento e de linguagem", pensar as coletividades a partir de sua tessitura de símbolos era

[353] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.49. Grifos nossos
[354] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.54.
[355] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.54. Grifos nossos.

uma forma de se perfurar a superfície da história, de ir além das datas, dos fatos e dos nomes, em busca de uma interpretação mais profunda e mais consistente, que pensasse a evolução das sociedades do tempo. Nesse sentido, em alguma medida, o livro *Pensar e dizer* também refletiu sobre formas possíveis de se escrever a história, apostando nas potencialidades de uma narrativa que interpretasse a vida das coletividades e de suas tradições a partir dos símbolos. Podemos inclusive ver como algumas conclusões, ideias e até mesmos exemplos desenvolvidos nessa obra de 1923 apareceram novamente, alguns anos depois, na trilogia que o autor escreveu sobre a história do Brasil.

Uma importante premissa compartilhada por essas obras foi a de que a humanidade evoluía a partir de agrupamentos nacionais, sendo que a vida desses agrupamentos poderia ser explicada pelas tradições que os caracterizavam e os singularizavam.

> O corpo social – a humanidade – compreende núcleos mais ou menos instáveis; (...) a vida do conjunto se faz com a vida desses núcleos; frequentemente, registram-se casos de alguns deles que desapareceram, ou se refazem, enquanto outros núcleos surgem e se afirmam. Ora, realmente, o que desaparece, ou se refaz, na generalidade dos casos, são as tradições, suplantadas ou substituídas por outras. Nessas tradições se consagram e se definem, concretamente, as dependências morais e as realizações sociais. Quando, por qualquer motivo, elas se dissolvem, o fato consigna, historicamente, como *o desaparecimento de um povo,* de *uma civilização*. Os núcleos ou agrupamentos nacionais são os centros efetivos de coordenação e orientação; as tradições correspondem às fórmulas dessa orientação socializadora (...).[356]

As tradições que caracterizavam os agrupamentos foram pensadas como fórmulas de orientação, ou seja, como forças históricas organizadoras das sociedades, que orientavam e coordenavam a ação dos sujeitos, permitindo um entrelaçamento entre o indivíduo e o passado da coletividade da qual ele fazia parte.[357] Para o que nos interessa neste capítulo, vejamos um ponto específico trabalhado por Bomfim no livro de 1923 e que apareceu de forma mais diluída e menos conceitual na trilogia, que foi a dimensão simbólica das tradições.

Para o autor, toda tradição existia "formulada nuns tantos símbolos; e são esses mesmos que dizem, em cada consciência, o núcleo social a que ela pertence".[358] Os espíritos adquiriam uma tonalidade condizente com a sociedade da qual faziam parte e com as tradições que agiam sobre eles. Nesse sentido, uma das formas a partir das quais o passado exercia sua força sobre o presente era a partir dos símbolos que configuravam as consciências. Por isso, as características dos agrupamentos nacionais estavam intimamente relacionadas ao sistema de

[356] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.232. Grifos do autor.
[357] A forma como o autor representou o tempo histórico a partir do conceito de tradição foi discutida no capítulo 1 desta dissertação.
[358] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.230.

símbolos que se formaram historicamente e a partir dos quais os indivíduos pensavam e sentiam o mundo. No "enlear-se de cada tradição", o pensamento adquiria uma "fisionomia" própria, que se manifestava tanto no "idiomatismo", quanto no "gênio nacional".[359] O verbo enlear tem como possíveis definições atar com liames, ligar, prender e pode ser usado como sinônimo de enredar. Partindo desse vocabulário de Bomfim, percebemos como, para ele, as tradições se formavam a partir de uma trama que enredava os indivíduos no passado das sociedades que os recebiam, trama essa que tinha uma natureza simbólica. O papel aglutinador das tradições residia, em parte, nos símbolos compartilhados, que ligavam as consciências a partir de laços morais, emocionais, estéticos e de pensamento.

As tessituras simbólicas no tempo e o poder da imaginação

Esse enredamento dos indivíduos na tradição a partir dos símbolos estava longe de ser, no entanto, uma prisão. Ao longo da obra *Pensar e dizer*, Bomfim abordou os modos que os sujeitos tinham de tecer a trama simbólica, dando-lhes novas formas. Os símbolos tinham uma dimensão histórica e, consequentemente, estavam em constante modificação. Mas quais seriam eram as formas possíveis de se reconfigurar os símbolos e, consequentemente, as tradições mentais das coletividades? De que forma a imaginação humana poderia transformar as feições da sociedade a partir da linguagem? Bomfim deu algumas respostas para essas questões. Uma delas já foi aqui abordada, que foi a constante adaptação dos símbolos pelos indivíduos. Agora analisaremos outros motivos pelos quais a linguagem estava sempre em transformação. A relação instável entre os símbolos e as ideias, bem como a relação tensa entre as ideias e a realidade foi pensada pelo autor como um importante fator de inovação da língua. A capacidade imaginativa da arte e especialmente da poesia foi outro elemento considerado capaz de "retemperar" os símbolos, dando-lhes nova vida.

Para Bomfim, os indivíduos possuíam à sua disposição um conjunto de ideias socializadas, que existiam em suas consciências a partir de símbolos. Elas funcionavam como "pontos de referência" a partir dos quais os sujeitos elucidavam diferentes conjunturas. Inúmeras combinações eram possíveis entre essas ideias, o que fazia do pensamento "uma infindável construção", na qual a consciência poderia ir encaixando as realidades. Além das combinações, a maioria dos valores mentais socializados em símbolos seriam extremamente maleáveis e "plásticos", parecendo-se mais com "casacos de tricô" e "sacos de borracha" do

[359] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.229.

que com caixas de aços. As caixas de aço possuem um formato fixo e rígido. Assim eram algumas ideias existente sob alguns símbolos. Não havia muita margem de divergência a respeito do que a palavra mesa indicava. Por outro lado, os símbolos que evocavam ideias abstratas como justiça, felicidade, humanidade, civilização e moral eram como casacos de tricô e sacos de borracha: eles eram mais moldáveis, poderiam acomodar-se a formas muito distintas. As ideias existentes sob esses símbolos estavam, para Bomfim, em constante evolução, eram "valores mentais" "instáveis" e "variáveis".[360] Por isso, "sob o luzir dos símbolos, relativamente estáveis", perpassavam valores que os tempos iam mudando, e que, até mesmo dentro de uma mesma época, divergiam de consciência para consciência.[361] A vida das palavras correspondia ao valor que os espíritos iam dando às ideias, o que tornava a "polissemia" possível.

O que significava essa relação instável dos termos com as ideias que eles evocavam? Significava que "o evoluir da ciência, o progresso moral, as concepções filosóficas, a influência direta dos novos conhecimentos" tinham "o poder de modificar o valor de certas ideias", mesmo que as palavras se mantivessem relativamente estáveis. Por isso, a tessitura dos símbolos possuía uma estrutura maleável e adaptável permitindo o "transmutar incessante de valores mentais". Essas características da simbólica, especialmente a polissemia, permitiam também o conflito. Assim, seria possível ver "dois interessados, agarrados ao mesmo termo, matando-se, supondo que há no caso *uma mesma ideia*", quando, na verdade, ideias distintas se abrigavam sob o mesmo símbolo.[362] Esse era o caso, por exemplo, do termo *pátria*: para alguns era a expressão da necessidade de se "aplicar ao mundo ambiente a simpatia humana" que possuíam; para outros, era vocábulo a partir do qual se podia expressar e satisfazer a "animalidade primitiva" e a violência. Poder-se-ia ver cotidianamente nas sociedades essas lutas fratricidas: *direito* contra *direito*, *liberdade* contra *liberdade*. Quando isso acontecia, o símbolo deixava de ser ponto de convergência entre as consciências para se tornar um motivo de dúvidas, uma necessidade de interpretação, por meio de outros símbolos. A tessitura simbólica não apenas unia as mentes. Ela também poderia converter-se em motivo de disputa, de conflitos, que acabavam por mudar as feições das palavras.[363]

---

[360] Essas metáforas foram elaboradas em: BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.288.
[361] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.290.
[362] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.288.
[363] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.367. Podemos pensar como o próprio Bomfim acreditava na importância dessas disputas ao afirmar, por exemplo, que a elite brasileira não sabia o significado de república e de liberdade. Não estaria ele propondo novos significados para essas palavras? Lutando para que outras ideias e aspectos pudessem abrigar-se sob esses símbolos? Os novos sentidos propostos por Bomfim para o termo república serão trabalhados na parte 3 dessa dissertação.

No entanto, havia alguns momentos em que as condições apresentadas à consciência eram tão novas e o pensamento feito tão original que já não era mais possível encaixá-lo aos símbolos disponíveis. Nesses casos, as palavras pareciam "vazias e inanes", ocas, sem vida. O que fazer então? A resposta de Bomfim foi categórica: "Quebrem-se os moldes simbólicos que já não podem conter o que é realmente novo: pouco importa!".[364] Afinal, "todo verdadeiro reformador e inovador de pensamento teve que ser um revolucionário, porque toda renovação de ideias exige o despedaçar de símbolos, em que se abrigam os valores que devem ser substituídos, e em que o passado procura resistir e conservar-se".[365] O pensamento original exercia uma "pressão" sobre as tradições mentais, e, para acompanhar o desenvolvimento das ideias, o vocabulário tinha de multiplicar-se e transformar-se. Essa transformação resultava em neologismos, na criação dos novos conceitos e elaborações. Para funcionar e para ser vida, o pensamento precisava de se livrar dos antigos moldes da linguagem. A imaginação exigia algum grau de destruição. Era preciso atacar os símbolos cediços sob os quais viviam as ideias não mais condizentes com o presente:

> E, se pensamos, temos de atacar a todas essas carapaças fósseis, em que se nos opõem ideias mortas. Ou isto, ou teríamos de ir levando no pensamento todo o peso e o embaraço desses cadáveres, com as funestas consequências de envolver os juízos no que já é expressão de morte.[366]

Por querer que a linguagem fosse expressão de vida e não uma carapaça fóssil, o autor criticou duramente o "formalismo", considerado "espécie mais estúpida de conservantismo".[367] Por formalistas, Bomfim compreendia aqueles autores que se apegavam à forma da linguagem, que combatiam mudanças na estrutura gramatical, fonética, ortográfica e sintática das línguas e, até mesmo, os neologismos. Eles transformavam os símbolos em "cascos, inteiramente vazios", onde já não havia mais vida. Muitos dos eruditos e dos gramáticos só sabiam "conviver com cadáveres", andavam por aí abraçados com eles, vivendo entre termos, palavras, estruturas linguísticas e mesmo ideias mofadas, que já não pertenciam ao presente e que tentavam teimosamente arrastar para o futuro.

O olhar míope que esses autores tinham em relação à linguagem, bem como a relação de morte que estabeleciam com os símbolos fazia com que quisessem "acorrentar" o pensamento brasileiro ao "vernaculismo erudito" lusitano, impedindo a própria evolução das tradições mentais brasileiras. Os gramáticos e eruditos amantes de cadáveres faziam

[364] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.362.
[365] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.365.
[366] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.365.
[367] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.365.

"intervenções artificiais" na linguagem, pensando ser deformação da língua e erro gramatical toda e qualquer transformação. De forma enérgica, o autor assim posicionou-se em relação aos puristas da língua:

> Que eles fiquem onde estão, e quem tem o que dizer, que o diga. (...). Multipliquem-se os reputados erros: pouco importa, se quem assim o faz tem a íntima necessidade de ser novo, e com isto, o direito de errar. (...). Se considerarmos tudo isto, vem o ímpeto de gritar aos que conduzem o pensamento: errem! contanto que, nesses erros, o entendimento se refaça; contanto que, por eles, novas sugestões venham estimular as consciências; errem propositadamente.[368]

A partir desse trecho, mas também de outras críticas feitas ao purismo ao longo da obra, podemos delimitar melhor como o autor se posicionou diante dos principais debates intelectuais relativos à língua que ocorreram nas primeiras décadas do século XX. Em 1907, a Academia Brasileira de Letras propôs uma primeira reforma ortográfica que abriu uma série de discussões, com direito a polêmicas, réplicas e tréplicas. Havia, de um lado, "os puristas ou legitimistas, defensores da aplicação dos cânones gramaticais e avessos a tudo que se afastasse da linguagem culta"; do outro, aqueles que "enfatizavam o distanciamento do português da América, combatiam o apego ao formalismo", advogando "a legitimidade dos brasileirismos e das construções populares".[369] Do lado dos legitimistas, estava Olavo Bilac que disse, com todas as letras, ser "um purista extremado, de um purismo que abeire da caturrice".[370] Do lado oposto, estavam, como vimos, João Ribeiro, Oswald de Andrade, mas também Monteiro Lobato, que zombava do "dualismo" dos escritores: eles escreviam e publicavam em português, mas em casa, de pijamas, com a mulher, só falavam mesmo em "brasileiro".[371] Mário de Andrade também saiu em defesa do idioma nacional, afinal: "A *língua brasileira*" era "uma das mais ricas e sonoras" e possuía o "admirabilíssimo ão".[372] Não se poderia combater tal beleza com regras ortográficas e fonéticas vindas de Portugal!

Bomfim se posicionou de modo bem claro nessa polêmica: os puristas representavam um atraso para o pensamento nacional, por não reconhecerem a linguagem como algo vivo, dinâmica e em evolução. Nesse sentido, o autor compartilhou com alguns escritores, como João Ribeiro, Monteiro Lobato e Mário de Andrade, a ideia de que um modo de pensar brasileiro

[368] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.361.
[369] LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil*, op. cit., p.243-244.
[370] BILAC apud LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil*, op. cit., p.250.
[371] LOBATO, Monteiro. Nosso dualismo. In: LOBATO, Monteiro. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. p.121-125. Publicado originalmente em 20 de março de 1926, no jornal paulista *Diário da Noite.*
[372] ANDRADE, Mário de. Prefácio interessantíssimo. In: BATISTA, Maria Rossetti; LOPEZ, Telê Porto Ancona; LIMA, Yone Soares de (org.). *1º tempo modernista:* 1917/1929. Documentos. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. p.194.

exigia uma língua brasileira. Havia entre eles um comum entusiasmo em relação aos neologismos, às variações de vocabulários, aos "erros" e às criações linguísticas do "povo", muito mais naturais e vibrantes do que as dos eruditos. A obra *Pensar e dizer*, desse modo, possuía pontos de convergência com esses e outros autores que escreveram nas décadas de 1910 e 1920, combatendo o purismo e a erudição mortificante, celebrando "a contribuição milionária dos erros" e a importância da destruição na criação.

A partir dessas considerações de Bomfim em relação aos gramáticos amantes de cadáveres percebemos como os escritores poderiam manter diferentes tipos de relação com a tessitura dos símbolos. Eles poderiam escolher ter com ela uma relação de morte: apegando-se às estruturas arcaicas da língua, impedindo o seu desenvolvimento natural, condenando as transformações que permitiam a linguagem e as próprias sociedades humanas se reformarem. Por outro lado, seria possível também manter uma relação de vida com os símbolos, fazendo as ideias palpitarem. A atividade artística e, principalmente, a poesia exerciam "ação especialmente *vivificante* na linguagem".[373] Os símbolos se fariam "sinais inertes", e morreriam, se novo "influxo de imaginação" não viessem vivificá-los. Os "traços de imaginação" que se expressavam na poesia tinham justamente essa capacidade de trazer novidade de valor aos símbolos, imprimir-lhes novas cores. O poeta apareceu como uma figura central no livro *Pensar e dizer*, no qual tópicos foram destinados exclusivamente à poesia, ente eles: "Função mental e social da poesia", "O lirismo brasileiro" e "O ritmo e a arte na poesia", bem como o capítulo "A simbólica na literatura". O interesse de Bomfim pela poesia permaneceu e, anos depois, em sua trilogia dedicada à história do Brasil, essa manifestação linguística foi pensada como uma das formas pelas quais a imaginação poderia transformar as feições das tradições nacionais. No ensaio *O Brasil Nação,* por exemplo, Bomfim dedicou-se a pensar a poesia nos tópicos "O poeta", "O influxo da poesia nacional" e "O lirismo brasileiro".

Considerando a importância conferida à poesia nessas obras, cabe-nos perguntar: por que o poeta exercia uma função mental e social tão importante para Bomfim? Para ele, na dinâmica da evolução linguística, as palavras poderiam se tonar "gastas", "cediças", incapazes de impressionar, evocando ideias automaticamente usadas e repetidas no mentalismo geral. O poeta, no entanto, devido à sua sensibilidade, tinha outra relação com o mundo, conseguindo não apenas ver e sentir a realidade de forma diferente, mas também (o que era mais importante) fazer "das vibrações sentidas representações de pensamento comunicável".[374] O poeta seria

[373] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.159. Grifos nossos.
[374] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.310.

capaz de levar a vida sentida para as palavras. A poesia era, assim, o que uma "concepção penetrante e estética" pôde "*surpreender* entre os seres e coisas". O lírico infiltrava-se na beleza que há na vida e na natureza, e no-la dava em símbolos.[375] A inteligência do poeta foi vista como uma "penetração intensiva da realidade",[376] a partir da qual ele animava e "retemperava" as ideias, dando-lhes valor distinto do "regime trivial de pensamento". Mais importante ainda: as imagens construídas pelo poema, o seu ritmo e sua forma, engolfavam as consciências, que mergulhavam "nas tonalidades de colorido e de afetos". O poeta permitia novas formas de pensar e estimulava o sentir, a partir das "ondas de afeto" da poesia. A palavra onda e o verbo engolfar utilizados por Bomfim apontavam para uma ideia de que a literatura e, especialmente, a poesia, eram capazes de atrair as consciências, tal qual o movimento do mar que puxa para si quem nada em suas águas. Devido a essa capacidade, a poesia tinha um forte poder de "sugestão": ela sugeria às consciências novas formas de viver, de pensar, de sentir e de agir. A partir dessa caracterização, podemos entender a "função social e humana" que Bomfim conferiu à poesia: "por ela se reacendem as ideias, ao mesmo tempo que, em múltiplos estímulos, por novas formas, se apuram e se expandem os sentimentos".[377]

É importante destacar que Bomfim tratou ao longo da obra *Pensar e dizer* também do "poeta sem versos", indicando que a poesia poderia estar presente em obras de natureza muito diversas. Esse era o caso da prosa de José Alencar, marcada por "visões poéticas" e, até mesmo, da ciência de Darwin, autor que conservou "as qualidades características do poeta no tratar da natureza".[378] No ensaio o *Brasil na América*, essa ideia voltou a aparecer, quando Roberth Southey foi considerado um "poeta historiador".[379] Esses exemplos revelam como, para Bomfim, a poesia remetia não apenas para um gênero literário específico, mas também para uma forma de se lidar com a realidade e de se estabelecer uma relação de vida com os símbolos, na qual as ideias e sentimentos poderiam pulsar e não apenas repetir o regime trivial de pensamento.

O poder da imaginação, que se expressava em poemas e nas obras dos "poetas sem verso", transformava a linguagem e, consequentemente, as organizações sociais. Citando o poeta francês Sully-Prudhomme, Bomfim pensou a poesia como "o sonho pelo qual o homem aspira a um viver superior".[380] Essa ideia foi reafirmada anos mais tarde, na obra *O Brasil*

[375] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.159. Grifos nossos.
[376] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.186.
[377] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.186.
[378] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.161, nota 47.
[379] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América:* caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p.285.
[380] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.159.

Nação, na qual o autor, ao se referir ao dramaturgo e poeta norueguês Henrik Ibsen (1828-1906), considerou grosseiro e simplista ver as criações artísticas apenas como mentiras e fantasias. Em resposta a essa concepção, as obras de Ibsen foram caracterizadas como "mentiras vitais", "fecundas ficções" nas quais se definiam o progresso e se consagravam os ideais. Criações artísticas como as dele eram "encantadoras irrealidades", "símbolos" nos quais se erigiam "as verdadeiras construções sociais". As ficções, mentiras, irrealidades foram tomadas como sendo, na verdade, "miraculosos e irresistíveis impulsos para a necessária eliminação de tudo que, do passado, já é *peso morto*".[381] Em todas essas afirmações de Bomfim, percebemos o poder conferido à imaginação de criar nova vida, de erigir novas construções sociais e de destruir o passado morto que resistia no presente.

A imaginação envolvia, ao mesmo tempo, uma dimensão destrutiva e uma capacidade construtora, consideradas fundamentais para se criar o novo e para se "retemperar" as sociedades. No entanto, é importante destacar como, em alguns momentos da obra *Pensar e dizer*, a dinâmica temporal dos símbolos assumiu formas bem menos complexas e mais lineares do que estas apresentadas anteriormente. A valorização da destruição conviveu com uma valorização do acúmulo e com a ideia de que a linguagem e o pensamento humano foram evoluindo no sentido de uma maior capacidade de abstração e de autoconsciência. Nesse sentido, Bomfim pensou como, ao longo da história da humanidade, foi se formando um "tesouro de símbolos", um legado que a marcha humana deixou sobre a terra. Em outro momento, a tessitura de símbolos foi pensada como um "reservatório mental, comum", disponível para as consciências. Os termos reservatório e tesouro remetiam para uma concepção de acúmulo crescente que abria pouco espaço para a destruição e para o lugar do presente na "adaptação" dos símbolos.

Uma metáfora de Bomfim resumiu bem essa concepção evolutiva que apareceu em alguns momentos da obra: a simbolização era uma escada por meio da qual o espírito humano foi ascendendo para poder contemplar a si mesmo e o mundo. E quais eram os degraus dessa escada? Justamente os símbolos, que permitiam um conhecimento cada vez mais abstrato, generalizado e eficiente da consciência humana e do universo. Ao analisar essa direção atribuída por Bomfim à evolução linguística, Francisco Portugal afirmou que ele elaborou um "evolucionismo simbólico", que, apesar de desprezar fatores mesológicos e raciais, acreditava que seria possível mensurar a evolução humana a partir da capacidade de abstração.[382] Partindo

[381] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*: realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p.527.
[382] PORTUGAL, Fernando Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim, op. cit., p.602-603.

desse viés mais evolucionista, o autor classificou os povos na obra *Pensar e dizer*, indicando como "os selvagens", assim como as crianças, tinham menor capacidade de abstração. As línguas arianas foram caracterizadas como as mais propícias para a abstração, quando comparadas a todas as outras.

Podemos ver, desse modo, como o valor dado à destruição na inovação da linguagem conviveu com a ideia de acúmulo e com a utopia de uma consciência humana cada vez mais capaz de conhecer a si mesma e ao mundo. Utopia que sonhava com um pensamento cada vez mais liberto das amarras imediatas do tempo e do espaço e com sociedades cada vez mais capazes de controlar o mundo a partir dos símbolos. Desse modo, uma abordagem que pensou em termos evolutivos e que concebeu os símbolos de forma instrumental, ou seja, como instrumentos de um pensamento cada vez mais eficiente e abstrato, conviveu com uma aposta na capacidade da simbólica de emocionar, de causar o espanto e de criar o inesperado. Acúmulo e destruição conviveram de forma tensa nessa teoria que Bomfim fez da linguagem.

Essas ambiguidades fizeram da obra *Pensar e Dizer* um livro multifacetado e escrito a partir de diálogos muito diversos. Para além das relações de Bomfim com o campo da psicologia, é importante ressaltar o diálogo estabelecido com João Ribeiro. Bomfim apropriou-se da forma como Ribeiro pensou a dimensão histórica do vocabulário, sua concepção evolutiva e orgânica das línguas, bem como a possibilidade de se ler a história nas palavras, sendo que duas de suas obras foram citadas ao longo de *Pensar e Dizer*: *A língua nacional* (1921) e *A gramática portuguesa: curso superior* (1887). O livro, em alguma medida, também apresentou reflexões de natureza estética, pensando as formas a partir das quais a literatura poderia afetar as consciências. Nessas reflexões, a maioria dos poemas analisados como "documentos de pensamento e linguagem" foram os de poetas românticos, como Gonçalves Dias, Castro Alves, Junqueira Freitas, Casimiro de Abreu e Álvares de Azevedo.[383] A própria forma como Bomfim pensou e caracterizou o poeta, em sua relação privilegiada com a natureza, foi marcada por uma "sensibilidade romântica".[384] O artista apareceu como "um ser dotado de intuição especial

[383] Alguns poemas de autores que tiveram a sua obra marcada predominantemente pelo parnasianismo, como Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Raimundo Correa, foram também analisados por Bomfim.

[384] Segundo Gontijo, Bomfim pode ser compreendido como "um pensador dotado do que pode ser identificado como uma *sensibilidade romântica*, sendo que esta teria sido informada por suas leituras dos historiadores europeus e escritores brasileiros do início do século XIX". Entre essas leituras estavam os poetas românticos brasileiros, citados acima, e historiadores como Michelet e Thomas Carlyle. GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na história*. (Dissertação de mestrado). Niterói: UFF/Departamento de História, 2001. p.126. Por mais que o romantismo não tenha sido um movimento propriamente organizado e autores muitos diferentes sejam considerados românticos, podemos pensar como traços do ideário romântico: a busca por uma afinidade entre os homens e a natureza física, a crença na reintegração do indivíduo a um todo, a um eu coletivo e universal; a valorização da busca das raízes primitivas, originais, fiadoras da autentica cultura nacional; e o

capaz de ver além dos contemporâneos",[385] justamente por isso ele tinha o poder de "retemperar" e "vivificar" a linguagem.

***

A partir desses diálogos diversos, a obra *Pensar e dizer* construiu uma interpretação que conferiu aos símbolos lugar central na configuração das tradições mentais das coletividades. Para Bomfim, os povos possuíam sistemas de símbolos próprios que se formavam historicamente e que conformavam as feições das nações. Os símbolos, no entanto, não apenas agiam sobre os indivíduos: esses também tinham uma agência e poderiam adaptá-los e "retemperá-los". Essa relação entre linguagem, tradição e imaginação abordada na obra *Pensar e dizer* apareceu posteriormente, de forma menos conceitual e mais diluída, na trilogia de formação nacional escrita por Bomfim anos depois. A nossa hipótese é a de que essa elaboração do autor sobre o mundo dos símbolos configurou um modo específico de se escrever a história do Brasil, que será agora abordado. Buscaremos responder: como Bomfim construiu sua história do Brasil a partir dos "documentos de linguagem e de pensamento"? Como "as tradições nacionais" foram caracterizadas a partir da língua nacional? E, por fim, como as palavras, as ideias e a poesia agiram na formação da nação?

movimento na direção do mundo sensível para um encontro com o corpo e com a verdadeira alma da nação. DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República,* op. cit., p.145.

[385] VELLOSO, Monica Pimenta. *História & modernismo,* op. cit., p.20. Segundo Velloso, o artista foi pensado como esse ser dotado de intuição especial em diversas matrizes do pensamento romântico.

CAPÍTULO 4 - A FORMAÇÃO NACIONAL E AS PALAVRAS

No ensaio *O Brasil na América,* Manoel Bomfim, ao tentar delimitar o que definia uma nacionalidade, apontou para a natureza psíquica dos laços que uniam os membros de uma nação. Para o autor: "do choque das tradições, nos povos misturados", resultava sempre "um desfazer e refazer de tipos e de instituições sociais, caracterizadas em novas tradições". O essencial, nessas unificações refeitas, era, "todo de *natureza psíquica*". O caso da "França moderna" era emblemático nesse sentido: pouco importava se o picardo e o normando eram etnograficamente distintos do provençal ou do gastão, uma vez que, sobre essas modalidades originárias, formou-se "o tipo psicológico" em que se definiu a nacionalidade francesa.[386] De forma parecida, o ensaio *O Brasil na História* apontou que um fator importante na formação de um povo era a "semelhança mental e moral" entre os seus membros.[387] Ao longo desses dois ensaios, mas também no *Brasil Nação*, o autor caracterizou a nação brasileira a partir de uma "mentalidade", de uma "harmonia de consciências" e de uma "síntese de qualidades psíquicas". Tal associação entre a nação e uma mentalidade, entre um povo e uma psicologia específica pode ser abordada de forma mais complexa quando sabemos o que o autor compreendia por psicologia. Como vimos, a partir da análise da obra *Pensar e dizer*, a vida psicológica estava atrelada para Bomfim à linguagem e aos símbolos. Essa concepção continuou presente ao longo dos ensaios, uma vez que a semelhança mental e moral dos brasileiros foi analisada e pensada a partir de diversas manifestações linguísticas. As tradições nacionais que configuravam a sociedade brasileira possuíam, na narrativa do autor, uma tessitura simbólica específica, na qual a língua nacional ocupava um papel central.

Apesar das semelhanças, é necessário apontar também algumas diferenças e descontinuidades entre a trilogia e a obra *Pensar e dizer*. Ao longo dos ensaios, não houve uma discussão conceitual densa sobre a linguagem e fatores que extrapolavam a dimensão simbólica foram mobilizados para pensar a "alma nacional". Esse era o caso dos costumes mais arraigados presentes no cotidiano das populações e que não estavam mediados pelos símbolos, como os hábitos alimentares. Podemos perceber também uma preocupação com a dimensão material e econômica da sociedade, muito atrelada ao conceito de classe, que em momento algum esteve

[386] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.187.
[387] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.149.

presente na obra de 1923. Apesar dessas diferenças e da pluralidade de fatores a partir dos quais as tradições nacionais foram abordadas na trilogia, a linguagem continuou a ser considerada fator essencial para se pensar os laços que uniam os brasileiros. A língua foi tomada por Bomfim como um documento, cuja análise revelava o processo de formação nacional. Esse processo teria deixado, nas palavras do autor, "vestígios na linguagem", que poderiam ser interpretados para se compreender a história do Brasil.

O procedimento adotado por Bomfim de tomar a língua como objeto a ser analisado para se descortinar o passado nacional nada tinha de natural ou de óbvio. Ele correspondia a novas demandas teóricas que, desde fins do século XIX, levaram a uma reformulação dos documentos analisados na escrita da história do Brasil. Entre essas demandas, estava a de se alcançar os estratos mais profundos da história nacional, que melhor revelariam a identidade do povo brasileiro. Tais estratos não poderiam ser acessados e compreendidos se a narrativa histórica se resumisse à crônica política e militar, elaborada por meio dos documentos escritos e oficiais. Era preciso estar atento não apenas a cronologia, mas também a um sentido profundo e essencial da história. Como afirmou Freyre em seu diário, em 1921, era preciso "uma história sociológica, psicológica, antropológica e não cronológica".[388] Fazia-se necessário ir além da superfície aparente das datas e dos fatos.

A busca por uma história mais profunda e sociológica do povo brasileiro, que pudesse revelar o sentido de sua evolução foi uma agenda teórica que se organizou, principalmente, a partir de fins da década de 1870.[389] Ao longo das primeiras décadas do século XX, essa demanda continuou presente e os debates historiográficos pensavam nas maneiras de se construir uma história marcada por um olhar sintético e abrangente, capaz de interpretar o passado.[390] Em sintonia com essa nova agenda teórica, o conceito de formação passou a ocupar, entre fins do século XIX e começo do século XX, um lugar central em diversas histórias do Brasil, apontando para uma história escrita a partir de uma temporalidade mais alargada, na qual processos e sujeitos anônimos passaram a ocupar um lugar de destaque.

[388] FREYRE, Gilberto apud NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história*: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.325.
[389] TURIN, Rodrigo. *Tessitura do tempo*: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013. Conferir especialmente o capítulo 4: A história profunda da nação: conjunções e distensões entre o etnográfico e o histórico (1870-1910).
[390] Para pensar a importância conferida à interpretação e ao olhar sintético nos debates historiográficos desse momento, conferir: GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996; DETONI, Piero Di Cristo Carvalho. *Síntese como desafio historiográfico na primeira república.* Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP/Departamento de História, 2013.

Com a consolidação desses novos desafios teóricos e epistemológicos, autores como Capistrano de Abreu, Sílvio Romero e José Veríssimo consideraram que o casamento entre a história e a etnografia poderia permitir o acesso a essa história mais profunda da nação e de sua formação. Uma história de longa duração foi construída por eles a partir da investigação dos aspectos linguísticos dos povos. Capistrano de Abreu, baseou-se em uma etnografia linguística para distinguir as diferentes famílias das populações indígenas, buscando compreender e estabelecer "um sistema cultural próprio a essas populações, por meio de seus relatos, lendas e crenças".[391] No caso de Romero e de Veríssimo, a poesia popular e o folclore foram alçados ao estatuto de documentos para a reconstrução da história nacional. Ambos analisaram poesias e contos populares, comparando as diferentes versões do folclore brasileiro com as versões do folclore português, buscando compreender, a partir das variações encontradas, o processo de singularização da cultura nacional.

Também no *Almanaque Garnier,* as manifestações linguísticas foram pensadas como objetos privilegiados para se investigar a nação e a sua história. Em um artigo de Elysio de Carvalho, de 1907, por exemplo, a linguagem foi caracterizada como "expressão direta, símbolo exato da vida interior". Por isso, ela deveria ser analisada com atenção, especialmente a língua, que era um "organismo vivo" que evoluía "com o mundo, com os homens, os sentimentos e as ideias".[392] Investigar essa evolução era, assim, fundamental para se compreender a vida das sociedades. O editor do *Almanaque*, João Ribeiro, afirmou, em 1912, o compromisso do periódico com essas investigações, ao escolher manter a seção dedicada ao folclore. Ao tratar do folclore, os artigos publicados no almanaque abordaram as mais diferentes manifestações anônimas e populares, como lendas, mitos, poesia popular, quadras, contos, cancioneiros e trovas. Ao defender essa seção, Ribeiro expressava um desejo compartilhado com outros intelectuais de identificar o vocabulário e as expressões populares com uma cultura nacional.[393] Os nomes de autores interessados em ler a história a partir das palavras nesse período poderiam ser multiplicados. Podemos também pensar nos diferentes dicionários e compêndios de expressões brasileiras, que não deixavam de contar, de alguma maneira, uma história do Brasil, na qual se entrelaçavam formação nacional e evolução linguística. Esse foi o caso, por exemplo, do *Léxico de Lacunas*, escrito por Afonso Taunay e publicado em 1914, no qual o autor registrava o significado de "termos vulgares, correntes no Brazil, (...) ainda não apontados nos

[391] TURIN, Rodrigo. *Tessitura do tempo*, op. cit., p.234.
[392] CARVALHO, Elysio. A esthética da língua portuguesa *apud* DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República,* op. cit., p.90.
[393] DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República,* op. cit., p.121.

grandes diccionarios da língua portuguesa".[394] As obras *O dialeto caipira* (1920), de Amadeu Amaral e *O linguajar carioca* (1922), de Antenor Nascentes também foram exemplos de textos que partiram do vocabulário para se abordar a história da nação, especialmente de suas regiões.

Todos esses exemplos mostram como diferentes intelectuais investigaram as particularidades da língua brasileira, buscando registrar e divulgar diferentes manifestações do vocabulário popular, do folclore e do cancioneiro. A partir dessas práticas intelectuais, a linguagem pôde ser investigada como objeto, pôde ser apropriada como um documento a partir do qual seria possível escrever a história da nação. A escrita da história começa, como indicou Michel de Certeau, com o gesto de separar, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira no mundo. Esse gesto consiste, na realidade, em produzir tais documentos, pelo simples fato de os recopiar e de os transcrever. Os objetos são, assim, criados pelo ofício do historiador, que acaba por mudar o seu lugar e o seu estatuto no mundo. A operação científica isola um corpo e o estabelece como objeto abstrato de um saber. Nesse sentido, os documentos não são dados, mas sim constituídos. O material a partir do qual a história pôde ser escrita foi criado por ações combinadas, que o recortaram no universo do uso e que o destinaram a um constante reemprego.[395] Foi assim também no caso aqui analisado: a língua só pôde configurar-se enquanto documento a partir de deslocamentos teóricos e epistemológicos que atribuíram a ela um lugar específico, bem como de operações intelectuais distintas, como a de "ir até a povo", coletar e transcrever suas produções. Esses deslocamentos e operações criaram uma espécie de "coleção" das manifestações linguísticas da nação, um *corpus* de palavras, expressões e poesias "populares", que pôde estar disponível para aqueles que queriam escrever a história do Brasil.

A língua nacional, a poesia popular e as tradições nacionais

Manoel Bomfim, em sua trilogia, apropriou-se dessa "coleção", construindo uma interpretação da nação a partir da língua, em diálogo com autores que haviam, anteriormente, analisado o vocabulário brasileiro e recolhido contos e cantos populares, como Sílvio Romero, Leonardo Mota, Araripe Júnior e Batista Caetano de Almeida Nogueira. No capítulo IV do ensaio *O Brasil na América*, "O gentio: a sua incorporação no Brasil nascente", o autor analisou o lugar

[394] TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. *Léxico de lacunas*: subsídio para os dicionários de língua portuguesa. Tours: Impremerie E. Arrault et Cie, 1914, p.7.
[395] CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.69.

que os povos indígenas ocuparam na formação nacional a partir das palavras de origem tupi-guarani existentes no "léxico brasileiro":

> Durante o primeiro século da vida colonial, a língua geral do gentio espalhada pela massa do povo, era mais usada por ele do que o próprio português. E até hoje, o nosso falar guarda efeito do que eles nos ensinaram na sua língua e os guardará eternamente. Não será exagero admitir que, tudo computado, *o léxico brasileiro* contém de três a quatro mil palavras filiadas ao tupi-guarani. Uma tal injeção de termos diz muito bem o largo contato que tivemos com o indígena.[396]

Bomfim mobilizou fontes primárias publicadas na revista do IHGB para mostrar a importância da língua geral nos três primeiros séculos de colonização. O autor buscava comprovar como, na formação da sociedade colonial, a comunicação se dava a partir de uma verdadeira mistura entre elementos do português e de línguas indígenas. Mesmo a língua falada pelos brasileiros no século XX estava repleta de palavras oriundas do tupi-guarani, "vestígios" mobilizados como prova da "assimilação" desses povos pelos portugueses. Uma das principais teses do ensaio *O Brasil na América* foi a de que os "naturais" ou os "brasis" foram absorvidos para a formação da população colonial. Essa tese foi explicada a partir da língua que os brasileiros falavam.

A fala popular tinha, para Bomfim, um modo característico de formar palavras: o "caboclo" estava acostumado "a justapor imediatamente os termos na feição das ideias", como no caso de "peixe-boi" e "sapo-cururu". Essa lógica de formação de vocábulos guardava influência da língua geral e dos seus traços tupis, como as "acumuladas composições" e "a ausência de flexões". Quem analisasse essas palavras, rapidamente perceberia como o verbalismo se fazia, em muitos casos, por meio de um "regime mental" idêntico ao falar tupi. Também os vícios de linguagem e os erros usuais cometidos pelo povo eram bem diferentes daqueles que se via na "massa inculta em Portugal". Por aqui, "a gente do povo" não pronunciava obstáculo, advogado, filho e folha, mas sim "adivogado", "obistaculo", "fio", "merguio", "fôia". Todas as articulações complexas foram eliminadas, gerando uma "suavização geral" do falar brasileiro. Esses vícios da fala popular ou os "erros" não foram condenados. Pelo contrário, eles davam acesso às adaptações feitas pelo povo na língua falada em Lisboa.

A fonética do idioma nacional foi outro fator a partir do qual Bomfim pôde pensar a singularidade da nação: a dicção brasileira era muito mais branda do que a portuguesa, um "efeito do falar indígena", mas também dos "cruzamentos" das diferentes tradições ao longo da

[396] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.110 e p.112.

formação nacional. O temperamento do português, devido a "facilidade e a frequência dos cruzamentos" com indígenas e africanos, abrandou-se em terras brasileiras. No Brasil, as "raças componentes" fundiram-se e os preconceitos que criaram as castas em outras colônias "desfizeram-se" no país. A mistura das tradições e a consequente ausência de preconceitos permitiram que o temperamento do brasileiro fosse muito mais brando do que o do português, o que ficava evidente na própria pronúncia da língua nacional:

> E estimemo-nos nessa brandura, que nos deu *a dicção grata aos ouvidos*, com o *maior valor das vogais*; a brandura com que se quebrou, na alma de nossas gentes, a crueza dos inquisidores, a ferocidade chacal dos negreiros. Quando uma tradição se ajusta a outra, ambas se abrandam.[397]

A brandura da "alma de nossas gentes" foi conformando a língua portuguesa e deu-lhe uma dicção própria, muito suave e gostosa de escutar.

Curiosamente, o verbo abrandar, mobilizado por Bomfim para caracterizar a formação da fonética da língua nacional, foi empregado, alguns anos depois, por Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, também para pensar os traços típicos do português brasileiro:

> A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles. Daí esse português de menino que no norte do Brasil, principalmente, é uma das falas mais doces deste mundo. Sem rr nem ss, as sílabas finais moles; as palavras que só faltam desmanchar-se na boca da gente. (...). E não só a linguagem infantil *se abrandou* desse jeito, mas a linguagem geral, a fala séria, solene da gente grande, toda ela sofreu no Brasil o contato do senhor com o escravo, um amolecimento de resultados às vezes *delicioso para o ouvido*.[398]

Esses trechos indicam como, para ambos os autores, o português falado no Brasil era mais sonoro, mais gostoso de ouvir. Afirmação que revelava uma clara identificação emocional e identitária com o idioma. Outro ponto em comum, e mais importante para o que nos interessa aqui, é a maneira como eles pensaram os encontros entre raças e culturas na história do Brasil a partir da estrutura fonética da língua, na qual se materializava a dinâmica social mais ampla que marcou a história do Brasil. No caso de Freyre, teria sido principalmente a "ama preta" que teria amolecido e adocicado a língua portuguesa. Bomfim, por sua vez, teve como foco principal as misturas entre portugueses e indígenas, mostrando como os modos de falar e pensar tupi

[397] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.335. Grifos nossos.
[398] FREYRE. Gilberto. *Casa Grande & Senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003. p.414-415. Grifos nossos. Ver também: BORBA, Lilian do Rocio. Entre a casa grande e a senzala: enunciados sobre a formação do português falado no Brasil. *Stockholm review of latin american studies*, n.8, mar. 2012.

abrandaram a dicção lusa. O amolecimento da língua contava, assim, a própria história das misturas e encontros entre povos. O colonizador português, devido a seu caráter "plástico e assimilador", juntou-se "francamente, em sangue e costumes, aos indígenas".[399] Plasticidade que se manifestou, desse modo, nas próprias transformações linguísticas.

Nessas afirmações de Bomfim acerca da adaptação do português no Brasil, podemos ver como ele retomou algumas formulações teóricas apresentadas na obra *Pensar e dizer*. Ao longo desse livro, o autor apresentou a ideia de que o povo era o "soberano da língua", refletindo como as expressões estrangeiras, que abundavam no cotidiano na década de 1920, eram rapidamente adaptadas e recriadas pelos brasileiros. Essa mesma ideia foi projetada para o passado no ensaio *O Brasil na América.* A língua portuguesa foi moldada pelo povo e, por isso, transformada em outro idioma. Os encontros entre as tradições distintas formaram um "povo misturado" e deixaram marcas nas formas de pensar, "no regime mental" e, consequentemente, nas formas de falar, que testemunhavam o próprio processo de formação nacional.

Tal mistura de tradições se manifestava não apenas na fonética e no vocabulário, mas também nas expressões da "alma popular", como o folclore, a poesia e os cantos. Para estudá-las, segundo Bomfim, era necessário "verificar lucidamente como, do encontro das três tradições veio a constituir-se uma poesia popular de aspecto próprio, em valor específico". O essencial, para quem estivesse disposto a intrometer-se no assunto, era "acentuar" o que havia "de novo e característico no folclore brasileiro", verificando "a fórmula da combinação".[400] As misturas que originaram uma poesia popular brasileira poderiam ser observadas, por exemplo, nos desafios e jograis tão comuns nos povoados do sertão. Para analisar essas manifestações populares, Bomfim dialogou com a obra *Cantadores* (1921), na qual Leonardo Mota, membro da Academia Cearense de Letras, registrou e analisou diversos desafios, cantigas e jograis do "povo cearense". No entanto, não apenas nos livros estavam as fontes de Bomfim. O autor fez questão de destacar como ele próprio conhecia esse povo do sertão e como viu de perto essas manifestações.

Partindo de sua experiência e das obra de outros autores, Bomfim analisou a "sextilha petulante ou chistosa dos longos e sensacionais desafios" que era possível presenciar-se no Norte.[401] Esses desafios eram a prova viva de como a "poesia espontânea de nosso povo" muito se diferenciava da "musa popular portuguesa", lírica, dolente, piegas. Os cantos que se originaram nesses sertões eram resultado da "tradição do caboclo destemido", orgulhoso de sua

[399] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.107-108.
[400] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.415.
[401] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.109.

coragem e alegre. A "poesia popular brasileira" formou-se a partir de um "ressumar surdo do temperamento do índio, infundindo-se em mentalidades novas para dar-lhes caráter próprio, como os inconscientes influxos do etrusco vieram destacar, na latinidade, a mentalidade do toscano".[402] O verbo "ressumar" tem como possível significado deixar cair gota a gota. Ao utilizar esse verbo Bomfim apontava para um processo lento no qual o temperamento indígena foi se infiltrando, gota a gota, no do português, formando no Brasil, uma "mentalidade nova". Processo não só lento, mas também surdo, silencioso, inconsciente e que só pôde ser desvelado porque deixou vestígios nas manifestações linguísticas populares. Nesse exemplo, fica claro como a linguagem era documento para se pensar uma história profunda, marcada por uma temporalidade distendida e anônima.

O método a partir do qual tais manifestações linguísticas deveriam ser analisadas foi bem delimitado por Bomfim: o que deveria ser investigado era como, em cada uma delas, as tradições se combinaram para formar algo novo. O mais importante eram as inovações e sínteses que se produziram. E foi justamente isso que o "Sr. Sílvio Romero", não tinha conseguido fazer, uma vez que, para Bomfim, ele teria caracterizado "a alma nacional pretendendo apresentar-nos recantos de índios, outros de português, ao lado do que ele dá como do puro negro".[403] O autor também questionou os pressupostos teóricos da "crítica objetivista de 187...", indicando que buscava afastar-se da crítica literária produzida nessa década.[404] Apesar das tentativas de afastamento, Bomfim compartilhou com Romero algumas concepções acerca da língua e alguns procedimentos adotados na abordagem da literatura como documento a partir do qual seria possível elaborar um sentido para a história do Brasil.[405] Uma primeira concepção compartilhada foi uma ideia muito ampla de literatura, pensada não apenas como obras escritas por literatos, mas também como literatura popular e anônima, composta pelo folclore, cantos, contos e lendas. Um jogo de polêmicas e insultos acabaram por esconder no *Brasil na América* diálogos e apropriações que Bomfim estabeleceu com as obras de Romero e, de forma mais ampla, com a crítica literária da geração de 1870.

---

[402] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.109-110.
[403] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.403.
[404] Bomfim não especificou quais foram os autores do "objetivismo literário de 187..." que ele criticava. Mas, pelo conjunto de referências à Silvio Romero ao longo da trilogia, ele parece ser o principal autor que Bomfim tinha em mente. Talvez também José Veríssimo, que teve a sua leitura do romantismo criticada por Bomfim no livro *Pensar e dizer*. Araripe Júnior foi outro crítico da geração de 1870 mencionado nos ensaios *Brasil na América, Brasil Nação* e também em *Pensar e dizer*, mas Bomfim não fez a ele nenhuma crítica específica.
[405] Sobre a *História da literatura brasileira* de Romero, ver: WEBER, João Hernesto. *A nação e o* paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. Especialmente o capítulo "Redimensionando a nação, a nacionalidade e a literatura: Sílvio Romero e José Veríssimo".

Alguns desses diálogos podem ficar mais claros quando pensamos, por exemplo, na obra *História da literatura brasileira* (1888) de Romero. Nela, o mestiço apareceu como um importante agente modificador da língua portuguesa, criador de novas manifestações que eram mais do que a simples justaposição de elementos africanos, indígenas e portugueses. O autor buscou indicar "na linguagem do atual povo brasileiro, formado do concurso de três raças", o que pertencia "a cada um dos fatores", quando muitos fenômenos já se achavam "baralhados, confundidos, amalgamados". Era preciso pensar quais eram os "agentes criadores" o os "agentes transformadores" na poesia popular. O mestiço foi pensado como sendo, por excelência, o agente transformador da língua, um dos principais fatores que contribuíram para a evolução da "linguagem popular brasileira" em uma direção diferente da portuguesa. Podemos ver no autor a ideia de um "mestiçamento" da literatura anônima e popular e a crença de que a singularidade da nação se revelava na língua. Nesse sentido, ele buscou detectar, na literatura, a expressão do processo de formação e afirmação da nação e, mais especificamente, do mestiço, tipo nacional por excelência. Por isso, sua história poderia ser pensada como "a história da miscigenação literariamente apresentada".[406] A ideia de Bomfim de que o folclore e a poesia popular eram resultado de misturas de tradições e expressões de um povo misturado dialogava, desse modo, diretamente com Romero e com alguns pressupostos de sua história da literatura.

Por outro lado, as diferenças e divergências também existiram, especialmente se tratando do lugar da raça e do meio na conformação da linguagem. Em muitos momentos do ensaio *O Brasil na América*, Bomfim chegou a afirmar que esses não eram fatores legítimos para se pensar o idioma e a poesia popular de uma nação. Noções empregadas por Romero como a "ação fisiológica dos sangues" na formação da literatura foram muito criticadas por Bomfim: "O bacharelismo se meteu a discorrer a respeito da literatura brasileira e, referindo-se ao nosso folclore, saiu-se com esta: '... o interesse da poesia popular é todo etnográfico...'. (...). Que ciência em derivar a musa popular de tal ou qual pigmento, cabelo ou crânio!".[407] Os bacharéis faziam uma ciência fajuta ao achar que seria possível pensar a língua a partir de uma abordagem etnográfica baseada na raça. A mesma crítica apareceu posteriormente no ensaio *O Brasil Nação*, no qual o autor afirmou que o "objetivismo crítico de 187..." pensou o lirismo romântico e o indianismo brasileiro a partir de um "tainismo mal digerido". A apropriação que

[406] WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso,* op. cit., p.72.
[407] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.415.

os críticos literários de 1870 fizeram da obra de Hippolyte Taine foi considerado uma "tonteira", uma vez que as teorias do crítico e historiador francês possuíam a

> vertiginosa insuficiência de quem pretende julgar de obras humanas como se elas brotassem diretamente de alimentos e climas, como se entre a natureza material e a obra do pensamento não houvesse a natureza psicossocial. As civilizações, e tudo que a elas se prende, não emanações diretas das forças cósmicas, mas derivações dessas mesmas energias através do espírito, ao influxo de toda a experiência humana.[408]

As "obras de pensamento" tinham um caráter psicossocial e não podiam ser pensadas como uma simples expressão de uma realidade material, física e biológica, uma vez que elas eram frutos das mediações a partir das quais a mente humana, em sua natureza social, compreendia e se referia ao mundo que a circundava.

Na obra *Pensar e dizer*, Bomfim também discutiu a insuficiência do meio físico para explicar as características da língua. O povo etrusco foi tomado como exemplo paradigmático para se explorar essas questões, uma vez que, por mais que compartilhasse com populações vizinhas as mesmas "condições ambientes", "da sua tradição, ele trazia um tão diverso idioma que, apesar de todas as inscrições conservadas, ainda hoje não foi conhecida a sua estrutura". Também no Brasil, alguns estudiosos já haviam mostrado a pouca importância do meio físico para se explicar a língua, entre eles Roquete Pinto, "o consciencioso e o eloquente naturalista da missão Rondon", que assinalou "a grande diferença de idioma entre os Parecis e os Nhambiquaras, tribos, entretanto, bem vizinhas".[409]

As manifestações linguísticas eram um assunto a ser tratado pela psicologia, pela sociologia e pela história. Essa foi a tentativa do autor na trilogia, principalmente no ensaio *O Brasil na América*, no qual a formação das tradições nacionais foi compreendida a partir dos diferentes modos de falar e das novas expressões que foram criados em território brasileiro. As transformações pelas quais passaram a língua, bem como a originalidade da poesia popular testemunhavam como, na história do Brasil, novas tradições mentais puderam se desenvolver, dando origem a um idiomatismo próprio, entrelaçado ao gênio nacional. A linguagem foi analisada, dessa forma, como uma espécie de espelho no qual a comunidade nacional poderia ver-se e tomar consciência de si.[410] Espelho a partir do qual o passado da nação se revelava,

[408] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.344-345.
[409] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.327.
[410] A ideia de espelho foi pensada a partir do seguinte artigo: VELLOSO, Monica Pimenta. Literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.239-263. No caso de Bomfim, não apenas a literatura, mas também, como vimos, a língua e o poesia popular assumiram essa função de espelho da nação, possuindo uma natureza documental.

especialmente aqueles processos "surdos" e inconscientes, muitas vezes inacessíveis para os historiadores apenas preocupados com a "erudição morta", com as "pequenices". Nesse sentido, podemos perceber como afirmações de natureza teórica que apareceram na obra *Pensar e dizer* foram mobilizadas por Bomfim também em seus ensaios de natureza histórica. Entre essas elaborações estava a ideia de que a vida das tradições nacionais estava atrelada à vida da língua. Um idioma próprio era a primeira manifestação que testemunhava a singularidade de uma nação, uma vez que lhe permitia modos próprios de falar, de pensar, de sentir e de compreender o mundo:

> E a língua se institui como função primeira de cada tradição humana; realiza-se numa estrutura viva, nimiamente ativa, desenvolvendo-se, evoluindo, expandindo-se, refazendo-se, progredindo e fortalecendo-se, como se desenvolve, e se expande, e se refaz, e progride o próprio espírito.[411]

De acordo com essa concepção de Bomfim, estudar o desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil era acompanhar a própria formação do espírito nacional, de suas tradições mentais. Desse modo, podemos afirmar que a trilogia buscou inserir-se em um projeto intelectual amplo e compartilhado de pensar a nacionalidade a partir de variações linguísticas. Caracterizar o idioma falado pelos brasileiros era uma forma de caracterizar a própria nação. Por isso, as adjetivações da língua nacional eram tantas e tão variadas nessas primeiras décadas do século XX: elas coadunavam-se com as mais diferentes representações da nação e do seu passado. A "língua curumim" de Mário de Andrade,[412] a língua adocicada de Freyre ou língua de um povo misturado, nos termos de Bomfim. São formulações diferentes, mas que apontavam para a mesma crença de que a língua revelava as singularidades da nação.

Sentir a nação: o poder da poesia e o lirismo brasileiro

Se a linguagem foi vista como um documento valioso para se compreender a nacionalidade, ela também foi pensada como força configuradora, como uma importante ferramenta empregada pelos homens para transformar as feições das tradições a partir da imaginação. Uma das formas na qual essa imaginação se expressava e configurava as sociedades era, para Bomfim, a poesia.

[411] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.34.
[412] Mário de Andrade fala da língua curumim em seu poema "O poeta e o amendoim", publicado no livro *O clã do* jabuti (1927): "Brasil... Mastigado na gostosura quente do amendoim.../ Falado numa língua curumim/ De palavras incertas num remeleixo melado melancólico.../ Saem letras frescas trituradas pelos meus dentes bons". ANDRADE, Mário de. Poesias completas. 4ª ed. São Paulo: Livraria Martis Editora, 1974. p.109.

Na trilogia, a imaginação poética foi mobilizada como importante agente na conformação de um sentimento nacional que inflamasse os espíritos e os permitisse construir um futuro em comum. Na obra *Pensar e dizer*, como vimos, Bomfim abordou a importância dos sentimentos na conformação das sociedades e dedicou tópicos específicos aos "símbolos da afetividade". Em suas palavras:

> No sentimento e na ideia se contém toda a nossa vida, realmente humana; a ideia ilumina a ação, torna-a possível para a utilidade; o domínio da consciência, porém, pertence ao sentimento, pois que para ele se conduz toda a ação: é o seu motivo último. E como o homem só pode viver e agir em sociedade, as ideias se fizeram valores sociais, e são os sentimentos que nos dão as próprias formas sociais de viver.[413]

Os sentimentos eram os "motivos conscientes" que uniam os sujeitos e que configuravam as formas sociais. Patriotismo, nacionalismo e amor à humanidade foram considerados afetos de natureza moral fundamentais para se explicar porque e como os indivíduos viviam em sociedade. A reflexão sobre a dimensão sentimental dos laços sociais prosseguiu na trilogia, mas o foco de análise de Bomfim passou a recair mais especificamente sobre a nação. No ensaio *O Brasil na História*, "os sentimentos" foram considerados "as bases primeiras de um Estado nacional".[414] Por isso, a unidade política do Brasil só foi conquistada a partir do momento em que a nação se constitui como uma "ideia *sentida*". Ao longo da trilogia, a ideia de nação esteva atrelada à de pátria, definida como objeto de pensamento, mas também de "convergência de afetos"[415]. Devido a todos esses fatores, a "unidade de sentimento" foi vista como um requisito fundamental para qualquer povo que se movia em direção à soberania. Mas qual era a natureza desses sentimentos que formavam a base das nações? Eles não foram pensados como consequências da relação direta do homem com o meio, nem como expressão de um instinto baseado na estrutura biológica. Afinal, o homem, em seu crescente processo de humanização, de distanciamento da animalidade, foi se afastando dos instintos, que passaram a ser cada vez mais mediados pela consciência e pelo "regime moral" das sociedades. Era isso que explicava a grande diferença, por exemplo, entre "a besta no cio" e os "lirismos do amor humano".[416]

No caso do sentimento nacional, ele foi concebido por Bomfim como um produto histórico, que se configurava na evolução das sociedades. Houve "toda uma história, através da

[413] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.160.
[414] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.147.
[415] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.337.
[416] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.33.

qual se solidarizaram os destinos e se unificaram os sentimentos, para a realidade de um Brasil bem nacionalizado".[417] A trilogia narrou parte dessa história, destacando alguns eventos, processos e criações da imaginação humana que foram considerados fundamentais para a unificação dos sentimentos brasileiros. Entre eles, estiveram: as guerras de expulsão dos holandeses, na qual organizou-se um potente sentimento nacional e patriótico; a história do Brasil de Frei Vicente, primeira história nacional; e o desenvolvimento de um lirismo romântico brasileiro no século XIX, que estimulou os corações e as mentes dos brasileiros no sentido de se reconstruir a nação. Partindo desses exemplos, mas também de outros, Bomfim indicou que as tradições nacionais nasciam e sobreviviam a partir de estímulos patrióticos, sendo que a pátria só era possível a partir de uma "consciência de lembranças e aspirações".

Para o autor, o patriotismo e o sentimento nacional muito lembravam a ternura que sentimos em relação a nossos parentes. Nela, o sangue de nada valia, uma vez que o que contava mesmo era a "repetição consciente dos desvelos da criação". Ou seja, o sentimento nacional envolvia necessariamente a consciência de um passado comum, que deveria ser repetidamente lembrado. Assim como amamos nossos pais devido às lembranças de nossa criação, também a nação era sentida e amada a partir da consciência de um passado compartilhado. O sentimento permitia também a construção de "aspirações" coletivas, a partir das quais as sociedades projetavam e planejavam a sua evolução.[418] Por isso, a ideia que um povo tinha de si mesmo valia "de luzeiro, escudo e estímulo".[419] As tradições nacionais deveriam ser conhecidas de forma consciente, lembradas e sentidas. Essa seria a melhor maneira de mantê-las vivas e atuantes como forças de progresso.

A importância de sentir a nação foi compartilhada por muitos intelectuais que consideravam, assim como Bomfim, o lugar dos afetos na formação e no autoconhecimento das coletividades. A noção de sentimento nacional conformou um modo específico de conceber a nacionalidade, especialmente presente entre aqueles homens e mulheres que ocuparam cargos no sistema educacional e cultural durante a Primeira República. Um exemplo é o livro *Educação nacional*, de José Veríssimo, que veio a público em 1890. Nele, o autor definiu sentimento nacional como: uma "maneira especial de sentir, isto é, de receber e reproduzir as impressões" que distinguiam "os povos uns dos outros"; o sentimento nacional seria "conjunto de impressões recebidas em uma perene comunhão com a pátria e transformada no cérebro em

[417] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.141.
[418] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.329.
[419] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.337.

ideias e sensações que" tinham a "pátria por origem e fim, causa e efeito".[420] Veríssimo atrelou esse sentimento a uma consciência que a nação tinha de si mesma, que envolvia, entre outros aspectos, a geografia e a história nacional. No caso do Brasil, a situação foi considerada alarmante uma vez que o país ignorava totalmente a si mesmo. Também era necessário, para o autor, a existência de museus, monumentos e festas nacionais, uma vez que era preciso impressionar e afetar os sentidos também do "iletrado brasileiro".[421]

A valorização da dimensão do sentimento estava vinculada a uma apreensão da nação como uma comunhão espiritual e psicológica, mais associada ao compartilhamento de um passado, de sentimentos e de projetos, do que ao meio físico e racial. Como afirmou Ernest Renan, um dos principais artífices dessa apreensão e que foi amplamente lido no Brasil, a nação era uma "alma, um princípio espiritual", baseada em fatores que estavam tanto no passado quanto no presente. No passado estava a "possessão de um comum legado de recordações"; no presente, o desejo de viver em conjunto, a vontade de continuar a fazer valer uma herança que se recebeu íntegra".[422] Esse desejo se manifestava em um sentimento nacional que deveria ser repetidamente reafirmado na vida cotidiana e, nesse sentido, a nação era, metaforicamente, "um plebiscito de todos os dias".[423] Tanto Veríssimo quanto Bomfim aproximaram-se dessa concepção de nação associada a um princípio moral e espiritual, bem como ao compartilhamento de afetos.

A importância de sentir a nação foi reivindicada por intelectuais muito diferentes, que se preocuparam em despertar, a partir das palavras, emotividade e afetividade em relação ao Brasil e sua história. Em 1925, por exemplo, Mário de Andrade concedeu uma entrevista para o jornal *A Noite* afirmando a importância de se "sentir e viver o Brasil não só na sua realidade física, mas na sua *emotividade histórica* também. Sentir a beleza natural do Rio de Janeiro, isso um bife também pode, mas sentir, porém, as lutas contra os franceses, Estácio de Sá, Pedro I e a casinha de Machado de Assis nessa paisagem, meu caro, só brasileiro".[424] Emocionar-se com a beleza natural do Pão de Açúcar era muito fácil. Mais difícil de despertar e muito mais significativo era o sentimento em relação ao passado vivido naquelas terras brasileiras. Isso sim

[420] VERÍSSIMO, José. *A educação nacional.* Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte: Puc-Minas, 2013. p.64.
[421] VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*, op. cit., p.68.
[422] RENAN, Ernest. "O que é uma nação?". *Plural,* revista de sociologia da USP. n.4, 1º sem. 1997. Tradução de Samuel Titan Jr. Nota introdutório de Samuel Titan Jr e Angela Alonso. p.173
[423] RENAN, Ernest. "O que é uma nação?", op. cit., p.174.
[424] ANDRADE, Mario. Assim falou o papa do futurismo: como Mário de Andrade define a escola que chefia. In: BATISTA, Maria Rossetti; LOPEZ, Telê Porto Ancona; LIMA, Yone Soares de (org.). *1º tempo modernista:* 1917/1929. Documentos. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. p.234. Entrevista publicada originalmente no dia 12 dez. 1925, no jornal *A Noite*.

era sentimento nacional! Uma "emotividade histórica" era tão fundamental na construção de uma cultura nacional quanto o amor pelas paisagens.

Bomfim, por sua vez, atribuiu à poesia um papel central nessa importante conformação de um sentir-se brasileiro, que envolvia, para ele, uma relação de afeto com a natureza nacional, com as gentes brasileiras, com a língua e com o passado. O poeta apareceu nesses ensaios como um personagem importante para a compreensão dos laços que uniam as mentes e os corações dos brasileiros. Ao analisar diversos poemas, Bomfim fez questão de ressaltar que não se tratava de fazer "história literária, ou de qualquer pretensão de crítica; mas tão, somente, de destacar os efeitos socializantes" do "lirismo nacional".[425] Mais uma vez, querendo afastar-se da crítica literária, o autor dizia pretender pensar a poesia em seu efeito social, destacando a importância da imaginação dos poetas na configuração das nações. Segundo Bomfim, alguns considerariam uma afronta à sensatez a pretensão de que a poesia tinha uma "função social". Era preciso deixar esses "sensatos" para lá, pois, com sua "suinez prática", eles não conseguiam alcançar "o céu das ideias". Ao pensar os homens práticos e voltados apenas para a materialidade como suínos que só olhavam para o chão, Bomfim apontava como eles seriam incapazes de compreender o lugar que a literatura desempenhava na história. Lugar reconhecido até mesmo pelos povos mais práticos e eficientes, como os ingleses e os americanos. Povos que

> esquecem ou abandonam a memória dos seus presidentes de bancos e relatores de orçamento, ao passo que *religiosamente* conservam a lembrança dos Shakespeare, Milton, Coleridge, Byron, Edgar Poe... Dir-se-ia que a afirmação da nacionalidade e a continuação da nação, em cada um desses povos, dependem de influxos que se encontram nas obras de seus poetas.[426]

Os poetas foram considerados a expressão e a afirmação de uma nacionalidade, mas também figuras centrais na continuidade da nação, uma vez que suas obras eram influxos nos quais o futuro se construía. Daí a importância de se acentuar "o valor ou o papel social, nacional e político dos grandes poetas".[427]

> Contempla-se um poeta – legítimo e completo: é um povo todo num só espírito. A sua obra impõe qual comovida condensação da experiência humana, e que vai direto às almas; uma humanidade a realizar-se, novas formas que a imaginação criou extraindo a vida da vida mesmo. (...). Na poesia e nos nossos corações, há de haver identidade de afetos para a realidade dos efeitos. O mérito do cantor está em condensar num só movimento a multiplicidade dos sentimentos, e dar-lhe forma própria, nítida e penetrante; ondas de simpatia, para uma expansão avassaladora. Será espontâneo, sincero, e, com isto, bárbaro, muitas vezes, como o exige a própria sinceridade. Tal

[425] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.287-288.
[426] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.288. Grifos nossos.
[427] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.287.

> acontece em todas as fases da renovação. De um viver ordinário, através de sua sensibilidade, emana, então, o irresistível refazer dos destinos, mais irresistível pelo encanto mesmo da obra poética.[428]

Duas dimensões da "função social" atribuída à poesia por Bomfim podem ser abordadas a partir desse trecho do ensaio *O Brasil Nação*. A poesia era capaz de condensar a experiência de um povo, de forma nítida, penetrante e, mais importante, de modo a falar diretamente às almas e aos sentimentos. Os poemas podiam dar à nação uma imagem nítida de si mesmo, de sua história e de suas tradições nacionais. Essa era uma imagem *sentida* que *afetava* a mente e os corações. Por isso, a poesia foi considerada um meio privilegiado para se alcançar a "consciência" das tradições nacionais.

Algumas metáforas de natureza musical foram utilizadas por Bomfim para pensar esse lugar da poesia na configuração de um sentimento nacional. As estrofes foram pensadas como estímulos que poderiam orientar e harmonizar o sentir geral da "sinfonia de afetos".[429] Os poemas também foram considerados capazes de criar um "ritmo de vibrantes estados de alma" e de levar "os ânimos a sentir intensamente, em uníssono, as mesmas emoções".[430] A sinfonia é uma realização orquestral com muitos executantes para cada instrumento e com grande diversidade de timbres. O adjetivo "uníssono", por sua vez, caracteriza os sons cuja entonação é a mesma. A ideia explorada por Bomfim com essas metáforas foi de que a poesia seria capaz de harmonizar os sentimentos dos membros da nação, permitindo que eles se sintonizassem e pudessem alcançar uma mesma vibração. Por vibrarem da mesma forma, as almas se entendiam, podiam agir em conjunto. A "identidade de afetos" era um elemento central para dar forma às sociedades, porque era a partir dela que sujeitos diferentes efetivamente se uniam. A beleza da sinfonia não era justamente a congregação da diferença e das singularidades num todo harmônico? O compartilhamento e harmonização de afetos foram considerados elementares na configuração da "estrutura moral" da nação, e indispensáveis para a "solidariedade da vida em cada grupo humano".[431]

Se a poesia era capaz de construir um sentimento em relação às tradições nacionais, ela também tinha o poder de criar o novo e de destruir o velho. Afinal, ela "sugeria" aos homens "novas formas que a imaginação criou extraindo vida da vida mesma". As novas formas criadas pelo poeta poderiam ser ideias, valores morais e novas "estesias". Essas novidades eram

[428] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.290
[429] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.289.
[430] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.292.
[431] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.289.

apresentadas pela poesia em "ondas de simpatia" e se expandiam de modo "avassalador". Por isso o poeta era também um "bárbaro" e o poema poderia significar o "irresistível refazer dos destinos". A dimensão bárbara do ato poético era uma expressão do poder destruidor que a imaginação deveria ter para refazer as feições das sociedades e para retemperar as tradições.

A função social e política atribuída à poesia fica ainda mais clara quando analisamos a forma como o autor caracterizou o "lirismo romântico brasileiro". Bomfim não definiu de modo sistemático o que compreendia por romântico ou por romantismo. No entanto, ao longo dos ensaios *O Brasil na História* e *Brasil Nação*, os "românticos" foram caracterizados como as "primeiras vozes originais no conjunto do pensamento nacional"[432] e como os "primeiros grandes poetas realmente brasileiros".[433] "Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire, Alencar, Varela, Castro Alves, Machado de Assis": todos eles "inspiraram-se gulosamente no romantismo, que fora, por toda parte, voz de protesto e revolução".[434] Na Europa, o pensamento romântico sucedera a "onda revolucionária" e estava diretamente relacionado ao "revolucionarismo" que "vinha nos dias de 1830, e dera o 1848 do mundo europeu".[435] Ou seja, o romantismo foi associado a uma postura revolucionária, marcada pelo protesto e que surgiu em meio às agitações políticas europeias. No Brasil, essa "voz de protesto" foi inspiração que permitiu a "suprema renovação das energias mentais" e que originou "uma nova forma de expressão" em sintonia com as tradições nacionais.

É importante considerar que tal caracterização do lirismo romântico brasileiro foi inserida em uma história da "evolução mental" nacional e concebida a partir das teorias de Bomfim acerca do percurso evolutivo do mundo dos símbolos. Para o autor, em todas as sociedades, "os primeiros criadores do pensamento original foram os poetas". A inteligência primeiramente se manifestava em "intuições", em "generalizações" que se ensaiavam "de metáforas" e em "verdades que a sensibilidade" impunha "à consciência". A criação filosófica e o pensamento puramente abstrato eram uma etapa posterior do mentalismo, só alcançado por nações que já tinham uma longa evolução social e mental. "Último termo, talvez, da evolução, esse mentalismo idealista e profundo", ainda não tinha sido alcançado pelos brasileiros.[436] Mas era preciso ser otimista, uma vez que a poesia nacional que despontou com os líricos

[432] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.345.
[433] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.194.
[434] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.293-294.
[435] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.350.
[436] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.309-310.

românticos, entre as décadas de 1850 e 1880,[437] mostrou-se vigorosa, cheia de potencial, prometendo um futuro para a evolução mental da nação, mesmo com os constantes empecilhos colocados pela ignorância das classes dirigentes brasileiras. Aqui, podemos perceber, mais uma vez, uma abordagem mais linear e evolucionista da imaginação humana, que viu no romantismo brasileiro as origens promissoras da evolução mental nacional e o momento no qual se inaugurou o "pensamento poético da nacionalidade".[438]

Especialmente significativas para Bomfim foram as "condições políticas" em que essa poesia brasileira se configurou. A "evolução mental" da nação havia sido "retardada, turbada, entrecortada" pelo bragantismo, pelas estruturas de pensamento arcaicas da elite dirigente colonial e imperial.[439] Tanto foi assim que nos primeiros séculos a força e a beleza das tradições nacionais se manifestaram na viva e potente *História do Brasil* de Frei Vicente de Salvador. Depois, veio o parasitismo, o bragantismo, o terrível processo de decadência nacional, que contagiou as obras de pensamento. O resultado foi que, no Segundo Reinado, "as ideias e aspirações" eram "fósseis, profundamente enterrados" sob "o paul das rãs que fingiam de parlamentarismo".[440] Metáfora curiosa: paul é sinônimo de pântano e de terreno alagado com água estagnada. O Império brasileiro foi considerado, nesse sentido, um pântano embaixo do qual estavam as ideias e aspirações mais genuinamente brasileiras, bem como as tradições nacionais que haviam sido enterradas e alagadas por essa elite bragantina. Elite que foi pensada a partir da ridícula figura das rãs, que só sabiam fingir parlamentarismo.

Foi nesse momento de decadência que emergiu a poesia nacional, como uma redenção da nação que estava a perder-se de si mesma. As tradições nacionais que não podiam se manifestar na mesquinhez da política imperial foram resgatas e desenterradas pela poesia

---

[437] Essas datas foram apresentadas pelo próprio Bomfim. Segundo o autor, as primeiras manifestações do romantismo no Brasil foram simples cópias da poesia europeia e, por isso, não poderiam ser consideradas configuradoras de uma poesia nacional. Esse teria sido o caso, por exemplo, da obra de Gonçalves Magalhães.

[438] Quando Bomfim escreveu sua trilogia, diferentes histórias da literatura brasileira já haviam delimitado um lugar central para o romantismo na constituição de uma literatura nacional original e genuinamente brasileira. Ou seja, no início do século XX, os românticos tinham uma posição garantida no cânone literário, mesmo que fossem constantemente contestados. Sílvio Romero, por exemplo, mesmo tendo atacado em diversos momentos a estética romântica, afirmou que o maior "título" do "romantismo brasileiro" foi "arrancar-nos em parte da imitação portuguesa, aproximar-nos de nós mesmos e do grande mundo". Veríssimo, por sua vez, pensou o romantismo como "a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política". A caracterização que Bomfim fez do lirismo romântico brasileiro como um momento inaugural na conformação da poesia nacional dialoga e se apropria das teses dessa historiografia literária já consolidada e reconhecida no campo intelectual. ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira* apud MERLO, Hugo R. *Um alerta de tempestade:* Modernismo e Romantismo no *Retrato do Brasil de Paulo Prado*. Serra: Editora Milfontes, 2018. p.85; VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Editora UNB, edição digital, 2015. p.4.

[439] O Bragantismo e seu significado na decadência da nação foram analisados no capítulo 2 dessa dissertação.

[440] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.287.

romântica. O lirismo romântico se configurou, na narrativa de Bomfim, como uma verdadeira resistência ao mundo imperial, com sua "plêiade de literatos" e "com seus historiadores", entre eles, Porto Alegre, Varnhagen e Alves Branco. Foi contra esse mundo tão pouco brasileiro que se insurgiu Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo e Castro Alves. Para Bomfim, "o romantismo deu-nos vozes específicas, inconfundíveis, expressão das *nossas* energias afetivas, através das *nossas* tradições, no estímulo da *nossa* natureza".[441] O lirismo romântico brasileiro era "nosso", em oposição aos letrados que cercavam o imperador, considerados mercenários e distantes das tradições nacionais. Desse modo, na narrativa de formação de uma poesia brasileira podemos ver o mesmo jogo de oposições a partir do qual Bomfim construiu o enredo mais amplo da trilogia: sociedade *versus* Estado, brasileiros *versus* portugueses, tradições nacionais *versus* tradição política bragantina, sendo que os "líricos românticos" representavam os primeiros termos dessas oposições e os "literatos do Império", os segundos.

Na história da formação da poesia nacional contada por Bomfim, o romantismo deu voz às tradições brasileiras, configurou um sentimento nacional e se opôs ao bragantismo. Cada um dos poetas românticos "deu o melhor de sua alma ao amor da terra-mãe e das suas tradições".[442] Foi assim que eles construíram para o Brasil uma poesia que tinha as feições da nação. Ou seja, os líricos românticos eram grandes poetas porque foram capazes de condensar em sua obra o gênio nacional:

> É de toda evidência que os nossos poetas não se criaram a si mesmos; foram legítimos representantes de um gênio nacional já diferenciado, definindo nitidamente as suas tendências, focalizando, para irradiações bem intensas, os seus sentimentos e ideais.[443]

A alma da nação ganhava uma definição nítida em seus poemas, que eram capazes de irradiar os sentimentos e tendências que singularizavam o povo brasileiro.

Para abordar a brasilidade do lirismo romântico, bem como a sua função social e política, o autor adotou como estratégia a transcrição de várias estrofes de poemas e de falas públicas dos poetas, de modo que as suas vozes se intercalavam com a do próprio Bomfim na narrativa. Polifonia de vozes que parecia querer trazer para o texto as "ondas de afeto" da poesia romântica. Um primeiro aspecto destacado foi a importância do romantismo na conformação de uma maneira própria de sentir a nação, de uma "cultura de afetos" específica, que embalava

[441] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.310. Grifos nossos.
[442] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.334.
[443] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.293.

os corações brasileiros. Os poemas configuraram uma "estesia das paisagens" nacionais, ou seja, permitiram o estabelecimento de uma relação afetiva entre os brasileiros e a natureza local, que pôde ser vista com mais cores, sons e cheiros a partir dos versos. Os líricos também elaboraram uma forma específica de ver as gentes brasileiras, que passaram a habitar os seus poemas. Em resumo, a partir do romantismo, os brasileiros puderam estabelecer uma nova relação afetiva com a pátria. Prova disso era que os corações se acelerarem "ao simples bater da toada *Minha terra tem palmeiras*", de Gonçalves Dias. As consciências se despertavam ao se deparar com os seguintes versos de Álvares de Azevedo: "Amo o vento da noite sussurrante/ A tremer nos pinheiros/ E a cantiga do pobre caminhante/ Nos ranchos dos tropeiros". Bomfim também transcreveu versos de Casimiro de Abreu para abordar a nova relação com as paisagens nacionais criadas pelos românticos: "Não quero a glória, não!/ Eu peço ao céu sossego/ Um bocado de amor, flores no campo/ E um ninho no sertão".[444] Os poetas românticos inundaram a poesia de aspectos puramente nacionais, como o sertão e os tropeiros, trazendo ao "ânimo brasileiro" "influxo direto de nacionalismo".

A poesia romântica foi também um agente central na "dissolução" da escravidão e da monarquia, principais instituições do regime monárquico. Para Bomfim, o romantismo brasileiro estava em consonância com as mais profundas tradições nacionais e, por isso, foi republicano, democrático e voltou-se contra a escravidão. O Segundo Reinado, tão descolado da realidade nacional, foi combatido ferrenhamente pelos poetas. A poesia de Castro Alves, em sua luta contra a escravidão, foi considerada "um épico, não para celebrar o passado, mas para *destruí-lo*, nas suas impiedosas injustiças".[445] Por se voltar contra a injustiça, a poesia romântica foi vista como uma "literatura de combate" e, até mesmo, como "revolucionária", uma vez que a "Abolição e a República tiveram como primeiras, e mais fortes energias, estros de poetas".[446] Esses dois movimentos eram a prova viva de que as mais poderosas revoluções eram aquelas que se faziam "no sentimento, em propagandas" que comoviam, e em "vozes" que arrancavam "as almas para um ideal". E esse foi o caso do romantismo brasileiro. Um exemplo mobilizado pelo autor para pensar a feição revolucionária da poesia romântica foi o poema *O Hino da cabocla*, de Junqueira Freire. Bomfim comentou a coragem do poeta em "atirar ao trono" versos combativos, transcrevendo trechos da poesia, que indicavam uma curiosa mistura de indianismo e republicanismo: "Sou índia, sou virgem, sou linda, sou débil/ Mas meus lábios combatem

[444] Poemas transcritos em: BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.321 e p.337.
[445] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.356.
[446] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.348.

tirânicas leis / Meus lábios são como trovões estupendos/ Que cospem coriscos na face dos reis".[447] Com tal intrepidez dos poetas, o trono não poderia mais continuar de pé...

Por fim, Bomfim ressaltou a forma como a poesia romântica soube cantar o passado nacional. No ensaio *O Brasil Nação*, o autor elogiou a capacidade do indianismo romântico de dar o devido valor ao índio e sua história. As tradições indígenas deveriam ser um motivo constante para os escritores que se inspiravam na realidade brasileira, uma vez que a formação primeira da nação se deu "com a assimilação franca e cordial do índio".[448] Os poetas conseguiram cantar esse Brasil nascente e o papel que os "brasis" nele desempenharam. E não só o passado indígena foi cantado pelos românticos, mas também as tradições republicanas e democráticas brasileiras, tão divergentes do mundo imperial, asfixiado no bragantismo. Esse foi o caso do poema "Pedro Ivo" de Álvares de Azevedo, que homenageou a "legenda desse herói", personagem central na revolução praieira, de 1848. Segundo Bomfim, esses versos eram "a mais pura expressão da alma nacional afrontando em cheio a política imperial". E justamente por isso eles foram transcritos no ensaio *O Brasil Nação*: "Alma cheia de fogo e mocidade/ Que ante a fúria dos reis não se acovarda/ Sonhava, nesta geração bastarda, Glórias... e liberdade! Nem do herói a cabeça decepada/ Assusta a multidão que ardente brada/ E tronos despedaça!".[449] Também o poema "Nunes Machado" de Pedro Luiz foi lembrando por Bomfim, uma homenagem a outro líder da Revolução Praieira. A poesia romântica foi vista, assim, como capaz de cantar o passado verdadeiramente brasileiro, permitindo que ele fosse amado e intensamente sentido.

Devido a essas características, o romantismo foi considerado central na afirmação das tradições brasileiras, mas também na "recriação" da alma nacional durante o Segundo Reinado. Os poetas foram tomados como exemplos de engajamento intelectual, de uma voz "revolucionária", capaz de renovar as energias mentais da nação, de intervir na "evolução social e política" do Brasil e de combater as "injustiças". Essa postura elogiosa e laudatória de Bomfim em relação ao romantismo estava longe de ser, no entanto, consensual nos debates intelectuais daquele momento. Ela destoava da posição de muitos intelectuais que, ao longo dos anos 1920 e 1930, criticaram a estética e a postura subjetiva dos românticos, identificando-as com um vocabulário empolado e com uma fuga da realidade brasileira.

Paulo Prado, por exemplo, dedicou um capítulo do seu ensaio *Retrato do Brasil* a pensar as consequências do "mal romântico" no "organismo nacional". O romantismo, com seu

[447] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.354-355.
[448] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.343-344.
[449] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.352-353.

entusiasmo ingênuo e messiânico, com sua verborragia e egocentrismo, teria se manifestado, em várias gerações de intelectuais brasileiros, como um desvio da inteligência hipertrofiada na imaginação e afastada da positividade do mundo moderno. Tanto no mundo político, quanto no mundo literário, os românticos apenas produziam ilusões artificiosas, distantes da realidade.[450] Alguns anos depois, Sergio Buarque de Holanda, em seu *Raízes do Brasil,* caracterizou o romantismo como um dos elementos que permitiram aos "nossos homens de ideias" a "fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria de asfixia". A partir dele, teria se alastrado uma "sensibilidade feminina, deliquescente, linfática", num momento em que a os brasileiros ainda acordavam para a vida de nação independente. O resultado foi "a criação de um mundo fora do mundo", um "derivativo cômodo para o horror à nossa realidade cotidiana".[451]

Ambos os autores caracterizaram o romantismo e sua "sensibilidade hipertrofiada" como uma das forças responsáveis por criar um ambiente intelectual artificial, que funcionava como uma fuga da realidade brasileira. Como vimos, Bomfim representou o lirismo romântico de forma diametralmente oposta: os poetas, a partir de sua imaginação, puderam penetrar no gênio nacional, compreendê-lo e representá-lo de modo vibrante, em ondas de afeto avassaladoras. O romantismo longe de consistir em um afastamento da realidade, foi uma voz de protesto capaz de agitar e revolucionar o mundo brasileiro. Apontar essas divergências pode ser um caminho para pensarmos na multiplicidade de relações que os autores que escreveram nas décadas de 1920 e 1930 estabeleceram com a geração romântica e como eles construíram diferentes representações sobre o romantismo.

Ao analisarmos as reflexões de Bomfim sobre os românticos e sobre as "funções sociais da poesia", vimos como o "pensamento poético" foi concebido como expressão das tradições nacionais *e* agente configurador de um novo futuro. Por isso, o grande poeta apareceu como um ser bifronte, com uma face voltada para o passado e outra para o porvir: em alguns momentos ele era "o grande homem" que condensava em sua alma a história da nação, e que, em sua obra, incorporava a tradição nacional; em outros, era o revolucionário, parteiro do futuro e do novo.[452]Ao analisar a imaginação poética, Bomfim pensou o lugar da poesia na construção de uma "cultura de afetos", expressão que já havia sido usada, inclusive, na obra *Pensar e dizer*.

[450] DUTRA, Eliana. O não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu *Retrato do Brasil*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n.26, p.233-252, 2000; MERLO, Hugo R. *Um alerta de tempestade,* op. cit., p.75-102.
[451] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. MOTEIRO, Pedro Meira e SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). São Paulo: Companhia da Letras, 2016. p.284-285.
[452] Catroga explorou essas duas dimensões da figura do grande homem na historiografia do século XIX. Ver: CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo*: memória e o fim do fim da história. Coimbra: Alameda, 2016. p.187-189.

É importante destacar também o tipo de relação que o autor estabeleceu com os poemas. Eles foram documentos analisados, mas também vozes que vieram a se somar à própria voz de Bomfim. A seleção feita por ele de estrofes e versos, uma atividade de copiar e colar, permitiu que os poemas fossem mobilizados de modo a confirmar a narrativa que se desenvolveu ao longo da trilogia. A poesia romântica foi apropriada pelo autor de forma que seus versos pudessem mostrar um Brasil republicano e democrático que sofreu as injustiças da escravidão e da monarquia, impostas pelo bragantismo e pela classe governante. Podemos dizer que os poemas acabaram por dar mais cor ao retrato da nação que o próprio Bomfim vinha pintando ao longo dos ensaios. Se um imaginário romântico atuou na trilogia, conformando em alguns aspectos a narrativa, essa mesma narrativa apresentou e construiu um romantismo específico que pudesse estar em sintonia com a história do Brasil escrita pelo autor.

***

Depois de analisar a forma como Bomfim apropriou-se da língua nacional e da literatura como documentos centrais para pensar a história do Brasil, podemos construir alguns diálogos entre a trilogia e a obra *Pensar e dizer*. Nessas obras, o autor estabeleceu uma relação imbricada entre linguagem, sentimento e ação. O lugar do mundo simbólico na conformação das coletividades manteve-se como um horizonte teórico que permitiu a Bomfim escrever uma história do Brasil atenta às palavras, que eram o espelho da alma nacional. E o que esse espelho mostrava? Um povo misturado, marcado pelo encontro de tradições que originaram manifestações linguísticas e culturais originais. A mistura apareceu de maneira positivada: dela vieram a alegria das canções populares e o abrandamento gostoso da fala brasileira. Aqui podemos perceber mais uma vez o lugar central ocupado pela noção de "povo misturado" na construção de um enredo para a história do Brasil ao longo da trilogia. Se as palavras eram espelho, elas eram também agentes poderosos na criação dos sentimentos que uniam os corações e as mentes da nação. Elas eram ferramentas de transformação social, especialmente quando a imaginação assumia sua feição bárbara e destruidora. Escolhemos abordar aqui o poder transformador atribuído à poesia, mas o autor indicou nos ensaios outras formas nas quais as palavras agiam no mundo. A imprensa, por exemplo, apareceu como agente histórico central na trilogia.[453]

Podemos nos questionar o porquê de tal atenção à linguagem. Quais projetos de futuro se delinearam nos ensaios ao redor da preocupação em se afirmar um idioma brasileiro e uma

[453] A imprensa, enquanto sujeito da história do Brasil de Bomfim, será trabalhada no capítulo 7, no qual vamos explorar a noção de opinião pública mobilizada pelo autor.

literatura nacional? Francisco Portugal sugeriu que um desejo acompanhou Bomfim em suas diferentes elaborações sobre os símbolos, que foi o de "sedimentar uma simbólica própria à nação".[454] Acreditamos, que esse desejo esteve presente na trilogia que narrou a formação nacional como um processo multifacetado, de temporalidade aberta e que apontava para o futuro. Futuro que envolvia a construção de um *modo de pensar, de dizer e de sentir* que fosse brasileiro. Esse projeto não era só de Bomfim. Certamente, ele foi construído de modo compartilhado por diversos intelectuais que viam em seus textos e em sua atuação um caminho para se construir uma cultura nacional e uma forma de ser genuinamente brasileira. Várias iniciativas intelectuais que participaram desse amplo projeto de construção nacional podem ser mencionadas, entre elas a escrita de livros didáticos por autores como João Ribeiro, Julia Lopes de Almeida e Afonso Celso, a elaboração de exposições e celebrações coletivas no primeiro centenário de Independência, a conformação de um cânone literário que atrelava-se à memória coletiva da nação (em obras de Sílvio Romero e José Veríssimo, por exemplo), a sustentação de projetos editoriais como o *Almanaque Garnier* e a *Revista do Brasil* e o empenho de literatos na formação de uma literatura nacional original.

A história do Brasil de Bomfim, em suas particularidades aqui trabalhadas, fez parte desse amplo projeto político-cultural. Os ensaios monumentalizaram as obras que expressavam as tradições genuinamente nacionais e que seriam balizas fundamentais na construção de um "sistema de símbolos" ou de uma "civilização" singularmente brasileira. A trilogia, em muitos momentos, transformou os poetas românticos, mas também outros autores e obras, como a *História do Brasil* de Frei Vicente de Salvador, em monumentos, em objetos de culto patriótico, que simbolizavam a nação e que deveriam ser lembrados na construção do futuro. Esse parecia ser, na concepção de Bomfim, um dos caminhos em direção a uma nação soberana, que pudesse ter os seus destinos em suas próprias mãos e que fosse cada vez mais consciente de si. E, o mais importante, essa consciência deveria ser *sentida*: só assim as energias afetivas poderiam ser mobilizadas para o progresso e para a evolução da nação.

Por preocupar-se tanto com os sentimentos despertados pelas palavras, Bomfim elaborou uma reflexão sobre como elas agiam sobre as consciências. Qual tipo de poder elas tinham? Como elas poderiam ser motor de transformação social? Nesse sentido, podemos ver, tanto na obra *Pensar e Dizer* quanto na trilogia, uma tentativa do autor de compreender e delimitar as características narrativas e epistemológicas que as obras científicas e literárias

[454] PORTUGAL, Fernando Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim, op. cit., p.607.

deveriam ter para serem forças capazes de construir um novo porvir. É essa tentativa de delimitação que será objeto do nosso próximo capítulo, no qual buscaremos responder: de que forma, para Bomfim, a palavra poderia ser também ação?

CAPÍTULO 5 - O INTELECTUAL E O MUNDO DOS SÍMBOLOS: A PALAVRA QUE É AÇÃO

A forma como um autor começa uma obra pode contar muito sobre suas escolhas e sobre como ele deseja intervir no mundo para o qual escreve. Bomfim iniciou o prefácio do ensaio *O Brasil Nação* com a seguinte epígrafe, retirada da obra *Startor Resartus*, de Thomas Carlyle: "Lança o teu Ato, a tua Palavra, no Universo sempre em vida, sempre em trabalho: é o sêmen que não pode perecer".[455] A palavra foi pensada como ato, como sêmen capaz de gerar vida e, mais importante, como força que não perecia. A escolha da citação é significativa se considerarmos o momento de escrita do livro. Bomfim já havia passado por muitas cirurgias e um câncer de próstata anunciava um possível e breve encontro com a morte.[456] Talvez a citação diga da vontade de resistir a esse encontro, de permanecer entre os vivos a partir das palavras que foram deixadas.

A epígrafe também aponta para uma reflexão que acompanhou o autor ao longo de sua trajetória que foi a de *como* as palavras poderiam agir no mundo. Como muitos outros intelectuais que escreveram ao longo da Primeira República, ele apostava fortemente na força transformadora das letras e da ciência. Nessas primeiras décadas do século XX, o engajamento era uma condição ética dos homens de letras empenhados em modernizar uma sociedade analfabeta, saída da escravidão e do regime monárquico.[457] Mas como deveria se dar esse engajamento? Qual deveria ser a função e atuação do escritor? Bomfim se deparou com essas questões e, ao pensar no poder das palavras, construiu determinado *projeto de intelectualidade* ao longo de suas obras, delimitando as potencialidades da atuação dos "homens de pensamento".

No livro *Pensar e dizer*, o autor afirmou que, nas mais diferentes sociedades, existiram "categorias de pessoas" que tinham a "função explícita de pensar para a comunidade". Eram os "sábios, filósofos, artistas, inventores" que tinham suas "inteligências votadas" à missão de "organizar os conhecimentos, formular os modelos de ação, sugerir os tons de sentimentos,

[455] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.35.
[456] Entre 1928 a 1931, Bomfim passou por 14 cirurgias médicas que buscaram combater o câncer. AGUIAR, Ronaldo Conde de. *O rebelde esquecido:* tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. p.507.
[457] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, op. cit., p.78-93; GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*, op. cit., p.25.

definir os motivos de afeto e, de tudo isto, inferir as normas do viver humano".[458] Esses sujeitos que pensavam para toda a coletividade exerciam um papel de orientação, uma vez que, com suas atividades, criavam as normas sociais a partir das quais as sociedades se organizavam.

Ao longo da evolução humana, o lugar que essa categoria de homens ocupava foi alterando-se e, nos tempos modernos, eles passaram a ter um papel ainda mais decisivo na direção das sociedades. Isso porque a forma na qual os núcleos sociais eram dirigidos foi se transformando, gradativamente, de "força material em poder moral e livre, de influência espiritual". Nessa transformação:

> (...) os órgãos de coerção material sobre a energia bruta de indivíduos, substituem-se, progressivamente, por *sistemas simbólicos*, que se incluem superiormente nos liames sociais, e agem como valores de consciência. A consequência disto é essa, já assinalada – a necessidade que têm os indivíduos de sentirem-se materialmente livres, a fim de agirem de acordo com os sistemas simbólicos, aceitos em consciência.[459]

Para o autor, as condições de existência do espírito humano exigiam a liberdade e a igualdade entre os indivíduos. O evoluir da inteligência e o crescente desenvolvimento da consciência refletida permitiram o apreciar dessa verdade, que teve como consequência "a afirmação, cada vez mais explícita da igualdade civil e política". Partindo da premissa da igualdade e da liberdade dos sujeitos, "os sistemas diretores" não mais poderiam agir a partir da força física. A "influência diretora" passou a ser mais "sugestiva" e a organizar-se por efeito de "transmissões simbólicas". Nessa nova realidade, a direção se exercia "imediata e concretamente sobre os núcleos de tradição" e realizava-se a partir de "um desenvolvimento simbólico", que acabava "incorporando-se à respectiva tradição".[460]

As alterações nas tradições passavam, desse modo, por uma atuação de natureza simbólica, pensada principalmente a partir da educação e da propaganda. Nas sociedades modernas, nas quais o poder da coerção física foi diminuindo, toda e qualquer transformação deveria passar pela consciência. Essa discussão prosseguiu na trilogia e no ensaio o *Brasil na América,* o autor afirmou que: "Toda inovação de costumes e de instituições tem de ser *aceita* pelas consciências. O progresso verdadeiro é sempre uma aquisição ativa".[461] Em conjunto com educação, "a propaganda de novas ideias" foi considerada uma forma importante de atuação no desenvolvimento social. Afinal, ela era um "fator de instabilidade"[462] e, como já vimos, a desordem era um elemento importante para o progresso e para a inovação. As cidades foram

[458] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.32.
[459] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.231.
[460] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.234.
[461]BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.187
[462] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.187.

consideradas núcleos essenciais na intensificação da evolução social porque somente nelas eram possíveis as "intensas propagandas", a partir das quais se lutava "eficazmente contra a rotina".[463]

Para além da propaganda e da educação, o intelectual também foi pensado como um sujeito fundamental no despertar da consciência do povo. Especialmente no ensaio *O Brasil Nação*, no qual o autor formulou claramente seu projeto de uma revolução brasileira que pudesse retirar a classe dirigente do poder, os homens de letras foram considerados propulsores e despertadores do processo revolucionário. A metáfora mobilizada por Bomfim foi a de que o povo era um Sansão cego, forte, vigoroso, mas que não podia agir devido a sua cegueira. "Há que abrir-lhes os olhos".[464] Os intelectuais e a ação educativa deveriam justamente abrir os olhos de Sansão. Nas palavras do autor, a revolução era:

> um movimento para a grande maioria da nação, mas inspirado e derramado nos ânimos por *uma minoria ativa, intelectual, esclarecida*, absolutamente desinteressada, sinceramente exaltada, cordialmente revoltada contra a injustiça, sublime de abnegação, capaz de produzir, em intensidade de propulsão, o que lhe falta em desenvolvimento.[465]

Em todos os casos aqui analisados, o intelectual foi entendido como um ator que agia sobre as consciências, fosse a partir da ação educativa, da propaganda ou da conscientização necessária para a revolução. Ele interferia na organização da sociedade, alterava as feições das tradições nacionais e construía o futuro a partir de suas palavras e de sua imaginação. Castro Alves, em muitos sentidos, foi considerado, ao longo da trilogia, uma figura que condensou bem todas essas facetas da atuação intelectual. Seu perfil foi construído como um modelo de "intelectual brasileiro", que agiu "sobre as consciências, despertando-as, excitando-as".[466] Além disso, seu lirismo foi considerado revolucionário, por ter se voltado contra as "impiedosas injustiças" que assolavam a sociedade.

O projeto de intelectualidade traçado por Bomfim entrelaçava, desse modo, os homens de letras ao presente e aos dilemas sociais. Nem só de erudição e de livros se fazia um homem de pensamento. Pelo contrário, o verdadeiro pensamento, fecundo e transformador dependia de uma relação de vida estabelecida com o mundo e com as palavras. Somente assim era possível agir verdadeiramente sobre as consciências. Mas qual seria a melhor forma de despertar e excitar as mentes? Bomfim dedicou grande esforço a pensar essa questão. Analisar suas

[463] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.395.
[464] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.542. Grifos nossos.
[465] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.569.
[466] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.341.

respostas pode ser uma forma de compreender melhor qual concepção de atuação intelectual animou suas obras e *qual tipo de escrita* ele concebeu como a mais capaz de atingir as mentes e os corações.

A experiência, o sentimento e o conhecimento

Na obra *Pensar e dizer*, ao analisar o lugar do estilo na escrita, o autor ressaltou que o melhor conselho que se poderia dar a um escritor era dissuadir-se

> de tentar afirmar-se com os efeitos de pura verbalização; que a tentativa seja, antes de tudo, impregnar-se profundamente da vida, apurar a visão, entregar a sensibilidade diretamente às influências que despertam estímulos.[467]

O estilo era mais do que uma simples estrutura formal de organização do texto. Ele era uma "fisionomia específica de pensamento", possível somente quando a elaboração mental possuía caráter pessoal. Isso significava dizer que um escritor só possuiria um estilo próprio de escrita se mantivesse uma relação original e singular com a vida e com as palavras. "A arte legítima e o verdadeiro pensamento" eram "apanágio das almas em *orgasmo de vida*"; eram privilégio de consciências que *sentiam* o ambiente e nele se inspiravam.[468] A palavra orgasmo apareceu na trilogia e na obra *Pensar e Dizer* para pensar a relação do homem de pensamento com o mundo. A vida estimulava-o em todo o seu ser, excitava-o com toda a sua palpitação e, por isso, o "pensamento próprio" e o "fulgor da ideia" eram um "gozo real".[469] O mundo afetava aqueles que mantinham com ele uma relação de vida, afetação que era tanto intelectual quanto emotiva. Esse era o sentido da afirmação de Bomfim de que os poemas românticos estavam repletos de "sensualidade intelectual": eles eram capazes de excitar o intelecto, pois eram "fulgores de paixão a iluminar o pensamento".[470] Frei Vicente de Salvador, com sua *História do Brasil,* foi outro exemplo de alma de escritor que soube manter uma relação de vida com o mundo e transportá-la para as palavras: "Um Frei Vicente do Salvador, foi verdadeiro poeta, no sentido de que buscou inspiração diretamente na vida e nas coisas, e tudo o disse em tom de pitoresco e de sentimento".[471]

[467] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.297. Bomfim discutiu o estilo nos tópicos 35, 36 e 37 da obra *Pensar e Dizer*.
[468] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.285.
[469] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.218.
[470] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.348.
[471] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.295.

Mas nem todo escritor sabia manter uma relação de vida com as palavras e com o mundo. O bacharel, por exemplo, só andava com cadáveres e de braços dados com a morte. A "mecanização" da sua alma fez com que ele tivesse uma relação mecânica com o mundo e com as palavras: ele apenas repetia e não sentia. Seu cérebro era um saco frouxo que ele enchia de "citações descabidas e indigestas". Ele não se sobrepunha às "banalidades dos juízos vulgares". Pelo contrário, "amesquinhava-se em lugares-comuns" e, por isso, sua escrita e seu pensamento eram insossos, quase não tinham sensualidade. Tais bacharéis valiam "como professores de não-pensar, eram "cultores de formas vazias", nas quais dissimulavam "o arcaísmo do pensamento".[472] Ao longo da trilogia, Bomfim mostrou como como as classes dirigentes brasileiras eram, desde o Império, composta majoritariamente por mentalidades em bacharelismo jurídico e, por isso, suas falas e seus atos eram "trivialidades ocas, *sem o nervo*".[473] Esses homens eram almas apegadas às formas prontas e fixas e, por isso, tinham imaginação escassa. Eles não "conheciam o a b c da vida, nem a realidade da terra onde viviam, nem as verdadeiras tradições de onde vinham", por isso, pensavam o Brasil a partir de "pastiches de ideias estrangeiras".[474] Alguns bacharéis mencionados por Bomfim foram: Visconde de Cairu, que vivia na "carapaça de ideias atrasadas de um século", e D. Pedro II, "bacharel, em face de costumes políticos", homem de "temperamento frio" e de "imaginação escassa".

As figuras do bacharel e do escritor que se impregnava de vida exerceram nas obra de Bomfim a função de tipos antitéticos a partir dos quais ele refletiu sobre a atuação intelectual e sobre a escrita. A partir delas, valorizou a relação do pensamento com a vida, com a experiência e com o sentimento, compartilhando com outros escritores uma crítica mordaz à figura do bacharel, que se embrenhou tão fundo dentro dos seus livros que tinha dificuldade de voltar para o mundo e de enxergar à sua volta. Suas palavras eram velhas e bolorentas como eram o seu pensamento.

É importante lembrar que, nesse momento, muitos foram os críticos do bacharelismo e do afastamento do homem de letras em relação ao mundo. Entre eles, por exemplo, estava Tristão de Ataíde. Em um texto de 1924, cujo título era sugestivamente "Política e letras", o autor criticou o "absenteísmo intelectual" dos naturalistas e parnasianos da primeira geração republicana. No entanto, segundo Ataíde, as coisas mudaram após Canudos e obra de Euclides da Cunhas. Depois deles, não foi mais possível manter a cisão entre as letras e a política.

[472] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.315.
[473] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.207. Grifos nossos.
[474] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.208.

"Canudos foi um aviso tremendo", uma "volta violenta à realidade".[475] *Os sertões* tinha escancarado aos homens de letras o "erro do esquecimento em que jazia a massa dos homens brasileiros" e deu "aos vindouros um exemplo incomparável de originalidade ao tomar em suas mãos a matéria bárbara americana e procurar exprimi-la, sem a correção de escolas e preconceitos".[476]

O texto de Ataíde nos ajuda a pensar como, ao longo das primeiras décadas do século XX, foi desenhando-se um determinado perfil intelectual que se tornou força configuradora das práticas, da escrita e da autoimagem de homens e de mulheres das letras, entre eles, Bomfim. Nesse perfil, o escritor foi pensado como sendo, antes de tudo, brasileiro, atento aos problemas da nação, conhecedor de sua vida e de sua realidade. A vida dos homens de letras entrelaçava-se à da nação, às suas tradições, que eram a matéria de suas obras. Em consonância com o desejo de conhecer a realidade da nação estava a valorização da experiência. A crescente importância dada ao olhar etnográfico por escritores como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Roquette Pinto e Gilberto Freyre fez com que suas obras, mas também suas viagens, afirmassem um modelo de intelectual capaz de ver a realidade, experimentá-la, para além dos gabinetes, dos livros e das teorias estrangeiras.[477]

Essa valorização da experiência esteve presente, por exemplo, na crítica que Freyre fez, em seu diário de mocidade, à erudição pedante e livresca dos indivíduos sisudos, fechados atrás do *pince-nez*: eles "não vêem, não observam, não têm contato com a vida".[478] Em um sentido parecido, Mário de Andrade criticou, em uma entrevista realizada em 1925, os brasileiros que não sabiam experimentar a vida brasileira e tinham, por isso, a gravíssima "moléstia-de-Nabuco". Assim ele explicou tal "doença", da qual sofriam muitos escritores: "Moléstia-de-Nabuco é isso de vocês andarem sentindo saudade do cais do Sena em plena Quinta de Boa Vista e é isso de você falar de um jeito e escrever covardemente colocando o pronome carolinamichaelismente".[479] Não! Isso não podia mais. Era preciso pôr fim a esse "passadismo

---

[475] ATAÍDE, Tristão de. Política e letras. In: CARDOSO. Vicente Licínio (org.). *À margem da história da República*. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1990. p.251-252. Tristão de Ataíde era o pseudônimo de Alceu Amoroso Lima.

[476] ATAÍDE, Tristão de. Política e letras, op. cit., p.252.

[477] Sobre a importância crescente do olhar etnográfico, ver: TURIN, Rodrigo. *Tessitura do tempo*, op. cit., p.222-229; NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história*, op. cit., p.298-304. Sobre a crescente importância da viagem, especialmente para os sertões e para o interior do Brasil, ver: LIMA, Nísea Trindade. *Um sertão chamado Brasil*: intelectuais e representação gráfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999, especificamente o capítulo 3, "Missões ao interior e interpretação do Brasil".

[478] FREYRE *apud* NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história*, op. cit., p.313

[479] ANDRADE, Mario. Assim falou o papa do futurismo, op. cit., p.236-237. O advérbio "carolinamichaelismente" faz referência à filóloga da língua portuguesa Carolina Michaëlis. Um neologismo e uma provocação de Mário àqueles puristas que seguiam as estruturas gramaticais e sintáticas do português de Portugal.

puro, vaidade individualista, diletantismo sem função, almofadismo sem verdadeira elegância". Os textos de Tristão de Athayde, de Gilberto Freyre e de Mário de Andrade, apesar de muitos diferentes, apontavam para um projeto de intelectualidade compartilhado no qual era preciso experimentar a realidade nacional, vivê-la e senti-la verdadeiramente, não apenas a partir das referências europeias. Eles também podem ser vistos e lidos como uma crítica ao afastamento do homem de letras em relação ao mundo, ao seu isolamento na erudição e no diletantismo.

As oposições construídas por Bomfim entre o bacharel e o escritor em "orgasmo de vida", entre Frei Vicente e Visconde de Cairu, estavam inseridas nessa paisagem cultural mais ampla de valorização do contato com a experiência e da capacidade do intelectual de saber *ver* o mundo e, mais especificamente, as tradições nacionais. Talvez também possamos pensar tal oposição de forma atrelada à sensibilidade romântica do autor, que já trabalhamos aqui. Tomemos como exemplo a oposição que Herder, uma figura central para o desenvolvimento do romantismo, fez aos "mestres da ciência morta". "Coração! Calor! Sangue! Humanidade! Vida! Eu sinto! Eu sou!".[480] Esses deveriam ser os princípios de quem investigava a vida humana para o filósofo alemão. A valorização da vida pulsante na construção do conhecimento e da escrita foi uma característica marcante em diferentes autores ligados às distintas tradições do pensamento romântico, entre eles Michelet, que era muito admirado por Bomfim. O projeto de escrita do historiador francês era em suas palavras uma "ressurreição da vida integral, não em suas superfícies, mas em seus organismos interiores e profundos".[481] Bomfim, assim como Michelet, acreditava que o escritor, fosse o poeta ou "poeta sem versos", deveria manter uma relação intensa com a vida, experimentá-la em sua profundidade, em sua integridade, impregnar-se dela.

Outro aspecto importante a se explorar nos modelos intelectuais construídos pelo autor foi o lugar do sentimento. Afinal, a crítica ao bacharel era a de que ele era uma trivialidade oca *sem o nervo*, incapaz do verdadeiro sentir. Em contraposição ao modo insosso da mentalidade bacharelesca, Frei Vicente apareceu como um modelo de escritor que tinha "um franco amor à terra natal" e sua obra foi pensada como "expansão sincera e compassiva, em *comunicação de afetos* com as coisas e as gentes".[482] Os nervos e a relação afetiva com o mundo foram vistos como requisitos para um pensamento vivo e para o verdadeiro conhecimento, tanto para os poetas, quanto para os historiadores e cientistas.

---

[480] HERDER *apud* BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília: Ed. Universidade de Brasilia, 1982. p.155.
[481] MICHELET. Jules. *Histoire de France.* Tome Premier. Paris: A. Lacroix & Cie. Éditeurs, 1876. p.IX. Essa edição encontra-se disponível gratuitamente e online no site do projeto Gutemberg.
[482] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.328. Grifos nossos.

Alguns autores já abordaram a relação que Bomfim estabeleceu entre o sentimento e ciência em suas obras. Gontijo, investigando a obra *O Brasil na História,* mostrou como a paixão foi considerada uma importante força propulsora e como os interesses estavam, para o autor, relacionados com a prática científica.[483] Nesse sentido, Bomfim afastou-se de uma ideia de neutralidade científica, presente no discurso cientificista entre fins do XIX e início do XX.[484] Por outro lado, havia em sua obra uma espécie de tensão entre a busca de cientificidade e a demanda pelo posicionamento intelectual, em um contexto marcado pelo nacionalismo.[485]

Quando comparamos os modelos intelectuais valorizados na trilogia com as discussões de natureza psicológica da obra *Pensar e dizer*, percebemos como essa tensão entre a cientificidade e posicionamento intelectual estava baseada em elaborações epistemológicas de Bomfim sobre as próprias condições do conhecer e que podem ser melhor exploradas. O ato de conhecer, a partir do qual se estruturava tanto a ciência quanto a poesia, e muitas outras produções linguísticas humanas, se dava a partir da relação do sujeito com o mundo e passava necessariamente pelos afetos.

> Como é fácil compreender e chegar à ideia quando *o coração* se interessa! De fato, a consciência nunca é, ao mesmo tempo, plena emoção e pensamento analista e dissecador; mas, também é verdade, que um estímulo de afeto é, sempre, condição indispensável para o pensamento fecundo, porque o trabalho de ideias é uma realização, e, na atividade humana, não há grandes realizações, poderosas e fecundas, se não as alimenta o sentimento. Para conhecer e compreender as coisas, é indispensável que nos *interessamos* por elas, e, de certo modo, as *amemos*. A simpatia, que é a essência da afetividade humana, cria um tal *eretismo*, que acelera e facilita o trabalho intelectual.[486]

Nesse trecho percebemos que o interesse foi pensado como condição do conhecimento. O espírito buscava conhecer o que de alguma forma havia lhe afetado. Mas, Bomfim foi além, afirmando que o trabalho intelectual era facilitado, tornava-se mais intenso e fecundo quando o sujeito amava as coisas e se simpatizava por elas. A simpatia pelo que se buscava conhecer criava um "eretismo". A palavra eretismo indica, em medicina, o estado de hipersensibilidade de determinados órgãos, como o coração, as artérias e o pênis; indica também ereção e estado de excitação. Ou seja, a sensibilização e a excitação pela realidade e pela vida eram o que permitia a mente conhecer, ideia que se conjugava bem com a de que pensamento verdadeiro

[483] GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da história" na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 23, n. 45, 2003.
[484] SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência*: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Moderna, 1981. p.14.
[485] GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da história" na Primeira República, op. cit.
[486] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, *op. cit.,* p.185.

como "orgasmo de vida". Esse vocabulário sexual revela como, para Bomfim, o ato cognitivo partia de uma afetação do sujeito pela vida, envolvendo o amor e o prazer. A cognição não estava separada dos sentimentos, pelo contrário: o afeto era o estímulo primeiro e, a partir dele, o sujeito estabelecia sua relação com o mundo que conhecia. Nesse sentido, ao longo da trilogia e a da obra *Pensar e dizer,* vemos não um autor que oscilava entre a ciência e o afeto, entre razão e sentimento, mas sim uma ideia de racionalidade, fosse ela científica ou não, pensada de modo atrelado à de afetividade. Conhecer significava necessariamente afetar-se pelo que se quer conhecer.

Também aqui a figura de Michelet nos vem à mente, autor que igualmente afirmou a importância do amor para o conhecimento. Em seu prefácio de 1869 à *História de França,* ele assim pensou a relação com o seu objeto: "Ao penetrar o objeto mais e mais, nós o amamos, e, a partir de então, vemos com um interesse crescente. O coração emocionado, à segunda vista, vê mil coisas invisíveis às pessoas indiferentes".[487] O elogio de Bomfim ao "tom humano" de Michelet pode ser um indício do compartilhamento dessas noções epistemológicas que entrelaçavam sentir e conhecer, que acreditavam que a mente que investigava e o coração que amava trabalhavam juntos.

A relação entre o sujeito do conhecimento e a realidade possuía, desse modo, uma dimensão afetiva. Ao se simpatizar com o que buscava conhecer, o eu era impressionado, excitado e estimulado. No entanto, é importante ressaltar que, se a realidade atuava sobre o sujeito, essa atuação era percebida e mediada pelas estruturas da mente. Investigar um pouco melhor esse sujeito do conhecimento em Bomfim pode ser outra forma de explorar a tensão entre objetividade e subjetividade que estamos discutindo aqui. Gontijo, pensando essa tensão, analisou como, ao longo da obra *O Brasil na História*, o autor considerou a dificuldade, senão a impossibilidade, de que os historiadores apreciassem e avaliassem as situações históricas de acordo com um critério absolutamente objetivo, uma vez que os interesses e a perspectiva de quem escrevia a história necessariamente faziam parte dessa escrita.[488]

A obra *Pensar e dizer* fornece alguns elementos para prosseguirmos essa discussão à respeito da impossibilidade de um saber objetivo acerca do passado e, de modo mais amplo, acerca dos fenômenos do espírito. Ao analisar o ato de conhecer no livro de 1923, Bomfim afirmou que ele necessariamente passava pelo sujeito, pela sua mente e suas estruturas, ou seja, funcionava, nas palavras do autor, a partir de "subjetivações da realidade". Isso não queria dizer

[487] MICHELET. Jules. *Histoire de France,* op. cit., p.15.
[488] GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da história" na Primeira República, op. cit.

que cada sujeito tinha uma apreensão do real, mas sim que o real era conhecido através das estruturas da mente humana, que eram biológicas, mas também sociais e históricas. "Chegamos à capacidade de conhecer e julgar aplicando, ao que conhecemos, o que em nós encontramos e sentimos". Essa mediação da mente era ainda mais importante quando o que estava em questão era a compreensão dos fenômenos sociais e humanos. Bomfim deu como exemplo as linhas e as cores. Por mais que elas tivessem uma determinada explicação física, a forma como a mente humana lhes apreendia era algo significativo e que deveria ser levado em conta para quem buscava estudar os "fenômenos do espírito".

> Pouco importa que o raciocínio nos diga: que linhas são apreciações subjetivas de tensões musculares, e cores são irritações excitantes na retina, para nós, o universo tem de existir em linhas e cores... e pesos, e resistências e odores ... outras tantas subjetivações da realidade.[489]

Tão importante quanto as propriedades físicas, químicas e biológicas do universo era como essas propriedades eram vistas e sentidas pelas mentes. Sim, as cores eram ondas de diferentes cumprimentos que afetavam a retina. Mas o que isso explicava da capacidade de alguém se emocionar com um quadro, com a combinação específica de determinadas cores realizada por um pintor? Para se compreender os fenômenos humanas tão importante quanto pensar a realidade era considerar *como* a mente humana se associou a essa realidade, o que, necessariamente, passava pela linguagem, pela sociedade e pela história. Quem investigava o mundo dos homens partia necessariamente de uma "interpretação subjetiva dos fenômenos do espírito e sua dependência do meio social e espiritual".[490] A mente do sujeito estava atrelada a uma sociedade, a tradições, a tessituras simbólicas e só conhecia através delas. Por isso o ato de conhecer era sempre *localizado,* pois a mente humana o era. O homem não poderia sair de si mesmo para investigar o mundo:

> (...) tudo se faz como apreciação de valores morais e mentais, para os quais não há outra medida senão o mesmo nível em que se encontra a consciência definidora, incluída necessariamente numa refração, que é a da tradição que a inspira. Pretender, no caso, o efetivo objetivismo é pretender que o indivíduo saia de si mesmo, que dispense de todo critério de julgamento, como o divisar fora de qualquer horizonte.[491]

A consciência definia-se, como vimos, dentro de uma determinada realidade de símbolos que configuravam tradições própria de pensar, sentir e dizer. Como, então, no ato de conhecer, a mente poderia simplesmente livrar-se dessas tradições? A pretensão de uma mente que

[489] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, *op. cit.,* p.233.
[490] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, *op. cit.,* p.232.
[491] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.59.

conheceria a realidade fora de qualquer horizonte ou tradição foi pensada pelo autor como objetivismo, termo que, na maioria das vezes, assumiu uma conotação negativa na trilogia.

Ao analisar essas concepções epistemológicas de Bomfim, podemos perceber como o ato de conhecer não era unidirecional. A realidade não se impunha à mente humana, uma vez que era apreendida a partir das estruturas sociais, históricas e biológicas da consciência, que mediavam o processo cognitivo. Por outro lado, a vida e a realidade possuíam um papel importante no ato de conhecer, excitando e afetando o sujeito. Cognição e sentimento, mente e realidade, sujeito e objeto pareciam relacionar-se, implicar-se mutuamente e atuar um sobre o outro.[492]

Um próximo passo a ser dado aqui é compreender como essas concepções epistemológicas estiveram presentes na escrita da história do autor e como configuraram um modelo de intelectualidade específico. O que percebemos ao longo da trilogia é que o narrador que buscava conhecer as tradições nacionais tinha sido configurado, em alguma medida, por essas mesmas tradições. A história da nação não era algo externo ao autor, mas sim uma força conformadora de suas formas de pensar, de sentir e de dizer. Estudar e investigar a história da nação era, assim, um exercício de autoconhecimento. O sujeito que narrava estava atrelado à história narrada. Esse entrelaçamento apareceu de forma clara no prefácio do ensaio *O Brasil na América*:

> Como estranhar que haja aqui, sobrenadando em toda expressão um ânimo nacional? Brasileiro, Brasil! Por que não no amar, constantemente, bem explicitamente, dolorosa, ou *voluptuosamente*, como essência de mim mesmo, e à vida a que me apego?[493]

O ânimo nacional sobrenadava o ensaio e era a essência da alma do autor. Era essa a vida a qual ele se apegava, da qual buscava impregnar-se, que amava. O amor era voluptuoso, apontando mais uma vez a capacidade da vida e no caso do ensaio, da vida nacional, de excitar quem buscava conhecer. Bomfim prosseguiu afirmando que ele muito leu e viajou, uma vez que procurou "nutrir o espírito e ter matéria de pensamento a par do seu século". No entanto, essas muitas páginas e gentes estranhas com quem se deparou em nada alteraram a unidade em que ele se reconhecia, que era "aquilo mesmo que na consciência" refletia "a singela tradição nacional dos meus dias de infância e adolescência". O ânimo nacional que inundou o seu ser e

[492] A noção de cognição não apareceu nos livros de Bomfim. No entanto, a obra *Pensar e dizer* tomou como um dos seus objetos de análise o ato de conhecer e sua relação com os símbolos. Por isso, acredito que esse livro pode ser mobilizado na investigação das concepções epistemológicas que atravessaram os escritos de Bomfim.
[493] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.28.

os seus sentimentos em sua infância em Sergipe, nas "longas praias rentes", na "orla dos cômoros e cajueiros, no fundo do coqueiral", não pôde desfazer-se com suas viagens e leituras. Esse ânimo "era eco perene na consciência, influxo que não morre, nem esmorece, pois que alcançou a alma toda", e já fazia parte dela.

O sabor autobiográfico do prefácio e a relação de amor estabelecida com as tradições nacionais permitiram uma mistura entre sujeito que narrava e objeto narrado. Afinal, as tradições a serem narradas não viviam dentro de quem escrevia? Não tinham alcançado todos os recônditos de sua alma? O escritor imiscuía-se com a nação, ela vivia nele, ele amava-a e, justamente por isso, era o mais capaz de contar sua história. Bem verdade que o amor à nação era amplamente compartilhado nesse momento marcado pelo nacionalismo e mesmo pela ufania. Mas o que interessa aqui é como a relação sentimental estabelecida com a nação configurou uma forma específica de escrita da história, marcada por uma relação aproximativa com o objeto estudado e com o passado narrado. Segundo Nicolazzi, essa relação de proximidade e de identidade com o narrado esteve presente também em *Casa-Grande e Senzala*, obra na qual a memória do autor e a memória coletiva da nação se embaralharam. Em ambos os autores, Freyre e Bomfim, podemos ver, assim, uma história da nação que, em alguma medida, era uma história de si. Michelet, em 1847, perguntou-se: "vivo espírito da França, onde eu te aprenderia senão em mim?".[494] "Escrever a história da França era escrever a história do "eu", já que o "eu" era o produto de uma evolução coletiva". Refazendo a história, Michelet retraçava o "lento processo que permitiu à sua própria consciência eclodir".[495] Princípio parecido animava a escrita da história de Bomfim: ele narrava as tradições nacionais que, de alguma forma, viviam dentro dele.

Em consonância com a fluidez entre objeto e sujeito, estava a valorização do entrelaçamento entre experiência e conhecimento. Podemos percebê-la no prefácio do ensaio *O Brasil Nação*, no qual Bomfim afirmou:

> a verdade é a condensação da experiência, e o conhecimento tem de ser surpreendido diretamente, rapidamente, no transmutar das coisas. Há, no entanto, que só o afeto predispõe para essa condensação de experiência em que se institui a verdade.[496]

[494] MICHELET *apud* NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história*, op. cit., p.329.
[495] PETITIER, Paule. Michelet e a história-ressurreição. *Olho d´água*, São José do Rio Preto, n. 5 vol. 2, jul./ dez. 2013. p.70.
[496] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.35-36. Segundo Bomfim, essa elaboração e noção da verdade como condensação da experiência era "bergsoniana". Bergson foi citado algumas vezes também na obra *Pensar e dizer*. Parece ter sido especialmente importante para Bomfim a forma como o filósofo francês valorizou a intuição e a memória do indivíduo na apreensão da realidade e na construção do conhecimento.

O espírito conhecia ali, inserido na vida das coisas, na qual ele surpreendia, como relance, a verdade. Tal concepção epistemológica materializou-se na trilogia nas constantes tentativas de Bomfim de afirmar que sua narrativa era fruto de uma experiência pessoal, de estímulos vividos e não apenas de sua leitura de livros. Sua história, assim como o de Frei Vicente, era sua *experiência viva* das gentes e das coisas do Brasil. Ele conheceu de perto, por exemplo, os cantadores populares:

> Quem escreve estas páginas viveu, até a mocidade, no recesso *bem brasileiro* da gente roceira do Norte. *Assistiu*, muitas vezes, aos descantes dos joviais e pitorescos trovadores populares, e pode dar *testemunho* de que as observações de L. Mota são absolutamente exatas.[497]

Também a proclamação da república e a propaganda republicana foram vividas e vistas por Bomfim que no prefácio do *Brasil Nação* afirmou ter assistido "se bem que obscuro, humilde, a todas as lutas, transes e contendas da implantação do regime republicano".[498] Em uma nota do ensaio essa experiência foi relembrada e mobilizada pela narrativa do autor:

> Quem escreve estas páginas assistiu ao mais vivo nos últimos dias de propaganda republicana, e, mocidade de estudante, fez parte de associações, onde se esperava encontrar as fórmulas da nova organização.[499]

O tom de testemunho afirmava, em alguma medida, a lógica do olhar etnográfico: o fato de o autor ter experimentado diretamente o que narrou conferia um efeito de verdade e de persuasão ao seu texto. Ele também apontava para a valorização compartilhada por Bomfim com outros intelectuais do *saber olhar* a realidade nacional, o desejo de conhecê-la a partir de uma experiência própria, que podia ser adquirida em viagens, mas também ao longo da trajetória de vida. Por fim, os trechos em primeira pessoa construíram uma imagem específica do narrador que era, antes de tudo brasileiro. A brasilidade era atestada pelo contato próximo com a cultura popular das gentes do norte, consideradas genuinamente nacionais, pela preocupação com os dilemas sociais, pelo seu amor à alma brasileira e pelo constante entrelaçamento entre a vida de quem narrava e a vida da nação.

Podemos perceber como a relação entre conhecimento, experiência e sentimento foi constantemente afirmada na escrita da história do autor, tanto nas reflexões de natureza epistemológica, quanto na construção do texto, especialmente na utilização da primeira pessoa do singular e do plural e no tom testemunhal. Essa afirmação também se fez presente no perfil

[497] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.406, nota 3.
[498] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.36.
[499] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.613, nota 4.

construído por Bomfim de intelectuais exemplares ou modelares, especialmente de Frei Vicente e Castro Alves. Eles eram genuinamente brasileiros, experimentaram as tradições nacionais, que viviam dentro deles, e por isso as puderam narrar tão bem. Ambos se voltaram contra as injustiças de seus presentes: o frei condenava em seus escritos a ganância mercantil dos colonos portugueses e defendia com vivacidade os interesses da pátria; o poeta, por sua vez, foi um combatente voraz da escravidão e da monarquia. Além disso, o próprio Bomfim, enquanto autor e voz narrativa da história, construiu um perfil para si mesmo que se aproximava dessas características valorizadas na atuação intelectual e na produção do conhecimento. Se pudéssemos resumir em algumas palavras esse perfil intelectual ideal traçado diríamos que o homem de letras não deveria ser uma inteligência apartada da realidade, mas sim afetada e excitada por ela. A afetação, longe de ser um problema, era a condição de possibilidade de um conhecimento fecundo. Os sentimentos que inspiravam esse conhecimento eram, na verdade, o que permitia que ele afetasse outras consciências, despertando-as e excitando-as. A vida deveria pulsar na escrita, pois só assim as palavras poderiam ser força de transformação.

A escrita da história, a ciência e a vida

Se o bacharel foi pensado como um modelo de como não-pensar, Varnhagen foi o principal modelo de como não-escrever. O Visconde de Porto Seguro foi caracterizado como deselegante, pesadão e sem arte. Uma história sem arte era um problema, constatado por Bomfim também em outros historiadores como Rocha Pita e Simão Pereira de Vasconcelos. A relação entre a arte e a história já havia sido estabelecida anteriormente por Bomfim em seu texto "Metodologia da história", de 1915, no qual advertiu aos professores que "a exposição histórica" admitia perfeitamente, e pedia, muitas vezes, "a forma artística".[500] A preocupação narrativa e estética conjugava-se com o desejo de excitar e despertas as mentes. Ora, qual consciência seria excitada e despertada por uma história do Brasil deselegante e pesadona como a de Varnhagen? Foi esse mesmo desejo que se manifestou no prefácio do livro didático *Através do Brasil*: "A vida é ação, movimento, drama. Não deveríamos apresentar o Brasil aos nossos pequenos leitores mostrando-lhes aspectos imotos, apagados e mortos".[501] O movimento da vida deveria

[500] BOMFIM, Manoel. Metodologia da história. In: GONTIJO. Rebecca (org.). *Manoel Bomfim*. Coleção Educadores. Recife: Ed. Massangana; Brasília: MEC, 2010. p.63.
[501] BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil:* prática da língua portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.47.

materializar-se no texto e na escrita, pois essa era a única forma de afetar os leitores e seus sentimentos.

A crítica de dimensão estética e narrativa que Bomfim fez a outras histórias do Brasil pode ser melhor compreendida quando pensamos em uma crescente demanda que se configurou nas primeiras décadas do regime republicano: a de que a história não fosse apenas científica, mas também pragmática e ensinável.[502] Ela precisava agir no mundo, ser força na construção do futuro da nação e da república. Atuação que passava também pelas qualidades literárias da história e sua capacidade de despertar sentimentos. Nos debates letradas no IHGB, mas também na ABL e na imprensa, o historiador era caracterizado principalmente pelo seu trabalho de pesquisa documental. No entanto, a dimensão narrativa da história também foi contemplada em muitos textos, discussões e discursos. José Veríssimo, por exemplo, ressaltou que era importante lembrar que o historiador era também um *escritor,* ou seja, precisava dominar a língua e possuir estilo.[503] Estilo era justamente o que faltava, para João Ribeiro, em muitos dos que se dedicavam a narrar o passado. Em suas "notas marginais" à história do Brasil, publicadas no *Jornal do Brasil* em 1924, o autor, ao escrever sobre Pero Vaz de Caminha, afirmou que ele tinha melhor estilo que muito dos nossos historiadores. "A verdade estética" do escrivão "só achou consagração quatro séculos depois no Pau Brasil e no verde-amarelo da escola nova da poesia nacional". A referência de Ribeiro a vertentes do modernismo, indica como aqueles que escreviam a história também eram afetados pelas transformações mais amplas que ocorriam na poesia e na literatura. Partindo das novas referências estéticas que se construíram no mundo letrado ao longo da década de 1920, o autor pôde lançar uma crítica ao estilo dos historiadores.[504]

As críticas de Bomfim à escrita da história também partiram, em alguma medida, da relação que o autor estabeleceu com a poesia. No livro *Pensar e dizer*, ele afirmou que a história das populações indígenas tinha sido mal contemplada pelos historiadores, que só souberam escrever uma história apagada, confusa e nebulosa sobre os primeiros habitantes do Brasil. Arariboia, Arco-Verde e Camarão "foram heróis que viveram" e a quem os historiadores não souberam "dar a consagração de uma legenda". Outro foi o caso dos poetas que, em suas "estrofes sentidas", souberam dar vida aos indígenas e suas tradições. "Felizmente, a simbólica dos poetas corrigiu a miséria da história".[505] A miséria dos historiadores era que eles não sabiam

[502] GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*, op. cit.
[503] GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores,* op. cit., p.99.
[504] RIBEIRO, João. Notas marginais. *Jornal do Brasil*, 06 abr. 1927.
[505] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, *op. cit.,* p.201.

sentir o passado da nação e fazê-lo palpitar, em suas narrativas. Exceções eram Frei Vicente e Southey. Esse último foi caracterizado como um "poeta-historiador", "o primeiro a dar o devido valor à guerra contra os holandeses, fazendo dela uma epopeia".[506] Ao pensar Southey como poeta-historiador e Frei Vicente, em sua *História do Brasil*, como um verdadeiro poeta, Bomfim estava afirmando a possibilidade de se conjugar a cientificidade da história com a poesia. Mas como a ciência poderia ser poética? Seria isso possível? Para responder essas perguntas propomos analisar a crítica historiográfica realizada por Bomfim na trilogia à luz de suas reflexões sobre o estilo e sobre a linguagem científica desenvolvidas na obra *Pensar e dizer.*

Para o autor, a maior prova de que era possível à ciência ser poética era a obra de Darwin. Segundo Bomfim, o naturalista inglês "conservou as qualidades características do poeta no tratar da natureza". Era o que se verificava "na linguagem" dos seus trabalhos:

> Tendo desenvolvido abstrações que sintetizam aspectos da natureza toda; (...); chegando as concepções e teorias que dominaram e transmutaram todo o pensamento humano, ele as formulou e as expôs sem criar um só desses termos de insuportável erudição pedantesca, sem usar quase, *verborragia ressequida* de abstrações e que torna tão antipática a leitura dos Comte, Tarde, (...). Darwin eleva o pensamento na concepção de *ideias nutridas e vivazes*, e as simboliza singelamente, em locuções explícitas, do idioma usual. Com isto, assegurou-lhes uma compreensão imediata, e *inteira eficácia sobre os espíritos*. Origem das espécies, Seleção Natural, (...) são modestas metáforas, para símbolos de grandes ideias; são expressões singelas, mas poderosíssimas, pois que, sob tais símbolos, *palpita a natureza inteira*.[507]

A partir dessa descrição da obra de Darwin, percebemos que Bomfim acreditava que a eficácia da ciência sobre os espíritos envolvia necessariamente a linguagem. Também os homens de ciências deveriam se preocupar com a construção de ideias vivazes. Seria possível que os sábios, assim como o naturalista, fossem poetas sem versos, desde que a vida palpitasse em suas obras, fosse a vida da natureza ou das sociedades humanas estudadas. A poesia estava, desse modo, na relação de vida que a obra científica estabelecia com o mundo e com as palavras. Para estabelecer tal relação, a ciência não só poderia como deveria utilizar-se de metáforas. Várias "teorias científicas" foram realizadas, segundo o autor, "principalmente em metáforas" que tornavam "mais sugestivos os símbolos, e mais animado e penetrante o pensamento".[508] Esse era o caso de metáforas como "os corpos pesados *procuram* os seus lugares", a "natureza *tem horror* ao vazio", a "natureza não *dá saltos*". Todas eram formulações metafóricas baseadas em preceitos puramente científicos, com a vantagem de serem de compreensão imediatas, "bem acessíveis" e, consequentemente, de grande eficácia sobre os espíritos.

[506] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*, op. cit., p.285.
[507] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, *op. cit.,* p.161. Grifos nossos.
[508] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, *op. cit.,* p.339.

As metáforas não apenas facilitavam compreensão, como também eram um dos principais recursos que permitiam o "viço da realidade" incluir-se na linguagem e no pensamento. Para Bomfim, o poeta fazia metáforas porque a força de sua sensibilidade o levava a sair das abstrações consagradas e a ajustar o seu pensamento diretamente à realidade que sua inteligência penetrava. As fugitivas sensações, repletas de novidade e de vigor, eram construídas em imagens que permitiam um novo entendimento. As metáforas também eram muito valiosas para as inteligências que tratavam de assuntos pouco explorados e novos: quando uma nova conjuntura se apresentava "em tal particularidade de aspectos", que já não era possível a ela ajustar as ideias comuns, era necessário procurar "um modo mediato – figurado e metafórico – de aproveitar valores mentais socializados".[509] Nesse sentido, o pensamento original poderia valer-se das metáforas para criar o novo a partir das ideias já existentes, retemperando a linguagem.

Se as metáforas traziam vida à linguagem científica, os termos técnicos, muitas vezes, tinham o efeito contrário: eram mortificantes e um empecilho para a compreensão. A "simbolização científica" foi considerada defeituosa e os "neologismos eruditos" monstruosos "para os ouvidos, os olhos, e sobretudo, para a inteligência". Muitos sábios se enganavam, segundo Bomfim, pensando que estavam resolvendo um problema científico quando criavam um termo para "o armazém das tecnologias". Ora, era justamente o contrário: os termos técnicos e científicos costumavam ser, em sua grande maioria, "mortificantes inovações", "secos", "árduos e rebarbativos para quem, no vulgo", os queria compreender. Justificava-se "entupir a linguagem" com tais termos? Por que não pensar tais ideias em linguagem corrente ou, em vivas metáforas, como fez Darwin? Para Bomfim:

> Seria um livro fácil, útil e interessantíssimo, esse que nos substituísse, por expressões da língua corrente, toda essa tecnologia fofa e pedante, onde se aninha a insuficiência dos técnicos. Microscópio, telescópio. O povo diz, com absoluta propriedade, óculos de aumento, óculos de alcance. Mas, quanto não decairia o astrônomo e o bacterologista, se tivesse de ver suas maravilhas através de simples óculos?! Os seus prestígios se fazem tanto pela sonoridade velante da microscopia e telescopia, como pelas vibrionices [tipo de bactéria] e nebulosas que eles vêm.[510]

A linguagem científica e técnica foi, em grande medida, vista como fruto de erudição pedante e de uma vontade de prestígio dos cientistas. Quem perdia era a própria ciência que se afastava da língua corrente e mesmo da vida, tornando-se "árida", "ressequida" e tão "antipática".

[509] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, *op. cit.,* p.340.
[510] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, *op. cit.,* p.355.

A partir dessas considerações de Bomfim, percebemos como sua recusa de uma cientificidade apartado do afeto e da vida levou-lhe a uma reflexão a respeito da linguagem dos homens de ciência. No entanto, é preciso ressaltar que o autor reconheceu que, em alguma medida, os termos técnicos exerciam papel importante no conhecimento científico. Enquanto médico e botânico, Bomfim se questionou: como tratar de preparo médico, ou distinguir em botânica, sem as noções de propedêutico ou monocotiledôneo? Essas eram palavras que ele "repudiava como escritor", mas sem as quais, como homem de ciência, "não podia pensar".[511] Havia assim uma tensão na relação de Bomfim com a linguagem científica: apesar de reconhecer a sua necessidade, ele admitia que, muitas vezes, ela era mortificante. Mas não era preciso perder a esperança. Darwin era o maior exemplo de que o cientista podia ser poeta e de que era possível pensar a natureza a partir de vivas metáforas, de ideias vibrantes, de forma a agir verdadeiramente sobre os espíritos. A ciência poderia, dessa forma, estabelecer tanto uma relação de vida quanto de morte com as palavras e com o mundo.

Em alguma medida, parte das reflexões sobre linguagem científica e sobre o estilo desenvolvidas por Bomfim na obra *Pensar e dizer* estiveram presentes na crítica historiográfica de natureza estética e narrativa desenvolvida no ensaio *O Brasil na História.* Voltemos para a eterna briga do autor com Varnhagen. Assim sua história foi descrita por Bomfim: "Hirto, nos desvãos em que se meteu, sem pensamento para suster um passado, foi um panorama de cemitérios: fez obra de secador absorvente, ressequiu os assuntos".[512] O adjetivo hirto, significa muito teso e imóvel. Varnhagen, assim como os bacharéis, era apegado às formas fixas e, por isso, sua mente não possuía a maleabilidade necessária para a compreensão do universo, em eterno movimento. A morte apareceu como uma companheira do Visconde de Porto Seguro, pois sua história era um panorama de cemitérios. Diferentemente de Frei Vicente, Varnhagen não sabia construir uma relação de vida com as palavras e por isso ressecava tudo aquilo que seu pensamento tocava. Com tais características, como seria capaz de "suster um passado"? O verbo suster significa sustentar, segurar para não cair. A noção de escrita da história que se desenhou nessas críticas de Bomfim era de que o passado precisava, de alguma forma, ser sustentado pelas palavras, que deveria dar-lhe vida. Somente assim, o passado poderia despertar interesse e excitação no leitor.

A *História da América Portuguesa* de Rocha Pita e a *História da Nova Colônia do Sacramento,* de Simão Pereira de Sá, também foram caracterizadas como afastadas da

[511] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, *op. cit.,* p.355.
[512] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.125.

experiência, da vida e, por isso, incapazes de afetar as consciências. A obra de Sá foi pensada como um "deserto de pensamento, deserto pedregoso, em cardos e espinheiros".[513] Em deserto nada brota ou floresce, tudo é seco. Assim era a história do letrado português. A metáfora dos espinhos e das pedras parecia indicar como o seu texto era um terreno árido, pelo qual era difícil a consciência caminhar e se locomover. A história de Rocha Pita, por sua vez, era repleta de

> laboriosas tolices, que fatigam e atordoam pelo vazio dos conceitos e finalmente, entendiam quando não repugnam. Não são mentiras, nem verdades, porque nada são. No contar, é a mesma ufania nula, com o afã de elogiar, seja a quem for, sem nenhum cuidado de justificação, elogio de um Brasil abstrato, que ninguém vê, nem sente.[514]

A incapacidade de sentir e de ver o Brasil tinha como resultado uma história que repugnava e entediava, que era vazia e abstrata, sem o viço da vida que era narrada.

Em oposição ao panorama de cemitérios construído por esses historiadores, estava a *História do Brasil* de Frei Vicente. "Narrando, frei Vicente é verdade, porque é vida; é o palpitar mesmo da terra e da gente".[515] Mas, como ele conseguiu que em sua narrativa palpitasse a vida? Segundo Bomfim, a obra de Frei Vicente estava repleta de "deliciosas imagens" que brotavam "diretamente do pitoresco dos costumes". A partir delas, o passado ganhava vida e, o mais importante, elas vinham da própria sociedade brasileira. As imagens brotavam como as plantas: para serem vivas tinham que fincar suas raízes bem fundo na terra e era essa terra que lhe fornecia a água, os nutrientes. As imagens de frei Vicente eram assim. Bomfim deu o exemplo de como ele relatou a entrada de uma embarcação no Maranhão, que chegava para combater os franceses. A esquadra, segundo o frei, "escapou milagrosamente" de um banco de areia, "saltou como quem salta a fogueira de S. João".[516] A imagem do barco saltando a fogueira foi considerada deliciosa, pois vinha diretamente dos costumes populares do Brasil, que entravam com toda sua vida e com o seu tom pitoresco no texto.

Ao valorizar o pitoresco, Bomfim estava afirmando uma forma específica de representação do passado, que buscava construir quadros e sucessões de imagens, divertidos e interessantes, capazes de surpreender e capturar a atenção. Maria Stella Bresciani, ao investigar a noção de pitoresco, mostrou como ela foi amplamente mobilizada por viajantes naturalistas entre fins do século XVIII e ao longo do século XIX. Tal noção esteve ligada a uma concepção estética cuja finalidade era "orientar a observação da natureza", "educar o olhar para coisas que

[513] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.330.
[514] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.329.
[515] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.329.
[516] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.329-330.

ao comum dos mortais passariam despercebidas".[517] O pintor e gravurista inglês, William Gilpin, em um livro de 1794, assim caracterizou o prazer estético causado pelo pitoresco: "O fascínio pela novidade é o fundamento desse prazer. Cada horizonte distante promete algo novo; e com essa agradável expectativa seguimos a natureza através dos seus caminhos".[518] A noção de pitoresco amplamente mobilizada por tais viajantes naturalistas foi também apropriada por aqueles que se dedicavam à escrita da história. Na França, ao longo do século XIX, historiadores, especialmente Augustin Thierry, utilizavam tal noção para se referir à história que exibia, "de modo concreto, os modos de vida e os usos", porque se prendia a aspectos do passado que impressionavam o leitor por suas diferenças, e eram atraentes porque o surpreendem, como uma cena de interior.[519]

Ao elogiar uma história de tom pitoresco, Bomfim estava se aproximando dessa longa tradição estética de representação. O autor estava afirmando as potencialidade e vantagens do texto capaz de levar o olhar do leitor em direção àquilo que era surpreendente no passado, que causava interesse ou excitação. As deliciosas imagens construídas impressionavam a alma e era assim que a concretude da vida palpitava no texto. Ao caminhar de modo agradável por esse passado (não em deserto pedregoso), o espírito se deixava levar, pelas cores, imagens e movimentos, e, assim, o passado era sustentado pela narrativa.

Ao analisar as críticas feitas por Bomfim a diferentes histórias do Brasil, podemos afirmar que, a partir delas, o autor refletiu sobre a escrita da história e sobre as características que ela deveria ter para efetivamente agir sobre a mente dos leitores. Parte dessa reflexão materializou-se no próprio texto do autor, em algumas estratégias narrativas e recursos linguísticos adotados ao longo da trilogia. Entre tais recursos estavam as metáforas, utilizadas recorrentemente ao longo dos ensaios. O constante emprego de tais figuras de linguagem nada tinha de aleatório, como comprovaram as reflexões de Bomfim acerca do estilo. As construções metafóricas mobilizadas indicavam sua vontade de que a vida pulsasse no texto, de que a narrativa pudesse surpreender o leitor, propondo novos tipos de entendimentos a partir de imagens que tinham a capacidade de impregnar-se profundamente na alma. As metáforas mobilizadas foram as mais diversas, envolvendo o corpo humano, plantas, animais, paisagens naturais, corpos celestes, figuras mitológicas e bíblicas.

[517] BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*, op. cit., p.62
[518] GILPIN, William *apud* BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*, op. cit., p.63
[519] PETITIER, Paule. Michelet e a história-ressurreição, op. cit., p.66.

Podemos encontrar também no texto de Bomfim uma grande recorrência de exclamações, interjeições e de xingamentos, provavelmente considerados pouco elegantes e excessivos para estarem presentes em livros científicos. Essa escrita se coadunava com as críticas do autor ao "objetivismo" e a uma ciência sem vida, dialogando com as concepções epistemológicas presentes em suas obras. Afinal, não havia porque "dissimular, e procurar a máscara de sábio, com o diluir do pensamento na tórpida impassibilidade de uma exposição por insossas inferências e deduções, quando a conjuntura mental é das que estimulam e apaixonam".[520] Não era preciso dissimular o amor às tradições nacionais e às gente brasileira, ou até mesmo o ódio às elites bragantinas e aos bacharéis. Os afetos que excitaram a mente do autor se fizeram visíveis no texto, na pontuação e no vocabulário mobilizado. A exposição histórica precisava ser vida, o que só era possível se a alma do escritor estivesse presente no que ele criasse. Só assim as palavras poderiam atingir outras consciências e serem também ação.

***

Bomfim, partindo de sua preocupação com os símbolos, conferiu um lugar central aos intelectuais no mundo público. Eles foram vistos como homens que poderiam agir a partir de palavras, atuando sobre as consciências. Para ele, a escrita, tanto a científica quanto a literária, poderia ter um papel transformador, desde que estivesse atrelada à vida, à experiência e ao afeto. As estratégias narrativas e linguísticas empregadas na história de Bomfim eram indícios de escolhas estéticas e formais, mas também das concepções epistemológicas do autor. Nesse sentido, a trilogia fornece elementos para refletirmos como determinada *escrita* da história pode ser expressão de um projeto político-científico, bem como de uma percepção específica de atuação intelectual e do lugar da ciência no mundo.

[520] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, *op. cit.,* p.36-37.

PARTE 3 - A ESCRITA DA HISTÓRIA E A ORIENTAÇÃO DOS VIVOS

APRESENTAÇÃO

Em 1927, Mário de Andrade lançou o seu livro de poesia *O Clã do Jabuti*. Os versos estavam repletos de referências ao passado nacional, construindo e repercutindo algumas representações sobre a história do Brasil. Esse foi o caso do poema *O poeta e a amendoim*:

> Estou pensando nos tempos de antes de eu nascer...
>
> A noite era pra descansar. As gargalhadas brancas dos mulatos...
> Silêncio! O Imperador medita os seus versinhos.
> Os Caramurus conspiram na sombra das mangueiras ovais.
> Só o murmurejo dos cre'm-deus-padres irmanava os homens de meu país...
> Duma feita os canhamboras perceberam que não tinham mais escravos,
> Por causa disso muita virgem-do-rosário se perdeu...
>
> Porém o desastre verdadeiro foi embonecar esta República temporã.
> A gente inda não sabia se governar...
> Progredir, progredimos um tiquinho
> Que o progresso também é uma fatalidade...
> Será o que Nosso Senhor quiser! ...[521]

A transição da segunda estrofe para a terceira permite ao leitor pensar na transição da Monarquia para a "República temporã". Temporã, adjetivo que qualifica aquilo que está fora do tempo certo. A República chegou e encontrou uma gente que nem sabia se governar ainda. Foi um desastre. Talvez por isso a nação progredira só "um tiquinho". E o eu-lírico parecia não confiar muito no futuro: seria o que Deus quisesse! Há no poema um tom de desconfiança em relação à República e à capacidade do povo brasileiro de se governar. Tal desconfiança marcou a esfera pública nos anos de 1920 e esteve presente em produções culturais muito diversas.

Ao longo dessa década, intelectuais elaboraram críticas ao regime político brasileiro, deslegitimando as formas que a República havia assumido no país, corroendo as bases simbólicas que a sustentavam e exigindo mudanças. A coletânea de ensaios *Às margens da História da República,* por exemplo, reuniu textos de escritores alarmados com a incapacidade

[521] ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. 4ª ed. São Paulo: Livraria Martis Editora, 1974. p.109.

dos governos republicanos de lidar com problemas estruturais da nação. A obra, organizada por Vicente Licínio Cardoso, foi publicada em 1924 e tinha a intenção de "marcar com um ato de inteligência a passagem do 35º aniversário do novo regime no Brasil".[522] Os ensaios realizaram um balanço da situação em que se encontrava a nação. O diagnóstico foi marcado pelo desapontamento: "Encontramo-nos bruscamente, ao abrir os olhos da razão, perante uma pátria ainda por fazer, ainda informe, ainda tolhida em ação e sem vitalidade, sem alma, sem ideal".[523] O ensaio de Oliveira Vianna foi um dos que afirmaram mais enfaticamente a imagem de uma República fracassada, incapaz de realizar os anseios daqueles que lutaram pela sua proclamação:

> Veio a República. Veio a Democracia. Veio a Federação. E para logo se levantou um sussurro de desapontamento do seio da turba fanatizada – e esse desapontamento se acentuou, com o tempo, numa permanente desilusão. Os mais fortemente desiludidos foram precisamente os mais ardentes evangelizadores do novo credo. (...). Não era esta a República dos meus sonhos! Diziam, sucumbidos. E suspiravam com melancolia.[524]

O diagnóstico de Vianna foi claro: a república proclamada em 1889 e suas instituições fracassaram, estavam em descompasso com a sociedade brasileira e suas necessidades mais prementes. Tal conclusão perpassou a maioria dos textos da coletânea, que pode ser tomada como um indício da forte sensação de insatisfação e de crise que permeava os debates políticos e intelectuais ao longo dos anos 1920.

É claro que as manifestações de decepção em relação ao novo regime e suas características eram bem anteriores a essa década. A restrição do voto aos alfabetizados, o pacto político conhecido como política dos governadores[525] e as constantes fraudes nas eleições acabaram por falsear o processo eleitoral e, em alguma medida, a própria representatividade política.[526] A configuração oligárquica do Estado e a exclusão da maior parte da população dos mecanismos institucionais da política foram duramente criticadas na imprensa ao longo das

[522] CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da História da República*. 3ª ed. FUNDAJ: Editora Massangana, 1990. p.304-305.
[523] CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da História da República,* op. cit., p.303.
[524] VIANNA, Oliveira. O idealismo na Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da História da República,* op. cit., p.125.
[525] Política dos governadores ou política dos estados foi um pacto político idealizado por Campos Sales, a partir do qual "o governo federal passou a sustentar os grupos dominantes nos estados, enquanto estes, em troca, apoiavam a política do presidente da República votando no Congresso com o governo". FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Ferreira e Surama Conde de Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil republicano*: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.392.
[526] CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados,* op. cit.

primeiras décadas do século XX. Ficou evidente que a República, ao contrário do que se sonhava, não resolveria automaticamente os problemas nacionais. Tal desilusão expressou-se muito bem nas caricaturas, que, já a partir da virada do século, utilizaram-se da figura feminina para ridicularizar o regime. A revista *O Filhote,* por exemplo, exibiu, em 1909, uma República prostituída, participando de orgias com os políticos da época. A *Fon-Fon,* de 1913, "retratou uma República precocemente envelhecida e decadente". Nesse mesmo ano, ela foi representada na revista *O Gato* como uma vaca-leiteira, que vivia apenas para alimentar políticos e funcionários.[527]

Ainda que as manifestações de desilusão tenham sido constantes, alguns elementos indicam que a natureza da crítica ao regime republicano e a postura dos intelectuais em relação a ele mudaram consideravelmente nos anos 1920. A Primeira Guerra Mundial abalou fortemente o mundo político-intelectual. Alceu Amoroso Lima, crítico literário muito atuante nesse período, afirmou que o conflito introduzira a "tragédia numa civilização que os saudosistas chamavam de belle époque", detonando uma "espécie de rejuvenescimento de nossa geração".[528] Valores como o individualismo, o racionalismo e a crença na ciência foram fortemente contestados. Por outro lado, a Revolução Russa de 1917 e as alternativas fascistas que se configuravam na Europa abriram outros horizontes políticos. Foi em meio a esse fervilhar que o Partido Comunista Brasileiro foi criado em 1922, que a Reação Republicana se organizou e que a Coluna Prestes percorreu o Brasil.

Angela de Castro Gomes caracterizou esses anos 1920 como um momento no qual os intelectuais viveram "grande fervor criador, sendo os primeiros a sentir e pregar abertamente uma revolução que se aproximava".[529] Nessa década, exalava "dos escritos e pronunciamentos a ideia, consciente ou não, de que se vivia o momento propício para propor e executar modificações radicais na sociedade brasileira".[530] "Queremos a Revolução Caraíba. Maior do que a Revolução Francesa".[531] Sintetizou Oswald de Andrade em seu Manifesto Antropofágico de 1928. Nesse sentido, podemos pensar que a crítica ao regime republicano brasileiro, à sua estrutura legal e institucional, radicalizou-se nesse período, abrindo-se a novas perspectivas políticas, inclusive à perspectiva revolucionária. Se a desilusão, o ceticismo e a melancolia

[527] CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas:* o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.87-88.
[528] LIMA, Alceu Amoroso *apud* MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992. p.27.
[529] GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p.139.
[530] BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*, op. cit., p.155.
[531] ANDRADE. Oswald. Manifesto Antropófago. In: In: SCHWARTZ, Jorge (org.). *Vanguardas latino-americanas*: polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: Iluminuras, 1995. p.143.

estiveram presentes, em alguma medida, em diferentes produções intelectuais ao longo da República, talvez tenha sido nos anos 1920 que a velhice e decrepitude do regime tenham sido decretadas em alto e bom som.[532]

Foi na segunda metade desses tumultuados anos 1920 que Manoel Bomfim escreveu sua trilogia sobre a formação nacional. No prefácio do ensaio *O Brasil Nação*, datado de julho de 1929, o autor ofereceu o seguinte diagnóstico acerca da República brasileira e sua curta história: "Foi rápida a queda, e, da infância, o regime passou a uma senilidade de vícios".[533] A preocupação do autor em constatar a velhice da república mostra como os ensaios buscaram não apenas pensar os momentos mais importantes do passado nacional, mas também conferir uma inteligibilidade ao presente. Neles, Bomfim analisou o mundo contemporâneo, interpretando os eventos que ele mesmo vivenciou. A Primeira Guerra Mundial, a Revolução Mexicana, a Revolução Russa, o "imperialismo das nações rapaces" e o fascismo italiano foram objeto de comentários, análises e julgamentos. As características da República brasileira também foram investigadas.

Nessas tentativas de interpretar o seu mundo, bem como nas críticas que fazia ao regime republicano brasileiro, Manoel Bomfim fazia um constante jogo de ida e volta entre passado e presente. Jogo que revelava tanto as origens dos males nacionais, quanto as experiências pretéritas que poderiam ser forças propulsoras do presente na construção do futuro. Citando Karl Kautsky, Bomfim afirmou que a "importância prática da história" estava, sobretudo, "em multiplicar as forças" dos que sabiam "utilizar as experiências do passado".[534] "E o passado, subsistente como influxo, vive em cada um de nós, multiplica-se em efeitos que premem o presente em vez de retê-lo, e o conduzem tanto mais eficazmente quanto melhor compreendermos seu lineamento e *o traduzimos em orientação*".[535] Era preciso saber traduzir o passado em orientação! Só assim ele seria força impulsionadora do presente e não peso que impedia os vivos de prosseguir. Talvez essa palavra, orientação, seja a que melhor exprima a função atribuída à história pelo autor em um momento no qual o Brasil vinha sendo conduzido "aos trancos de cego desorientado", incapaz de vislumbrar "a rota" em que prosseguia.[536]

---

[532] Sobre à radicalização da crítica e da postura dos intelectuais na década de 1920, ver: TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Do ceticismo aos extremos*: cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928). Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

[533] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.37.

[534] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.56.

[535] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.43.

[536] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.49-50.

É esse poder orientador conferido à história por Bomfim que será o objeto de análise desta terceira parte da dissertação. Investigaremos a trilogia a partir das seguintes questões: como, para o autor, a história poderia orientar os homens do presente? Mais especificamente, como o passado poderia oferecer respostas diante da forte sensação de crise da República brasileira? E, afinal, quais respostas foram essas vislumbradas no passado nacional? Responder a essas questões envolve compreender dois agentes centrais na história escrita por Bomfim: "a tradição republicana" brasileira e a "tradição política portuguesa" ou o "bragantismo". Afinal, o Brasil, desde que era Brasil, "aspirou sempre a um governo republicano-democrático".[537] Na primeira parte dessa dissertação, vimos como os primeiros 150 anos de colonização do Brasil foram pensados como uma Idade de Ouro, na qual as mais genuínas tradições nacionais se formaram. Entre tais tradições, estava a republicana, representada como uma promessa não cumprida, uma vez foi sistematicamente derrotada, abafada e soterrada ao longo da formação nacional pela tradição política portuguesa, mesmo após a proclamação da República. Ela configurou-se, ao longo dos ensaios, como um tesouro que poderia ser desenterrado e entregue ao presente. Pensar como tais "tradições políticas" foram narradas, a partir de quais eventos, sujeitos históricos, conceitos e linguagens pode ser uma forma de investigar como a trilogia escrita por Bomfim inseriu-se nas disputas político-simbólicas que permeavam a esfera pública naquele momento. Esse problema pode ser também um ponto de partida para pensarmos as possíveis relações entre a escrita da história e o político.

O político, mais do que uma determinada esfera da sociedade, será tomado como o constante *trabalho* a partir do qual se institui a vida coletiva.[538] É esse trabalho que permite aos sujeitos se imaginarem como partícipes da mesma comunidade e é ele que cria a "lei que assinala ao grupo e a cada um seu nome e lugar no mundo".[539] A configuração de uma ordem comum, a que todos se associem, é um "processo sempre conflituoso", que envolve a "elaboração de regras explícitas ou implícitas acerca do participável e do compartilhável, que dão forma à vida da *polis*".[540] Dar forma à vida política é, desse modo, um constante processo de mobilização de mecanismos simbólicos capazes de configurar a vida em comum, sua organização e suas regras. Dele fazem parte os partidos políticos, as instituições, as eleições, os

[537] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.228. Bomfim empregava os conceitos de república e de democracia de forma conjunta, como se um remetesse automaticamente para o outro. Veremos melhor como, para muitos intelectuais ao longo das primeiras décadas do século XX, a república deveria ser democrática e a democracia necessariamente deveria possuir a forma de um regime republicano.
[538] ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
[539] LEFFORT, Claude. *Repensando o político*: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.12.
[540] ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*, op. cit., p.72.

movimentos sociais, mas também a imprensa, o debate público e as mais diversas produções culturais. Dentro desses pressupostos, pensar o político envolve pensar a instituição simbólica da sociedade, bem como fazer a história das representações da vida comum.

Partindo dessa concepção, seria impossível pensar a vida pública e as instituições sociais de forma dissociada da linguagem. O mundo só é apreensível e pensável por meio de uma série de linguagens construídas *historicamente*. O vocabulário e as categorias que homens e mulheres utilizam para pensar e agir no mundo público têm uma história, foram construídos ao longo do tempo, a partir de discursos, movimentos intelectuais e de diferentes projetos políticos idealizados e colocados em prática. Por isso, as linguagens que conformam o discurso político, mas também são instrumentos de sua mudança, possuem uma historicidade e uma agência.

Acreditamos que a narrativa histórica pode ser considerada um fonte importante para se pensar o político, tomado nesse sentido mais amplo. A historiografia, especialmente a partir do século XIX, foi um discurso central na configuração de imaginários sociais, de memórias coletivas e mesmo de linguagens políticas. Então, por que não pensá-la como um dos mecanismos que tornaram possível a instituição de uma vida coletiva a partir do simbólico? As narrativas históricas também participaram da provisória e continge definição de conceitos centrais para a autorepresentação das comunidades políticas modernas, entre eles o de nação, democracia, república e povo.[541] Essas narrativas foram e são agentes na confecção da urdidura simbólica que constroi os sentidos e as formas das instituições, dos valores, das crenças e dos mecanismos de representação a partir dos quais se organizam a vida pública.

No caso dessa dissertação, buscaremos pensar como a trilogia escrita por Manoel Bomfim na segunda metade de década de 1920 participou do trabalho de definição de conceitos chaves para o mundo no qual ele vivia e do trabalho de construção de sentidos para a vida em comum. Para isso, investigaremos tanto os projetos e posicionamentos políticos enunciados nos ensaios quanto o que está menos visível na superfície da narrativa, especialmente os conceitos utilizados e as relações que eles mantinham entre si. Identificar essas relações é uma forma de pensar as diferentes linguagens políticas que atuaram nos textos de Bomfim, permitindo-lhe interpretar os dilemas vividos pela República e propor soluções para eles. Esse pode ser um caminho para se compreender de que forma a trilogia se inseria em determinado contexto político-simbólico e como o próprio autor via a escrita da história como forma de atuar nesse mesmo contexto.

[541] PALTI, Elias José. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos, op. cit.

Para investigar esse poder orientador conferido à história por Bomfim, esta terceira parte da dissertação percorrerá o seguinte caminho argumentativo: no primeiro capítulo, abordaremos como o autor conferiu uma dimensão temporal à crise vivenciada pela República brasileira, pensado-a a partir da "formação política" da nação. A falsidade do regime republicano brasileiro provinha do fato dele não ter sido capaz de realizar as tradições republicanas genuinamente nacionais, que foram impedidas de evoluir e desnaturadas pelo "bragantismo", tradição política perversa que configurou um Estado brasileiro corrupto, espoliador, parasita, afastado da sociedade, das suas características e seus interesses.[542] Pensaremos como essa oposição entre tradição republicana e bragantismo constitiu um enredo para a história do Brasil do autor, atentando-nos para as linguagens políticas mobilizadas na construção de tal enredo.

O segundo capítulo abordará as respostas que, para Bomfim, as experiências pretéritas poderiam oferecer à crise da república. A trilogia vasculhou o passado em busca de certas experiências tratadas como "clarões" e "lampejos", a partir dos quais a nação poderia conhecer o que havia de melhor em si mesma e em sua história. Essa tradição republicana, uma das mais genuinamente nacionais, foi pensada a partir de seus herois, de suas revoluções e dos seus agentes mais anônimos, como a "opinião pública". Investigaremos como esse passado foi mobilizado pelo autor na construção de um projeto de república e de democracia diferente daquele que ele julgava vigente. Como já vimos anteriormente, Bomfim defendia que as tradições poderiam e deveriam ser constantemente "adaptadas" e "retemperadas". Neste caso não foi diferente: os homens do presente deveriam adaptar as tradições políticas diante das novidades do seu mundo. Entre essas novidades, a mais premente pareceu ser "a questão social", termo a partir do qual o ensaio *O Brasil Nação* interpretou a "exploração da massa proletária" pelo capitalismo. Nesse sentido, investigaremos como, nessa obra, a preocupação com a questão social abriu um horizonte revolucionário, bem como permitiu ao autor desejar um futuro que não estava totalmente contido no passado nacional e na tradição republicana brasileira.

[542] Para uma abordagem das características atribuídas ao Estado brasileiro por Manoel Bomfim, tanto na trilogia quanto no ensaio *América Latina*, ver: UEMORI, Celso Nobrou. *Explorando um campo minado*: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional. São Paulo: PUC-SP/Departamento de Ciências Sociais, 2006, especialmente o capítulo 4, "Estado bragantino contra nação".

CAPÍTULO 6 - ESSA NÃO ERA A REPÚBLICA DOS MEUS SONHOS: A ESCRITA DA HISTÓRIA E OS MALES DO PRESENTE

Em abril de 1888, Manoel Bomfim desembarcou no cais Pharoux, no Rio de Janeiro. Veio para fazer a vida na capital federal, como lhe aconselhara o amigo Alcindo Guanabara, ainda em Salvador. Guanabara esperava no porto, juntamente com Olavo Bilac, para dar-lhe as boas-vindas. Rapidamente, ele integrou-se a diferentes redes intelectuais e passou a escrever para dois jornais que desempenharam papel ativo na propaganda republicana: o *Correio do Povo,* fundado por Sampaio Ferraz e *A Rua*, que tinha Luís Murat, Olavo Bilac e Raul Pompéia como redatores permanentes.[543] Podemos dizer que Manoel Bomfim foi um propagandista republicano de última hora. O próprio autor relatou um pouco dessa experiência, anos depois, no ensaio *O Brasil Nação*: "Quem escreve estas páginas assistiu ao mais vivo nos últimos dias de propaganda republicana, e, mocidade de estudante, fez parte de associações, onde se esperava encontrar as fórmulas da nova organização".[544] Nessa mesma obra, ele afirmou que o "republicanismo entusiasmava os ânimos e os inflamava".[545] Julgando pelas memórias de Bomfim, constantemente evocadas ao longo dos ensaios, a propaganda republicana e os primeiros anos da República foram vivenciados como um período de esperanças e de entusiasmo. Para o autor, "as gerações de 1890" empenharam-se para refazer a alma brasileira e a grande prova desse empenho era o "movimento jacobino de 92-97", considerado verdadeira expressão da alma nacional.[546] Bomfim parecia considerar-se parte dessa geração que pensou a República como caminho para se refundar o país.

O entusiasmo da primeira década republicana rapidamente deu lugar a uma visão mais crítica em relação ao regime. Em um discurso pronunciado por ocasião da formatura de normalistas, em 1904, Bomfim constatou a irrealização da democracia e da República no Brasil:

> Se, até hoje, democracia, República, e liberdade, são, para nós, *aspirações irrealizadas*, e das quais já muitos *desesperaram*, é porque nos faltam as gerações de indivíduos educados para a democracia e para a liberdade. Pretender a verdade e a

[543] AGUIAR, Ronaldo Conde de. *O rebelde esquecido:* tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. p.127-133.
[544] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.613, nota 4.
[545] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.410.
[546] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*, op. cit., p.187.

> pureza do regime democrático, em Nação onde 90% dos indivíduos são incapazes de participar da vida política por analfabetos, é pretender o absurdo.[547]

A utilização do verbo desesperar parece muito significativa. Muitos já não mais esperavam nada do novo regime. Uma denúncia muito parecida foi elaborada pelo autor 17 anos depois, em um artigo publicado no *Jornal do Commercio*:

> Para a República brasileira nunca houve a questão da educação. Reconhecido desde o primeiro momento que na democracia instituída *não havia povo*, isto é, que a massa geral da nação nenhuma significação política podia ter, ficou admitido também, desde logo, que seria assim mesmo. E assim tem sido.[548]

O regime republicano era incapaz de educar os brasileiros para que eles de fato pudessem participar politicamente da vida da nação. O resultado era a ausência de povo. Essa foi uma crítica recorrente ao longo da trajetória de Bomfim, presente em seus discursos e artigos na imprensa periódica.

Nos ensaios escritos na segunda metade dos anos 1920, essa preocupação com a "formação política do povo" continuou presente. No entanto, a crítica em relação ao regime republicano ampliou-se, tornou-se mais estrutural e radical. Novas questões foram tratadas. Entre elas, a herança política perversa que a dinastia dos Bragança legou ao país, especialmente ao Estado brasileiro.[549] Nas obras *O Brasil na História* e *O Brasil Nação,* o autor manifestou sua esperança de que, em breve, chegaria uma revolução nacional. O Brasil haveria de "arder nessa obra revolucionária".[550] O "desgosto pelas formas sociais e políticas prevalecentes" era tanto que as consciências se abriam à revolução,[551] pensada como resposta para um presente desorientado e para uma República que era uma "mentira funesta". Nesse sentido, Manoel Bomfim compartilhou com seus contemporâneos não só a perspectiva revolucionária, mas também a ideia de que a República brasileira era marcada por uma série de ausências e falsidades. "Liberdade, democracia, opinião, justiça, saber, necessidades essenciais à vida de uma nação moderna, são, aqui, motivos de repetidas mentiras".[552] Se o mundo político foi lido

[547] BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução.* Discurso às normalistas diplomadas pela Escola Normal do Distrito Federal que o elegeram paraninfo. Rio de Janeiro: Typografia do Instituto Profissional, 1904. p.22. Grifos nossos.
[548] BOMFIM, Manoel. O dever de educar. In: GONTIJO. Rebecca (org.). *Manoel Bomfim*. Coleção Educadores, op. cit., p.78. Texto publicado originalmente no *Jornal do Commercio,* Rio de Janeiro, terça-feira, 27/9/1921, p.2.
[549] Para pensarmos de modo comparativo, o termo "bragantismo", conceito a partir do qual Bomfim tratou a "herança política portuguesa" no Brasil ao longo da trilogia, não foi utilizado no ensaio de 1905, *América Latina: males de origem*.
[550] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.561.
[551] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.574.
[552] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.59.

a partir do signo da mentira, cabe-nos responder o que havia de falso, para o autor, no regime brasileiro. Ou, em outras palavras, o que faltava para que a República fosse verdadeira?

As formas da república e da democracia no Brasil: a mentira oligárquica e a ausência do povo

Oligarquismo. Esse foi o termo mais utilizado por Manoel Bomfim para descrever e caracterizar o regime político brasileiro. A república, tal qual havia se configurado, agravou as misérias da vida interna do país: ela substituiu D. Pedro II, "um déspota manso, limpo, de origem conhecida, por sucessivos e espalhados tiranos, nem sempre mansos, muitas vezes sujos".[553] O Estado brasileiro havia sido "enfeudado" pelas oligarquias dos estados, especialmente por aqueles que eram os "donos de Minas Gerais e São Paulo". O verbo enfeudar foi empregado algumas vezes ao longo dos ensaios *O Brasil na História* e *O Brasil Nação* para indicar que os governantes se apossaram dos aparelhos estatais, fazendo deles propriedade privada. Tais aparelhos eram "ventosas" que parasitavam a sociedade e sugavam dela toda riqueza possível. Os políticos republicanos foram caracterizados como "chefes rapaces, de um oligarquismo cruamente parasitário", uma vez que eram apenas "desfrutadores do governo". Já não havia "nenhuma preocupação de *bem geral*" e os governantes buscavam apenas "garantir o privilégio no usufruto do poder".[554] O resultado prático era que o Estado era "deles, dos filhos, genros, cunhados e primos".[555]

Nessa situação, o estadista deixava de ser o realizador das "legítimas necessidades sociais", o simples "harmonizador dos meios e recursos nacionais com as correntes de opinião",[556] para se transformar em um "peso" nos ombros da sociedade brasileira, em "garra" que a prendia para melhor atacar. Os "mandões dos estados" intervinham sistematicamente na vida dos municípios, convertidos em "ninhos onde a politicagem" acomodava "o mais sórdido dos seus resíduos".[557] Se, por acaso, "um ativo, estranho aos arranjos oficiais", conseguisse ser eleito, "os bandos locais" negavam-lhe o diploma.[558] Essas intervenções das oligarquias na vida das cidades anularam a "realidade da autonomia local", considerada fundamental na "prática do bem comum" e no "zelo" pela "coisa pública". A conclusão foi a de que "a república" se demonstrava "*inoperante*, *insuficiente*, sem *virtude* para dar-nos o livre jogo de opinião

[553] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.442-443.
[554] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.461.
[555] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.502.
[556] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.68-69.
[557] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.242.
[558] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.511.

nacional".[559] A "opinião", agente central nas democracias, para Bomfim, não podia manifestar-se diante do oligarquismo que passou a caracterizar a "vida pública" no Brasil.

A crítica acerca da organização oligárquica do regime e da ausência de uma opinião pública atuante foi um dos tópicos mais recorrentes no debate em torno das formas que a república assumiu no Brasil. O Almanaque Garnier, por exemplo, em sua lista de retratos, assim caracterizou a atuação do radical propagandista Lopes Trovão, depois da proclamação: "Hoje a sua posição é de adversário que luta contra a deturpação do ideal republicano, contra *as oligarquias que se apoderaram do país, anulando o sufrágio e a vontade nacional*".[560] Em texto de 1924, Oliveira Vianna pensou essas oligarquias como "clãs" que se apossaram dos partidos:

> Fazendo dos cargos públicos e, consequentemente, do tesouro público coisa de sua propriedade privativa, os nossos clãs partidários, que manipulam o governo da União, dos Estados e dos Municípios, estão na mesma situação de um indivíduo que se apoderasse de uma *res derelicta*.[561]

Segundo Vianna, em uma nação como o Brasil, que não tinha "opinião democrática", devido a sua "formação social", era esperado que as oligarquias assumissem esse papel. Os clãs atuavam em meio ao "silêncio geral do país", "nada mais natural" que eles acabassem "ouvindo exclusivamente (...) a voz dos interesses partidários" que os cercavam.[562] Na realidade, pensando do ponto de vista objetivo, talvez os brasileiros devessem ser gratos aos "clãs politicantes", porque era muito duvidoso que o povo, entregue à sua espontaneidade, fosse capaz de "construir" qualquer tipo de "superestrutura política-administativa".

Apesar das grandes diferenças entre os textos e autores mencionados um ponto em comum perpassava esses diagnósticos: a constatação da ausência de uma soberania nacional que se expressasse pela opinião pública e pelas eleições. O povo não era o agente que de fato pautava e guiava a vida pública, mas sim os clãs politicantes, as oligarquias, que se apropriaram do Estado de acordo com seus interesses privados. Constatou-se que a soberania popular não era a base legitimadora da democracia e da república no Brasil. A constatação gerou decepção e incômodo em muitos intelectuais e pode ser melhor compreendida quando levamos em consideração as expectativas alentadas pela propaganda republicana.

---

[559] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.494-495.
[560] Galeria de retratos*, Almanaque Brasileiro Garnier*, 1908 apud DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*, op. cit., p.112. Grifos nossos.
[561] VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição, op. cit., p.144.
[562] VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição, op. cit., p.137

Em boa parte dos discursos republicanos, durante as décadas de 1870 e 1880, o termo república passou a estabelecer uma relação de sinonímia com o termo democracia.[563] Para o Manifesto Republicano de 1870, "democracia e república eram uma e a mesma coisa, um país que se autogovernasse, isto é, que elegesse todos os seus governantes".[564] A expectativa era, desse modo, que a República viesse a ser *o* regime do povo. Para a maior parte dos propagandistas, a democracia só poderia assumir a forma republicana e a República deveria ser um regime democrático. Quintino Bocaiúva, em um discurso pronunciado em maio de 1889, expressou de modo claro tal concepção: "este regime [republicano] pressupõe o governo do povo pelo povo" e "a soberania nacional como a única fonte de poderes legítimos".[565] Diante de tais expectativas, muitos intelectuais que viveram o regime republicano brasileiro atribuíram boa parte de seus problemas a não expressão da vontade nacional. A República fracassou porque não conseguiu cumprir o que havia prometido: trazer o povo para o centro da atividade política. Ao longo das primeiras décadas do século XX, diferentes representações intelectuais acabaram por pensar esse povo como um ausente, como um sujeito que não foi capaz de ocupar o lugar central que lhe cabia em um sistema democrático ou que foi impedido de fazê-lo.[566]

Essa ausência do povo foi um dos elementos a partir dos quais a república brasileira foi representada como mentira, ficção ou simulacro. Ela era um corpo sem alma, uma máquina a qual faltava o motor que lhe fizesse funcionar. Oliveira Vianna, por exemplo, pensou a falsidade da vida política nacional a partir da metáfora da fachada. O regime brasileiro era um edifício com uma fachada esplêndida: a Constituição de 1891, seus pressupostos democráticos e liberais. No entanto, tal edifício, "de tão majestosa fachada", não se assentava, "sobre alicerces de realidade", mas sim "sobre *ficções* – e nada mais". A república e democracia no Brasil eram irrealidades, porque ambas necessitavam de forças propulsoras que não existiam no país, ente elas uma "opinião pública" atuante e um "sentimento de interesse coletivo". Havia um desacordo entre as "condições mentais e estruturais do povo brasileiro" e a Constituição de

[563] MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República Consentida*: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007. Versão ebook kindle.
[564] CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, jan/jun 2011. p.146. Segundo Carvalho, os termos república e democracia estiveram separados e assumiram significados distintos apenas nos textos dos positivistas, uma vez que, para eles, a democracia fazia parte do estado metafísico da humanidade e deveria ser superada.
[565] BOCAIÚVA, Quintino *apud* MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República Consentida,* op. cit.
[566] BRESCIANI, Maria Stella Martins. O charme da ciência e a sedução da objetividade, op. cit., p.12. Ver também: p.156 e p.306. Segundo essa autora, o argumento do despreparo político da população brasileira era um lugar-comum nas décadas de 1920 e 1930. Podemos pensar que, em alguma medida, alguns desses argumentos já estiveram presentes em produções culturais anteriores que, desde os primeiros anos da República, representavam o povo como "bestializado" e denunciavam a falta de participação popular.

1891. Para Vianna, a cidadania deveria ser pensada a partir de dois fatores, um biológico ligado ao "temperamento da raça" e outro de natureza moral, ligado à "formação política e social do povo". No caso do cidadão brasileiros, ambos os fatores o condenavam à sua condição de incapaz para a organização de uma opinião pública atuante. Ou seja, a República fracassou porque o povo não era capaz de realizar o papel que foi idealizada para ele. "Ao mecanismo idealizado pelos legisladores de 91 faltava o sopro inspirador do seu dinamismo".[567]

O termo ficção também esteve presente na revista *Careta,* em um editorial de abril de 1915, no qual a dinâmica eleitoral do país foi considerada incapaz de expressar verdadeiramente a "vontade nacional". O título do texto era, sugestivamente, "A ficção da soberania popular". O editorial atribuiu a falsidade da República à inexistência de eleitores. Era um absurdo que os deputados federais do Rio de Janeiro se elegessem com apenas mil ou dois mil votos, em uma população de um milhão. "Um ou dois milésimos da vontade popular. Em uma associação de mil pessoas, aquele que recebesse de seus membros um ou dois votos para representá-la poder-se-ia dizer legítimo representante da corporação? Não, evidentemente". A recusa dos eleitores em participar das eleições foi explicada pelo desinteresse do povo em relação à escolha da composição do Congresso. Para que votar se, na prática, quem nomeava os deputados e senadores eram os "chefes políticos" que dirigiam "a manipulação das atas"? Ou seja, o afastamento do povo em relação à política institucional foi atribuído à atuação dos *chefes políticos*, que impedia a manifestação da vontade popular. O editorial concluiu, de modo bem cético, que ninguém mais se escandalizava com esse sistema, porque toda gente sabia que "o exercício da soberania popular" era uma "fantasia", e ninguém a tomava "a sério".[568]

Manoel Bomfim, por sua vez, atribuiu a falsidade do regime republicano a uma falta de "formação política" do povo brasileiro, que não foi preparado para a democracia. E o pior era que a República em nada havia melhorado a "educação democrática da nação"[569]:

> A República é uma mentira porque não há povo, *todos o repetem*. Sim. E a democracia não é possível porque a massa da nação não a compreende, para saber realizá-la. Nem teremos liberdade, enquanto não houver uma maioria com *o preparo* e a *educação política* precisas num regime efetivamente livre.[570]

A "falta de educação política" não foi vista, no entanto, como consequência de características inerentes à composição racial do povo brasileiro. A perspectiva racial foi, na verdade,

[567] VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição, op. cit., p.131.
[568] *Careta*, Rio de Janeiro, Sábado, 17 abr. 1915, n. 356, ano VIII, p.7.
[569] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.215.
[570] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.542. Grifos nossos.

considerada totalmente incapaz de explicar os dilemas políticos nacionais: eram "historiadores de fancaria" aqueles que insistiam em pensar a atuação histórica do povo a partir da ideia de "indisciplina inata da raça".[571] Bomfim acreditava que o que explicava as misérias do presente era a "formação política" do povo e do Estado. Era preciso investigar o passado nacional e o tipo de educação que ele deu à nação.

Olhando para a história brasileira, era possível ver como o povo demonstrou que tinha muitas potencialidades para a democracia e para a república. Era só ver como uma das tradições mais atuantes na formação do "caráter nacional", especialmente ao longo do período colonial, foi a tradição republicana. Bomfim cita, por exemplo, a força das câmaras municipais no primeiro século de colonização. Nelas, havia uma vida local autônoma construída a partir de um "espírito público" vivo. Os revolucionários pernambucanos de 1817 também foram lembrados como exemplos de como o Brasil desejou ardentemente a república e a democracia. No entanto, tais potencialidades não foram cultivadas, mas sim abafadas, desnaturadas, impedidas de evoluir por um Estado opressor e parasita, que impediu sistematicamente a "educação democrática da nação". O povo poderia ter aprendido a democracia, as virtudes cívicas e o "zelo" pela "coisa pública" ao longo de sua formação, mas os governantes sempre combateram a tradição republicana na trajetória do Brasil. Ou seja, a população brasileira não era indiferente ou alheia ao regime republicano, mas sim "foi *alheada* da República, privada de concorrer para a elevação do país".[572] Em outras palavras, ela foi sendo afastada, ao longo de sua história, das experiências que poderiam tê-la educado para a democracia e para a república. O sujeito soberano foi sistematicamente atacado pelo Estado, teve sua evolução desviada e foi impedido de exercer seu devido papel na história nacional. Sua ausência, desse modo, decorria do fato dele ter sido afastado da vida pública pelas classes governantes.

Tal problema diagnosticado por Bomfim transpareceu até mesmo no subtítulo do ensaio *O Brasil Nação*: "a realidade da soberania brasileira". No livro, o autor afirmou, diversas vezes, que a soberania nacional não era *efetiva*. Essa não efetividade era o que mais falsificava a república no Brasil, uma vez que tal regime foi considerado como: "*o* regime que realiza, *de fato,* a soberania da nação, soberania que é a própria consciência nacional – livre de manifestar o seu querer e de organizar a sua atividade".[573] O autor enxergava na República o regime que melhor permitia dar forma e voz à soberania popular. Esse princípio permeou diferentes matrizes do republicanismo contemporâneo e esteve muito presente na propaganda republicana

[571] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.242.
[572] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.217.
[573] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.468. Grifos nossos.

no Brasil. Partindo dele, Bomfim concluiu que, se a soberania nacional não era a alma da República brasileira, era porque ela era uma farsa a ser desmascarada.

Como a vontade nacional não era o princípio que organizava a República brasileira, havia um abismo entre os governantes e o povo, uma dissintonia entre o político e o social. Essa concepção percorreu a trilogia, mas também outras produções intelectuais das primeiras décadas do século XX, que pensaram a desarmonia entre o mundo político e a sociedade brasileira a partir de termos como "artificialismo" e "estrangeirice". O Manifesto Regionalista de 1928, por exemplo, comparou os regimes políticos como roupas que vestiam as nações. Roupas precisam ser ajustadas, devem se acomodar bem aos contornos do corpo. Infelizmente, a República brasileira andava metida em "roupagens exóticas, veludos para frios, peles para gelos que não" existiam "por aqui". O "*corpo* do Brasil" era "vítima", desde que era nação, "das estrangeirices" que lhe tinham "sido impostas, sem nenhum respeito pelas peculiaridades e desigualdades da sua configuração física e social". Uma ou outra pena de índio, um ou outro papo de tucano buscavam disfarçar, em vão, o exotismo norte-europeu do traje republicano.[574] A metáfora era uma crítica ao caráter artificial das instituições que regiam politicamente o país: elas não expressavam de fato a nação. Ou seja, a forma como a República foi organizada não correspondia às necessidades das realidades sociais brasileiras: ela era uma espécie de roupa apertada ou larga demais, que causava incômodo à nação, não permitindo-lhe se mover muito bem.

A artificialidade do regime brasileiro foi explicada, pelo manifesto, mas também por outras produções intelectuais a partir da "estrangeirice" das elites pensantes e governantes, que não conheciam a realidade do Brasil, e, por isso, eram incapazes de representar a vontade nacional. A classe política foi pensada como artificial, descolada da nação. Alberto Torres foi um autor central na elaboração dessa noção de descompasso e foi muito apropriado ao longo dos anos 1920 e 1930.[575] Para ele:

> A separação da política e da vida social atingiu, em nossa pátria, o máximo da distância. À força de alheação da realidade, a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, uma classe artificial, (...), ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, (...) o brilho das fórmulas e o calor

[574] FREYRE, Gilberto. Manifesto regionalista. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.57.
[575] Como exemplo, podemos citar o prefácio escrito por Vicente Licínio Cardoso à coletânea aqui trabalhada *À margem da história da República*, no qual o autor afirmou a importância do "nosso Alberto Torres" para sua geração (CARDOSO, Vicente Licínio. Prefácio. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da História da República*, op. cit., p.12). Ainda sobre as apropriações das obras de Torres ao longo da década de 1920 e 1930, ver: MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*, op. cit., p.26-27; e BRESCIANI, Maria Stella Martins. O charme da ciência e a sedução da objetividade, op. cit., p.299.

> das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquistas e a conservação das posições.[576]

A classe política pensava apenas a partir de fórmulas legais, que eram na maioria das vezes, utilizadas somente para justificar e conservar as próprias posições dessa classe. Tal situação permitia o absurdo de um Estado apartado dos interesses nacionais.

Diante do diagnóstico da artificialidade e da estrangeirice, o remédio receitado foi o de conferir feições mais nacionais ao regime republicano, o de promover uma aproximação entre o mundo político e a realidade nacional. Essa foi a solução encontrada pelo intelectual Gilberto Amado, que, em texto publicado em 1924, traçou a seguinte tarefa para os homens de pensamento: o "nosso trabalho, deve ser, mantendo a República, torná-la, antes de tudo, brasileira".[577] Era preciso abrasileirar as instituições republicanas, de modo que fossem de fato válidas e eficientes diante da realidade social da nação. Era urgente uma classe política que realmente representasse o povo. Voltando para a metáfora mobilizada pelo manifesto regionalista de 1928, fazia-se necessário substituir as roupas exóticas da República, "não por outras roupas feitas por modista estrangeira, mas por vestido ou simplesmente túnica costurada pachorrentamente em casa: aos poucos e toda sob medida".[578]

A trilogia escrita por Manoel Bomfim inseriu-se nesse amplo debate a partir do qual se diagnosticou e se buscou remediar a artificialidade do regime republicano e seu alheamento da realidade nacional. No ensaio *O Brasil na História,* o autor afirmou que a República, como a realizavam, estava a "incompatibilizar-se com a nação brasileira", uma vez que os membros das classes governantes não possuíam "nenhuma correspondência com *a alma nacional*".[579] A "massa da nação brasileira" era uma e a "gestão política" era outra, de modo que o "concreto da vida popular" não existia para os dirigentes, que "ignoravam o próprio povo"[580]. Eles pensavam o Brasil apenas a partir de "pastiche de ideias estrangeiras".[581] O que valiam, para os brasileiros, "constituições e leis, apenas copiadas de povos" que compreendiam a liberdade? Nada valiam! E a prova era justamente o desacordo existente entre as fórmulas escritas e a realidade, entre os costumes políticos e as leis. "Sob o regime da chamada *mais liberal* das constituições", sob "o titular regime da liberdade e democracia", os brasileiros viviam "sob o

[576] TORRES, Alberto. *O problema nacional* apud BRESCIANI, Maria Stella Martins. O charme da ciência e a sedução da objetividade, op. cit., p.299. A primeira edição dessa obra é de 1912.
[577] AMADO, Gilberto. As instituições políticas e o meio social no Brasil. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da História da República*, op. cit., p.66-67.
[578] FREYRE, Gilberto. Manifesto regionalista. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.58.
[579] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.202.
[580] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.540.
[581] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.208.

arbítrio, no espetáculo das torpezas impunes".[582] De nada serviriam as leis enquanto a classe política não adotasse outros costumes, enquanto não deixasse de ser alheia e distante da nação brasileira e seus interesses.

Nesse breve panorama aqui traçado, é perceptível como a trilogia compartilhou com outras produções intelectuais uma série de percepções e diagnósticos acerca do mundo político: a vida pública era uma farsa, porque faltava o povo, a alma de todo regime baseado na soberania popular; essa ausência fazia das instituições políticas algo artificial, descolado da realidade nacional. Muitas das críticas feitas às formas assumidas pelo regime republicano constatavam a irrealidade da democracia e da república no Brasil. Ao longo da trilogia, podemos ver como essa constatação foi fonte de muita angústia para Bomfim: ele claramente conferia legitimidade a valores e princípios de repertórios democráticos e republicanos desenvolvidos ao longo da modernidade política, mas acreditava que a nação brasileira tinha grande dificuldade de colocá-los em prática, de desenvolvê-los em sua vida pública.[583] Nos ensaios, o mal-estar assumiu algumas vezes um tom de uma melancolia ressentida, que quase não vislumbrava futuro. Em outras, o incômodo ganhou contornos de revolta, indignação e de clamor por uma mudança revolucionária que pudesse regenerar a nação, a república e a democracia brasileira.

A trilogia foi escrita ao longo dos anos 1920, período de fortes incertezas políticas e sociais, no qual valores democráticos e liberais estavam sendo bombardeados tanto pelas alternativas fascistas quanto por vertentes do pensamento socialista e comunista. Como sintetizou bem Marly Motta: "o modelo liberal estava sob o fogo cruzado dos que, à esquerda e à direita, advogavam a regeneração da estrutura política".[584] Nesse sentido, podemos pensar que a insatisfação diante da democracia e da república brasileira presente nos ensaios estava relacionada a esse mundo efervescente da década de 1920, especialmente ao novo horizonte político oferecido pela Revolução Russa e pela Revolução Mexicana.

Por outro lado, a decepção em relação à democracia foi um traço recorrente no debate político contemporâneo, não apenas na década de 1920 e não apenas no Brasil, mas também em países como a França e a Inglaterra, considerados por Bomfim como exemplos de nações

[582] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.467.
[583] Heloisa Starling mobilizou a noção de repertório para indicar um conjunto amplo de ideias, valores, princípios e símbolos a partir dos quais a democracia e a república foram pensadas ao longo da modernidade política. STARLING. Heloísa Maria Murgel. A República e o subúrbio: imaginação literária e republicanismo no Brasil República. In: CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p.171. Nesse texto, Starling deu exemplos de autores que reconheciam a legitimidade desse repertório, mas inquietavam-se com a dificuldade de desenvolvê-lo no Brasil. Entre tais autores estavam, para ela, Lima Barreto e Sérgio Buarque de Holanda.
[584] MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*, op. cit., p.28.

nas quais os princípios democráticos de fato funcionavam. Como afirmou Pierre Rosanvallon, para onde quer que olhe o historiador do político ele verá que as representações acerca da democracia contemporânea foram marcadas pela decepção, pela noção de incompletude e irrealização.[585] Nos mais diferentes debates políticos, o povo apareceu como difícil de se definir e de se encontrar. Isso porque, se o princípio da soberania popular evidentemente fundou a política moderna, as formas de colocá-lo em ação, de implementá-lo foram fontes de muitas incertezas. Democracia: regime do povo. A própria definição é marcada por uma dupla indeterminação: tanto em relação ao modo de encarnação quanto às condições de dar forma ao poder democrático.[586] Diferentemente do rei, o povo não tem um corpo, não é um sujeito encarnado e, por isso, sua figuração apareceu como motivos de constante disputas: afinal, quem era o povo? Quais suas características e feições? Ou seja, o lugar do poder não poderia ser objeto de uma figuração definitiva, isenta de conflitos. Tão complicado e conflituoso quanto dar contornos ao sujeito soberano foi construir os modos de representá-lo. Quais instituições, dinâmicas eleitorais e princípios seriam mais apropriados para a sua representação? Ou, em outras palavras, qual seria o melhor modo de institucionalizar a democracia?

As representações construídas acerca da república e da democracia no Brasil por diferentes intelectuais ao longo das primeiras décadas do século XX buscavam justamente lidar com esses dilemas. Esses intelectuais, ao representar o povo como ausente, o regime brasileiro como ficção, artifício e mentira, inquietavam-se e procuravam responder ao problema dos modos possíveis de se colocar em ação o princípio da soberania popular. Problema que, como vimos no breve panorama aqui traçado, envolveu diagnósticos como a malformação do povo, a ausência de opinião pública e o artificialismo das instituições políticas. A trilogia escrita por Manoel Bomfim, ao buscar delimitar as feições do regime político brasileiro, bem como suas insuficiências e incompletudes, participou desse debate e das disputas simbólicas em torno da soberania.

Ao longo dos ensaios, podemos perceber como o autor inquietava-se para traçar respostas diante do que foi interpretado como uma ausência do povo: como permitir que ele fosse, de fato, o protagonista da vida pública? O que lhe impedia de atuar? Por que o passado não havia lhe oferecido uma educação política para a democracia e para a República? O que fez com que o regime político estivesse tão afastado da nação? Para responder a essas perguntas, o autor voltou-se para o passado, buscando delimitar as origens dos males da República. Os

[585] ROSANVALLON, Pierre. *Le peuple introuvable*: histoire de la représentation démocratique en France. Paris: Éditions Gallimard, 1998. Ver especialmente a introdução "Malaise dans la démocratie".
[586] ROSANVALLON, Pierre. *Le peuple introuvable*, op. cit., p.13.

dilemas do presente de Bomfim, aqui identificados, foram pensados a partir de uma duração estendida, de um *percurso formador* do povo, do Estado, dos costumes políticos, das instituições, enfim, de tudo que envolvia o que ele pensou como "vida pública". Se o autor insistia em dizer que o passado explicava os males do presente, podemos também pensar como esses males configuraram um ponto de partida para a escrita da história na trilogia. As urgências do mundo contemporâneo, especialmente a sensação de crise na república e na democracia, forneceram a moldura a partir da qual o passado foi enxergado. Ao buscar conferir inteligibilidade temporal para os problemas do regime político brasileiro, Bomfim construiu um enredo para a história nacional, que envolvia personagens, como o povo, o Estado e as tradições políticas, mas também conceitos-chaves como os de tirania e despotismo. Vejamos agora que percurso formador da vida pública foi esse traçado e como, a partir dele, o autor buscou construir algum tipo de inteligibilidade para um presente vivido como desorientação.

As origens dos males da República: a formação e a educação política do povo brasileiro

"Contamos para mais de um século como nação soberana, sem avançar um milímetro em educação política".[587] A malformação da nação para a vida pública foi uma reclamação constante de Bomfim ao longo dos ensaios, especialmente na obra *O Brasil Nação*. Ao pensar em educação política, o autor referia-se a um processo amplo e longo de "formação política" do povo a partir das experiências pelas quais ele havia passado. O termo educação apontava para o fato de a nação ter sido conformado por sua própria trajetória histórico-social, que era educadora, configuradora de suas características. Como discutimos na primeira parte dessa dissertação, para Bomfim, cada nação possuía um percurso histórico singularizante e individualizante que se manifestava em suas tradições, inclusive nas políticas. As tradições políticas eram forças conformadoras da "vida pública", dos "aparelhos de governo" e dos "costumes políticos" da população e dos estadistas. Por isso, a atuação do povo não poderia ser compreendida a partir de pressupostos políticos abstratos e estáticos. Pelo contrário, ela remetia a uma realidade que se edificou no tempo, de modo processual.

Como vimos, a trilogia pode ser pensada como parte de uma escrita da história que se configurou a partir do problema da formação nacional, entre fins do século XIX e começo do século XX. Para essa escrita, o mundo político estava em movimento: ele foi concebido a partir de uma consciência temporal moderna, pensado como um constante vir-a-ser no tempo.

[587] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.510-511.

Tomando a modernidade como um processo que implicou, entre outros aspectos, a temporalização do mundo, não é possível pensar que o vocabulário tenha ficado isento de tal temporalização. A cristalização da soberania popular como princípio regulador do político e a consequente impossibilidade de uma figuração definitiva do poder trouxeram a imprevisibilidade e o conflito para o centro do mundo público, permitindo um grau de abertura em relação ao futuro, não experimentado anteriormente. O lugar vazio do poder fez da democracia "a sociedade histórica por excelência", sociedade que, por sua *forma*, acolhia e preservava a indeterminação.[588] Diante desse processo radical de historicização, a conceitualidade política foi se afastando de repertórios semânticos estáticos e abstratos em direção ao domínio da temporalidade histórica e processual.[589] Os conceitos a partir dos quais a vida pública era construída, reconstruída e disputada ganharam uma profundidade temporal inédita.

Tal profundidade dos conceitos políticos é perceptível em diferentes ensaios que se configuraram a partir do problema da formação nacional, ente eles os da trilogia. O que era o Estado, o povo, a democracia ou a opinião pública? Para responder a essas perguntas era preciso olhar para a história, desvendar os processos temporais que configuraram esses sujeitos e suas características específicas em cada sociedade. Nesse sentido, a inteligibilidade do mundo político envolvia necessariamente um olhar histórico-processual. Esse era um dos motivos pelos quais a história foi considerada tão útil para o presente. Oliveira Vianna chegou a pensá-la em um texto de 1920 como "mestra da política":

> Há uma anamnese das nações, como há uma anamnese dos indivíduos – e é tão necessário, no governo dos povos, o conhecimento daquela, para a determinação de qualquer política reformadora, como desta para qualquer caso clínico. Bem razão têm os historiadores alemães, da escola de Ranke e Mommsen, quando fazem da história, não propriamente, como queria Cícero, "a mestra de vida"; mas, principalmente, "a mãe e a mestra da política".[590]

A anamnese é, em medicina, o histórico dos sintomas iniciais de uma doença até o momento da observação clínica. Para Vianna, também as nações, para determinar os rumos da política,

[588] LEFFORT, Claude. *Repensando o político*, op. cit., p.31. A abertura do futuro operada pela indeterminação da forma democrática e pelo princípio da soberania popular pode ser pensada como um dos muitos fatores que permitiram a temporalização do mundo.
[589] PEREIRA, Luísa Rauter. Capítulo 1. Povo, conceitos políticos e temporalidade histórica: alguns referenciais históricos e analíticos. In: *O povo na história do Brasil*, op. cit.
[590] VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938. p.44. Esse texto de Vianna foi escrito como introdução aos volumes do recenseamento nacional de 1920 e teve sua primeira edição em livro em 1922. Aqui estamos utilizando a terceira edição da obra, de 1938, disponível online no projeto Brasiliana Eletrônica da UFRJ.

deveriam passar por uma anamnese que pudesse diagnosticar, a partir do passado, as reformas requeridas pelo presente.

Manoel Bomfim delimitou de modo parecido como a história poderia orientar os vivos: a ela caberia traçar as origens ou antecedentes das "misérias políticas" que sofriam os brasileiros. Era preciso perscrutar os veios do passado, uma vez que eles levavam diretamente às misérias do presente.[591] A metáfora mobilizada indica um passado concebido a partir de uma multiplicidade de processos, afinal, o substantivo veio foi empregado no plural. Esses processos, se perscrutados, investigados em sua profundidade, desvendariam as origens ou os antecedentes dos males da República. Nessas tentativas de desvendamento, Bomfim fazia um constante jogo de ida e volta entre passado e presente, com o objetivo de pensar as permanências que marcaram a formação política da nação e que possuíam, muitas vezes, uma duração secular.

Ao buscar delimitar as características de tal formação, algumas questões acompanharam recorrentemente o autor: os processos formadores do povo e do Estado prepararam a nação brasileira para a democracia e para a república? O que, no passado nacional, foi entrave e empecilho para a educação democrática da nação? Ou seja, os princípios e ideais democráticos e republicanos valorizados por Bomfim no presente serviram como critério para *qualificar* e *julgar* a formação política da nação. Eles eram o horizonte da evolução política, o fim que deveria ser perseguido. Essa evolução não foi pensada como fatalidade, uma vez que o autor não acreditava que todas as sociedades rumavam necessariamente em direção à democracia e à república. No entanto, como tais termos estavam associados ao futuro desejado, toda a formação política foi pensada a partir deles: a trajetória histórica dos povos era interpretada como uma boa ou má preparação para um regime democrático e republicano. Partindo desses pressupostos, Bomfim lamentava o fato de a nação brasileira não ter tido a mesma educação política dos Estados Unidos: se "o Brasil tivesse tido a formação democrática da América inglesa, por exemplo, seríamos hoje, certamente, um povo bem próximo da legítima liberdade política".[592]

Podemos ver alguns pontos em comum entre essa forma como Bomfim interpretou a história como formação política e os diferentes evolucionismos políticos formulados por alguns republicanos ao longo das décadas de 1870 e 1880, alguns deles citados nos ensaios da trilogia.[593] Uma concepção que perpassava parte do republicanismo brasileiro do final do século

[591] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.52.
[592] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.459-460.
[593] Bomfim citou e dialogou com Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho nos ensaios *O Brasil Nação* e *O Brasil na História*.

XIX era a de que as virtudes necessárias para a república e para a democracia eram adquiridas historicamente: o povo, ao longo de sua história, a partir da participação política, poderia conquistar uma "consciência cívica, educação e costumes apropriados ao sistema representativo republicano".[594] Quintino Bocaiúva, intelectual expressivo desse evolucionismo político e considerado por Bomfim um importante "republicano de tradição", pensou que o fortalecimento das consciências pela prática assídua das virtudes cívicas era um dos fatores principais da evolução política. Um povo evoluía quando aperfeiçoava e aprimorava sua moral cidadã, quando suas experiências formativas lhe permitiam a aprendizagem das virtudes essenciais para a vida pública.[595]

Bomfim, ao longo da trilogia, utilizou-se de parte desses critérios para pensar a evolução política do povo, pensando as "misérias" do presente como resultados de um passado que não deu à nação os "costumes políticos" e as "virtudes" necessárias para a república e para a democracia. As qualidades consideradas fundamentais para a vida pública eram adquiridas em uma evolução temporal, a partir da "educação política" da nação. No caso do Brasil, o seu povo teria sido privado de viver as experiências formativas que poderiam tê-lo preparado para o regime democrático-republicano. A nação era como uma criança com muitas potencialidades, que foi educada por uma péssima mãe, ou nas palavras do próprio Bomfim, por uma "metrópole madrasta". Esse "estado de ineducação política" dos brasileiros foi explicado a partir de uma oposição entre dois fatores, que se constituiu como um enredo para explicar a formação política da nação: a oposição entre a tradição republicana e a tradição política portuguesa, ou o bragantismo.[596] Essa contenda de tradições foi mobilizada para dar significado aos mais diferentes eventos e personagens históricos.

Para Bomfim, para onde quer que se olhasse, no passado nacional, era possível ver como o Brasil, desde que se configurou enquanto nacionalidade, buscou a sua autonomia e a sua independência a partir de movimentos republicanos e democráticos: "O Brasil não só antecedeu qualquer uma das repúblicas espanholas em movimentos de independência como, mais do que

[594] PEREIRA, Luísa Rauter. Capítulo 4. Povo e evolução: a geração de 1870. In: *O povo na história do Brasil,* op. cit.

[595] Diferentes matrizes do republicanismo moderno e contemporâneo consideraram a virtude política como um dos princípios do bom governo. Podemos ver tal preocupação, por exemplo, em Montesquieu, que, em *O espírito das leis,* destacou como a virtude era *o princípio* das repúblicas. Por virtude política o autor compreendia "o amor pelas leis e pela pátria", bem como a "supremacia do interesse público pelo particular". Ver: BIGNOTTO, Newton. A matriz francesa. In: BIGNOTTO, Newton (org.). *As matrizes do republicanismo.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p.180 e p.185. Também no republicanismo brasileiro de finais do século XIX, em diálogo com a matriz francesa e americana, a questão da virtude e seu aprendizado foi central.

[596] Uemori tratou dessa oposição no capítulo 4 de sua tese de doutorado. Ver: UEMORI, Celso Nobrou. *Explorando um campo minado*, op. cit.

ali, aspirou sempre a um governo republicano-democrático".[597] O primeiro grito de "Viva a república!" foi dado pelo sargento-mor Bernardo Vieira de Melo em 1610, no contexto dos conflitos entre os mascates de Recife e os senhores de engenho de Olinda. "E nunca mais se dissipou, na terra brasileira, a aspiração, logo incorporada nas suas mais legítimas tradições – independência, num regime livre, democrata e republicano".[598]

Ao narrar a formação e a atuação da "tradição republicana" no Brasil, Bomfim aproximou eventos e personagens históricos muitos distintos, costurando-os numa mesma trama: a de um povo que buscava sua autonomia a partir da república e da democracia. O que havia em comum entre o senhor de engenho pernambucano Bernardo Vieira de Melo e os inconfidentes mineiros de 1789? Ou entre os revolucionários baianos de 1798 e os homens que expulsaram o imperador D. Pedro I do Brasil em 1831? Todos eram expressão de uma das tradições mais genuinamente nacionais e que, ao longo da Idade Heroica do país, conformou o povo, seus valores e instituições. Esses homens eram a continuação de um "espírito público" forte e organizado que animou a vida brasileira nos seus primeiros dias:

> Até os fins do século XVIII, enquanto o Brasil se caracterizou pela ação de suas populações, a colônia era um mundo de gentes coesas, em luta, apenas contra o estrangeiro. Havia, em todos os transes, afirmações das qualidades necessárias nos povos senhores dos seus destinos: iniciativa, confiança, *desinteresse em proveito do bem geral*, *zelo de dignidade patriótica* (...).[599]

Nesses tempos, as populações brasileiras já possuíam as virtudes centrais para a existência da "legítima liberdade política": a preocupação com o bem geral e o zelo pela pátria. Esse passado foi considerado "genuinamente brasileiro", pois ele foi um dos fatores conformadores do gênio nacional em seu período áureo de formação, bem como a prova das qualidades dos brasileiros "para a república".[600]

No entanto, as tradições republicanas não puderam desenvolver-se: o processo de degeneração da metrópole portuguesa contaminou o Brasil, que teve sua evolução abortada e suas tradições nacionais mais genuínas combatidas. Uma das facetas dessa degeneração foi o "bragantismo", termo a partir do qual Bomfim caracterizou a "tradição política" que conformou o Estado português e suas características. Sob a dinastia dos Bragança, que governou Portugal entre 1640 e 1910, o Estado assumiu uma feição "despótica", na qual o poder foi concebido

[597] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.227.
[598] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.228.
[599] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.385. Grifos nossos.
[600] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.232.

como um usufruto particular. Os estadistas se afastaram dos interesses das populações que governavam e da preocupação com o "bem geral" ou com a "felicidade comum".

Como já vimos na primeira parte da dissertação, a tradição política portuguesa contaminou o Brasil a partir de meados do século XVII, nas "levas de funcionários ineptos, corrompidos, prevaricadores, tirânicos" que foram enviados à colônia.[601] A contaminação tornou-se mais aguda quando esse Estado, com todos os seus "aparelhos de governo" foi transplantado diretamente para solo brasileiro, com D. João VI. A podridão espalhou-se, configurou uma classe governante que não só se manteve alheia à sociedade, como viciou-a, corrompeu-a, perverteu-a no que ela havia de mais singular e virtuoso. O "estado brasileiro" foi "feito exclusivamente com as tradições da política portuguesa-bragantina, em oposição formal com as tradições legitimamente brasileiras",[602] entre elas a republicana. Como poderiam as tradições de autonomia da vida local sobreviver diante de um Estado "despótico"? Como a preocupação com o "bem comum" e com o "civismo" poderia ser compatível com governantes que pensavam o poder como "domínio-usufruto-privilégio"?[603]

A aspiração pela república e pela democracia, tão presentes no povo brasileiro em seu primeiro século de formação, foi abafada pelo bragantismo. A fecunda experiência de formação democrática dos primeiros anos da nação foi brutalmente interrompida: "E feitos de epopeia sumiram-se sob o bolor que foi a vida pública do Brasil – de 1650 em diante".[604] Nos termos de Bomfim, o Brasil murchou e "o espírito público" definhou, contaminado por um Estado que corrompeu a sociedade e que matou a vida pública:

> Adotamos o Estado português-bragantino, trazido com os fujões de 1808, e que, pulando sobre 1831-32, veio a ser a miserável e feia tradição política em que ainda vivemos (...). Toda a vida pública se viciou. Foi uma herança de infâmias, que *se fixou como estrutura* íntima de toda a nossa política.[605]

O bragantismo era uma herança má: ele se perpetuou nas seguidas gerações de dirigentes desfrutadores da nação e se fixou como estrutura, tornando-se configurador do mundo político. A longa permanência da tradição política portuguesa fazia com que, na prática, as feições características da vida pública tivessem se alterado muito pouco a partir de 1650, apesar das resistências dos brasileiros. Tal tradição foi pensada como um "dique de despejos". O

[601] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.384.
[602] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.449.
[603] A noção de que a dinastia de Bragança configurou em Portugal um estado autocrático, ineficiente e apartado da sociedade esteve muito presente nos escritos de Oliveira Martins, autor que foi muito lido e citado por Bomfim.
[604] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.35.
[605] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.459. Grifos nossos.

substantivo despejo indica a forma como Bomfim via o bragantismo e os "aparelhos de governo" conformados por ele: eram velharias incompatíveis com o mundo moderno e com a vida brasileira; sobras de passado que se acumulavam sobre a nação e a sufocavam. O termo dique também é revelador. Dique é uma barreira que represa o movimento das águas, seu livre fluxo. O bragantismo significou o mesmo para o Brasil: impediu-lhe de desenvolver, de prosseguir o seu fluxo natural de evolução, delimitado ao longo da "Idade de Ouro", ou seja, do primeiro século de existência da nação. Eram esses "antecedentes" que explicavam a miséria política do Brasil. E o pior era que os brasileiros estavam presos a eles como se estivessem sob uma "túnica infecta". O Estado infeccionou a nação, foi uma roupa que lhe impuseram e que a corrompeu profundamente.

A tradição política portuguesa foi concebida como uma das principais forças conformadoras da vida pública da nação, um dos elementos que mais atuaram em sua "educação política". Por isso, o bragantismo teria sido uma "escola" que educou toda a sociedade brasileira, especialmente os seus dirigentes. Ao pensar o tipo de formação política que esse passado deu à nação brasileira, os ensaios conferiram uma dimensão temporal aos problemas do regime republicano. O mandonismo das oligarquias, a corrupção generalizada, o uso despótico do poder: essas características foram compreendidas como manifestações da tradição política portuguesa que ainda atuavam fortemente no presente.

Ao tratar das oligarquias que governavam a República, por exemplo, Bomfim explicou suas feições pelo fato de a nação ter vindo do "mandonismo colonial, herdando um corpo de dirigentes que nunca se substituiu".[606] As características que o Estado e o poder assumiram nos tempos coloniais persistiram como uma herança ainda vigente na vida pública brasileira em pleno século XX. O marquês de Pombal foi um dos governantes metropolitanos citados por Bomfim como responsáveis pela construção de uma "tradição de autoritarismo e despotismo" no Brasil:

> Ainda hoje, para os nossos mirrados estadistas, o ideal da ação política e de fórmula de governo é esse construir à Pombal, em ostensiva tirania e bem arrogante autoritarismo. Um Governo Forte... alcançar, e merecer, um tal qualificativo, resume o essencial das suas ambições e glórias.[607]

O quão ridículos eram esses governantes republicanos que defendiam um governo forte! Sem saber, repercutiam e reforçavam uma tradição de despotismo bem anterior a eles, que remontava

[606] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.367-368.
[607] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.325.

aos séculos XVII e XVIII. Esse era um passado-presente, porque ainda configurador do mundo em que Bomfim vivia. A infecção que atingiu a vida pública nesse período foi tão grave que a nação não conseguiu mais se livrar dela. "De tanta degradação nesse passado, ela se derrama sobre nós mesmos" na "vergonha irritante de males que nos acabrunham".[608] O bragantismo era um passado que se prolongou e derramou-se sobre o presente. E que tipo de infecção era essa? O mandonismo colonial foi pensado como consequência da apropriação do Estado pelos funcionários metropolitanos: os aparelhos estatais eram utilizados apenas para satisfazer os seus interesses particulares. Buscando enriquecer-se, esses governantes praticavam todas as práticas imagináveis de corrupção e vendiam-se para os mascates portugueses, considerados agentes que oprimiam economicamente a nação brasileira.

Para construir essa representação da vida pública na colônia, Bomfim leu e se apropriou tanto dos cronistas que viveram no Brasil nesse período, quanto de obras escritas por historiadores contemporâneos. Essa apropriação se deu sempre no sentido de ressaltar o caráter despótico que o poder assumiu na colônia e a falta de preocupação dos estadistas com o bem comum. Da obra *Viagens pelo nordeste do Brasil* (1816) de Henry Koster, Bomfim destacou como o governador do Ceará submetia a capitania a uma verdadeira tirania: "O governador Luís de Menezes falava das coisas do estado como se fossem suas, *no tom de proprietário*".[609] A obra *História do Brasil* de Frei Vicente de Salvador foi citada para provar como, entre os governantes, "só se pretendia o resultado de impostos e fintas, deixando-se obras de utilidade pública à conta do bolso particular".[610] A partir da *História da Província da Paraíba* de Maximiano Machado, membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, Bomfim retratou as práticas de violências e extorsões às quais era submetida a população daquela província. E, por fim, o livro *Memórias do Distrito Diamantino* do historiador Felício dos Santos serviu de base para o autor pensar o estado de exceção vigente no Tijuco, no qual os contrabandistas de diamantes eram protegidos e garantidos pela prevaricação oficial. Devido à essa "miserável condição" do "Brasil-colônia", a nação chegara no início do século XIX sem ter tido uma "escola de democracia".

Esse poder despótico do Estado continuou sob novas roupagens tanto no Império quanto na República. A formação política da nação foi narrada, desse modo, como a história da constante atualização da tradição política portuguesa, que sempre soube assumir novas formas para melhor explorar a nação. A "corte fujona" que se estabeleceu aqui com D. João VI, por

[608] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.302.
[609] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.303. Grifos nossos.
[610] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.304.

exemplo, nada fez para conter "os absolutismos, arbitrariedades e prepotências dos capitães-mores, capitães-generais e governadores, que se consideravam superiores às leis".[611] O Segundo Reinado, tão elogiado e aclamado por Varnhagen e pelos "sub-Varnhagens", foi o enraizamento e aclimatação do bragantismo em terras brasileiras.[612] Sob o governo de D. Pedro II, o país encontrava-se "cativo do absolutismo e da preponderância do governo pessoal". Os termos "governo pessoal" e "poder pessoal" foram constantemente mobilizados para pensar como os políticos no segundo reinado, inclusive o imperador, usufruíam do poder de acordo com os seus interesses particulares. Todos eles confundiam "os interesses do país com os do trono, e, principalmente, com os próprios". Tal concepção e apropriação do poder só poderia gerar opressão e arbítrio. E assim aconteceu: o imperador "converteu a soberania da nação em soberania do trono, e reduziu o Brasil a mera expressão da sua onipotência pessoal".[613]

A antiga "incompatibilidade entre o Estado-metrópole e a colônia oprimida" subsistiu em uma nova forma: a "corte-metrópole".[614] Com a Corte assumindo o lugar da metrópole no Rio de Janeiro, a opressão mudou de endereço, mas possuía a mesma feição de um poder sem limites que escravizava a sociedade. O poder pessoal do imperador, que intervinha como bem queria no rumo da vida pública, foi considerado totalmente "contraproducente e hostil à *formação democrática* e à *educação política* da nação".[615] A República, por sua vez, não conseguiu alterar o usufruto particular do poder: nela, "o governo pessoal" tomou a "forma abjeta do mandonismo" praticado pelas oligarquias.

E a tirania do bragantismo sempre foi centralizadora: conformou um Estado que, em sua sede insaciável pelo poder, impedia a autonomia local e a vida municipal, consideradas fundamentais para o aprendizado de virtudes cívicas. Já nos tempos coloniais, Pombal desfechou um golpe fatal "na salutar tradição das câmaras municipais, destituindo-as do privilégio que elas tinham alcançado de influir no lançamento dos impostos". Com isso, ele destruiu as possibilidades "de organizarem-se, futuramente, governos locais adequados às condições de cada parte da colônia".[616] Os capitães-mores que comandavam a colônia intervinham no governo local a partir de seus interesses. Sob D. Pedro II, a situação se agravou: o imperador acabou de destruir o poder municipal e escravizou as províncias em uma

[611] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.131.
[612] Bomfim utilizou-se do termo sub-Varnhagen, de modo pejorativo, para se referir aos historiadores que se inspiravam no Visconde de Porto Seguro para escrever sua história.
[613] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.239.
[614] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.253.
[615] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.262. Grifos nossos.
[616] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.327.

"monstruosa centralização, pior do que o cativeiros dos dias coloniais".[617] Nem mesmo o federalismo inaugurado em 1891 conseguiu combater esse mal. Com a República, o excesso de centralização cessou apenas "nominalmente": "o regime republicano (...) veio a ser a reconstituição do poder central, metropolitano, em torno dos dois grandes estados em que se absorveu a República federada" [São Paulo e Minas Gerais].[618]

Centralização excessiva, despotismo, tirania, corrupção e governo pessoal: essas misérias políticas originadas do bragantismo foram trabalhadas por Bomfim ao longo da trilogia, especialmente nos ensaios *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*. A tradição política portuguesa e a maneira como ela conformou os aparelhos de governo e os estadistas explicava, desse modo, a maior parte das doenças que acometiam a vida pública brasileira:

> O Estado português, qual nos foi transmitido, fez o germe pálido de uma profundíssima avaria, cujos principais sintomas se encontram justamente nesta república, tão disjunta do que deve ser a democracia brasileira, como o império bragantino o era – de um Brasil livre.[619]

O bragantismo, diferentemente das aspirações democráticas e republicanas que se manifestaram ao longo da história do Brasil, não era um "passado genuinamente nacional". Pelo contrário, ele foi caracterizado como um "passado mal e renitente", teimoso, que insistia em permanecer. Ou seja, a trilogia delimitou diferentes passados no processo formativo da nação: as experiências pretéritas deram origem a duas tradições políticas distintas. E a relação afetiva de Bomfim com esses passados envolveu sentimentos, posturas e construções discursivas muito díspares. Como vimos na segunda parte dessa dissertação, para o autor, os objetos de conhecimento de qualquer ciência afetavam o sujeito que conhece. Esses afetos estiveram presentes ao longo da trilogia e transpareceram no texto: o bragantismo era explicitamente um objeto de ódio; uma experiência que causava vergonha, desespero, irritação e indignação. Bomfim também se referia a ele a partir de metáforas jocosas que ridicularizavam esse passado e seus personagens: os membros da dinastia de Bragança eram loucos e tarados; a corte joanina um bando de fujões; os governantes do Império e da República eram risíveis com sua verborragia estéril. A tradição republicana, por outro lado, era capaz de inflamar os corações de orgulho e esperança; de entusiasmar os ânimos. Os seus verdadeiros heróis, como Frei Caneca e, principalmente, os revolucionários pernambucano de 1817, foram descritos em tons

[617] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.238.
[618] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.449.
[619] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.242.

épicos e de modo laudatório. Ou seja, a construção desses passados envolveu recursos narrativos e estratégias retóricas totalmente diferentes.

E o que fazer com as tradições que se conformaram a partir desses passados diversos? Como vimos na primeira parte da dissertação, para Bomfim, a construção do futuro de uma sociedade dependia de sua capacidade de adaptar as tradições, a partir da destruição do passado considerado inútil e nocivo ao progresso. O bragantismo foi, nesse sentido, um passado perverso que insistia em perpetuar-se no presente, de forma deslocada das necessidades da sociedade brasileira. A eliminação desse passado parecia, no entanto, terrivelmente difícil, uma vez que a tradição política portuguesa sempre conseguia assumir novas formas. Foi com essas palavras que Bomfim traçou a relação que o presente deveria estabelecer com o bragantismo: no "inevitável duelo passado-futuro, não há o que poupar, até a total eliminação de todo o mesmo passado, que só tem sido mal".[620] O presente duelava com o passado para construir o futuro: era preciso dele conservar apenas "o bem já conquistado", depurando-o e "aliviando-o de todo *peso morto*. E nada pesava mais a caminhada da nação em direção ao porvir do que o bragantismo: os brasileiros deveriam proclamar guerra às tradições políticas portuguesas, extingui-las, se possível, "até da memória das gentes". As experiências pretéritas a partir das quais formaram-se a tradição republicana, por sua vez, deveriam ser objeto de "veneração", de "culto patriótico" para a construção da verdadeira democracia no Brasil. Esse era o caso dos "homens de 1817", que precisavam ser trazidos "para o coração dos brasileiros" e "valer de estímulo nas consciências".[621] Infelizmente, a tradição republicana foi difamada e esquecida: ela estava repleta de potencialidades, mas estava soterrada, apenas latente.

Podemos perceber como, a partir da noção de formação, Bomfim qualificou as diferentes experiências pretéritas, caracterizando-as de acordo com o tipo de "educação política" que elas haviam propiciado ao povo. Os ensaios da trilogia julgaram as heranças recebidas pela sociedade brasileira, pensando qual delas serviam ao presente, quais eram força de progresso e quais eram, ao contrário, dique que impedia a nação de evoluir. Tais julgamentos tinham um claro apelo ao futuro: traçavam como o presente deveria se relacionar com as tradições que conformavam o mundo dos vivos. A escrita da história funcionou, desse modo, como uma espécie de tribunal ao longo da trilogia: ela julgava qual tipo de legado o passado

[620] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.555-556.
[621] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.134.

tinha deixado ao presente e ainda decretava a sentença, ou seja, o modo mais adequado de lidar com tal legado.[622]

Outro elemento importante do enredo traçado por Bomfim para a formação política da nação foi a concepção de que o bragantismo e a tradição republicana estiveram sempre em conflito. O Estado bragantino mudava constantemente sua forma para manter a exploração da nação. O povo, por sua vez, resistia, tentando ocupar o seu lugar de sujeito soberano e encontrar novas maneiras de expressar suas aspirações democráticas e republicanas. Uma metáfora elaborada por Bomfim explicou essa dinâmica conflitiva a que teria marcado o percurso formativo da nação: o Estado bragantino era um mau cavaleiro, pérfido e covarde, que cavalgava um potro brioso e rebelde, a nação. Quando ele descia "o cacete entre as orelhas do potro" este o atirava por terra e ainda pinoteava alguns instantes, "ardente e livre".[623] A nação atirou o pérfido cavaleiro ao chão em 1817, quando os pernambucanos se voltaram contra a corte de D. João VI, em busca de um Brasil livre, republicano e democrático. Ela também mostrou a sua força na Câmara dos deputados de 1826, na qual legítimos representantes da vontade nacional criaram uma "formidável oposição" que conseguiu expulsar o imperador embusteiro. Nessas experiências, a nação exercia sua soberania: a vontade nacional se expressava e as aspirações republicanas e democráticas tornavam-se o eixo do mundo político.

No entanto, o cavaleiro levantava-se, golpeava o cavalo e o dominava. Os homens de 1817 foram destruídos, controlados e subjugados. Desse modo, a Casa de Bragança pôde conduzir o processo de independência em 1822, que assumiu características totalmente contrárias às tradições políticas brasileiras, radicalmente republicanas, democráticas e liberais.[624] O mesmo ocorreu após o fim do Primeiro Reinado: o período regencial foi repleto de "ensaios democráticos", como a Farroupilha e a Cabanagem, mas o conservantismo dos dirigentes forjou o "golpe palaciano de 1840", permitindo com que o bragantismo voltasse a alastrar-se pela nação com toda força. E o que dizer da propaganda republicana e abolicionista

[622] Para Henrique Estrada Rodrigues, os ensaios que tiveram a ideia de formação como chave discursiva e analítica possuíam uma caráter crítico-normativo, ou seja, buscavam julgar as heranças do passado e intervir nos debates sobre o destino do país. Apesar de Rodrigues não citar os livros de Manoel Bomfim em seu artigo, acreditamos que essa interpretação também é válida para pensar a trilogia. RODRIGUES, Henrique Estrada. O conceito de formação na historiografia brasileira, op. cit., p.261-262.
[623] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.342.
[624] A forma como Bomfim narrou a Independência do Brasil foi investigada de modo detalhado por TONON, Marina Rodrigues. *Reinventando o Brasil*: Manoel Bomfim e a crítica à historiográfica brasileira. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) – Assis: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, 2014, especialmente o capítulo 2, "História da Independência e a disputa por um futuro do Brasil".

do final do século XIX? Ela foi radical e democrática! Mas os dirigentes de sempre acabaram fazendo uma república de mentira, tão divergente dos sonhos dos líderes da propaganda...

Com a violência, o cavalo levantava-se "trôpego, estonteado, combalido, incapaz, por muito tempo de tentar resistência". Assim ficava a nação brasileira a cada novo golpe de Bragança. E o pior era que o cavaleiro acabava, ao longo da luta fatigante, amansando o cavalo, controlando a sua rebeldia, "pois no pau que o espanca, (...), e nas esporas com que o corta, e no treino que o submete, e nas peias que lhe põe, ele tem os meios de lhe comunicar um pouco da própria covardia". A pobre nação, antes "ginete brioso e revel", ia sendo amansada, perdia suas virtudes, sua capacidade de reagir, afastando-se cada vez mais de seu passado de rebeldia e autonomia, das tradições republicanas e democráticas que eram o que ela tinha de melhor em sua história.

A metáfora do cavaleiro e do cavalo serve para pensar os mais diferentes conflitos identificados por Bomfim ao longo da formação nacional: metrópole contra colônia, trono contra nação, oligarquias contra o povo e classes dirigentes contra o povo trabalhador. Toda "vida pública" no Brasil foi marcada por esse conflito:

> há, no Brasil, duas tradições nacionais: uma essencial, de sempre – a própria expressão da alma brasileira, vivaz, desde o começo do século XVII; outra, ligada ao bragantismo, expressão dos seus processos, vívida e pertinaz no ânimo dos dirigentes, continuadores diretos do Estado português aqui deixado por D. João VI, implantado na mentalidade dos seus brasileiros. São tradições divergentes, repetidamente em conflito, inconciliáveis; uma que está na alma do povo, com a nação propriamente dita; a outra que se liga aos exploradores dela, no papel de dominantes, e que é a própria tradição política.

Nessa história contada por Bomfim, o povo foi sistematicamente vetado de ser o eixo central da vida política. A independência de 1822 não significou a soberania do povo brasileiro. Essa situação prolongou-se até a República, com uma população que, majoritariamente, não votava e que não foi educada para a vida política, com as fraudes sistemáticas das eleições e com a intervenção das oligarquias estaduais na vida dos municípios.

Tão importante quando identificar esse percurso formador traçado por Bomfim para as "misérias políticas" é investigar a partir de qual linguagem tal formação foi concebida. Vimos como na trilogia, os conceitos de "tirania" e "despotismo" foram recorrentemente associados ao termo Estado e "poder central", bem como pensados em oposição à "legítima liberdade política". Que vocabulário político foi esse a partir do qual o autor construiu sua história do Brasil? A recorrência desses termos e a relação que eles mantinham entre si, bem como a citação constante de alguns autores fornecem elementos para levantarmos a hipótese de que a trilogia

se apropriou de uma linguagem política amplamente mobilizada pelos liberais radicais e pelos republicanos entre as décadas de 1860 e 1880 para deslegitimar a monarquia brasileira. Essa hipótese foi em parte sugerida por José Maria Oliveira Silva, quando afirmou que as teses de Bomfim recuperaram a visão negativa do poder dos liberais radicais e dos panfletistas do Segundo Reinado.[625] Sérgio Matos, por sua vez, considerou Bomfim herdeiro de uma "narrativa liberal e republicana da história brasileira".[626] Mas qual narrativa era essa? Como Bomfim teria sido herdeiro dela?

Ao longo dos ensaios *O Brasil na História* e *O Brasil Nação* os nomes de Tavares Bastos, Teófilo Otoni, Saldanha Marinho, Landulfo Medrado e Joaquim Felício dos Santos estiveram muito presentes. Todos eles foram intelectuais associados a uma vertente mais radical do Partido Liberal e, com exceção de Santos, foram deputados gerais ou senadores ao longo do Segundo Reinado. José Murilo de Carvalho os considerou autores expressivos do "radicalismo político" que se consolidou no Brasil a partir da década de 1860.[627] Além disso, Saldanha Marinho e Felício dos Santos, como outros liberais radicais, se tornaram republicanos e, depois, senadores da nova República.[628] Esses homens ocuparam um papel relevante na trilogia: eles foram caracterizados como personagens que lutaram, em nome da nação, contra o despotismo do imperador. Bomfim desejava que todos os estadistas brasileiros tivessem sido como eles: "se o mundo dos políticos fora Landulfo, Otoni, Saldanha... nunca Pedro II teria inflado de poder ao ponto de substituir-se à nação".[629] Como eles viveram de perto a "tirania" que foi o Segundo Reinado, suas obras foram lidas como testemunho das feições perversas do bragantismo.

---

[625] SILVA, João Maria de Oliveira. Salvar a América – Educação e História: nuances do Radicalismo Republicano em Manoel Bomfim. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, 1990.

[626] MATOS, Sérgio Campos. Manoel Bomfim e Oliveira Martins: olhares cruzados sobre Brasil e Portugal. In: SARMIENTO, Cristina Montalvão; PASCHOAL, Lúcia Maria (coord.). *Culturas cruzadas em português*: redes de poder e ralações culturais. Coimbra: Alameda, 2015, p.52.

[627] Carvalho só não mencionou Felício dos Santos, que teve menor destaque no cenário nacional do que os outros intelectuais citados por Bomfim. Cf.: CARVALHO. José Murilo de. O radicalismo político no Segundo Reinado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. *Um enigma chamado Brasil*: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.34-45; CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocento*s: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Sobre o liberalismo de Felício dos Santos e sua posterior adesão ao republicanismo, ver: NOVAES, Eder Liz. Joaquim Felício dos Santos: Republicanismo e Cultura Historiográfica (1860-1871). Dissertação (Mestrado em História). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

[628] Segundo José Murilo de Carvalho, os liberais radicais facilmente se converteram em republicanos: era como se a república materializasse todas as reformas que eles defendiam ao longo da década de 1860. CARVALHO. José Murilo de. O radicalismo político no Segundo Reinado, op. cit., p.42.

[629] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.220.

Vejamos como o próprio Bomfim abordou o papel desses intelectuais. A atuação política de Teófilo Ottoni foi muito elogiada: os ensaios conferiram destaque à sua participação nas revoltas liberais da década de 1840 e no debate parlamentar da década de 1860. O deputado Landulfo Medrado foi caracterizado como "o grande liberal baiano" e seus ataques ao trono considerados de "implícita campanha republicana".[630] Tavares Bastos, por sua vez, possuía "rara visão de estadista naquele charco" que era o mundo político brasileiro. Seus escritos foram compreendidos como uma "vigorosa intervenção" na propaganda a favor da Abolição, sendo que sua obra *Cartas do solitário* (1862) foi referenciada inúmeras vezes ao longo dos livros *O Brasil na História* e *O Brasil Nação.* Saldanha Marinho também foi caracterizado como importante abolicionista. Ele foi "um radical", um "liberal-republicano" e "redator do célebre manifesto" de 1870".[631] Felício dos Santos, por sua vez, foi um importante diálogo para Bomfim, que se apropriou de sua obra *Memórias do Distrito Diamantino* (1868) para pensar a Inconfidência Mineira e para caracterizar a opressão metropolitana que pesava sobre o Brasil.

O que havia de comum entre essas obras mobilizadas por Bomfim? Todas elas foram escritas em um momento de contestação à ordem imperial e fizeram parte de um movimento de radicalização do debate político. Os anos 1860 foram de ressurgimento da ala radical do Partido Liberal, sendo que boa parte das discussões e da agenda de reformas dos liberais radicais foram apropriadas por vertentes do movimento republicano. Entre as propostas mais defendidas estava a limitação da interferência do Estado: era necessária uma maior descentralização político-administrativa e uma menor interferência do poder central.[632] Tal poder, muito associado à figura do Imperador, foi pensado como um "poder pessoal", que, muitas vezes, assumia feições arbitrárias e irresponsáveis.[633] Em *Os cortesãos e a viagem do imperador* (1860), por exemplo, o deputado Landulfo Medrado afirmou que as províncias gemiam sob o peso da centralização administrativa promovida pela corte.[634] O manifesto republicano de 1870 também criticou tal feição centralizadora do Império brasileiro:

> A centralização, tal qual existe, representa o *despotismo*, dá força ao *poder pessoal* que avassala, estraga e corrompe os caracteres, (...), comprime a liberdade, constrange o cidadão, subordina o direito de todos ao *arbítrio* de um só poder, nulifica de fato a soberania nacional, mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das

[630] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.413. O livro de Medrado citado foi *Os cortesãos e a viagem do Imperador*, publicado em 1860.
[631] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.408.
[632] José Murilo de. O radicalismo político no Segundo Reinado, op. cit., p.41.
[633] Esse poder pessoal do imperador foi entendido como consequência, ente outros aspectos, da existência do poder moderador.
[634] LYNCH, Christian Edward Cyril. Necessidade, contingência e contrafactualidade. A queda do Império reconsiderada. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 38, p.190-216, mai./ago. 2018. p.194.

> províncias, constituindo os satélites obrigados do grande astro da Corte - centro absorvente e compressor que *tudo corrompe* e tudo concentra em si (...).[635]

Podemos ver que, para combater a centralização e contestar a configuração da monarquia, tanto os liberais radicais quanto os republicanos associaram o "Estado centralizado" ao "despotismo", ao "arbítrio" de um "poder pessoal" do Imperador, que corrompia a nação, escravizava-a e a impedia de progredir. Essa associação era ainda mais clara entre aqueles que defendiam o federalismo, como Felício dos Santos e Tavares Bastos, ambos muito admirados por Bomfim. Bastos, por exemplo, denunciou, em suas *Cartas do Solitário,* as "usurpações inqualificáveis" cometidas pelo poder executivo brasileiro contra "as liberdades expressamente reconhecidas pela constituição". Esse era "o caminho franco ao despotismo...".[636] Em resumo, a liberdade era incompatível com tal centralização, que, em última instância, impedia e "nulificava" a soberania nacional. Havia um poder que roubava as funções e prerrogativas dos outros poderes e acabava, desse modo, por impedir que a dinâmica institucional fosse capaz de representar a nação.

Em todos esses textos, podemos ver em ação conceitos de uma linguagem republicana na qual o despotismo é pensado como o antípoda da liberdade. Isso não quer dizer que esses autores eram necessariamente republicanos ou que todos se simpatizavam com a república como forma de regime político, mas sim que, em seus discursos, eles mobilizaram um vocabulário presente em diferentes matrizes republicanas com o propósito de criticar o despotismo do imperador.[637] Fernando Catroga, por exemplo, mostrou como no contexto da Revolução Francesa, múltiplas caracterizações de *res publica* remetiam para um governo livre, que tinha como principais adversários a tirania, o despotismo e a necessária corrupção e servilismo que deles advinham.[638] Essas caracterizações baseavam-se em um temor que acompanhou muitos republicanos: o de que o uso prolongado do poder necessariamente afastava-o do bem comum.[639] Também os norte-americanos, no contexto da Revolução

---

[635] Estamos utilizando versão do Manifesto Republicano publicada na *Revista de História* da USP de 1970. *Revista de História*, São Paulo, 1970, p.427.

[636] BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do solitário*: estudos sobre reforma administrativa, ensino religioso, africanos livres, tráfico de escravos, liberdade da cabotagem, abertura do amazonas, comunicações com os estados unidos, etc. Rio de Janeiro: Typografia da Actualidade, 1863. p.20. Essa edição foi digitalizada pela biblioteca do Senado e está disponível online.

[637] Com mostrou Elias Palti, há uma diferença crucial entre linguagem e semântica das ideias ou ideologias. Pode-se formular projetos políticos muitos diferentes a partir da mobilização da mesma linguagem política. Ou seja, uma linguagem republicana pode ser empregada por meio de formas e intencionalidades diversas, não estando necessariamente atrelada à defesa da República enquanto regime. PALTI, Elias. *El tiempo de la política*: el siglo XIX reconsiderado. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2007. p.52.

[638] CATROGA, Fernando. *Ensaio Respublicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011. p.81.

[639] CATROGA, Fernando. *Ensaio* Respublicano, op. cit., p.44.

Americana, denunciaram constantemente a inevitável tendência do poder ao excesso, sendo que a fragmentação política e a rotatividade dos cargos públicos foi vista como recursos importantes para se combater tal tendência.[640] No Brasil, os liberais radicais, os republicanos e os federalistas apropriaram-se de parte desse arsenal conceitual de distintas matrizes republicanas. A partir dele, esses autores buscaram combater o que viam como o poder arbitrário do imperador, bem como o que tal arbítrio significava em termos de restrição de liberdades fundamentais. Um caso ilustrativo foi a defesa realizada por Tavares Bastos, leitor de Tocqueville, da experiência política americana, tomada como um importante exemplo para as reformas políticas e administrativas que o Brasil necessitava.

Essa linguagem política republicana serviu aos liberais radicais e aos republicanos históricos brasileiros não somente para compreender o presente, mas também para interpretar a história. O Estado centralizador e tirânico contra o qual eles julgavam lutar foi projetado no passado. O manifesto republicano de 1870, por exemplo, "percebia a história brasileira como conflito entre Estado e o povo, entre o despotismo e as forças vivas e democráticas da sociedade". Para os signatários de tal documento, "o povo brasileiro, em processo natural de formação", teve "sua marcha interrompida por uma dinastia estrangeira que criou um estado forte e centralizado".[641] Outro exemplo dessa projeção foi a obra *Memórias do Distrito Diamantino*, de Felício dos Santos. Nela, o período colonial foi visto como um momento de despotismo e exploração, males causados por um Estado centralizador faminto por riquezas. Para o historiador de Diamantina, passado e presente compartilhavam o mesmo sofrimento: eram vítimas do arbítrio de um poder central que explorava e oprimia os brasileiros.[642] De modo semelhante, Tavares Bastos considerou que o "retardado governo" sob o qual vivia era "herdeiro legitimo das tradições coloniais" e que a Corte governava com o "mesmo espirito do tempo colonial".[643] Esses exemplos indicam como vertentes do discurso liberal radical e republicano construíram uma narrativa histórica na qual o conflito entre nação e Estado centralizador foi compreendido por meio de uma linguagem política que opunha despotismo e democracia, tirania e liberdade, Coroa e povo, virtude e vício, poder central e autonomia local. As oposições eram mais acentuadas no caso dos federalistas, que consideravam a prática da liberdade e das virtudes cívicas incompatíveis com a centralização política.

---

[640] STARLING, Heloísa Maria Murgel. A matriz norte-americana. In: BIGNOTTO, Newton (org.). *As matrizes do republicanismo*, op. cit.
[641] PEREIRA, Luísa Rauter. Capítulo 4. Povo e evolução: a geração de 1870. In: *O povo na história do Brasil,* op. cit.
[642] NOVAES, Eder Liz. *Joaquim Felício dos Santos*: Republicanismo e Cultura Historio-gráfica (1860-1871). Dissertação (Mestrado em História). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2014. p.2 e p.76-77.
[643] BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do solitário,* op. cit., p.260.

Esses conceitos e jogos de oposições presentes nesse discurso político das décadas finais do século XIX foram amplamente mobilizados pela trilogia. Essa linguagem forneceu a Bomfim um *repertório conceitual,* a partir do qual ele pôde pensar os males da República brasileira. Ela também foi apropriada na sua escrita da história, especialmente para se pensar bragantismo e o que ele significou para a nação. Acredito que Bomfim, a partir de seus diálogos com os liberais radicais, com os republicanos e federalistas, desenvolveu uma forma de conceber o mundo público que desconfiava do poder: ele tendia a expandir-se para além dos limites que lhe eram fixados pela lei e, se não fosse regulado e vigiado, era um perigo para a liberdade política e para os direitos da população. Um Estado forte foi considerado um mal para vida pública: "Uma das paixões humanas mais violentas e *funestas ao bem geral* – a paixão do poder - resulta justamente das formas centralizadas do Estado".[644] E esse mal corroía a nação brasileira:

> (...) o chefe do Estado brasileiro é o faz-tudo, tão *onipotente* como irresponsável. (...) vivemos o regime dos *abusos de poder*, em governos de gozadores, sem possibilidade de contraste nem de correção.[645]

Como vimos, para Bomfim, a tradição política portuguesa conformou um Estado excessivamente centralizador, despótico e corruptor da sociedade, que se voltava sistematicamente contra a nação e contra a autonomia local. O bragantismo e seus representantes eram "liberticidas de essência". Liberticida, neologismo criado por Bomfim justamente para pensar a formação política de um Estado que, por sua organização institucional e pelos costumes políticos dos estadistas, ameaçou a liberdade onde quer que ela existisse na história da nação. Com esse Estado, o povo não pôde exercer sua soberania, não pôde ter as experiências formativas que lhe permitissem aprender as virtudes políticas essenciais para a democracia e para a República.

Considerando a importância que essa linguagem republicana teve ao longo dos ensaios, podemos pensar que ela foi um dos recursos narrativos empregados por Bomfim para escrever a história do Brasil. Seus conceitos e as relações que mantinham entre si foram elementos a partir dos quais o autor traçou a formação política da nação. Os conceitos de tirania e de despotismo, associados ao Estado e ao poder central, e empregados em oposição aos de liberdade e de virtude, fizeram parte do enredo construído pelos ensaios para o passado nacional.

---

[644] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.448. Grifos nossos.
[645] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.510.

Tavares Bastos, Felício dos Santos, Teófilo Ottoni, Saldanha Marinho Landulfo Medrado foram, desse modo, mais do que personagens da trilogia. A linguagem por eles mobilizada e as interpretações históricas construídas a partir dela foram forças conformadoras da escrita da história de Bomfim. O autor, ao buscar compreender a importância histórica da "propaganda liberal" e da "propaganda republicana", estabeleceu uma comunidade discursiva com esses propagandistas, acabou apropriando-se de seus termos para pensar o mundo presente. No ensaio *O Brasil Nação* há, inclusive, um tópico inteiro dedicado ao estudo da propaganda republicana. Nesse sentido, o objeto de estudo do historiador acabou por fornecer-lhe parte do vocabulário através do qual ele narrava a história. Um bom exemplo de como as palavras dos mortos podem continuar atuando como força configurada das narrativas dos vivos, inclusive das narrativas históricas.

***

Ao longo da trilogia, Bomfim caracterizou a República em que vivia como uma falsidade, um simulacro. As formas assumidas pelo regime político brasileiro não foram capazes de dar voz às verdadeiras aspirações democráticas e republicanas que existiram ao longo da história do Brasil e muito menos de melhorar a "educação democrática" do povo. A insatisfação em relação ao regime político era compartilhada por vários intelectuais, bem como o diagnóstico de um povo ausente ou não preparado para exercer o seu papel de sujeito soberano. O que tentamos compreender aqui foi como Manoel Bomfim lidou com essa insatisfação a partir da escrita da história. O autor buscou na formação política da nação as explicações para a irrealidade da soberania brasileira e, nessa busca, conferiu uma profundidade temporal aos males da República. Se, para ele, a história deveria traduzir o passado em orientação, uma das formas de fazê-lo era traçando os antecedentes das misérias do presente, perscrutando os veios do passado que desaguavam no mundo dos vivos. A conclusão foi a de que, em um desses veios, corria a água podre do bragantismo.

Tal procedimento cognitivo – pensar o presente a partir de um processo formativo – pode ser entendido como um modo possível de lidar com a sensação de angústia e de desorientação que acometia tantos intelectuais ao longo dos tumultuados anos 1920. Procedimento, como vimos, adotado não apenas por Bomfim, mas também por muitos outros intelectuais, como Oliveira Vianna, Paulo Prado e Vicente Licínio Cardoso. Era como se a angústia e a inação causadas pela forte percepção da crise pudessem ser atenuadas pelo olhar

clínico do historiador ou do cientista social: pensar o presente como fruto de uma evolução era apreendê-lo a partir de um passado já conhecido, era uma forma de torná-lo mais familiar e de diminuir o grau de incógnita que ele impunha ao mundo dos vivos.

O processo evolutivo que levou a uma República permeada por "vícios" foi pensado por Bomfim a partir de duas noções que assumiram uma relação de sinonímia: "formação política" e "educação política". Para Henrique Estrada Rodrigues, o conceito de formação foi empregado por vários ensaios históricos, a partir dos anos 1920, para descortinar legados que ainda seriam constitutivos do presente.[646] Esse também foi o caso da trilogia, que delimitou duas tradições políticas atuantes em toda a história do Brasil e os tipos de herança que elas deixaram à sociedade brasileira. "Tradição política portuguesa" e "tradição republicana" foram termos que conferiram uma coerência narrativa à representação do passado e a partir dos quais Bomfim costurou uma série de eventos muito diferentes, de modo a construir uma trama para a formação política da nação. A história do Brasil era a história de um povo em luta constante pela sua soberania, mas que havia sido sistematicamente derrotado pelo Estado bragantino.

Para narrar o bragantismo ou a tradição política portuguesa, a trilogia apropriou-se de uma linguagem política republicana que foi amplamente mobilizada por liberais radicais e por republicanos históricos entre as décadas de 1860 e 1880. Essa apropriação nos permite pensar como as linguagens políticas são forças ativas na configuração de narrativas para o passado. Os ensaios de Bomfim fornecem, desse modo, elementos para refletirmos como a escrita da história mobiliza conceitos que já estão repletos de significados, que foram se consolidando no tempo, nas disputas pela nomeação, classificação e transformação do mundo. A escrita historiadora se dá em meio ao excesso de vozes e de sentidos que caracterizam a linguagem humana, especialmente na experiência democrática. "Todo ser falante é marcado por um anacronismo crônico".[647] Ou seja, homens e mulheres se apropriam das palavras dos mortos, dos sentidos que esses davam a elas. Apropriação que é também uma expropriação: o presente vai acrescentando novos sentidos aos conceitos e empregando-os para propósitos totalmente diferentes. No caso aqui investigado, vimos como Bomfim apropriou-se de uma linguagem que possuía uma duração mais estendida, que remetia às lutas políticas de liberais radicais, de republicanos e de federalistas que combatiam a ordem imperial em fins do século XIX. Essa linguagem, ao ser utilizada longo dos ensaios, sofreu deslocamentos e ressignificações. Afinal,

[646] RODRIGUES, Henrique Estrada. O conceito de formação na historiografia brasileira, op. cit., p.262.
[647] RANCIÈRE, Jaques. O excesso de vozes. In: RANCIÈRE, Jaques. *Os nomes da história*: ensaio de poética do saber. São Paulo: Editora Unesp, 2004. p.55

outros eram os problemas e dilemas que Bomfim buscou nomear e enfrentar a partir dos conceitos de "tirania", "despotismo" e "poder central".

Ao longo deste capítulo, investigamos, principalmente, as heranças que, para o autor, a tradição política portuguesa tinha deixado ao presente. Veremos agora a forma como a tradição republicana foi abordada ao longo da trilogia: como uma tradição que foi sistematicamente derrotada, abafada e desvirtuada poderia ter deixado algum tipo de legado ao presente? E qual legado era esse? Para Ronaldo Conde de Aguiar, Manoel Bomfim trabalhou em seus ensaios com a "antinomia dominados e dominadores*"* e "à história dos dominadores, ele resolveu opor a história dos derrotados".[648] Como vimos, o passado narrado pela trilogia era habitado por uma série de conflitos e todo conflito envolve, necessariamente, derrotas. No entanto, acredito que a escrita da história de Bomfim pode ser melhor caracterizada, de acordo com os próprios termos do autor, não como uma história dos derrotados, mas sim como uma história de "sonhos", "anseios", de "vozes de esperança" e de "ensaios democráticos". As experiências de derrota foram revisitadas para que, a partir delas, fosse possível trazer ao presente os projetos, valores e ideias de homens do passado que não puderam realizar-se. Tal projeto de escrita da história foi formulado muito claramente na conclusão do ensaio *O Brasil Nação*: de "tudo que é história, no Brasil soberano, só temos a conservar o que nunca se realizou: o sonho de liberdade e justiça para a plena expansão desta nacionalidade".[649] Nesse sentido, o principal legado da tradição republicana era o sonho de liberdade e justiça que dela fez parte, bem como as "vozes de esperanças", que deveriam ser, nos termos de Bomfim, reintegradas ao presente. Mas muitos desses sonhos estavam esquecidos, soterrados. Era preciso uma história que soubesse os trazer para luz... Essa tentativa de desenterrar a tradição republicana, de trazê-la para o presente será o objeto de investigação do nosso próximo capítulo.

[648] AGUIAR, Ronaldo Conde. Um livro admirável (prefácio). In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.27-28.
[649] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.555.

CAPÍTULO 7 - A ESCRITA DA HISTÓRIA, A REPÚBLICA E O FUTURO DA NAÇÃO

"O regime republicano foi o ideal dos brasileiros, através de todas as manifestações de sua vida íntima". Com essas palavras, Felício Buarque delimitou a tese central de seu livro *Origens Republicanas*, publicado em 1894. O autor buscou demonstrar como, devido às condições da "formação nacional", "introduziram-se, desde o berço, em nosso organismo os germens dos sentimentos democráticos e republicanos".[650] Buarque foi um dos muitos autores que buscaram conferir legitimidade histórica ao recém-proclamado regime republicano, mostrando que ele não era uma obra do acaso, mas sim resultado de um longo processo.[651] A república era uma das manifestações mais genuínas e antigas do "caráter nacional" e possuía "raízes profundas na história brasileira". Mostrar a antiguidade do ideal republicano e sua presença constante na história do Brasil foi uma das formas de legitimar, no plano simbólico, uma nova ordem político-social. Ainda na monarquia, o Partido Republicano se dizia o "partido mais antigo" do Brasil e inventou uma tradição que buscava as raízes da república nas lutas liberais da Colônia.[652]

Partindo do desejo de enraizar a República nas mentes e corações dos brasileiros, diferentes produções culturais conformaram um imaginário nacional com feições republicanas, desde, pelo menos, a década de 1870. A construção desse novo imaginário envolveu a eleição de novos heróis, a promoção dos valores cívico-republicanos e uma nova escrita da história que pudesse mostrar as imbricadas e antigas relações entre a república e a nação.[653] Diferentes narrativas históricas construíram um relato sobre o republicanismo do povo brasileiro, que teria se manifestado em diferentes momentos da trajetória nacional. Como afirmou João Ribeiro, em seu discurso de posse no IHGB, a República era um "fato *essencial*" da história nacional e "esteve às nossas portas desde o século XVIII, constantemente, sem descanso, sem quase interrupção".[654]

---

[650] BUARQUE, Felício. *As origens republicanas*: estudos de gênese política. Recife: Francisco Soares Quintas Editor, 1894. p.18 e p.17.
[651] GONTIJO, Rebeca. Historiografia e ensino de história na Primeira República: algumas observações. In: 12º *Anais do Encontro Regional de História ANPUH-RJ*, 2006.
[652] MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República Consentida,* op. cit.
[653] GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2009; CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas,* op. cit.
[654] RIBEIRO, João. Discurso de posse no Instituto História e Geográfico Brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.) *História e historiadores no Brasil*: do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015. Ebook versão Kindle. Discurso pronunciado no dia 20 de abril de 1915. Grifos nossos.

Se, em um primeiro momento, esse passado republicano serviu para conferir legitimidade ao novo regime, rapidamente ele foi sendo apropriado com outros objetivos e intencionalidades. Diante da desilusão dos intelectuais com os rumos da política, foi se consolidando a ideia de que a República não estava à altura dos verdadeiros movimentos e ideais republicanos que a haviam precedido. Essa foi, por exemplo, a posição assumida pelo intelectual Álvaro Bomílcar para explicar o fracasso do regime republicano. Em um texto publicado em 1919, na revista *Braziléa,* ele afirmou que se a república favorecia somente meia dúzia de pessoas era porque a "pureza" dos ideais republicanos tinha sido contaminada desde o regime imperial. Tal pureza deveria ser recuperada para que o país pudesse viver a "verdadeira república". Um dos seus maiores representantes era, para Bomílcar, Tiradentes: o mártir era a prova da existência de um republicanismo íntegro no passado brasileiro.[655] Alguns anos depois, em 1924, Vicente Licínio de Cardoso publicou um artigo homenageando Benjamin Constant. Nele, o autor caracterizou o "fundador da república" como um exemplo para o presente e para um regime em crise, uma vez que os ideais de Constant foram considerados *verdadeiramente* republicanos.[656] Apesar das diferenças entre os textos, podemos ver como ambos utilizaram-se do mesmo procedimento argumentativo: um passado republicano, mais ou menos longínquo, foi mobilizado para questionar as formas que a República tinha assumido no presente. Os autores procuraram em experiências pretéritas uma "verdadeira república" que pudesse se contrapor àquela em que eles viviam: corrompida, envelhecida, artificial. Como afirmou Marly Motta, republicanizar a república era a palavra de ordem do centenário de 1922.[657] Certamente, muitos intelectuais viram na história uma aliada importante nessa tarefa.

Esse foi o caso também de Manoel Bomfim. Para ele, os brasileiros só não entravam em desespero com o seu presente porque ainda podiam "volver os olhos para as longínquas afirmações" da nação. O passado nacional poderia trazer esperança para os vivos. Especialmente se eles soubessem olhar para a tradição republicana que se manifestou em todos os movimentos da nação em sua busca por autonomia e soberania. Como apontou Uemori, Manoel Bomfim procurou capturar as aspirações republicanas e democráticas que existiram no passado colonial e imperial.[658] Bomfim não apenas narrou a vida dos heróis e as revoluções da tradição republicana, como também mapeou detalhadamente a imprensa e as organizações político-intelectuais que, para ele, tinham divulgado e formulado os ideais republicanos no

[655] MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*, op. cit., p.24.
[656] CARDOSO, Vicente Licínio. Benjamin Constant: o fundador da República. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da História da República*, op. cit.
[657] MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*, op. cit., p.26.
[658] UEMORI, Celso Nobrou. *Explorando um campo minado*, op. cit., p.170-171.

Brasil. Além dos grandes vultos do imaginário republicano, como Tiradentes e Benjamin Constant, os ensaios narraram a vida e as ideias de homens mais obscuros e que, naquele momento, não pertenciam ao cânone republicano consolidado. Foram personagens da história de Bomfim figuras mais conhecidas, como Cipriano Barata e Frei Caneca, mas também os menos célebres líderes da Revolução Pernambucana de 1817, como padre Ribeiro, Domingos Martins, Domingos Tetônio, André de Albuquerque Maranhão, frei Miguelino e Monsenhor Tavares.[659] Grande destaque foi dado a Manuel da Câmara Arruda, sábio que, segundo Bomfim, dedicou a sua vida à "propaganda das grandes verdades da liberdade política". Para o autor foi ele quem iluminou e educou todos os heróis pernambucanos de 1817.

Esses elementos indicam como a escrita da história de Bomfim não apenas repercutiu um imaginário republicano amplamente difundido e consolidado no Rio de Janeiro, mas também foi um esforço ativo de pesquisa e sistematização, que buscou vasculhar o passado de modo a descobrir as experiências republicanas e democráticas na história do Brasil. A trilogia transcreveu jornais republicanos, bem como citou livros e cartas daqueles considerados os verdadeiros cultores da República e da liberdade no Brasil.[660] Era como se os ensaios quisessem seguir os rastros da democracia e da república onde quer que eles estivessem, ainda que eles fossem pouco aclamados pelos contemporâneos do autor. O que, nessas experiências pretéritas, tanto atraíam o autor? Há elementos na trilogia que indicam como os "heróis" republicanos investigados foram mais do que simples personagens do passado: eles foram mobilizados como interlocutores na imaginação de um futuro para a nação e para a República no Brasil. E o grande lamento de Bomfim era que os historiadores brasileiros não souberam ou não quiseram contar a história desses heróis.

Novos futuros para o passado: a tradição republicana e uma outra república possível

Para Manoel Bomfim, a república brasileira, no tocante "à história e ao zelo das verdadeiras tradições brasileiras", seguia "trôpega": não havia um "culto nacional" capaz de valer de "estímulo para as consciências" e de "elevar os corações". As estátuas que existiam eram "mentirosas", incapazes de trazer para o coração dos brasileiros aqueles que de fato tinham se

[659] Esses "heróis de 1817" apareceram em diversos momentos do livro *O Brasil na História*, mas tiveram sua atuação analisada de modo mais detalhado no tópico 83, "Um cortejo de heróis".
[660] Um exemplo interessante é uma pequena, mas muita reveladora nota de rodapé do ensaio *O Brasil Nação*. Bomfim afirmou, na nota 9 da página 201, que havia na Biblioteca Nacional um exemplar da obra *Os cortesãos* de Landulfo Medrado com anotações de D. Pedro II. Esse comentário, bem como a citação de diferentes fontes primárias, como cartas e jornais, pode ser um indício de que o autor realizou pesquisas em arquivos e bibliotecas, não sendo apenas um "pensador da história".

sacrificado em amor à pátria. O resultado era que a República era incapaz de "louvar e venerar os seus feitos".[661] Ou seja, os feitos verdadeiramente republicanos da história do Brasil não foram cultuados como deveriam. O exemplo maior era que o inofensivo Tiradentes foi tomado como herói nacional. Que mal o "ingênuo esquartejado", "afastado e isolado", poderia ter feito aos Bragança? Nenhum! Havia um dia até mesmo para "a consagração" da queda da Bastilha e, enquanto isso, historiadores como Varnhagen, Joaquim de Macedo e Oliveira Lima classificavam de "anárquicos, demagogos e facciosos a todos republicanos e democratas da história do Brasil".[662] O seis de março, dia em que explodiu a revolução de 1817 em Pernambuco, não era ainda um dia de "festa nacional". Os heróis de 1817 jaziam sob uma espessa "camada de ostensivo esquecimento". Triste realidade: "coisas que *deveriam ser lembradas* na constância de culto" eram "ingratamente abandonadas".[663]

As insatisfações de Bomfim em relação ao "culto nacional" que existia no Brasil revelam o grande poder que ele conferiu aos "símbolos", considerados capazes de condensar ideais, valores e sentimentos. Justamente por isso, eles eram fundamentais para a manutenção dos laços sociais e para a construção de um futuro. Uma república com símbolos falsos e incapazes de despertar o coração e a inteligência dos homens era um grande problema. As insatisfações revelam também como uma das funções atribuídas à escrita da história ao longo dos ensaios foi a de não permitir o esquecimento: ela era uma forma de se lembrar do passado que poderia servir, nas palavras do autor, de "estímulo" para o presente, especialmente aquele capaz de educar os homens para o regime republicano.

Manoel Bomfim fez parte de uma geração de intelectuais que construiu um projeto coletivo de pensar, a um só tempo, a república e a educação que ela precisava ministrar para a cidadania e para a democracia.[664] Tal educação contemplava a instrução escolar, mas também uma reforma muito mais ampla dos homens, das instituições e dos costumes políticos da população. Cumpria ao novo regime, nas palavras de Bomfim, conferir uma "feição republicana" à "alma brasileira".[665] Ou então, nos termos de Vicente Licínio de Cardoso, anos depois: "Instruir é, pois, democratizar o homem e republicanizar as instituições".[666] Esse projeto muito amplo de educação para a república envolveu uma atuação constante desses intelectuais

[661] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.134, 357 e 364.
[662] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.133.
[663] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.363. Grifos nossos.
[664] GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*, especialmente o capítulo 3, p.85-110.
[665] BOMFIM, Manoel. Instrução popular. In: GONTIJO. Rebecca (org.). *Manoel Bomfim* (coleção educadores), op. cit., p.65.
[666] CARDOSO, Vicente Licínio. Às margens da República. CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da História da República*, op. cit., p.301.

em disputas pela configuração de uma memória nacional e republicana. Eles apostaram fortemente na capacidade da história de produzir memórias que atuassem como fontes de exemplos, de valores e de novas atitudes consideradas imprescindíveis para um regime republicano. "Se faltam cidadãos para uma República, (...) procuremos formá-los".[667] O conhecimento e o culto do passado nacional foram considerados elementos importantes nessa formação e, justamente por isso, a escrita da história esteve fortemente implicada na construção de uma cultura política republicana, entre as décadas finais do século XIX e iniciais do século XX.[668]

Procurando conferir essa feição republicana à alma brasileira, Bomfim muito se inquietava quando constatava que a história, tal qual era escrita, era totalmente incapaz de trazer para as mentes e corações os verdadeiros feitos da tradição republicana ao longo da trajetória nacional. O passado verdadeiramente nacional, os feitos verdadeiramente republicanos não estavam representados nas estátuas, nem nos livros escritos pelos historiadores. As "histórias oficiais" eram um "túmulo infame, onde se soterraram os grandes brasileiros de 1817 e 1824".[669] Mas quais histórias oficiais eram essas criticadas por Bomfim? Por oficial, os ensaios nomeavam a escrita da história associada ao "Estado bragantino": havia uma "história oficial bragantina" que possuía uma "deficiência de critério" para registrar as tradições brasileiras.[670] O bragantismo só pôde consolidar-se como tradição política abatendo sistematicamente as tradições nacionais, entre elas a republicana, e impedindo-as de ser o norte condutor da trajetória da nação. Uma das formas de fazê-lo foi deturpando e adulterando a história nacional, escondendo, abafando, soterrando o que brilhava no passado brasileiro. A "Casa de Bragança foi o principal condutor da deturpação e adulteração de nossa história nacional",[671] já que, ao seu redor, reuniram-se os historiadores do trono, os aduladores dos interesses monárquicos, Varnhagen e seu séquito.[672] Nas palavras do próprio Bomfim, havia um "ortodoxismo histórico em correspondência ao ambiente da política imperial" que velou todos os heroísmos e glórias nacionais. O pior era que esse ortodoxismo em nada tinha mudado com a proclamação da República: historiadores como Oliveira Lima e Afonso Celso continuavam repetindo as

[667] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.542.
[668] GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB,* op. cit.,
[669] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.134. Bomfim faz nesse trecho referência à Revolução Pernambucana de 1817 e à Confederação do Equador.
[670] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América:* caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p.384.
[671] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.116.
[672] GONTIJO, Rebeca. Apresentação ao texto de Bomfim "Os que fizeram a história do Brasil". In: NICOLAZZI, Fernando (Org.) *História e historiadores no Brasil*, op. cit.

mesmas distorções e deturpações da história do Brasil. Essa história "corrente, oficializada", associada ao poder, era totalmente incapaz de servir de estímulo e orientação na construção do futuro.

O que, então, deveria ser feito? A trilogia mobilizou uma série de metáforas para pensar o trabalho do historiador nesse cenário de uma história oficial que velava as glórias nacionais. Se o bragantismo, associado ao ortodoxismo histórico, velava, ou seja, encobria com um véu, o trabalho daqueles que queriam refazer a história era justamente o de desvelar e des-cobrir. Para Bomfim, sob "*camadas de lodo*", abafavam-se "as lembranças dos heroísmos pernambucanos".[673] "A *poeira* das calúnias foi cobrindo os feitos dos brasileiros".[674] O pior era que, na "lôbrega e mentida democracia" em que vivia a nação, "a *sombra* que o império lançara sobre" os feitos dos heróis pernambucanos de 1817 havia se tornado ainda se "mais espessa".[675] O "Brasil brasileiro" foi "afogado" pelo bragantismo.[676] Todas essas construções metafóricas apontam para uma tradição nacional que se expressou em momentos-chave do passado, mas que foi soterrada e escondida. Nesse cenário, o trabalho do historiador se assemelhava ao de um arqueólogo que desenterrava tesouros encobertos por camadas de esquecimento. Ou, talvez, ao de um mergulhador que conseguia trazer à superfície aquilo que havia sido alagado pelas águas do bragantismo. Era preciso, minuciosa e pacientemente, espanar a poeira e retirar as camadas de lodo dos feitos verdadeiramente republicanos do passado nacional. Era esse lodo e essa poeira que encobriam o que brilhava e luzia na história do Brasil e, por isso, ela estava tão "afeiada e diminuída".

As metáforas remetem para um forte desejo de desvelar ao presente uma tradição republicana obscurecida, que precisava urgentemente ser lembrada, recuperada e cultuada. No tópico 47 do ensaio *O Brasil na História,* cujo título é "Tradição republicana", Bomfim afirmou que um dos objetivos da sua escrita era a "reintegração das tradições". Reintegrar é um verbo que tem como possível significado restabelecer alguém na posse de algum bem. O vocabulário mobilizado, em conjunto com as construções metafóricas, aponta para a concepção de que a tradição republicana era um bem valioso dos brasileiros e deveria ser a eles devolvida. Essa tradição era formada por diferentes experiências pretéritas que evidenciavam um passado prenhe de possibilidade: havia nele "sonho de liberdade e de justiça", "ensaios de democracia", "vozes de esperança", "anseios".

[673] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.97.Grifos nossos.
[674] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América,* op. cit., p.310. Grifos nossos.
[675] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.364. Grifos nossos.
[676] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América,* op. cit., p.362.

Adotando essa perspectiva, os ensaios contaram a história do que a nação poderia ter sido, mas não foi. Narraram o que foi prometido e não cumprido. "De fato, se não o contrariassem e o abatessem tão sistematicamente, como o fizeram, o Brasil *teria chegado* à completa expressão nacional, rompendo para a soberania".[677] Como vimos, para Bomfim, a soberania nacional não pôde se expressar e se tornar o eixo central do regime político brasileiro, nem mesmo na República. Mas a história poderia ter sido outra e muitas experiências do passado nacional comprovavam isso. Entre elas, a Revolução Pernambucana de 1817:

> A mais real e expressiva dessas revoluções [republicanas], a de 6 de março, foi a proclamação da República independente, em Pernambuco, mas não para Pernambuco, isto é, não para Pernambuco somente. E como rebenta, o movimento se alastra: os patriotas pernambucanos (...) fazem a independência para o Brasil inteiro e a estendem o quanto podem: do São Francisco ao Ceará. Ninguém terá dúvida: vencedores eles *teriam redimido* todo o país.[678]

O final da década de 1820 também foi narrado como um momento repleto de possibilidades não realizadas. Bomfim narrou detalhadamente como a Assembleia Geral Legislativa voltou a atuar a partir de 1826, depois de ter ficado fechada devido ao "autoritarismo" do imperador D. Pedro I. Os serviços desses deputados foram considerados "os únicos e reais esforços em prol da justiça e da felicidade comum, ao longo de todo o primeiro reinado".[679] Essa assembleia expressava genuinamente o povo e, ao lado da imprensa e da "opinião pública", declarou uma verdadeira guerra ao Bragança. Guerra que acabou expulsando o bastardo governante. "Cresceu de dia para dia a luta entre o povo e D. Pedro". Os deputados da Assembleia foram caracterizados como "republicanos" e adeptos do federalismo. Nesse sentido, a expulsão do Imperador e todos projetos políticos nela envolvidos fizeram parte do que Bomfim delimitou como tradição republicana. E se os radicais, verdadeiramente republicanos e patriotas de 1831 tivessem vencido? E se não tivesse ocorrido "o golpe palaciano" de 1840, que reconduziu a Casa de Bragança ao poder? Certamente, "o Brasil, no surto de energia e de virtude de 1831, teria reconstituído os seus destinos, como o determinavam as suas tradições de 1640-1817".[680] A história nacional teria sido diferente:

---

[677] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.115. Grifos nossos.
[678] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.163. Grifos nossos.
[679] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.129, grifos nossos.
[680] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.128. 1640 foi a década em que se organizou a Insurreição que expulsou os holandeses de Pernambuco, considerada por Bomfim um evento fundador do patriotismo brasileiro. Nessa interpretação, Bomfim aproximou-se muito de Varnhagen, que também pensou esse evento como a origem do patriotismo no Brasil.

> se a revolução de 1831 não tivesse sido frustrada; se fosse levada aos seus desenvolvimentos necessários, é de crer que tivéssemos alcançado os destinos prenunciados para a nacionalidade (...).[681]

E quais destinos eram esses? Aqueles enunciados nas lutas dos brasileiros por um "governo republicano-democrático" baseado na "autonomia local". O maior exemplo desse desejo de autonomia eram, para Bomfim, as câmaras municipais:

> Em face do absolutismo da metrópole, eram os pobres representantes dos municípios, as respectivas câmaras, que concretizavam a autonomia brasileira, sobretudo depois da restauração bragantina. Era tudo informe, mas valia como germe da autonomia em espírito nacional, germe que, certamente, teria prevalecido em instituições democráticas e fecundas, se o império, na lógica de seus interesses, completando Pombal, não tivesse suplantado todas as tradições de franquias municipais.[682]

Ou seja, a história do Brasil estava repleta de sonhos não realizados, de projetos frustrados. "Domingos Martins, Feijó, Floriano? Amostras do que poderíamos ser, se a crosta purulenta [do bragantismo] não mantivesse a ulceração".[683]

Ao narrar experiências pretéritas tão diversas como parte de uma tradição republicana, Bomfim utilizou-se constantemente do futuro do pretérito: se a história tivesse sido outro, o Brasil *teria se redimido*, instituições democráticas *teriam prevalecido*. O tempo verbal indica uma preocupação com os diferentes futuros do passado, especialmente com aqueles não realizados. Os projetos, anseios e sonhos dos verdadeiros republicanos e brasileiros poderiam ser trazidos para o presente, de modo a servir de estímulo e orientação para os vivos na reconstrução e regeneração da república em que viviam. As noções de "estímulo" e "orientação" indicam uma relação com esse passado mais complexa do que a simples exemplaridade. Elas apontavam para potencialidades não exploradas, para esperanças que ainda poderiam ser valiosas para Bomfim e seus contemporâneos lidarem com os desafios do presente.

Por revelarem possibilidades não realizadas, essas experiências pretéritas, seus heróis, os "anseios" e "sonhos" que as motivaram, foram narradas como pontos de luz na escuridão que foi a história do Brasil após a degeneração promovida pelo bragantismo. 1817 e 1824 foram considerados "lampejos de fogo-fátuo".[684] Fogo-fátuo é uma luz que aparece à noite, geralmente emanada de terrenos pantanosos ou de sepulturas, e que é atribuída à combustão de

[681] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.134.
[682] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.242.
[683] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.53.
[684] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.53.

gases provenientes da decomposição de matérias orgânicas. Explorando a metáfora de Bomfim, percebemos como o que estava soterrado, abafado e alagado pelo bragantismo, o que jazia sob as camadas de silêncio dos historiadores ainda poderia brilhar e luzir. O "nosso passado" se revelava em "verdadeiros clarões" em meio aos "negrumes" da tradição política portuguesa.[685] Era preciso saber procurar no passado esses lampejos e clarões, permitindo que a luz pudesse chegar ao presente.

Quando Bomfim narrava essas experiências que fizeram parte da tradição republicana, ele estabelecia uma relação com o tempo muito diferente daquela implicada na concepção processual de história, também presente na trilogia. O objetivo não mais era pensar a formação dos males do presente a partir de longas cadeias de acontecimentos, de constâncias e repetições na história. Pelo contrário, a tradição republicana remetia para o que não conseguiu se tornar hegemônico, para algo que se manifestou em experiencias descontínuas, para os possíveis que não se tornaram realidade. Vejamos agora que "sonho de liberdade" era esse que os ensaios quiseram lembrar e conservar. O que se revelou para o autor nos "clarões" da tradição republicana?

Os clarões da história nacional: desenterrando os tesouros do passado

Os distintos momentos do passado nacional associados por Bomfim a uma tradição republicana foram narrados como lampejos nos quais a liberdade tinha se mostrado. As diferentes manifestações dessa tradição foram mobilizadas como experiências que revelavam novos modos possíveis de organização para a vida pública brasileira. Esse passado, pensado por Bomfim em sua radicalidade democrática e republicana, colocava em xeque a República brasileira do presente, escancarava as suas mazelas e, até mesmo, apontava possíveis caminhos de reformas. Aqui, vamos tratar de alguns personagens a partir dos quais Bomfim construiu uma história dos "sonhos de liberdade" da nação, de modo a compreender como essa narrativa desejava servir de orientação e estímulo para os vivos.

As câmaras municipais foram consideradas, ao longo da trilogia, agentes centrais na história do Brasil. O "espírito municipal", personagem coletivo e anônimo, esteve fortemente presente na vida pública ao longo da colônia, mas foi cada vez mais tendo seu brilho ofuscado e sua ação contida pelo poder central:

[685] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.85.

> Ora, não há nação onde tais franquias [de poder municipal] fossem mais criminosamente dissipadas do que no Brasil, mais no Império do que na era colonial, mais na República do que no Império.[686]

Por franquias dos poderes municipais, Bomfim se referia aos direitos políticos das localidades, por meio dos quais elas intervinham na vida pública. Nas câmaras, atuavam os "bons do povo", "pessoas *representativas* na população urbana", "surgidos espontaneamente do espírito comunal".[687] Os homens que governavam a vida local na colônia de fato representavam as populações e eram movidos por um espírito comunal, ou seja, por um espírito de interesse pelo que é comum. E, quando a degradação da metrópole portuguesa tomou conta da nação, "mais de uma vez, pela voz de suas câmaras municipais, as gentes brasileiras protestaram". "A resistência da população em ser roubada e sangrada" era "o único freio à corrupção e à extorsão".[688] A câmara de Pernambuco tinha feito história combatendo "algumas das autoridades mais destemperadas e ladras".[689] E não apenas entre os pernambucanos o poder local assumiu esse papel, pois houve "municipalidades, no Norte, como no Sul, que chegaram a depor, prender e recambiar para Lisboa autoridades despóticas, ou concussionárias; e o governo dali tinha de aceitar o fato consumado".[690] As câmaras municipais atuaram em prol do bem geral das populações brasileiras contra o despotismo das autoridades metropolitanas e tinham tal força e capacidade de organização que os governadores assistiam a tudo atônitos, nada podendo fazer contra elas.

Mesmo com a crescente centralização ao longo da história do Brasil, o poder local continuou a agir, buscando frear a tirania do poder central e garantir as liberdades dos cidadãos. Um bom exemplo foi a outorga da Constituição de 1824 por D. Pedro I e a forma como algumas câmaras reagiram a ela:

> (...) quando foi conhecida a Constituição de 1824, muitas municipalidades a repeliram, porque lhes repugnou o senado vitalício, assim como a onipotência irresponsável do Poder Moderador.[691]

A outorga da Constituição de 1824 fez cair a máscara do imperador "embusteiro", revelando o seu autoritarismo crasso. Na narrativa de Bomfim, as municipalidades foram lugares de

[686] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.253-254.
[687] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.255. Grifos nossos.
[688] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.301.
[689] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.398.
[690] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.255.
[691] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.129.

resistência a uma carta constitucional que se caracterizava por sua "tirania centralizadora" e por um poder moderador com prerrogativas em excesso.

Sabendo da importância da vida municipal para a nação, os verdadeiros republicanos a defenderam com unhas e dentes. O "republicano revolucionário" padre Pessoa, um dos líderes da Revolução de 1817, "tinha a visão bem nítida das necessidades do Brasil – "franquias municipais" e "unidade nacional".[692] Os deputados verdadeiramente brasileiros eleitos para a Assembleia de 1826 empenharam-se em construir uma legislação capaz de dar poder às localidades:

> Uma das [medidas] mais frisantes, então, foi a lei que organizou a vida municipal, e a que criou os juízes de paz. No ânimo de combatividade daqueles dias, municipalidade e juízes de paz, eleitos na afirmação dos seus direitos, foram vigorosas barreiras às arbitrariedades dos presidentes de províncias, despóticos e mandões.[693]

Mais uma vez, o poder local coibiu a expansão dos outros poderes em direção aos direitos e liberdades das populações.

Essa história da atuação das câmaras municipais contada por Bomfim permitiu-lhe discutir a importância do poder local para uma comunidade. No ensaio *O Brasil Nação*, por exemplo, Bomfim atribuiu a seguinte função à vida municipal em uma república:

> Não há governo democrático e livre sem inteira franquia de vida municipal. O *self-government* é, para os povos, como o *self-control* para os indivíduos: a capacidade de viverem livres e autônomos. A autonomia municipal é a *prática do bem comum*, ligada ao interesse imediato; é o *zelo reconhecível pela coisa pública*, como *escola de responsabilidade*, para funções mais altas. Por isso mesmo, parecem, inóspitos à liberdade e ao progresso político esses países onde as liberdades locais foram suplantadas.[694]

As experiências dos homens do passado foram mobilizadas como matéria-prima a partir da qual os ensaios discutiram, debateram e chegaram a conclusões a respeito das melhores formas possíveis de se organizar a vida pública. No caso da vida municipal, ela foi vista como uma "escola de responsabilidade": participando dela, os indivíduos aprenderiam a praticar o bem comum e a zelar pela coisa pública. Se o bem comum era uma *prática,* ele envolvia necessariamente aprendizagem e constância. Esse trecho aponta para a centralidade conferida à vida pública local na "formação democrática" das populações. Como as municipalidades

[692] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.370.
[693] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.130. Grifos nossos.
[694] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.253.

foram tão combatidas pelo poder central desde a degradação bragantina, não era de se estranhar o "estado de ineducação política" do povo brasileiro.

Essa reflexão empreendida sobre a vida municipal também indica como, para Bomfim, a liberdade estava associada à autonomia e ao *self-government*. Ela envolvia necessariamente um sistema de autogoverno que permitisse a participação nos rumos da vida pública. Por isso, mais do que um simples fim a ser conquistado, a liberdade foi compreendida como um meio a partir do qual se poderia buscar e praticar o bem comum. Essa concepção apareceu, por exemplo, quando Bomfim lamentou o fato de a independência do Brasil ter sido usurpada pelos Bragança em 1822, uma vez que "aquele era o momento próprio, inadiável, de levar a antiga colônia à legítima liberdade, fecundante e organizadora".[695] A liberdade legítima era organizadora e fecundante porque a partir dela nascia e se organizava toda a vida pública. Por isso, quando um poder central impedia os povos de atuarem nas decisões políticas, não havia mais nenhuma liberdade possível.

Tão importante quanto o poder municipal era o poder dos estados. Também nesse caso, a argumentação de Bomfim realizava idas e vindas entre a experiência e a atuação dos homens do passado e uma reflexão política que buscava intervir no presente. Nos clarões da história do Brasil, os heróis republicanos estavam lá, defendendo a federação. Na Assembleia e 1826:

> a oposição republicana batia-se fortemente pela federação (...). A federação erguia um outro poder, dos governos locais, fórmula de liberdade e de democracia, que tornaria absolutamente dispensável a ossatura férrea da dinastia hereditária.[696]

A oposição republicana que se organizou contra o imperador nos anos finais da década de 1820 percebia a federação como "fórmula explícita de reduzir o poder imperial-central". Muitos autores que defenderam o federalismo foram personagens dos ensaios e tiveram seus textos amplamente citados na trilogia. Os textos e a atuação política desses sujeitos foram mobilizados como ponto de partida a partir do qual os ensaios refletiram sobre os problemas da organização institucional da república no presente. Nesses momentos, percebemos um intenso diálogo de Bomfim com esses homens do passado: ele estava convencido de que, em alguma medida, eles diziam algo que os vivos precisavam ouvir.

Partindo desse diálogo, Bomfim construiu uma definição do que deveria ser uma federação em um regime republicano e ainda traçou as linhas de uma possível reforma político-administrativa para o Brasil. No ensaio *O Brasil na História,* o "legítimo regime federativo" foi

[695] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.452.
[696] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.130-131.

pensado como "o bom equilíbrio entre o poder nacional e as partes federadas, com justa ponderação de motivos entre os interesses locais e os gerais".[697] O livro *O Brasil Nação*, por sua vez, dedicou um tópico inteiro para pensar a questão do federalismo na história do Brasil. Nele, a "federação republicana" foi vista como "condição da vida local, dentro da prática democrática" e como recurso de "distribuição dos poderes políticos, evitando-se um ESTADO unitário, onipotente, como acontece quando não há o contraste dos estados federados". No entanto, o federalismo só era possível se houvesse "relativa equivalências das unidades políticas federadas".[698] Esse não era o caso do Brasil, que possuía estados com poderes muito desiguais. Por isso, a realização de uma verdadeira federação no Brasil dependia de uma reforma na "distribuição política", que pudesse delimitar novas regiões a partir de critérios econômicos e históricos.

Nessas reflexões de Bomfim sobre a importância do poder local percebemos em ação um vocabulário e um modo de se formular questões que indicam uma apropriação de alguns elementos de um republicanismo de matriz norte-americana. Entre esses elementos, estavam a noção de liberdade como autonomia, autogoverno e participação na vida pública, bem como a ideia de que a manutenção dessa liberdade dependia da criação de uma engenharia institucional assentada em mecanismos capazes de garantir a distribuição dos poderes.[699] Ao longo da trilogia, uma questão esteve constantemente presente: como colocar freios aos abusos do poder? Era urgente responder essa pergunta em um país cujo Estado foi conformado por uma tradição política considerada tirânica, despótica e "liberticida". O republicanismo norte-americano e suas teorizações acerca da justa distribuição dos poderes pareceu oferecer algumas respostas e caminhos possíveis. E como Bomfim pôde apropriar-se dessa linguagem republicana? Parece que o contato do autor com tal matriz se fez por caminhos muito diversos, principalmente a partir do diálogo com federalistas, "republicanos" e "revolucionários" brasileiros, leitores e admiradores do republicanismo norte-americano, entre os quais podemos destacar: o naturalista e pensador político Manuel Arruda Câmara; alguns dos líderes da Revolução de 1817; os federalistas Tavares Bastos e Felício dos Santos; e os jornais republicanos lidos e mencionados por Bomfim, como o periódico pernambucano publicado ao longo da década de 1870, *República Federativa*.

Há também elementos ao longo da trilogia para pensarmos um diálogo de Bomfim com uma historiografia portuguesa que construiu uma narrativa heroica sobre o a vida

[697] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.162.
[698] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.446.
[699] STARLING, Heloísa Maria Murgel. A matriz norte-americana, *op. cit.,* p.276.

municipal em Portugal durante a Idade Média. Esse municipalismo foi considerado uma das forças configuradoras da vida pública brasileira nos seus primeiros anos de formação:

> Colônia que fez o seu início, e o mais eficaz do seu desenvolvimento, quando ainda subsistiam as tradições do primeiro municipalismo português, o Brasil teve, nos dois primeiros séculos, uma vida comunal bem acentuada.[700]

Bomfim era leitor de Alexandre Herculano, citado algumas vezes no ensaio *O Brasil na História*. Esse historiador afirmou, em um texto de 1851, que, em Portugal, a liberdade era antiga e o despotismo recente, referindo-se à tradição municipalista da Idade Média.[701] O período medieval português foi representado como um momento de democracia e equilíbrio entre os poderes, uma vez que o elemento monárquico era equilibrado pelos "elementos feudal e municipal". "Diversos princípios de governos" se combatiam "sem cessar", "equilibrando-se por algum tempo".[702] Herculano associou a liberdade a uma estrutura fragmentada de poder, no qual as diferentes forças políticas se controlavam e se contrapunham. Manoel Bomfim adotou essa mesma representação: havia um municipalismo português virtuoso durante a Idade Média e que foi transferido para o Brasil nos primórdios da colonização, permitindo a robustez moral e política da vida pública colonial.

Apropriando-se de autores e matrizes de pensamento muito diversos, Bomfim elegeu a questão da vida pública local como fundamental para se pensar tanto o presente quanto a história da nação. As experiências das câmaras municipais e os projetos federalistas de "republicanos" brasileiros foram mobilizados como um passado que propunha alternativas para o presente, e que, em sua alteridade, escancarava como a federação brasileira era "monstruosa" e como a vida pública dos municípios no início do século XX era um verdadeiro "ninho" de "politicagem", no qual havia lugar apenas para os interesses privados. Por fim, em diálogo com esse passado, Bomfim definiu o que era "federação", "liberdade" e "poder local". Definições que tinham um claro caráter normativo: serviam para intervir no presente e mudar os rumos da república brasileira.

Outro personagem histórico coletivo e anônimo que se fez muito presente nos "lampejos" da história do Brasil foi a "opinião pública" ou a "opinião nacional". Nos anos iniciais da década de 1820, ela foi um agente central na definição dos rumos da independência

[700] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.254-255.
[701] MORUJÃO, Carlos. O trono e a tripeça: republicanismo, democracia e questão social em Alexandre Herculano. In: BERNARDO, Luis Manuel (org.). *Representações da República.* Lisboa: Edições Húmus, 2013, p. 667-680.
[702] HERCULANO, Alexandre. Cartas da História de Portugal (Carta V). *Revista Universal Lisbonense*, vol. II, série I, set. 1842, p.43-44, p.67, p.79.

política brasileira: se não fosse por ela, D. Pedro I teria rapidamente feito do Brasil apenas um apêndice do Império Português. "Pedro I se portou, em todo o curso das negociações, como quem" estava "tolhido, (...), contido pela opinião pública", que se "manifestava adversa a qualquer composição com a ex-metrópole".[703] Depois da emancipação política, ela continuou a ser a principal força reguladora da vida política da nação, especialmente após as eleições para a Assembleia de 1826:

> "Havia uma opinião pública, porque, do povo, e todos que podiam *julgar a vida nacional* davam-se à oposição. Contava-se com uma assembleia de deputados, eleita por exigência implícita dessa opinião pública, irritada, *ameaçadora*, após os excessos imperiais de 1822 a 1825. O povo brasileiro mostrava, patentemente, que tinha consciência dos seus direitos".[704]

A opinião pública foi quem elegeu a Assembleia de 1826. Ela julgava a vida nacional e era capaz de representar uma ameaça aos excessos do poder. Os brasileiros tinham consciência de seus direitos e, por isso, a opinião nacional foi tão forte e potente nesses anos. Um dos principais meios de sua expressão era, para Bomfim, a imprensa. E "nunca, em tempo algum, em nenhum país teve a imprensa o prestígio que gozavam os jornais oposicionistas do Brasil dessa época".[705] Os periódicos dos anos finais da década de 1820 foram caracterizados como uma "opinião livre" e que desempenhou uma função central na queda do imperador em 1831. Bomfim citou um discurso de Diogo Antônio Feijó, para quem o monarca "não viu mais meio de conservar-se" pois a "opinião pública o abandonou".[706]

Os exemplos da França e da Inglaterra, países considerados "democracias de verdade", também foram utilizados para pensar a importância da opinião pública na vida de uma comunidade, especialmente no controle da corrupção:

> Nas democracias de verdade, tais criaturas [acusadas de corrupção], atacadas pelos concorrentes, sentem a necessidade de fazer a sua defesa completa, porque, de outro modo, têm de retirar-se da vida política. Há um *julgador*, que é a opinião pública. O denunciado, ao *ar livre da imprensa*, ou mesmo perante os tribunais, tem o incentivo da própria defesa, com a perspectiva da absolvição.[707]

Nesse trecho, mais uma vez à opinião pública foi atribuída a função de julgar a vida política. As democracias de verdade possuíam nela uma vigilante, capaz de controlar os abusos do poder e coibir a corrupção. E esse controle se dava, para Bomfim, no "ar livre da imprensa". Por isso

[703] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.88.
[704] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.123. Grifos nossos.
[705] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.121.
[706] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.134.
[707] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.233. Grifos nossos.

que, "por toda parte onde há opinião pública, (...), os políticos definidores, os homens de governo, são rigorosamente limpos de mãos".[708]

No caso da França, ela foi considerada o coração e motor de toda vida pública:

> Ali, há opinião, dividida em muitos casos, mutável com a própria vida da nação: mas a sua realidade passa como verificação ou estímulo por sobre toda a vida política. O mais que se permite aos dirigentes é o intervir nas propagandas, em vista da política e do programa de cada grupo. Há esforços em prol da democracia, há eleições relativamente livres, há vozes que desafrontadamente defendem a verdadeira justiça, estimuladas pela certeza de que, se opinião se move, a conquista está realizada.

O fato de existirem eleições relativamente livre e dos dirigentes atuarem a partir da propaganda fazia com que a opinião pública se movesse e pudesse pautar a vida política francesa.

Nesses trechos dos ensaios, podemos perceber como a noção de opinião pública foi mobilizada em conjunto com os termos "imprensa" e "propaganda", palavra que remetiam ao "proselitismo político" e ao debate de ideias. A imprensa foi pensada como o principal órgão de propaganda e foi investigada nos ensaios *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*. Bomfim mapeou e pensou a atuação de vários periódicos brasileiros, especialmente os republicanos e democráticos, que eram os que, de fato, representavam as tradições nacionais.[709] As lojas maçônicas também foram consideradas centrais na propagação de novas ideias ao longo das primeiras décadas do século XIX, especialmente em Pernambuco. "A história das célebres lojas acadêmicas forma, então, a história mesma da propaganda, para a grande e generosa revolução que deveria fazer a independência do Brasil com a república".[710] A Revolução de 1817 não era compreensível sem o trabalho de propagação de ideias republicanas realizado pelas lojas. Por fim, os clubes republicanos e federalistas que atuaram nas décadas de 1820 e 1870 no Brasil foram mencionados ao longo da trilogia como lugares que fizeram parte da dinâmica de circulação de ideias e do convencimento das populações.[711]

Como pensar esse esforço de investigação da imprensa, dos clubes e das lojas maçônicas? Ele pode ser interpretado como mais um indício do poder atribuído por Bomfim aos símbolos, especialmente nas sociedades contemporâneas, nas quais a "direção social" se

[708] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.534-535.
[709] Pelo que foi possível mapear, Bomfim citou os seguintes periódicos que circularam no Brasil na década de 1830: *Luz Brasileira*, *Exaltado*, *Jurujuba*, *A Bússola*, *O Repúblico* e *O Tribuno*, do Rio de Janeiro; *Sentinela da Liberdade* e *Eco da Liberdade*, de Pernambuco; e *O Observador*, da Bahia. No contexto da propaganda republicana do final do Império foram mencionados os periódicos: *Seis de Março*, *República Federativa*, *República*, *Horizonte*, *Sentinela da Liberdade*, *Voz Americana*, *Revolução*, *Democracia*, *Nacional*.
[710] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.232.
[711] Bomfim mencionou o Clube Federal, no qual os exaltados se encontravam nos anos finais da década de 1820 e começo da década de 1830 e o Clube Tiradentes, no contexto da propaganda republicana de 1870.

dava cada vez menos pela força bruta e mais por "sistemas simbólicos".[712] Ao conceber a imprensa, a propaganda e a opinião pública como importantes atores políticos, o autor afirmava sua concepção de que conceitos, ideias e palavras atuavam na história como agentes transformadores e conformadores das consciências. Concepção também presente, como vimos, na obra *Pensar e Dizer* (1923). Nesse sentido, a reflexão teórica empreendida por Bomfim sobre a linguagem foi um elemento importante também na sua forma de apreender o político, em sua dimensão histórica. A palavra escrita, lida e pronunciada no espaço público foi vista como força configuradora da vida política e como ferramenta na construção da união entre os membros de uma coletividade. Essa importância conferida, ao longo dos ensaios, à imprensa, à opinião e à propaganda na "formação política da nação" reforça a hipótese defendida na segunda parte dessa dissertação de que a preocupação de Bomfim com o mundo dos símbolos configurou uma escrita da história específica.

Os símbolos atuavam na vida política da nação, principalmente através da propaganda de novas ideias:

> A política de união tem de ser a boa compreensão dos interesses gerais, sob a forma de *propaganda solidarizante*, com vistas a uma grande pátria – pálio de muitas pátrias, alimentadas, em cada parte, das respectivas paisagens e tradições locais. Em cada uma dessas pátrias, congregadas ou federadas, os brasileiros têm de existir politicamente livres, com restrição, apenas, de não fazer mal à grande pátria. E esta, em nenhum momento deve parecer um ônus, ou um entrave, ou uma tirania.[713]

A propaganda permitia aos membros da nação compreender os interesses gerais que poderiam irmanar a todos. Se, como vimos, a prática do bem comum e a liberdade requeriam a existência de pequenas pátrias – o município e a federação, a opinião pública ou a opinião nacional eram o que permitia que essas pátrias estabelecessem entre si relações de solidariedade. A propaganda realizava uma importante ação educadora na república: ela unia as pessoas ao redor do que é comum ou geral. Não coincidentemente, alguns dos personagens do passado considerados por Bomfim heróis nacionais foram pensados também como "propagandistas". Cipriano Barato era o "agitador revolucionário", "voz de propaganda inflamada a serviço da democracia brasileira".[714] Manuel da Câmara Arruda dedicou sua vida à "propaganda das

[712] BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*, op. cit., p.231.
[713] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.160. Grifos nossos.
[714] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.447.

grandes verdades da liberdade política".[715] Domingos Martins foi considerado "o grande organizador da propaganda maçônica".[716]

Diante de tal importância conferida à opinião pública, podemos compreender o desespero de Bomfim quando constatou que a república em que vivia não tinha virtude suficiente para dar aos brasileiros "o livre jogo da opinião nacional".[717] Ela não existia ou era impedida de manifestar-se. E quais os motivos de tal situação desastrosa? O primeiro deles era a dinâmica eleitoral do país: "foi decretado e publicado um regulamento eleitoral – falho, aberto à fraude, avesso a qualquer possibilidade de legítima manifestação do país no definir da sua vontade".[718] A opinião pública se manifestava, entre outros meios, a partir das eleições. Manifestação que não ocorria no Brasil, devido a um sistema eleitoral extremamente fraudulento. Nesse quesito, Bomfim se colocou ao lado de muitos reformistas que exigiam um novo regime eleitoral, entre eles os jovens militares que fizeram parte do movimento tenentista e intelectuais que se manifestavam na imprensa.

O outro motivo era mais complexo e difícil de resolver: a imprensa brasileira havia deixado de ser "livre" e capaz de representar os interesses coletivos, uma vez que havia se vendido aos interesses econômicos. "De fato, *Bond and Chair*, *Light and Power*, são senhoras incontrastáveis da parte mais povoada, mais rica do Brasil. (...). Aqui, essas empresas ganharam até a imprensa". A grande maioria dos jornais brasileiros poderia ser classificada em dois tipos: ou "jornal submetido ao balcão do anúncio" ou "jornal submisso, a mando do governo". "Então, entre balcão e interesses governamentais, como haver campanhas realmente purificantes, em vista da simples justiça, que não subvenciona, nem anuncia?".[719] Esses comentários de Bomfim indicam como ele percebia as novas feições assumidas pela imprensa nesse começo do século XX. Nesse período, os jornais cresceram, se expandiram, viraram um importante mercado econômico, devido ao aumento das vendas e à adoção dos anúncios como forma de obter capital. Bomfim não viu com bons olhos essa nova imprensa: ela teria se vendido aos interesses das empresas, tornando-se incapaz de exercer seu papel de veículo da opinião pública e de promotora de propagandas em prol da justiça e da liberdade.

Podemos ver um claro contraste quando comparamos a forma como Bomfim pensou a opinião pública no passado nacional e no seu presente. Houve momentos na história do Brasil nos quais a opinião pública atuou, através da imprensa, como um agente virtuoso na república,

[715] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.368.
[716] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.370.
[717] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.494-495.
[718] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.436.
[719] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.536-537.

freando os excessos do poder e a corrupção. Havia os clubes republicanos e as lojas maçônicas que agitavam a opinião a partir de suas propagandas. Em contraste com esse passado, Bomfim percebia, em seu presente, uma imprensa que era um simples "balcão de negócios" e um mundo público marcado por uma "calma apagada", na qual "a população era privada até de concorrer para a elevação da nação".[720] A ausência de uma opinião pública atuante explicava a corrupção generalizada e a falta de campanhas públicas que Bomfim julgou presenciar nas primeiras décadas do século XX.

Para além dos personagens históricos anônimos e coletivos, como as câmaras municipais e a opinião pública, a trilogia também narrou a importância de alguns homens de carne e osso para a tradição republicana brasileira. Para continuar a explorar os tipos de laços que Bomfim estabeleceu com o passado considerado verdadeiramente republicano e democrático, vamos agora investigar a forma como os supostos heróis pernambucanos de 1817 foram caracterizados. Um primeiro aspecto importante a se destacar é o lugar central que Pernambuco ocupou nos três ensaios: terra de "virtude patriótica" vista como um dos "núcleos essenciais da formação da nacionalidade brasileira"[721] e "ninho do primeiro brasileirismo explícito".[722] Os pernambucanos carregavam consigo uma longa história de patriotismo que, em alguns momentos, assumiu contornos "milagrosos". Esse foi o caso da Insurreição Pernambucana de 1640, na qual a população inteira foi defender a nação. Citando a *História do Brasil* de Southey, Bomfim afirmou que em "Pernambuco, todo mundo era soldado (...) e as mulheres, não menos possuídas desse mesmo espírito'.[723] Os heróis de 1817 faziam parte dessa trajetória do "Pernambuco tradicional e republicano", um dos palcos principais da história contada por Bomfim.

A principal fonte primária mobilizada no ensaio *O Brasil na História* para analisar o movimento revolucionário de 1817 foi a obra de Francisco Muniz Tavares, *História da Revolução Pernambucana,* publicada em 1840. Tavares foi um dos principais líderes da Revolução e seu livro foi escrito a partir de suas memórias, mas também de pesquisas realizadas em documentos oficiais, jornais e cartas. Bomfim usou a terceira edição da obra, que foi organizada e financiada, em 1917, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, em comemoração ao centenário do movimento revolucionário. Esse detalhe nos mostra como as comemorações eram importantes elementos na configuração da agenda de temas e problemas

[720] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.217.
[721] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América,* op. cit., p.87.
[722] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.175.
[723] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América,* op. cit., p.272.

da escrita da história. Sem dúvida a grande atenção dedicada por Bomfim aos heróis pernambucanos de 1817 estava relacionada a esse centenário e aos esforços de intelectuais que buscaram fazer dele um momento de reconfiguração e reconstrução do panteão republicano. Ao longo do ensaio *O Brasil na História,* por exemplo, foi citado o discurso do historiador Barbosa Lima no IHGB por ocasião do centenário da Revolução de 6 de março. O proêmio escrito por Oliveira Lima à edição de 1917 da obra de Tavares é também um bom exemplo de como as comemorações foram mobilizadas por intelectuais como oportunidade de construir laços entre passado e presente, visando a construção do futuro: "A celebração desta data a um tempo dolorosa e gloriosa constitui um dever público a que Pernambucano algum, mais do que isto, a que Brasileiro algum se deve furtar, pois com a revolução de 1817 foi que a nação verdadeiramente aprendeu a combater e a morrer pela liberdade".[724]

A trilogia também buscou comemorar "Dezessete": Bomfim se apropriou de parte dos discursos comemorativos e, a partir dos esforços do IHG de Pernambuco, teve acesso à reimpressão de uma fonte primária que foi amplamente mobilizada para pensar os heróis pernambucanos. Para o autor, consagrar esses homens era fundamental, desde que essa fosse uma "consagração orientadora". Ou seja, o ato de lembrar deveria servir ao presente, orientar os homens que nele viviam. Nesse sentido, o principal potencial da revolução pernambucana era sua capacidade de despertar nos brasileiros esperança em relação ao futuro:

> 6 de março é o dia de luto santo, motivo de longínqua esperança, no pensamento de que, quando um povo inclui na sua história páginas daquelas, tem *o direito de esperar*, mesmo quando todo o ambiente cheira a podridão. Não caberia, aqui, refazer a história de Dezessete, nem seria preciso, quando os nossos intuitos são, apenas: assinalar o valor dos que entraram na revolução e foram sacrificados; mostrar, no que os revolucionários fizeram, o espírito político em que se inspiravam; (...), verificar que aquele espírito de Dezessete *deve subsistir*, apesar de tudo, pois que ele é a própria alma do Brasil (...).[725]

Dezessete deveria subsistir, perdurar, mantendo sua intensidade e força. Esse era um passado que precisava permanecer vivo no presente, pois permitia aos brasileiros desejar e esperar um outro futuro, mesmo diante da podridão em que eles viviam. O espírito dos homens de 1817 foi considerado a alma do Brasil. Alma é um substantivo que se refere a um princípio que anima e movimenta um corpo. A revolução pernambucana foi pensada, a partir desse termo, como uma força propulsora capaz de agitar a nação, fazê-la mover. Em muitas metáforas ao longo da

[724] LIMA, Oliveira. Proêmio. In: TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817.* Recife: Imprensa Industrial, 1917. p.IV.
[725] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.364-365.

trilogia, a tradição republicana foi associada ao movimento, ao que permitiu o novo e arejou o Brasil com a novidade. Por outro lado, o bragantismo foi quase sempre associado à imobilidade, à incapacidade de movimento, ao abafamento e escuridão que levaram à decomposição do corpo social. E o que havia no espírito político dos homens de 1817 que colocou a nação em movimento e significou "ameaça suprema para o Bragança"? Por que esse passado foi considerado capaz de servir de orientação ao presente?

Ao caracterizar os heróis de 1817, Bomfim destacou como eles possuíam muitas "virtudes". Analisar essa caracterização é uma forma de explorar o que o autor aqui estudado compreendia por virtude e qual a sua importância para o mundo público. Comecemos por Domingos Martins, "grande alma da revolução". "Negociante", foi "grande na medida em que se" elevou "sobre os sórdidos interesses do comércio". André de Albuquerque Maranhão destacou-se, segundo Bomfim, por seu constante "amor à liberdade" e "perene afirmação do patriotismo". Francisco Muniz Tavares era o mais ilustre devido as suas "virtudes cívicas". Padre Roma ficou conhecido por seu "ardor republicano". Todos eles foram tão "inacessíveis aos interesses materiais que, durante toda a sua incontestável autoridade, não tocaram, os revolucionários, num vintém do estado, para qualquer espécie de retribuição pessoal". Não eram esses interesses que os moviam, mais sim um forte desejo de ser livre: um "cronista da época" disse "dos heróis pernambucanos: '*fogosamente* se desposaram com a liberdade'".[726]

A virtude envolvia, para Bomfim, amor pela liberdade. Um amor fogoso, ardente e explosivo. Como já vimos, a liberdade foi pensada, em sua dimensão coletiva e pública, como a possiblidade dos indivíduos se autogovernarem a partir da participação na vida política. E o desejo de ser livre só poderia habitar os corações daqueles capazes de se elevar acima dos interesses materiais em prol do "bem comum", da "felicidade geral". O sujeito virtuoso era capaz de ultrapassar os interesses pessoais em direção ao que era "público" e "geral". Ou, em outras palavras, a virtude exigia do cidadão "o desinteresse em proveito do bem geral".[727] Esse vocabulário mobilizado por Bomfim para caracterizar os heróis de 1817 indica como a virtude cívica, também nomeada de "civismo", foi pensada como o coração da república. É ela que permitiria aos homens considerar e amar o que é comum.

A necessidade de cidadãos virtuosos foi uma tópica muito discutida em diferentes matrizes do republicanismo. Newton Bignotto, ao pensar essa discussão na matriz francesa, especificamente em Montesquieu, mostrou como esse pensador viu na virtude a força para criar

[726] Essas caracterizações dos heróis de 6 de março foram feitas por Bomfim no já citado tópico 83, "um cortejo de heróis" do ensaio *O Brasil na História,* op. cit., p.367-374.
[727] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.385.

novos costumes, ou seja, a virtude política, quando aprendida e praticada, era capaz de influenciar comportamentos e de agir na esfera da moralidade. Por isso, a república era um regime que tinha no cerne de sua identidade a capacidade "de fazer aparecerem as melhores qualidades humanas".[728] Nas palavras de Montesquieu:

> Mas a virtude política é uma renúncia a si próprio (...). Podemos definir essa virtude como o amor pelas leis e pela pátria. Este amor, exigindo sempre a supremacia do interesse público sobre o interesse particular, produz todas as virtudes individuais, elas nada mais são do que esta supremacia.[729]

A mesma concepção se fez presente na argumentação de Bomfim acerca da virtude e do ardor republicano. A noção de "educação política" mobilizada pelo autor não separava a formação do cidadão para o mundo político da formação moral do homem. A "formação para a democracia" exigia "costumes políticos" específicos, especialmente amor pela liberdade, patriotismo e a "zelo reconhecível pela coisa pública". Essas qualidades deveriam ser aprendidas na "prática do bem comum", no "treino" e diziam respeito tanto ao aperfeiçoamento moral do homem quanto ao bom governo da comunidade. A forma como os heróis de 1817 foram caracterizados ao longo dos ensaios fez deles a personificação do "ardor republicano" e "do civismo", fundamentais para a formação do cidadão *e* do homem. Como vimos, Bomfim via a República em que vivia como um mundo de "miséria moral" *e* de "miséria política". Para esse Brasil, a virtude dos pernambucanos do 6 de março certamente poderia servir de orientação na construção do futuro, ela seria um dos antídotos contra "os males da vida pública". Era preciso consagrá-los porque as suas vidas poderiam elevar os corações e servir de "estímulo para a consciência". Havia uma aposta de Bomfim de que essa história pudesse despertar o patriotismo, o amor pela liberdade e ser força na criação de outros "costumes políticos" entre os brasileiros.

Acompanhando como os ensaios narraram as diferentes manifestações da tradição republicana ao longo da história nacional, percebemos como a desilusão e decepção com as formas que a República assumiu no Brasil não significou um abandono de valores, vocabulários e imaginários republicanos. Se o regime em que Bomfim vivia era uma "mentira funesta", ele foi procurar a verdadeira república no passado: ela estava escondida nos desvãos da história, coberta de lodo e de poeira, uma vez que não foi vista, contada e cantada pelo historiadores e políticos brasileiros. Os "clarões" e "lampejos" da história nacional revelavam outras

[728] BIGNOTTO, Newton. A matriz francesa, op. cit., p.182.
[729] MONTESQUIEU apud BIGNOTTO, Newton. A matriz francesa, op. cit., p.185.

organizações possíveis para a República. A partir deles, Bomfim interrogava o regime em que vivia e buscava imaginar formas de sociedade e de política que pudessem finalmente tornar a soberania popular uma realidade no Brasil.

Também a partir desses clarões seria possível a construção de uma "educação política" para a nação distinta daquela promovida pelo bragantismo. O espírito comunal das câmaras, a atuação da opinião pública nas décadas de 1820 e 1870 e as virtudes dos heróis de 1817 eram experiências pretéritas que, em seu contraste com o presente, poderiam servir de "estímulo às consciências" na regeneração da vida pública nacional. "Se faltam cidadãos para uma República, (...) procuremos formá-los".[730] A escrita da história foi pensada como um agente importante nessa formação, como força capaz de republicanizar os homens e o mundo político e de melhorar a "educação democrática da nação".

Mas, para a história do Brasil de fato exercer esse papel era urgente reescrevê-la: fazia-se necessário um outro culto nacional a partir de símbolos e passados considerados mais capazes de conferir uma "feição republicana" à "alma brasileira". E foi essa nova história que Bomfim desejou escrever em seus ensaios: uma história que trouxesse para a superfície a tradição republicana, força configuradora do que houve de melhor no passado brasileiro. Tal desejo foi reconhecido por Américo Palha em sua elogiosa crítica publicada no periódico *Diário Carioca* ao recém-lançado ensaio *O Brasil na História*: "O livro de Manoel Bomfim tem a característica enérgica (...) de reavivar, no espírito nacional, o culto pelas suas verdadeiras tradições".[731] Entre tais tradições que Bomfim queria ressuscitar, reintegrar ao presente estava a republicana: com seus "ensaios" e "anseios" ela oferecia aos vivos o "direito de esperar" um outro futuro para a vida pública brasileira.

A questão social: novos problemas e expectativas

Se a trilogia construiu um passado republicano e democrático a partir do desejo de "orientar" os vivos, esse mesmo passado apareceu, em alguns momentos do ensaio *O Brasil Nação*, como incapaz de responder a certas questões do presente, especialmente a "questão social". Esse foi um problema pensado por Bomfim a partir do signo da angústia e da dúvida. Utilizando-se do termo "questão social", ele apontou para "as mazelas e penas" que formavam "a atmosfera do

[730] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.542.
[731] PALHO, Américo apud AGUIAR, Ronaldo Conde de. Manoel Bomfim: intérprete do Brasil (prefácio). In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.21. A resenha de Palho foi orignalmente publicada no dia 13 de março de 1930.

capitalismo", especialmente para o fato da "massa proletária" "fazer a produção em proveito dos dominantes".[732] As "organizações sociais feitas no predomínio de uma classe sobre as outras" foram consideradas uma verdadeira monstruosidade.[733] Nas "sociedades modernas", o "trabalho" era "inexoravelmente espoliado e tiranizado pelo privilégio prático do capitalismo".[734] E as consequências de tal espoliação eram as "moléstias sociais" que se multiplicavam: os "milhões de esfaimados", pobreza, doença, o grande problema das moradias urbanas, o "cangaceirismo".[735]

A "questão social" foi um termo recorrentemente empregado em diferentes produções culturais ao longo da Primeira República e apontava para uma nova agenda de debates. Era necessário compreender a nova configuração do trabalho no Brasil, a concentração de capital, os conflitos e desigualdades sociais dela decorrentes, bem como a formação de uma classe operária que, cada vez mais, se manifestava no espaço público. A cidade do Rio de Janeiro foi palco de importantes mobilizações de trabalhadores, como as greves de 1902-1903, 1906-1907, 1917-1919 ou o movimento contra a carestia de vida de 1913.[736] Já na primeira década do novo regime, foram fundados os primeiros partidos operários, entre eles o Partido Socialista Operário, em 1895.[737] Diferentes setores da classe trabalhadora se organizavam em associações e sindicatos, especialmente o sindicalismo anarquista, que ganhou força e hegemonia nas primeiras décadas do século XX. Muitos intelectuais se inquietaram diante dos novos conflitos sociais e políticos que se instauravam em cidades mais industrializadas com trabalhadores submetidos a condições precárias de trabalho e de vida. Eram homens com "mãos desformes, (...), suando, arrebentando de fadiga".[738]

Em 1899, José Veríssimo chegou a eleger a questão social como *o* grande problema a ser resolvido pelo século que chegava: "teve a economia política a utilidade de manter desperta a atenção para o grande problema da chamada questão social, cuja solução o século XIX lega a seus sucessores".[739] E as soluções propostas nas primeiras décadas do século XX foram as mais

[732] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.536; BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.39.
[733] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.166-167.
[734] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.433.
[735] O cangaceirismo foi pensado como a "reação, mórbida", mas "inevitável, numa população forte e a quem a ordem normal nenhuma possibilidade oferece de boa atividade social e política. BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.540.
[736] BATALHA, Cláudio. A formação da classe operária projetos de identidade coletiva. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil republicano,* op. cit., p. 172.
[737] CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*, op. cit., p.55.
[738] RIO, João do. Os trabalhadores da estiva. In: RIO, João do. *A alma encantadora das ruas* (edição de bolso). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
[739] VERÍSSIMO, José apud HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão:* memória operária, cultura e literatura. (3ª ed. revista e ampliada). São Paulo: Editora UNESP, 2002. p.332.

diversas: podemos pensar na noção positivista de que os direitos sociais "deveriam ser concedidos paternalisticamente pelos governantes";[740] nos socialismos e anarquismos dos primeiros anos da república;[741] e nas perspectivas comunistas e revolucionárias que ganharam destaque após a Revolução Russa e a fundação do Partido Comunista no Brasil.

Como Manoel Bomfim participou desse complexo debate acerca da questão social? Quais posicionamentos podemos perceber em sua trajetória e escritos, especialmente na trilogia?[742] Alguns trabalhos trataram direta ou indiretamente desses problemas. Ronaldo Conde de Aguiar apontou como, no ensaio *O Brasil Nação*, Bomfim adotou uma perspectiva revolucionária: sua proposta era "uma revolução nacionalista popular, nos moldes mexicanos, como primeiro passo" de um processo de libertação da nação.[743] Bomfim foi claro quanto aos objetivos de seu "programa revolucionário", que envolvia questões como "distribuição de terras, a moradia, a multiplicação da produção de alimentos, o direito de greve e a educação popular".[744] Em diversos momentos do ensaio *O Brasil Nação*, a Revolução Russa e a Revolução Mexicana foram apontadas como possíveis caminhos políticos para o mundo moderno lidar com a questão social. Em relação à primeira, o autor destacou a atenção dispensada pelos sovietes à educação:

> (...) a República dos Sovietes, empenhada em fazer obra durável, deu à instrução todos os recursos possíveis, a ponto de que, logo no ano seguinte ao da Revolução, a imparcialidade de Wells, apesar de toda sua antipatia pelo comunismo, teve de registrar um serviço de ensino primário melhor que o da Inglaterra. Então, ninguém estranhará a solidez dessa obra revolucionária, a mais formidável da história moderna.[745]

Bomfim avaliou como os resultados positivos do bolchevismo se expressavam na expansão da educação primária e indicou uma das fontes a partir das quais ele tomou contato com a experiência russa: as entrevistas que o escritor britânico Hebert George Wells realizou com Lenin no ano de 1920.

---

[740] CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*, op. cit., p.54.
[741] CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*, op. cit., p.25.
[742] A preocupação com a questão social e com as desigualdades entre as classes esteve presente em diferentes momentos da trajetória intelectual de Bomfim. Ronaldo Conde de Aguiar mencionou, por exemplo, a participação do autor na redação do periódico *A Nação,* lançado em dezembro de 1903 e cujo redator-chefe era Alcindo Guanabra. No editorial do número um do periódico, escrito em conjunto por Bomfim e Guanabara, os projetos defendindos pelo jornal foram expostos: "*A Nação* propugnará a efetividade do regime democrático republicano, a eliminação das distâncias de classe e o realçamento das classes operárias". No entanto, a perspectiva revolucionária delimitou-se de modo mais claro apenas na trilogia e, mais especificamente no último ensaio. AGUIAR, Ronaldo Conde de. *O rebelde esquecido*, op. cit., p.258-259.
[743] AGUIAR, Ronaldo Conde de. *O rebelde esquecido*, op. cit., p.499.
[744] AGUIAR, Ronaldo Conde de. *O rebelde esquecido*, op. cit., p.505.
[745] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.546.

A Revolução Mexicana, por sua vez, foi pensada como a experiência que mais poderia servir de inspiração para os brasileiros pensarem sua própria revolução:

> só vemos um tipo de revolução que seria o próprio caminho para o Brasil – a que o México vem fazendo nos últimos doze ou quinze anos: afastamento definitivo, como que eliminação, dos antigos dirigentes dominadores, e reparações que, sendo parte da justiça reclamada, são, ao mesmo tempo, estímulo, soerguimento e ânimo nacional.[746]

O caminho revolucionário proposto envolvia a substituição dos dirigentes dominadores como forma de soerguer e regenerar a nação.

O radicalismo de Bomfim no ensaio *O Brasil Nação* foi discutido por alguns trabalhos, bem como os laços desse posicionamento radical com o marxismo e suas formas de interpretar a história e a sociedade.[747] A perspectiva revolucionária foi abertamente defendida e conceitos como "classe" e "capital", antes secundários, assumiram uma importância maior na narrativa. O próprio Bomfim afirmou que houve uma mudança de perspectiva no último ensaio da trilogia:

> Este livro fecha uma série destinada a estudar as condições feitas à nação brasileira, sendo o desenvolvimento de um mesmo pensamento quebra, no entanto, a perspectiva social e política antes projetada. Não foi mais possível divisar os destinos dessa pátria dentro da normalidade.[748]

A descontinuidade entre os ensaios implicou não apenas na adoção de um novo vocabulário, mas também na ressignificação de conceitos e de eventos do passado. A "forma democrática", como estava organizada no "mundo ocidental", parecia ser incapaz de lidar com alguns novos desafios causados pelo acúmulo de capital.

É essa relação entre democracia e questão social que discutiremos brevemente nesse último tópico do capítulo. A abordagem será breve porque tal relação estabelecida por Bomfim foi marcada por angústias e incertezas, por idas e vindas que indicam menos a clareza de um

---

[746] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.572.

[747] CHACON, Vamireh. História das ideias socialistas no Brasil, 2ª ed. rev. e aum. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. p.233-237. Chacon afirmou que Bomfim apropriou-se do marxismo como um importante instrumento de interpretação da sociedade brasileira. Afirmação talvez um pouco excessiva, uma vez que não há elementos suficientes na trilogia que indiquem uma leitura e apropriação sistemática de Marx. Conceitos como "capital" e a ideia de luta de classes circulavam e eram mobilizados por diferentes produções socialistas, anarquistas e mesmo por aquelas apenas preocupadas com a questão social. Sussekind e Ventura, por sua vez, apontaram como, a partir das cadeias de metáforas elaboradas ao redor do parasitismo, Bomfim pensou tanto a dominação entre classes quanto a relação imperialista entre os países. Cf.: SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência*: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Moderna, 1981. p.34.

[748] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.35. É difícil explicar essa descontinuidade, quando pensamos que apenas um ano separou a escrita do ensaio *O Brasil na História* da escrita do ensaio *O Brasil Nação.* Tal explicação exigiria a análise de outras fontes primárias, além dos textos da trilogia, o que não foi possível realizar no escopo dessa dissertação.

projeto revolucionário organizado e mais a dificuldade de lidar com o que havia no presente de não assimilável ao passado. Buscaremos responder: qual o lugar da democracia dentro do projeto revolucionário do autor? Ao tratar da questão social, qual relação ele estabeleceu com a tradição republicana brasileira, tão consagrada em tantos momentos de seus ensaios?

Ao longo do livro *O Brasil Nação*, diferentes afirmações apontaram para a ideia de que a democracia era alvo de um "crescente descrédito":

> (...) da liberdade organizada em democracia, esperava-se a melhor justiça, e como, finalmente, não há realização de justiça, parece não ter razão a liberdade, e deprecia-se a democracia. Falharam, então, as duas? Não. Atendamos, no entanto, que se elas são condições políticas indispensáveis, não bastam, ainda, para a completa solução do problema social.[749]

A "liberdade organizada em democracia" era essencial para a realização da justiça, mas era, por si só, insuficiente. E de onde vinha tal insuficiência? Do fato dela ter sido deturpada pelo acúmulo de capital nas mãos de poucos:

> Tal se verifica no momento político das grandes nações democráticas: a democracia, voz da maioria, converteu-se em regime de exploração da maioria trabalhadora, desde que as condições históricas deixaram formar-se essa reserva de energias humanas que é o capital. Senhora dele, uma minoria pôde subordinar o aparelho democrático aos interesses capitalistas (...).[750]

O "aparelho democrático" estava a serviço de interesses capitalistas e não mais do bem geral da população. E isso tanto nos "povos coloniais", como o Brasil, quanto nas "grandes nações democráticas". A seguinte citação, atribuída a Engels, foi mobilizada por Bomfim: o "Estado, saído da sociedade, e cada vez mais estranho a ela... personificando apenas o capital".[751]

Como solucionar essa corrupção da democracia pelo capital? A trilogia apresentou mais de uma resposta para essa questão. Em alguns momentos, é possível perceber uma aposta de que seria possível combater o "acúmulo de riqueza" a partir da "forma democrática", tal qual ela existia. Um exemplo disso eram as políticas adotadas pela Inglaterra e pelos EUA:

> Apesar de todo o poder do capital [nesses países], a política, em forma democrática, não se deixa dominar pelo ostensivo dinheiro, e teve de adotar um programa de relativa resistência à absorção financeira. (...). Estados Unidos e Inglaterra são países de desenvolvida cultura intelectual, profundo pensamento, pronunciadas correntes de filosofia e de arte. Isto, quando há respeito pelas fórmulas democráticas, e realidade de opinião pública, faz que se produzam campanhas em que a mesma opinião se

[749] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.566.
[750] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.566.
[751] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.572.

> ilumina, e luta contra a fatal decomposição social e política, ligada ao acúmulo de riqueza.[752]

O "acúmulo de riqueza" foi visto como um fator de decomposição ou corrupção da sociedade e da política, uma vez que gerava "desiquilíbrio de poder" e, consequentemente, ameaçava a "realidade democrática". A concentração do capital nas mãos de poucos significava também concentração de poder, fator que levava a "abjeta tirania".

No entanto, seria possível que a atuação da opinião pública representasse uma resistência a tal corrupção: ela poderia iluminar as consciências para a necessidade de um programa de resistência à "absorção financeira do Estado". A forma democrática poderia resistir ao domínio do capital, desde que houvesse uma opinião vigilante capaz de coibir a corrupção da vida pública pelo acúmulo de riqueza. Nessa solução delimitada, podemos ver em ação categorias mobilizadas por Bomfim também nos outros ensaios da trilogia e que fizeram parte do vocabulário republicano por ele empregado: a "tirania" como um poder que atua sem freios, a "corrupção" do Estado como um desvio de sua capacidade de promover o "bem geral" e a "opinião pública" como um agente virtuoso na vida de uma comunidade.

Em outros momentos do ensaio *O Brasil Nação*, no entanto, o conceito de democracia passou por reformulações, adquiriu novos sentidos e abriu-se para o problema das classes sociais. Bomfim chegou a afirmar que os "espoliadores" defendiam apenas uma "miragem de democracia, possibilidade para as massas de elevarem os olhos e de soltar as vozes, para a conquista da legítima democracia na eliminação de todo domínio de classe".[753] A forma democrática, tal qual existia, foi considerada uma simples miragem, um simulacro. Ela passou a ser caracterizada como "burguesa", adjetivação que não esteve presente nos outros ensaios. Essa forma política, apesar de suas dissimulações e falsidades, permitiria às massas entrever a *legítima democracia*, na qual não existiria as divisões sociais e dominações de classe.

O procedimento argumentativo adotado por Bomfim não passou por uma deslegitimação da forma democrática em função de um novo projeto revolucionário. Pelo contrário, a revolução necessária parecia ser o caminho para se alcançar a "verdadeira democracia", não corrompida pelo acúmulo de riqueza:

> Não fora essa usurpação do Estado pelas minorias privilegiadas do capitalismo, e a democracia, a verdadeira, traria a plena realização do indivíduo, ao mesmo tempo que se confundiria legitimamente no comunismo.[754]

[752] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.475-476.
[753] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.462.
[754] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.567.

Nesses deslocamentos e ampliações do conceito de democracia, o termo povo foi pensado, no último ensaio e apenas nele, em conjunto com outros temos como "massa proletária", "trabalhadores" e "maioria trabalhadora". E como os "aparelhos democráticos" usurpados pelos detentores do capital poderiam de fato representar o "povo trabalhador"? A forma democrática seria uma miragem enquanto não houvesse uma "política orientada para os que trabalham", na qual "a capitalização" se fizesse "em benefício da comunidade".[755] Pensar essa política era o principal problema a ser resolvido pelas sociedades modernas, se essas quisessem buscar "justiça":

> (...) na justiça se inclui toda a relação entre o problema político e a questão social. Por isso mesmo, tanto ganhamos em verdade de justiça, tanto predominam na política os aspectos sociais. Nem há, na vida atual, mais importante problema para o Estado.[756]

Era necessária uma organização política capaz de lidar com a questão social, de impedir o acúmulo do capital e a exploração do trabalho. Diante desse novo problema delimitado no ensaio *O Brasil Nação*, novos eventos e agentes históricos ganharam destaque. Quando o tema era a questão social, os republicanos brasileiros foram pensados por Bomfim de modo mais crítico e a postura adotada foi diferente da "consagração orientadora" que vimos até aqui. A perspectiva consagradora conviveu, no último livro da trilogia, com algumas manifestações de insatisfação e mesmo de impaciência em relação aos líderes republicanos brasileiros.

A "definitiva revolução de 1889", por exemplo, ainda ignorava "a questão social".[757] A República, mesmo quando se instalou definitivamente no Brasil, não foi capaz de resolvê-la. Os líderes da grande propaganda republicana discutiram

> toda a nova organização nacional republicana, no último decênio do século, como se nunca houvesse existido Blanqui, Bakunin, Prudhomme, Fourrier, como se o mundo ocidental, desde 1870, não vivesse recortado pelas doutrinas socialistas, realmente preocupado com as respectivas necessidades. (...) em toda a longa discussão – de 1889 a 1891, não há, sequer, referência a isso.[758]

A propaganda republicana foi caracterizada pela sua dissintonia com as modernas doutrinas socialistas que vinham debatendo as necessidades mais prementes das sociedades. Era como se a questão social nem existisse para esses homens! A diversidade dos autores mobilizados por

[755] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.558.
[756] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.565.
[757] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.460.
[758] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.363.

Bomfim como exemplos das "pretensões socialistas" que marcaram o mundo ocidental indica bem como o problema social foi pensado a partir de uma gama ampla e diversa de leituras e não a partir da adoção de uma perspectiva delimitada ou organizada.

Os republicanos brasileiros estavam atrasados, não foram capazes de perceber as explosões revolucionárias que, ao redor do mundo, eram causadas pela "questão social":

> O ano de 1870, data do célebre manifesto republicano, foi a da formidável tentativa da Comuna de Paris. De fato, a ideologia com que se pregou a República, e o movimento em que esta se preparou, não correspondem à época (...).[759]

Também a campanha abolicionista brasileira, promovida, segundo Bomfim, pelos republicanos, foi ineficaz no combate às mazelas causadas pelo capitalismo. A Abolição tinha falhado nos motivos sociais por ter sido incapaz de garantir

> preparo do trabalhador, completado na sua educação política; leis sociais de proteção ao operariado contra a exploração dos patrões; o seu direito de organização sindical e de greve; (...); organização de seguros de acidentes e velhice etc. O indispensável, em suma, para que o proletário não seja um espoliado; o necessário para que a produção não seja a exploração cruel dos que realmente trabalham. Nada disto se fez.[760]

Esses exemplos permitem pensar como o autor encontrou poucas experiências no passado nacional que pudessem servir de exemplo, estímulo ou orientação para lidar com a questão social, que despertava "grandiosas esperanças", mas também "incertezas angustiosas".[761] Muito mais do que propor uma única solução ou adotar uma posição teórica-interpretativa específica, a trilogia vasculhou no mundo contemporâneo alternativas que pudessem iluminar os caminhos de uma revolução brasileira capaz de eliminar as divisões de classe que destruíam a nação e espoliavam a maioria trabalhadora. Especialmente as experiências revolucionárias da Rússia, do México e da Comuna de Paris foram mobilizadas como referências possíveis para a renovação revolucionária pela qual a nação precisava passar.

Não investigaremos aqui como cada uma dessas experiências foram caracterizadas por Bomfim no último ensaio da trilogia. Apenas quisemos destacar brevemente como a questão social abriu um novo horizonte de problemas que não puderam ser totalmente respondidos a partir do passado nacional. Esse novo horizonte também levou ao emprego de um novo

[759] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.416.
[760] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.366.
[761] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.287.

vocabulário, bem como à ressignificação de alguns conceitos mobilizados anteriormente pelo autor, especialmente o de democracia. Se o tom predominante da trilogia, incluindo o ensaio *O Brasil Nação*, foi de consagração da tradição republicana, em alguns momentos, o autor indicou que caberia ao presente construir novas "formas sociais" não delimitadas ou contidas totalmente nesse passado. Afinal, a humanidade realizava-se nas "novas formas que a imaginação" criava "extraindo a vida da vida mesmo".[762] A imaginação se precipitaria para "traçar a curva sobre o porvir": o verbo precipitar indicava justamente a capacidade atribuída ao pensamento de ir além das heranças do passado que nele agiam.[763] As tradições nacionais, entre elas a tradição republicana, eram forças importantes na orientação dos homens do presente, mas era preciso partir delas para dar um passo além, em direção às "novas formas de vida" requeridas pelas novas "necessidades". "Cada um de nós, que mergulha a consciência na miséria circundante, e tem fundido o seu destino no desta tradição brasileira, erguerá o olhar para o longe, e dará um passo para lá".[764]

***

Ao longo da trilogia, Manoel Bomfim preocupou-se em delimitar qual era a "função da história". Para ele, o seu principal "dever" era "ser sincera, purificada, vivaz, exata... capaz de orientar, estimular e defender o desenvolvimento nacional de que participamos".[765] Ou seja, a história deveria ser um conhecimento capaz de orientar os vivos e ser força estimuladora e propulsora do desenvolvimento nacional. O que buscamos compreender aqui foi qual tipo de narrativa configurou-se a partir desse projeto de escrita da história. De que modo a trilogia se propôs a "orientar" os vivos e "estimular" as consciências dos brasileiros? Como o passado foi "traduzido" em "orientação"? Um dos modos a partir do qual os ensaios buscaram intervir no que o autor pensou como "vida política" ou "vida pública" foi desenterrando do passado a "tradição republicana". E o que era essa tradição? Ela remetia para uma série de eventos, personagens (coletivos, anônimos, mas também "heróis" de carne e osso) e ideias que estiveram presentes ao longo da trajetória histórica da nação. Todos eles teriam sido, no entanto, esquecidos, soterrados e deturpados pela "história bragantina" ou pelas "histórias oficiais", associadas ao poder e ao Estado brasileiro. Esse passado foi narrado a partir de termos como um "sonho de justiça e de liberdade", "clarões", "lampejo" e "ensaios de democracia". Palavras

[762] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.290.
[763] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.577.
[764] BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p.578.
[765] BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História,* op. cit., p.56.

que revelam como, nele, Bomfim vislumbrou possibilidades e projetos não realizadas e que poderiam ainda servir ao presente.

Ao analisar tais funções atribuídas à história por Bomfim, bem como as constantes críticas feitas à historiografia nacional, é possível interpretar a trilogia como uma tentativa de se construir uma outra história do Brasil, capaz de se opor à "história bragantina" e às "histórias oficiais". Tal história seria verdadeiramente nacional e republicana por ser capaz de erigir símbolos mais potentes para a República e para a nação, mais capazes de estimular os brasileiros. A escrita da história do autor pode ser pensada, desse modo, como parte de um projeto mais amplo de transformação da sociedade a partir dos símbolos, considerados capazes de unir, ao redor deles, as mentes e os corações dos indivíduos. Se a história bragantina e seu representante maior, Varnhagen, eram um "panorama de cemitérios", Bomfim desejou desenterrar do passado aquilo que ele considerava vida e luz, aquilo que impulsionaria o presente em direção a um outro porvir.

Por outro lado, o último ensaio da trilogia expressou uma grande angústia em relação à incapacidade do passado nacional de fornecer respostas para algumas questões que assolavam o presente, especialmente a "questão social". A perspectiva revolucionária emergiu de forma evidente e um maior desejo pelo novo e pelo inaudito se manifestou. Nesse sentido, o livro *O Brasil Nação* apresentou algumas descontinuidades em relação aos dois outros da trilogia. No entanto, é importante destacar que, mesmo quando adotou uma perspectiva revolucionária, Bomfim atribuiu uma grande importância às tradições e ao poder orientador da história. Uma revolução brasileira só seria possível se as consciências mergulhassem nas tradições nacionais. Elas eram indispensáveis na delimitação do melhor caminho para as "novas formas políticas e sociais" e para "instituições de legítima justiça" anunciadas na trilogia. Desse modo, tradição e revolução deveriam imbricar-se na construção de um futuro para a nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"O progresso é a interpretação inteligente da natureza, a socialisação crescente do homem, a harmonia activa e consciente dos esforços, pela aproximação da sciencia e da vida". Essas palavras foram proferidas por Bomfim em um discurso feito em 1904, na Escola Normal do Rio de Janeiro. Nele, a aproximação ente ciência e vida foi considerada fundamental na busca pelo progresso. Afinal, "o grande mérito da sciencia está, justamente, na *ação* que ela facillita e orienta".[766] Ao longo de sua trajetória, Bomfim traçou, em alguns de seus escritos, as relações que, para ele, deveriam existir entre ciência e vida, entre conhecimento e ação. A ciência deveria *orientar* os homens, senão seria inútil e morta. Na sua trilogia sobre a história do Brasil, escrita na segunda metade da década de 1920, o desejo de aproximar ciência e vida também esteve presente. Os ensaios afirmaram as potencialidades do conhecimento histórico de intervir no mundo, de traduzir o passado em orientação e de ser uma "consagração orientadora", capaz de resgatar aquilo que, na trajetória histórica da nação, poderia impulsionar o presente em direção ao futuro, estimulando as mentes e os corações para a ação. O desejo de "orientar" os vivos se manifestou na forma com que a trilogia se apropriou da história para responder dilemas que muito inquietavam os intelectuais nessa década de 1920. Seria possível construir um Brasil moderno? Quais eram as singularidades da nação brasileira? Como remediar a terrível crise que vivia a República? Essas questões funcionaram como roteiro e mapa que guiaram o autor em sua visita ao passado.

O que buscamos compreender nessa dissertação foi qual tipo de *escrita* essas questões suscitaram e qual narrativa histórica foi construída a partir da tentativa de aproximação entre ciência e vida. Analisamos a trilogia em diálogo com uma história da historiografia interessada na dimensão poética e narrativa da escrita da história, ou seja, nos artifícios linguísticos a partir dos quais o passado se torna representável e inteligível. O nosso objetivo foi investigar como a experiência história foi representada nos ensaios de Bomfim e de que modo essa representação revelava as concepções epistemológicas, as funções políticas e possibilidades cognitivas que o próprio autor atribuiu ao conhecimento histórico.

Um dos artifícios narrativos mobilizados na escrita da história são os conceitos: eles são recortes semânticos que nomeiam e figuram o passado, o tempo e o espaço, a partir de determinados pontos de vista. Nessa pesquisa, investigamos dois conceitos que desempenharam

[766] BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução,* op. cit., p,18-19.

um papel central na urdidura da narrativa histórica ao longo da trilogia: os de formação e de tradição. A partir deles, a vida social brasileira pôde ganhar uma profundidade temporal, uma vez que foi concebida como resultado de um longo processo formativo que configurou as feições do presente e as particularidades da nação. A nacionalidade teria se conformando em uma trajetória histórica que ia das "origens" até os dias de Bomfim. As tradições foram concebidas como o passado que ainda sobrevivia no presente e que conformava "a mentalidade", os modos de agir, os sentimentos dos brasileiros, as instituições, o Estado e os "costumes políticos". E como essas tradições se formaram? Como se modificaram ao longo da evolução da sociedade brasileira? Quais delas eram força de progresso, capaz de impulsionar o presente? Quais eram, por outro lado, empecilho na construção de um futuro moderno para a nação? Essas questões presentes ao longo da trilogia evidenciam como, a partir dos conceitos de formação e de tradição, Bomfim selecionou e narrou um passado específico: aquele considerado configurador do presente. Havia nos ensaios uma relação crítico-normativa com as tradições que atuavam na sociedade brasileira: a narrativa buscou julgá-las, delimitando qual tipo de relação os brasileiros deveriam estabelecer com elas.

Essa mobilização dos conceitos de tradição e formação ao longo dos ensaios indica uma das funções que Bomfim atribuiu ao conhecimento histórico: ele seria capaz de "orientar" os vivos ao revelar as forças do passado que permaneciam no presente como "peso morto", como fonte de injustiça e de estagnação, impedindo o progresso das sociedades. Havia heranças da formação nacional que sobreviviam inadequadamente, de modo incompatível com o mundo moderno e com as necessidades dos brasileiros. Elas eram ruínas que se perpetuavam, cadáveres que contaminavam toda a vida social. O bragantismo (ou a tradição política portuguesa) era, para Bomfim, o grande cadáver brasileiro. A formação política da nação teve como um dos seus resultados um Estado tirânico, opressor e corrupto, apartado da sociedade e dos seus interesses, que apenas a parasitava e a sugava. Esse Estado foi conformado pela tradição política portuguesa, que se instalou no Brasil a partir de 1650, insistindo em perpetuar-se como uma doença crônica, difícil de curar. Era urgente destruir tal tradição. O projeto de destruição do bragantismo foi formulado a partir de uma preocupação mais ampla de Bomfim em pensar a evolução das sociedades no tempo. Os grupos sociais, para evoluírem, deveriam "depurar" o passado, eliminando dele o "peso morto" e preservando apenas o que era força de progresso, de propulsão do presente em direção ao futuro. Ou seja, a escrita da história poderia orientar os vivos ao delimitar o tipo de relação que a coletividade deveria ter com o seu passado, nomeando os cadáveres que insistiam em viver no presente.

Os conceitos de tradição, formação, mas também de evolução, imitação e educação desempenharam um papel importante na narrativa histórica de Bomfim, conferindo uma inteligibilidade específica para o passado, enredando personagens, eventos e processos muito díspares em uma trama coerente. No entanto, outros artifícios narrativos também foram mobilizados. Um enredo foi elaborado para a formação nacional a partir da delimitação de períodos históricos com características próprias, construídos a partir de estratégias descritivas distintas. As "origens" do Brasil foram representadas em um tom épico, sendo que Bomfim utilizou-se do termo epopeia para referir-se tanto à expulsão dos holandeses, quanto à atuação dos bandeirantes. Os primeiros 150 anos história nacional foram uma "Idade de Ouro", narrada a partir de uma perspectiva empática: a admiração do autor por esse passado fica evidente nos adjetivos mobilizados para caracterizar os heróis coloniais e na tentativa de aproximar o leitor do universo no qual se formou um "povo misturado". Por outro lado, o período de "decadência" e degeneração assumiu feições trágicas: foi um destino injusto o que interrompeu a evolução nacional e impediu a pátria recém-formada de realizar todas as potencialidades contidas em suas origens. A degeneração do Brasil e, consequentemente, das tradições nacionais, foi narrada em um tom raivoso e indignado e os agentes históricos responsáveis pela decadência nacional foram ridicularizados e condenados. Quais as implicações políticas desse enredo construído pela trilogia? A origens funcionaram como um tempo que, na sua alteridade, escancaravam as mazelas do presente e levavam a um questionamento da configuração da República e da sociedade brasileiras. Por outro lado, a noção de decadência conferiu uma dimensão temporal aos problemas da nação, especialmente à corrupção, ao oligarquismo e ao parasitismo do Estado, pensados como resultado de um processo formativos de duração longa.

As variações das estratégias descritivas e do tom da narrativa também estiveram presentes no modo como a tradição republicana e a tradição política portuguesa foram representadas nos ensaios. Os governantes que instauraram e perpetuaram no Brasil o Estado bragantino foram caracterizados a partir de metáforas repugnantes e jocosas: eles eram lesmas, patos, um bando de fujões, loucos, tarados. Essa caracterização evidenciava a relação de ojeriza que o narrador estabeleceu com uma classe governante que, para ele, há séculos se perpetuava no poder. Essas metáforas também ridicularizavam os costumes políticos dos estadistas, representando-os como ultrapassados e absurdos. O bragantismo era explicitamente um objeto de ódio; uma experiência que causava vergonha, desespero, irritação e indignação. A tradição republicana, por outro lado, era capaz de inflamar os corações de orgulho e de entusiasmar os ânimos. A narrativa estabeleceu uma relação de admiração em relação aos heróis republicanos,

suas ideias, sonhos e projetos, especialmente os revolucionários pernambucanos de 1817. A partir de uma série de metáforas, a tradição republicana foi associada à luz, ao movimento, à esperança. O bragantismo, por sua vez, foi representado a partir de palavras que remetiam à imobilidade, à escuridão e à podridão. Foi a partir dessas estratégias descritivas distintas que os ensaios delimitaram a forma com a qual o presente deveria lidar com às heranças do processo de formação nacional. Analisando essa construção narrativa, percebemos como a atitude crítica e normativa estabelecida com o passado na trilogia foi possível a partir de uma escrita específica, que acionava diferentes posturas e sentimentos em relação às experiencias pretéritas da nação.

As metáforas também desempenharam uma função narrativa importante na história de Bomfim. Elas foram utilizadas para caracterizar personagens, para representar o ritmo temporal da história do Brasil e até mesmo na formulação de teorias sobre o mundo histórico e sobre a evolução humana. A partir delas, os ensaios figuraram o passado, o tempo e o social, produzindo jogos de imagens que potencializaram a capacidade da narrativa de elaborar sentidos e significados para a experiência histórica. Analisar esse aparato representacional mobilizado por Bomfim foi uma maneira de ressaltar as continuidades existentes entre imaginação, racionalidade e cientificidade na escrita da história. As figuras de linguagem, as estratégias descritivas e as técnicas de urdidura de enredo fazem parte da caixa de ferramentas do historiador assim como os métodos, as teorias, os sistemas de referências e os conceitos.

Em alguma medida, o próprio Bomfim refletiu sobre o lugar da linguagem na ciência e na "elaboração da história". A grande quantidade de metáforas mobilizadas e a explicitação dos posicionamentos e sentimentos do narrador foram frutos das reflexões do autor sobre o "estilo" dos escritores, bem como das concepções epistemológicas que permeavam a sua narrativa. Na obra *Pensar e Dizer*, Bomfim tomou como objeto de reflexão os modos a partir dos quais os escritores se relacionavam com as palavras e, de modo mais geral, com os símbolos. Alguns deles estabeleciam uma relação de morte com a linguagem, marcada pela repetição estéril, pela erudição caliginosa e pela incapacidade de fazer a vida vibrar nas palavras. Os bacharéis, gramáticos amantes de cadáveres e eruditos apegados às formas fixas eram exemplos desse modo de se relacionar com os símbolos. Eles faziam com que a linguagem da ciência fosse, geralmente, "ressequida", "árida" e "antipática". Por outro lado, era possível estabelecer uma relação de vida com as palavras e, a partir da imaginação, fazer as ideias pulsarem. Esse era o caso dos poetas, capazes de excitar as consciências *e* as sensibilidades, sugerindo a elas novas formas de agir, de pensar e de sentir. A verdadeira poesia criava "ondas de simpatia", que

engolfavam as mentes, exercendo uma atração irremediável sobre elas. Existiam também, para Bomfim, poetas sem versos. Esse era o caso de Darwin, que conservou as características típicas do poeta na sua relação com a natureza. Em sua ciência, ele utilizou-se do idioma usual e criou singelas metáforas, símbolos através dos quais "palpitavam a natureza inteira". Por isso, suas obras eram de "compreensão imediata" e possuíam "inteira *eficácia* sobre os espíritos".

Ou seja, para Bomfim, a escrita científica também precisava excitar as consciências *e* as sensibilidades, se quisesse atuar de forma eficaz sobre os espíritos. Se o grande objetivo da ciência era facilitar e orientar a ação, ela só poderia fazê-lo se fosse capaz de atrair as mentes e os corações. No entanto, o que percebemos na trilogia é que a relação de vida com os símbolos dependia não apenas da forma como o escritor usava as palavras, mas também da relação que estabelecia com o seu objeto de conhecimento. Para Bomfim, um estímulo de afeto era condição indispensável para o pensamento fecundo e a simpatia, considerada a essência da afetividade humana, acelerava e facilitava o trabalho intelectual. O conhecimento só era possível, desse modo, a partir de uma relação de afeto com o que se desejava conhecer.

Essas concepções epistemológicas defendidas por Bomfim, bem como suas percepções acerca da linguagem explicam algumas das características de sua narrativa histórica. As estratégias retóricas mobilizadas na trilogia fizeram parte de uma escrita da história que buscava excitar as mentes e as sensibilidades, criando uma relação de simpatia e de afeto com os eventos e personagens do passado nacional. A postura narrativa predominante nos ensaios não foi a de um observador afastado do passado que narrava, mas sim de um narrador que constantemente explicitava os afetos que as experiências pretéritas suscitavam nele. Essa escrita de Bomfim foi um dos fatores que levaram alguns de seus leitores a caracterizá-lo como rebelde, apaixonado, como um autor que associou ciência e afeto, combatendo a neutralidade científica. Mais do que reafirmar essas leituras, buscamos indicar como elas apontam para uma relação epistemológica específica que o autor estabeleceu com o objeto que buscava conhecer e para uma escrita da história que desejava afetar os sujeitos. Nesse sentido, a trilogia forneceu material para pensarmos como as concepções epistemológicas envolvidas na historiografia se revelam também nos posicionamentos do narrador, na forma com que ele se oculta ou aparece na narrativa e no tipo de relação que o texto estabelece com o seu remetente, ou seja, o leitor.

Outro elemento importante nas reflexões de Bomfim acerca da linguagem foi a sua crença no poder dos símbolos de transformar as sociedades. Em alguma medida, a sua escrita da história pode ser pensada como parte de um projeto mais amplo que acreditava ser possível alterar as feições da nação a partir da atuação das palavras e da construção de novos símbolos

mais capazes de agir sobre as consciências e os sentimentos. Como já vimos, a história deveria ser, para Bomfim, uma consagração orientadora. Mas qual passado a trilogia buscou consagrar? Quais símbolos buscou erigir a partir desse passado? Qual espaço de atuação essa consagração desenhava para os vivos? Para Bomfim, houve no Brasil uma tradição republicana potente e radical, mas que foi derrotada, silenciada e contida ao longo da formação nacional. Era preciso recuperar essa tradição, reintegrá-la ao presente, desenterrá-la do passado para que fosse republicanizar e regenerar a República brasileira na qual o autor vivia. O tipo de orientação que as experiências republicanas forneciam para os vivos não era apenas a delimitação de exemplos que deveriam ser seguidos e imitados. A tentativa dos ensaios foi muito mais a de procurar as possibilidades não realizadas nesse passado republicano, os projetos idealizados, mas que não foram colocados em práticas, os "sonhos de liberdade e de justiça" que não puderem ser realizados. Era como se Bomfim desejasse dar outros futuros para esse passado. A autonomia local ao longo da colônia, a atuação das câmaras municipais, as ideias federalistas desenvolvidas ao longo do Império, a atuação da opinião pública ao longo no Primeiro Reinado e os heróis republicanos de Pernambuco: esse era um passado que fornecia para a comunidade política novos princípios de organização, novos modos possíveis de exercício da soberania popular, novas formas de se pensar o bem comum e a liberdade e, por fim, novos símbolos a partir do qual seria possível construir outro futuro para a nação.

A partir da forma como Bomfim narrou a história da tradição republicana brasileira e da linguagem também republicana que mobilizou nessa narrativa, buscamos explorar as dimensões políticas da historiografia do autor. O objetivo não foi o de classificar ideologicamente a história do Brasil de Bomfim, pensando-a como republicana, socialista, progressista. Mas sim, o de compreender como a trilogia participou da definição de conceitos centrais para a auto-representação da comunidade política, como os de república, democracia, opinião pública e liberdade. Além disso, analisamos os sentidos que os ensaios atribuíram à República brasileira a partir do passado e quais espaços de atuação abriram-se aos homens do presente a partir desses sentidos. O que estava em jogo em nossa análise era o que Certeau pensou como a "função simbolizadora" da historiografia, ou seja, a forma como ela utiliza a narratividade que enterra os mortos como um meio de estabelecer um lugar para os vivos e de redistribuir os espaços de possibilidades.[767] Nesse sentido, para pensar a dimensão política da escrita da história de Bomfim, investigamos como como a trilogia emergiu de uma rede simbólica preexistente e como tensionou e provocou deslocamentos nessa mesma rede.

[767] CERTEAU, Michel. *A escrita da história*, op. cit., p.106.

Por fim, uma última hipótese que buscamos trabalhar na dissertação foi que a de que a escrita da história de Bomfim apropriou-se de categorias conceituais, procedimentos analíticos e concepções epistemológicas presentes em diferentes campos disciplinares, todos eles em formação no Brasil. Analisamos especificamente como os conceitos e teorias das ciências sociais e da psicologia estiveram presentes na forma como o passado foi narrado ao longo da trilogia. Mostramos como havia nos ensaios um olhar sociológico que se ancorava na generalização e na síntese histórica, muito interessado nas migrações, nos encontros de culturas e nas relações que os povos mantinham com o ambiente físico, histórico e social. A mobilização do conceito de evolução e a tentativa de se pensar os processos de longa duração na vida social brasileira também são indícios das apropriações feitas por Bomfim das discussões presentes no campo das ciências sociais naquele momento. A preocupação da trilogia com os símbolos, com a "mentalidade" e com os aspectos psicológicos da nacionalidade foi analisada, por sua vez, a partir dos diálogos do autor com produções do campo da psicologia que abordavam a historicidade da mente, da linguagem e dos sentimentos humanos.

Essas apropriações se tornaram mais claras e perceptíveis quando colocamos a história escrita por Bomfim nos ensaios em diálogo com a obra *Pensar e Dizer*. Essa foi uma estratégia a partir do qual buscamos explorar outras perspectivas analíticas em relação à escrita da história de Bomfim e não apenas reafirmar alguns lugares-comuns constantemente mobilizados em relação ao autor. Entre eles, estão o destaque dado às posições antirracistas, a grande ênfase conferida ao conceito de parasitismo e a noção de que Bomfim possuía uma concepção materialista da história. Essas leituras, sem dúvida, dizem muito da trajetória intelectual e das obras de Bomfim, mas não dão conta da complexidade de seus escritos. Uma hipótese possível é que esse lugares-comuns foram construídos a partir do destaque que os leitores de Bomfim conferiram à obra *América Latina: males de origem*. Muitas das características específicas desse ensaio foram projetadas para outros escritos do autor, inclusive para a trilogia. Essa projeção obscureceu alguns elementos presentes nos ensaios publicados na década de 1920 e que não eram centrais na obra de 1905, especialmente a preocupação com os símbolos e os laços entre a escrita da história de Bomfim e a psicologia.

O perigo dos lugares-comuns que vão se estabelecendo em relação aos autores canônicos, tanto na história intelectual quanto na história da historiografia, é que eles acabam por domesticar esses intelectuais, tornando suas obras por demais familiares e incapazes de causar estranhamento. Manoel Bomfim há muito deixou de ser um autor esquecido e parece inserir-se cada vez mais no cânone da historiografia brasileira. E o problema do cânone,

enquanto uma grande narrativa do campo disciplinar, é que ele tende a se converter em uma memória legitimadora das feições que uma disciplina científica possui no presente.[768]

Por isso, o objetivo da dissertação não foi o de reivindicar um lugar canônico para Manoel Bomfim na historiografia brasileira. O que buscamos aqui foi dialogar com a trilogia de modo a propor desafios para a escrita da história que praticamos hoje. Procuramos identificar quais problemas elaborados pelos ensaios poderiam ser capazes de nos fazer repensar o nosso ofício, a nossa escrita, nossos procedimentos analíticos e as funções sociais e políticas que atribuímos ao conhecimento historiográfico. Escolhemos trabalhar com algumas questões levantadas por Bomfim e que foram consideradas capazes de afetar os historiadores do presente. Entre essas questões, estavam: como o conhecimento histórico pode excitar as mentes? Como a escrita da história pode instaurar uma relação de vida com o passado? Como a historiografia pode combater as forças do passado que vivem no presente como "peso morto", reproduzindo injustiça? Como traduzir o passado em orientação? Sem dúvida, nossas respostas para essas perguntas serão muito diferentes das de Bomfim, o que não significa dizer que sua escrita da história não nos permita repensar a nossa.

[768] O cânone pode ser compreendido como uma grande narrativa sobre o campo disciplinar que consiste na seleção de eventos, personagens, ideias, valores, autores e obras e que funciona como relato identitário e fundacional. Cf.: OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiogr*afia, vol. 11, n. 28, set./dez., p.104-140, 2018. p.108.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A. OBRAS DE MANOEL BOMFIM

BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução.* Discurso às normalistas diplomadas pela Escola Normal do Distrito Federal que o elegeram paraninfo. Rio de Janeiro: Typografia do Instituto Profissional, 1904.

BOMFIM, Manoel. *Primeiras Saudades.* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920

BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*: realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América:* caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BOMFIM, Manoel. *América Latina*: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2005.

BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

BOMFIM, Manoel. Metodologia da História. In: GONTIJO, Rebeca (org.). *Manoel Bomfim* (Coleção educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p.45-64.

BOMFIM, Manoel. O dever de educar. In: GONTIJO. Rebecca (org.). *Manoel Bomfim*. Coleção Educadores. Recife: Ed. Massangana; Brasília: MEC, 2010. p.73-90.

BOMFIM, Manoel. Instrução popular. In: GONTIJO. Rebecca (org.). *Manoel Bomfim*. Coleção Educadores. Recife: Ed. Massangana; Brasília: MEC, 2010. p.64-69.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*: deturpação das tradições; degradação política. Rio de Janeiro: Topbook; Belo Horizonte: Puc-Minas, 2013.

B. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.). *História e historiadores no Brasil*: do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015. Ebook versão Kindle.

AGUIAR, Ronaldo Conde de. Um livro admirável. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*: realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p.22-34.

AGUIAR, Ronaldo Conde de. *O rebelde esquecido:* tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. No entreluzir das afeições: o científico, o poético e o político na historiografia de formação do Brasil. In: *A dinâmica do historicismo*: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p.215-228.

ALBUQUERQUE JÍNIOR, Durval Muniz de. Tema, meta, metáfora: porque a historiografia teme e treme diante da literatura**.** *Linguagem: Estudos e Pesquisa*, UFG, vol. 17, n. 2, p.17-41, jul./dez. 2013.

AMADO, Gilberto. As instituições políticas e o meio social no Brasil. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da História da República*. 3ª ed. FUNDAJ: Editora Massangana, 1990. p.49-67.

ANDRADE, Carlos Drummond. Ta'i! O mês modernista. In: BATISTA, Maria Rossetti; LOPEZ, Telê Porto Ancona; LIMA, Yone Soares de (org.). *1º tempo modernista:* 1917/1929. Documentos. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. 4ª ed. São Paulo: Livraria Martis Editora, 1974.

ANDRADE, Mário de. Prefácio interessantíssimo. In: BATISTA, Maria Rossetti; LOPEZ, Telê Porto Ancona; LIMA, Yone Soares de (org.). *1º tempo modernista:* 1917/1929. Documentos. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

ANDRADE, Mario. Assim falou o papa do futurismo: como Mário de Andrade define a escola que chefia. In: BATISTA, Maria Rossetti; LOPEZ, Telê Porto Ancona; LIMA, Yone Soares de (org.). *1º tempo modernista:* 1917/1929. Documentos. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. p.234-237.

ANDRADE. Oswald de. Manifesto da Poesia Pau-Brasil. In: SCHWARTZ, Jorge (org.). *Vanguardas latino-americanas*: polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: Iluminuras, 1995. p.136-139.

ANDRADE. Oswald. Manifesto Antropófago. In: SCHWARTZ, Jorge (org.). *Vanguardas latino-americanas*: polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: Iluminuras, 1995. p.142-147.

ANTUNES, Mitsuko Makino. "Pensar e dizer: estudo do symbolo no pensamento e na linguagem", de Manoel Bomfim, 1923. *Em Aberto*, Brasília, ano 9, n. 48, p.24-26, 1991.

ANTUNES, Mitsuko Makino. A contemporaneidade da obra de Manoel Bomfim. In: BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer*: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p.17-25.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia*: ciência e profissão, n. 32, p.44-65, 2012.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna: método, narrativa e verdade em Capistrano de Abreu, *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n. 1, p.28-54, 1988.

ARENDT, Hannah. O conceito de história moderno e antigo. In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o presente.* São Paulo: Perspectiva, 2011.

ATAÍDE, Tristão de. Política e letras. In: CARDOSO. Vicente Licínio (org.). *À margem da história da República*. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1990. p.209-255.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do solitário*: estudos sobre reforma administrativa, ensino religioso, africanos livres, tráfico de escravos, liberdade da cabotagem, abertura do amazonas, comunicações com os estados unidos etc. Rio de Janeiro: Typografia da Actualidade, 1863.

BATALHA, Cláudio. A formação da classe operária projetos de identidade coletiva. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil republicano*: o tempo do

liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.161-189.

BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília: Ed. Universidade de Brasilia, 1982.

BIGNOTTO, Newton. A matriz francesa. In: BIGNOTTO, Newton (org.). *As matrizes do republicanismo.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p.175-229.

BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil:* prática da língua portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.175-229.

BOMFIM, Elizabeth de Melo. *Psicologia social no Brasil*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003.

BORBA, Lilian do Rocio. Entre a casa grande e a senzala: enunciados sobre a formação do português falado no Brasil. *Stockholm review of latin american studies*, n.8, mar. 2012.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do Brasil. In: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 22, n. 1, 2001.

BOTELHO, André. Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais. Campinas: Editora UNICAMP, 2002.

BOTELHO, André. Manoel Bomfim e o Estado Autocrático Brasileiro: Apontamentos para uma agenda de pesquisa. *Achegas*, n.31, set./out. 2006.

BOTELHO, André. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil*: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.118-131.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BUARQUE, Felício. *As origens republicanas*: estudos de gênese política. Recife: Francisco Soares Quintas Editor, 1894.

BUNZL, Matti. Franz Boas and the Humboldtian tradition: from Volksgeist and Nationalcharakter to an anthropological concept of culture. In: STOCKING, George. *Volkgeist as Method and Ethic: Essays on Boasian Ethnography and German Anthropological Tradition*. Madison: Univesity of Wisconsin Press, 1996. p.17-78.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito:* o historiador Ramiz Galvão na biblioteca nacional. Porto Alegre: Ed. PUCRS; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. *Helena Antipoff*: psicólogo e educadora. Rio de Janeiro: Fundação Miguel Cervantes, 2002.

CÂNDIDO. Antônio. Radicalismos. *Estudos Avançados*, vol. 4, n. 8, jan./abr., 1988.

CÂNDIDO. Antônio. A sociologia no Brasil. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, vol. 18, n. 1, p.271-301, 2006.

CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da História da República*. 3ª ed. FUNDAJ: Editora Massangana, 1990.

CARDOSO, Vicente Licínio. Benjamin Constant: o fundador da República. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da História da República*. 3ª ed. FUNDAJ: Editora Massangana, 1990. p.257-277.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados:* o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas:* o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO. José Murilo de. O radicalismo político no Segundo Reinado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. *Um enigma chamado Brasil*: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.32-45.

CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos:* cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.19-48.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, p.141-157, jan/jun 2011.

CATROGA, Fernando. *Ensaio Respublicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo*: memória e o fim do fim da história. Coimbra: Alameda, 2016

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHACON, Vamireh. *História das ideias sociológicas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

CHACON, Vamireh. História das ideias socialistas no Brasil, 2ª ed. rev. e aum. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

DECCA, Edgar Salvadori de. As metáforas de identidade em Raízes do Brasil: decifra-me ou te devoro. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p.424-439, Jul./Dez. 2006.

DETONI, Piero Di Cristo Carvalho. *Síntese como desafio historiográfico na primeira república.* Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP/Departamento de História, 2013.

DUTRA, Eliana. O não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu *Retrato do Brasil*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, p.233-252, 2000.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FARR, Robert M. *As raízes da psicologia social moderna*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Ferreira e Surama Conde de Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil republicano*: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.387-415.

FRANCHETTI, Paulo. Oliveira Martins e o Brasil. *Remate de Males*, n. 22, p.235-260, 2002.

FREYRE, Gilberto. Manifesto regionalista. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GONDRA, José Gonçalves. O veículo de circulação da pedagogia oficial da República: a Revista Pedagógica. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, vol. 78, n. 188/189/190, p.374-395, 1997.

GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na história*. Niterói: UFF/Departamento de História, 2001. (Dissertação de mestrado).

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da história na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 23, n. 45, 2003.

GONTIJO, Rebeca. Historiografia e ensino de história na Primeira República: algumas observações. In: 12º *Anais do Encontro Regional de História ANPUH-RJ*, 2006.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, educador e "cientista da educação". In: GONTIJO, Rebeca (org.). *Manoel Bomfim* (Coleção educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

GONTIJO, Rebeca. Apresentação ao texto de Bomfim "Os que fizeram a história do Brasil". In: NICOLAZZI, Fernando (Org.) *História e historiadores no Brasil*: do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015. Ebook versão Kindle.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica. *Ágora,* Santa Cruz do Sul, vol. 11, n. 1, p.31-47, jan./jun. 2005.

HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e fisionomias*: a História do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.289-305.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão:* memória operária, cultura e literatura. (3ª ed. revista e ampliada). São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. MOTEIRO, Pedro Meira e SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). São Paulo: Companhia da Letras, 2016.

KETTNER, Michele de Nascimento. Manoel Bomfim: ensaiando a mestiçagem em *América Latina. Ciência e trópico,* vol.34, n.1, p,135-154, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição para a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEFFORT, Claude. *Repensando o político*: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIMA, Oliveira. Proêmio. In: TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817.* Recife: Imprensa Industrial, 1917.

LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*: a construção de *Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LIMA, Nísea Trindade. *Um sertão chamado Brasil*: intelectuais e representação gráfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999.

LIMA, Michelle Schreiner. Jules Michelet (1789-1874). In: BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio (org.). *A construção da história como ciência:* de Ranke a Braudel. Petrópolis: Vozes, 2013. p.33-58.

LOBATO, Monteiro. Nosso dualismo. In: LOBATO, Monteiro. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. p.121-125.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Necessidade, contingência e contrafactualidade. A queda do Império reconsiderada. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 38, p.190-216, mai./ago. 2018.

MARCELINO, Douglas Attila. Os funerais como liturgia cívica: notas sobre um campo de pesquisa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 31, n. 61, p.125-144, 2011.

MARTINS, Ana Luiza. Revistas ilustradas a serviço da República: imagem, literatura e técnica. In: SILVA, Armando Malheiro; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; SALMI, Stefano. *República, republicanismos e republicanos*: Brasil, Portugal e Itália. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. p.135-163.

MATOS, Sérgio Campos. Manoel Bomfim e Oliveira Martins: olhares cruzados sobre Brasil e Portugal. In: SARMIENTO, Cristina Montalvão; PASCHOAL, Lúcia Maria (coord.). *Culturas cruzadas em português*: redes de poder e ralações culturais. Coimbra: Alameda, 2015. p.41-65.

MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República Consentida*: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007. Versão ebook kindle.

MERLO, Hugo Ricardo. Os critérios de legitimação da historiografia brasileira entre 1920-1940: um estudo sobre a recepção do *Retrato do Brasil* (1928) de Paulo Prado. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (org.). *Escrever história*: história e historiadores nos séculos XIX e XX. Serra: Editora Milfolhas, 2017. p.203-226.

MERLO, Hugo Ricardo. *Um alerta de tempestade:* Modernismo e Romantismo no *Retrato do Brasil de Paulo Prado*. Serra: Editora Milfontes, 2018.

MICHELET. Jules. *Histoire de France.* Tome Premier. Paris: A. Lacroix & Cie. Éditeurs, 1876.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p.220-238, 1988.

MORUJÃO, Carlos. O trono e a tripeça: republicanismo, democracia e questão social em Alexandre Herculano. In: BERNARDO, Luis Manuel (org.). *Representações da República.* Lisboa: Edições Húmus, 2013. p.667-680.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história*: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NICOLAZZI, Fernando. Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil. 1870-1940. *XIV Jornadas Interescuelas*. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013..

NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-19361. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 36, n. 73, p.89-110, 2016.

NOVAES, Eder Liz. Joaquim Felício dos Santos: Republicanismo e Cultura Historio-gráfica (1860-1871). Dissertação (Mestrado em História). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em Capistrano de Abreu.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiogr*afia, vol. 11, n. 28, p.104-140, set./dez., 2018.

PALTI, Elias José. *El tiempo de la política*: el siglo XIX reconsiderado. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2007.

PALTI, Elias José. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 35, p.4-23, dez. 2016.

PENNA, Antônio Gomes. Acerca dos psicólogos educadores na cidade do Rio de Janeiro: Manoel Bomfim, Maurício Campos de Medeiros, Plínio Olinto e Lourenço Filho. *Fórum educacional*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 3, p.7-34, jun./ago. 1989.

PEREIRA, Luísa Rauter. *O povo na história do Brasil*: Linguagem e Historicidade no Debate Político (1750-1870). Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2017. Ebook versão Kindle.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

PETITIER, Paule. Michelet e a história-ressurreição. *Olho d´água*, São José do Rio Preto, n. 5 vol. 2, p.62-78, jul./dez. 2013.

PETRI, Verli; SCHNEIDERS, Carolina M.; SCHERER, Amanda. A *Língua Nacional* de João Ribeiro: alguns apontamentos. *Polifonia*, Cuiabá, Mato Grosso, vol. 22, n. 31, p.53-72, jan./jun. 2015.

PORTUGAL, Fernando Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. *Estudos e pesquisas em psicologia*. Rio de Janeiro, UERJ, vol. 10, n. 2, p. 596-612, 2010.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil:* ensaio sobre a tristeza brasileira. 10ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RANCIÈRE, Jaques. *Os nomes da história*: ensaio de poética do saber. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

RENAN, Ernest. “O que é uma nação?”. *Plural,* revista de sociologia da USP. vol. 4, n. 1, p.154-175, 1997. Tradução de Samuel Titan Jr. Nota introdutório de Samuel Titan Jr e Angela Alonso.

REZENDE, Maria José de. Sílvio Romero, Euclydes da Cunha, Manoel Bomfim e o evolucionismo sociológico. *Cadernos CERU*, série 2, n. 14, p.257-280, 2003.

RIBEIRO, João. *A língua nacional e outros estudos linguísticos.* Petrópolis: Editora Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.

RIBEIRO, João. Discurso de posse no Instituto História e Geográfico Brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.) *História e historiadores no Brasil*: do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015. Ebook versão Kindle.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina*: males de origem. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2005. p.11-22.

RIO, João do. Os trabalhadores da estiva. In: RIO, João do. *A alma encantadora das ruas* (edição de bolso). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RODRIGUES, Henrique Estrada. O conceito de formação na historiografia brasileira. In: MEDEIROS, Bruno; SOUZA, Francisco Gouvea de; BELCHIOR, Luna Hlabi; RANGEL, Marcelo de Mello; Pereira, Mateus (org.). *Teoria e historiografia*: debates contemporâneos. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p.253-275.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira.* 3ª ed., aumentada. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1943. Coleção Documentos Brasileiros.

ROSANVALLON, Pierre. *Le peuple introuvable*: histoire de la représentation démocratique en France. Paris: Éditions Gallimard, 1998.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SILVA, João Maria de Oliveira. Salvar a América – Educação e História: nuances do Radicalismo Republicano em Manoel Bomfim. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p.78-88, 1993.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. *Capistrano de Abreu*: História Pátria, Cientificismo e Cultura – A Construção da História e do Historiador. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

STARLING. Heloísa Maria Murgel. A República e o subúrbio: imaginação literária e republicanismo no Brasil República. In: CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p.167-196.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. A matriz norte-americana. BIGNOTTO, Newton (org.). *As matrizes do republicanismo.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p.231-314.

SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência*: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Moderna, 1981.

SCHWARTZ, Jorge (org.). *Vanguardas latino-americanas*: polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: Iluminuras, 1995.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. *Léxico de lacunas*: subsídio para os dicionários de língua portuguesa. Tours: Impremerie E. Arrault et Cie, 1914.

TAUNAY, Afonso. A propósito do curso de História da Civilização Brasileira. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.). *História e historiadores no Brasil*: do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015. Ebook versão Kindle.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self*: a construção da identidade moderna. Rio de Janeiro: Edições Loyola., 2018.

TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Do ceticismo aos extremos*: cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928). Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

TONON, Marina Rodrigues. *Reinventando o Brasil*: Manoel Bomfim e a crítica à historiográfica brasileira. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade). Assis: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, 2014.

TURIN, Rodrigo. *Tessitura do tempo*: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013.

UEMORI, Celso Nobrou. *Explorando um campo minado*: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional. São Paulo: PUC-SP/Departamento de Ciências Sociais, 2006.

VARGAS, Eduardo Viana. *Antes tarde do que nunca:* Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

VELLOSO, Monica Pimenta. Literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.239-263.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro:* turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil republicano*: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.351-386.

VELLOSO, Monica Pimenta. *História & modernismo.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional.* Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte: Puc-Minas, 2013.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Editora UNB, edição digital, 2015.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

VIANNA, Oliveira. O idealismo na Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da História da República.* 3ª ed. FUNDAJ: Editora Massangana, 1990. p.121-141.

WAIZBORT, Leopoldo. *Raízes do Brasil*: inércia e transformação lenta. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. MOTEIRO, Pedro Meira e SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). São Paulo: Companhia da Letras, 2016. p.465-470.

WEBER, João Hernesto. *A nação e o* paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: WHITE, Hayden. *Ensaios sobre a crítica da cultura.* São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1994. p.97-116.